



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HEBERTY RUAN DA CONCEIÇÃO SILVA

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS
TERRITÓRIOS EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO



São Cristóvão/SE
2024

HEBERTY RUAN DA CONCEIÇÃO SILVA

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS
TERRITÓRIOS EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, e Maria Geralda de Almeida (*in memorian*) como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Cidade Universitária Professor José Aloísio Campos
São Cristóvão/SE
2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586s Silva, Heberty Ruan da Conceição
Subalternidades e fronteiras culturais : embates nos territórios e extrativistas no litoral sergipano / Heberty Ruan da Conceição Silva ; orientadora Maria Augusta Mundim Vargas. – São Cristóvão, SE, 2024.
268 f.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Geografia – Sergipe. 2. Crescimento urbano. 3. Geografia cultural. 4. Fronteiras. 5. Estilo de vida – Barra dos Coqueiros(SE). 6. Identidade social. I. Vargas, Maria Augusta Mundim, orient. II. Título.

CDU 911.375:551.4.038(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO ACADÊMICO



BANCA EXAMINADORA

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Prof. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

Universidade Federal de Sergipe UFS
Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo
Orientadora

Profa. Dra. Amanda Cristine N. Marques

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Examinadora externa

Profa. Dra. Auceia Matos Dourado

Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Examinadora externa

Prof. Dr. Antonio Carlos Campos

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Examinador externo

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Examinador interno (PPGeo)

Prof. Dra. Sônia de Souza M. Menezes

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Examinadora interna **suplente**

Prof. Dr. Valney Dias Rigonato

Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Examinador externo **Suplente**

Heberty Ruan da Conceição Silva

Doutorando - PPGeo/UFS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado em
Geografia de **Heberty Ruan da Conceição Silva**.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, com início às quatorze horas, realizou-se no auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, localizado na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Heberty Ruan da Conceição Silva**, intitulada: "Subalternidades e Fronteiras Culturais: Embates nos Territórios Extrativistas no Litoral Sergipano". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas, que abriu a sessão pública e passou a palavra para o doutorando proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Amanda Christinne Nascimento Marques, Auceia Matos Dourado, José Eloízio da Costa e Antônio Carlos Campos que arguiram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas, na condição de orientadora teceu comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 29 de outubro de 2024.

Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
Orientadora e presidente da banca



Documento assinado digitalmente

MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS

Data: 11/11/2024 10:31:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques
Examinadora externa

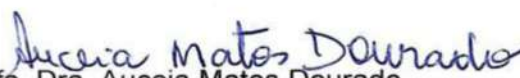


Documento assinado digitalmente

AMANDA CHRISTINNE NASCIMENTO MARQUES

Data: 31/10/2024 09:03:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Auceia Matos Dourado
Examinadora externa

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Examinador interno



Documento assinado digitalmente

JOSE ELOIZIO DA COSTA

Data: 05/11/2024 13:51:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos Campos
Examinador externo



Documento assinado digitalmente

ANTONIO CARLOS CAMPOS

Data: 05/11/2024 01:14:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Heberty Ruan da Conceição Silva
-Doutorando-



Documento assinado digitalmente

HEBERTY RUAN DA CONCEICAO SILVA

Data: 30/10/2024 19:50:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

À Elma da Conceição Santos,
que desde cedo me ensinou sobre o poder transformador da
Educação e mostrou que, por meio dela, era possível romper
os paradigmas sociais aos quais nossa família parecia
destinada. Obrigado pelo incentivo, obrigado por me fazer bem,
obrigado pelo apoio incondicional, e obrigado por acreditar em
mim. Você agora tem um filho doutor, fui longe e a culpa é sua.
Te amo e dedico.

AGRADECIMENTOS

Na abundância dos sentimentos humanos, a gratidão é, sem dúvida, um dos mais valiosos e genuínos. A gratidão representa o reconhecimento do valor do outro no limiar de nossas vidas. Por esta razão, não posso deixar de agradecer aos que cruzaram os meus caminhos e ajudaram a impulsionar a minha jornada acadêmica ao doutorado.

Agradeço primeiro ao mundo intangível da espiritualidade por me manter íntegro, resiliente e protegido em meio às adversidades da vida.

A minha família Conceição pelo apoio incondicional ao meu projeto profissional de vida, por respeitar as minhas escolhas, as minhas ausências e descontroles emocionais. Sem vocês o caminho ao doutorado seria muito mais árduo. Essa é uma vitória de todos nós, cujo o “título de doutorado” é o nosso troféu.

As minhas Marias Augusta e Geralda (*in memoriam*). Não é possível estimar o tamanho real da contribuição de vocês duas na minha evolução acadêmica. Por isso, agradeço pela paciência, o cuidado, gentileza e acolhimento em todo o processo de doutoramento. Vocês provaram que o afeto e o carinho existem no universo acadêmico. Em especial, a Maria Augusta que desde 2014, quando adentrei ao seu grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, toca-me por suas palavras de ensinamentos e orientação. A sua sabedoria é singular, permeada por carinho e competência. Seu caminho é admirável e por essa razão, tive sorte de tê-la comigo.

Aos orientadores da Iniciação Científica Roseane Cristina Santos Gomes e Genésio José dos Santos, da Iniciação a Docência Maria do Socorro Ferreira da Silva e Mestrado Sônia de Souza Mendonça Menezes, por exprimirem as suas marcas profissionais e saberes em nossos estudos, pesquisa, práticas de ensino e extensão ao longo de toda a trajetória acadêmica.

Aos professores do departamento de Geografia do campus São Cristóvão, para além dos já citados, especialmente, Antônio Carlos Campos, Neise Mare de Souza Alves, Christian Jean Marie Boudou, Tais Kalil Rodrigues, Núbia Dias dos Santos, José Eloizio da Costa e Marcia Eliane Silva Carvalho, a qual nutro um carinho especial e boas lembranças de suas incursões geográficas que contribuíram ao meu processo formativo e profissional.

Aos membros do Programa de Pós-graduação em Geografia, para além dos já

citados, especialmente, às professoras Ana Rocha dos Santos e Josefa Eliane de Siqueira Pinto, a primeira, por seu trabalho em prol da evolução do programa e a segunda pela sensibilidade, delicadeza, respeito e excelentes contribuições ao meu trabalho de tese durante as suas aulas. Ao professor José Wellington Carvalho Vilar pela parceria a favor da Revista Geonordeste. Ao Secretário Jobson, grato por sua amizade e por tornar o cotidiano do PPGeo mais divertido.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, Jorgenaldo Calazans, Vanessa Costa, Alceia Dourado, Daniele Pereira, Patricia, Eliete Furtado, Rodrigo Lima, Edivaldo Alves, e os nambiquaras, Daniele Luciano, Luana Almeida, Juliana Lima, Bruno Leandro, Ana Carolina e Cícero Bezerra pelo fortalecimento acadêmico mútuo, coletivo e contínuo desde 2014 e com maior intensidade durante o período do doutorado. Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural, liderado pela professora Maria Geralda de Almeida. Estou grato pela dedicação dos membros e assiduidade semanal nas discussões de textos que afirmam o meu posicionamento teórico e metodológico de pesquisa.

Agradeço as catadoras de mangaba, sobretudo, as que ficam nas margens da rodovia SE-100, por me receberem em suas casas e barracas de venda, os seus relatos foram cruciais para a consolidação da análise da tese. Destaco o papel de Silvana, mangabeira associada a ACMBC, pela simpatia, relatos, e por nos refrescar com suas sobremesas geladas de mangaba nos dias de campo na comunidade de Capuã.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros, por proporcionar um ambiente de trabalho cujo o reconhecimento e a valorização profissional são praticadas. Sou grato ao Secretário Municipal Edson Aparecido dos Santos, por flexibilizar horários e permitir ausências em favor da escrita da tese. Ao colega Francis pela afinidade e fidelidade, e aos colegas Marx Iuri, Maira Rabelo, Jessica, Vinicius, Tawan, Neto, Thizah, Thiena, Karla, Joyce, Fabiane, Jhon, Ana, Anderson e Fernanda pela boa convivência. O trabalho na SEMA do município recorte de nossa pesquisa possibilitou o contato constante, diário e permanente com os fenômenos analisados na tese.

Agradeço ainda, aos membros da banca examinadora da qualificação do doutorado, Amanda Cristine Nascimento Marques e Valney Dias Rigonato pelo zelo na análise do texto e contribuições importantes ao desenvolvimento da tese.

Agradeço a toda banca examinadora deste trabalho, pelo aceite e disponibilidade em avaliar e contribuir com esse arremate final.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado por 36 meses, viabilizando o desenvolvimento da pesquisa científica, a minha permanência no PPGEU/UFS no período. Agradecemos pelos recursos destinados ao PPGEU/UFS, convertidos em ajuda de custo para pesquisas de campo e participação em eventos regionais, nacionais, e internacionais no Brasil.

Agradeço a sólida amizade com Daniela Santos Feitoza, os nossos laços e nós firmados durante o doutorado é a prova do valor de nossa amizade, cultivada com muito carinho, respeito e profissionalismo. Também agradeço as novas amizades, Luana Almeida de Jesus, obrigado por partilhar a cotidianidade do grupo de pesquisa e me ajudar com as pesquisas de campo. Alexandre Francisco de Oliveira, pela partilha de perspectivas e angústias. Ana Carolina Nunes de Azevedo, pela irmandade e pela força crucial na reta final da escrita deste trabalho.

Por fim, agradeço ao meu parceiro de vida, Anderson Gomes, cuja presença foi fundamental para a manutenção do meu equilíbrio emocional. Obrigado por fortalecer minha caminhada e trajetória, por ouvir atentamente e opinar sobre minhas análises, e por me acompanhar nas pesquisas de campo.

Todos vocês são a prova que o caminho do doutorado não é, e não pode ser solitário. Obrigado por sonhar junto comigo, afinal:

*Sonho que se sonha só
é só um sonho que se sonha só
mas sonho que se sonha junto é realidade.*
Música: Prelúdio. Compositor Raul Santos Seixas

“ A fronteira é, portanto, principalmente, o espaço de alteridade do Eu e do Outro, no qual se observam, se comparam, identificam as suas diferenças, criam opiniões sobre si mesmo e sobre o outro, conscientemente, cada um pode adotar traços do Outro; porém, cada um também pode afirmar sua própria identidade”
Almeida (2012,p.149)

RESUMO

Comunidades extrativistas no litoral sergipano compartilham um presente pós-colonial marcado por conflitos culturais, identitários e territoriais, decorrentes de múltiplas tensões ocasionadas pela pressão urbana sobre as culturas tradicionais e os ecossistemas costeiros. O município de Barra dos Coqueiros tem se destacado como cenário desses conflitos devido ao processo de metropolização recente, impulsionado pela especulação imobiliária e instalação de dezenas de empreendimentos imobiliários exclusivos. Cientes dessa problemática, o objetivo desta tese é compreender o processo de formação de novas fronteiras culturais em Barra dos Coqueiros no contexto da expansão urbana nos territórios extrativistas tradicionais. Para tal, se estabeleceu como enfoque central para a interpretação da condição pós-colonial dos extrativistas, a abordagem descolonial pautada na valorização das percepções e dos sentidos dos subalternizados, bem como, na descrição de seus mundos vividos. Constituiu um diálogo com autores (Mignolo, 2017; Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2005; Homma, 1990; Martins, 2021; Almeida, 2005) para a compreensão da herança colonial, da geohistória de ocupação do litoral sergipano, da transversalidade produtiva extrativista, da submissão a expansão urbana e dos embates culturais dela decorrentes. O caminho metodológico seguiu para a pesquisa qualitativa por proporcionar a análise do fenômeno de maneira integrada, ao qual articulamos a abordagem fenomenológica à luz da narrativa descolonial. Os procedimentos adotados foram as pesquisas bibliográficas, levantamento documental com análise de conteúdo, e pesquisa de campo para levantamento de dados primários. Constatou-se que as fronteiras culturais respaldadas pela herança geohistória; se revelam nos territórios de vivência e na paisagem. Com a chegada do 'outro' – o novo morador, residente em de condomínios verticais e horizontais, sobre os territórios de vivência do 'uns' – grupos extrativistas, sobretudo de mangabeiras, os embates se acirraram na zona fronteira. Está posto o que insiste, persiste e se transforma e, nesse contexto, o que está por vir é sinalizado pelas brechas dos embates.

Palavras-Chave: Descolonialidade. Identidades e modos de viver. Expansão urbana e metropolização. Fronteiras culturais

ABSTRACT

Extractive communities along the Sergipe coast share a post-colonial present marked by cultural, identity, and territorial conflicts, resulting from multiple tensions caused by urban pressure on traditional cultures and coastal ecosystems. The municipality of Barra dos Coqueiros has emerged as a key site for these conflicts due to recent metropolitan expansion, driven by real estate speculation and the development of numerous exclusive housing projects. Aware of this issue, the goal of this dissertation is to understand the process of forming new cultural boundaries in Barra dos Coqueiros within the context of urban expansion into traditional extractive territories. The decolonial approach, centered on valuing the perceptions and experiences of the subaltern, as well as describing their lived worlds, was established as the primary focus for interpreting the post-colonial condition of extractive communities. This research engages with authors (Mignolo, 2017; Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2005; Homma, 1990; Martins, 2021; Almeida, 2005) to understand the colonial legacy, the geo-history of coastal occupation in Sergipe, the productive transversality of extractivism, the submission to urban expansion, and the resulting cultural clashes. The methodological approach followed qualitative research, which allows for an integrated analysis of the phenomenon, combining a phenomenological approach with decolonial narratives. The adopted procedures included bibliographic research, document analysis with content analysis, and fieldwork for primary data collection. The findings reveal that cultural boundaries, supported by geo-historical heritage, manifest in lived territories and landscapes. With the arrival of the 'other'—new residents living in vertical and horizontal condominiums over the lived territories of the 'one'—extractive groups, particularly mangaba collectors, conflicts have intensified in the border zone. The persistence, transformation, and resistance of these dynamics are evident, with future developments indicated by the gaps in these clashes.

keywords: Decoloniality. Identities and ways of life. Urban expansion and metropolitanization. Cultural boundaries.

LISTA DE ABREVIATURA

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa para Iniciação Científica
PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia
UFS - Universidade Federal de Sergipe
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SRH - Secretaria de Recursos Hídricos
TCLE - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
DIT - Divisão Internacional do Trabalho
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
MCM - Movimento das Catadoras de Mangaba
ASCAMAI - Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba
ACMBC - Associação das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros
PEAC - Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PEV - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
ZEU - Zona de Expansão Urbana de Aracaju
CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe
TMIB - Terminal Marítimo Inácio Barbosa
PMBC - Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquematisação teórica da colonialidade do poder	36
Figura 2	Capitania de Sergipe del Rey	45
Figura 3	Província de Sergipe	53
Figura 4	Comunidades e ecossistemas do Litoral de Sergipe	57
Figura 5	Giro nas práticas tradicionais pesqueiras	58
Figura 6	Giro nas práticas produtivas femininas na pesca e extrativismo	60
Figura 7	Anúncios patrocinados nos storys do instagram	72
Figura 8	Indústrias Neoextrativistas vista de cima para baixo	89
Figura 9	Indústrias Neoextrativistas vista de baixo para cima	90
Figura 10	Perfil fisionômico da restinga transição de maturidade	98
Figura 11	Sergipe: localização ecossistêmica da restinga e paisagens	99
Figura 12	Sergipe: frutos da restinga	101
Figura 13	Sergipe: Mapa do Extrativismo da Mangaba em 2017	106
Figura 14	Barra dos Coqueiros: Mapa do Extrativismo da Mangaba - 2017	107
Figura 15	Povoado Capuã: Mangabeiras inseridas em seus quintais	110
Figura 16	Povoado Capuã: Mangabeiras em propriedades rurais	111
Figura 17	Formas de comercialização do fruto da mangabeira	111
Figura 18	Unidade de Produção em Capuã: Processamento da mangaba	119
Figura 19	Características dos produtos, rótulos e embalagens	120
Figura 20	Extrativismo e (neo)extrativismo em movimento: 1990-2024	124
Figura 21	Perfil fisionômico da restinga transição de maturidade	127
Figura 22	Transporte hidroviário entre Aracaju e Barra dos Coqueiros	128
Figura 23	Ponte Aracaju x Barra Construtor João Alves	129
Figura 24	Barra dos Coqueiros: mapa dos empreendimentos imobiliários	147
Figura 25	Barra dos Coqueiros: Zonas de adensamento urbano 2009 a 2024	150
Figura 26	Distanciamento dos condomínios ao espaço público	154
Figura 27	Barra dos Coqueiros: Planície costeira em 2007 e 2024	156
Figura 28	Barra dos Coqueiros: Planície costeira em 2017 e 2024	156
Figura 29	Capuã e Olhos D'água: elementos naturais da paisagem litorânea	162
Figura 30	Olhos D'água e Capuã: croqui dos elementos da paisagem	166
Figura 31	Jatobá: croqui dos elementos da paisagem	167

Figura 32	Marketing imobiliário na paisagem urbana	172
Figura 33	Marketing imobiliário com expressões e experiências de felicidade	173
Figura 34	Marketing imobiliário sobre expansão e 100% de venda	176
Figura 35	Marketing imobiliário e seus elementos	184
Figura 36	Uso de Famosos no marketing imobiliário	185
Figura 37	Território extrativista: territorialidades e práticas produtivas	201
Figura 38	Barra dos Coqueiros: redução da área extrativista 2017-2024	204
Figura 39	Descaracterização da área extrativista	205
Figura 40	Desterritorialização da área extrativista	213
Figura 41	Capuã: os muros e a fragmentação das áreas extrativistas	217
Figura 42	Barra dos Coqueiros: Delivery do ifood com drone	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Análise de conteúdo: Indicadores e representações	74
Quadro 2	Distribuição de Blocos temáticos por roteiro de entrevista	76
Quadro 3	Síntese da tese	78
Quadro 4	Contextos sociais da Especulação imobiliária 2006 - 2024	151
Quadro 5	Signos no marketing de empreendimentos imobiliários Horizontais	177
Quadro 6	Signos no marketing de empreendimentos imobiliários verticais	178
Quadro 7	Empreendimentos horizontais: elementos humanos	181
Quadro 8	Empreendimentos horizontais: paisagem natural	182
Quadro 9	Empreendimentos horizontais: paisagem projetada	183

SUMÁRIO

Resumo	X
Abstract	XI
Lista de Abreviatura	XII
Lista de Figuras	XIII
Lista de Quadro	XIV
PRÓLOGO	17
INTRODUÇÃO	22
SEÇÃO 1 - COLONIALISMO E DESCOLONIALIDADE: MODOS DE VER	30
1.1 Giro descolonial: Por uma nova geografia	33
1.2 Giro nas comunidades tradicionais extrativistas do litoral de Sergipe	44
1.3 O giro metodológico	65
SEÇÃO 2 - DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO: MODO DE APROXIMAR	79
2.1 Definições e conceitos do (Neo) Extrativismo	82
2.2 Extrativismo de restinga em Sergipe	97
2.3 Geohistória da mangaba do fruto aos produtos contemporâneos	103
2.4 A chegada do Outro nos territórios extrativistas	128
SEÇÃO 3 - DELINEAMENTO DAS FRONTEIRAS CULTURAIS: MODOS DE VIVER	134
3.1 Condomínios Fechados: modo ou modelo de vida	137
3.2 A paisagem das gentes extrativistas	158
3.3 Os outros e a revalorização da paisagem	169
SEÇÃO 4 - FRONTEIRAS CULTURAIS: ENCONTROS E DESENCONTROS MODOS DE VIDA	191
4.1 Sobre o território e a territorialidade extrativista	194
4.2 Vida na Fronteira, dos (des)encontros, embates e subalternidades	207
CONCLUSÕES: O que insiste, persiste, se transforma e está por vir	227
REFERÊNCIAS:	235
Apêndices	249
Anexos	263

PRÓLOGO

Peço a licença para realizar aqui uma geografia das emoções. Durante a década de 1990, na zona rural do interior de Sergipe, havia comunidades que pareciam estar relegadas ao isolamento e ao “subdesenvolvimento”. No lugar de onde eu vim, povoado São José da Caatinga¹, a melhor estrada de acesso que tínhamos, era de barro e pedras soltas, delineadas pelo sobe e desce constante do relevo das “grotas²” do jardim, do riacho de bebedouro e do Viturino, e pelo rasgo nos fragmentos de mata de restinga.

O lugar de onde eu vim, apresenta uma dinâmica de fronteira interessante, por situar no limiar de dois municípios e aglutinar territorialidades que lhes conferem uma dinâmica de vida singular. A vocação do meu lugar para a atividade pesqueira registra-se sob a influência do município litorâneo de Pirambu/SE, e a vocação para à agricultura exprime as relações com Japaratuba/SE - município de transição entre o litoral e o agreste. Estaria eu vivenciando uma vida no “entre lugar”? O fato é que, cresci em uma família que desdobrava-se entre a pesca artesanal no rio Japaratuba, o beneficiamento do marisco e a comercialização em feiras e, o plantio da mandioca, milho e feijão para nosso consumo. Essas territorialidades permanecem presentes na minha memória.

Para a pesca, o meu avô realizava um trabalho artesanal para construção de apetrechos e armadilhas de pesca. Ele percorria as matas da região em busca de taboca - em tupi *tawoka* cujo coletivo é bambual, tabocal, taquaral; essa era serrada e recortada em formato de “talas”, semelhante a tiras de madeira e, depois, eram trançadas em fitas de borracha até formar os covos para a captura de pequenos peixes e camarões. A minha mãe, avó e tias estabeleciam um itinerário de trabalho semelhante. Dirigiam-se por 12 quilômetros, a pé, de carona, ou de táxi até o porto de Pirambu, onde adquiriam o camarão e os trazia aos nossos quintais para o beneficiamento, realizado coletivamente acrescido por mulheres de toda a vizinhança. Isso consistia na transformação do camarão em mercadoria direcionada, por elas, para as feiras dos municípios de Itabaiana, Carmópolis, Maruim e Capela. Lembro, também, das roças de amendoim, milho, feijão e mandioca e de todo o

¹ Localizado no município de Japaratuba e administrado por sua gestão municipal.

² Nome popular atribuído a pequenos vales suaves comum no relevo da região.

processo artesanal para beneficiar as sementes, legumes e tubérculos ao ponto de consumo. O som e a força das pauladas no saco de feijão, o cheiro da debulha do amendoim e do descascamento da mandioca são lembranças sutis, porém marcantes.

Por muitas gerações esse era o caminho comum de trabalho e reprodução da vida de minha família e de meu lugar. Os estudos eram incentivados, porém restritos por questões sociais e econômicas ao Ensino Médio nas escolas das sedes de Japaratuba e Pirambu. “Terminei os estudos” era a frase emitida por aqueles que concluíam a Educação Básica, como se não houvesse a possibilidade do Ensino Superior. No entanto, desde cedo, durante a minha educação familiar ouvia constantemente a seguinte frase “estude pra ser alguém nessa vida”. À época, minha mãe falava isso por se sentir inferior e acreditar que o estudo me possibilitaria ter uma profissão formal e suplantaria a bolha social do trabalho familiar tradicional de agricultores/marisqueiras. Mal sabia ela o tamanho da minha admiração pela força e luta da família.

Posso bater no meu peito e dizer que sou “cria” da Educação Pública. Ainda no meu lugar São José da Caatinga estudei no Jardim de infância Pequeno Polegar, nas Escolas Municipais São José e Vereador João Prado até 2005, quando mudamos para a Barra dos Coqueiros e passei a frequentar o Colégio Estadual Tobias Barreto, em Aracaju, onde concluí os Ensinos Fundamental e Médio. Em paralelo, o governo federal do Brasil efetivou na década de 2010, políticas de expansão e cotas nas Instituições de Ensino Superior, e assim, pela primeira vez na história da família de Dona Nazaré e Senhor Jozuel, avó e avô, chegou para mim a oportunidade do ensino superior

Na Universidade Federal de Sergipe, enfrentei os desafios que o curso de Geografia me apresentou, e essa experiência se tornou um verdadeiro divisor de águas. Tudo era muito novo para mim, distinto da cotidianidade que compunham o modo de vida familiar. Não sabia nada sobre o universo da pesquisa científica, muito menos que era possível ser “doutor” sem estar na área do direito e medicina. A possibilidade de bolsa de pesquisa me engajou ao PIBIC, com temáticas de pesquisa associadas à Geografia Cultural.

Com a professora Dra. Roseane Gomes dos Santos, estudei os significados da paisagem no povoado Crasto, em Indiaroba/SE, entre 2014 e 2015, e explorei os sentidos de lugar da cultura popular de Laranjeiras/SE, entre 2015 e 2016. Com o

professor Dr. Genésio José dos Santos, investiguei os territórios e a territorialização da identidade quilombola no povoado Brejão, entre 2016 e 2017. Em 2016, com a professora Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes, realizei pesquisas sobre alimentos tradicionais na feira do município de Areia Branca. No período de 2016 a 2017, fui bolsista sob a supervisão da professora Dra. Maria do Socorro Ferreira da Silva do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, atuante em 98 comunidades litorâneas de Sergipe e Bahia. O programa tem foco na mitigação dos impactos da atividade petroleira, por meio de processos formativos e metodologias participativas e emancipadoras, para promover a valorização da cultura e identidade pesqueira e a defesa de seus territórios. Essas experiências me levaram a acreditar em geografias que são sensíveis às dimensões do vivo, aos significados e aos sentidos inerentes às relações entre sociedade e ambiente.

Estas experiências me proporcionaram vivenciar o cotidiano e a dinâmica de grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEQ. Desde 2014, a ambiência do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura liderado pela Professora Dra. Maria Augusta Mundim Vargas, foi fundamental para nutrir o desejo de trilhar os caminhos para o doutorado e realizar o sonho de ser o primeiro doutor da família Conceição do povoado São José da Caatinga. Neste grupo conheci outra Maria, a Geralda de Almeida (*in memoriam*), e desde o primeiro momento me encantou pela complexidade, sensibilidade e sabedoria de seu ser. Inclusive, seu texto “Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural” foi a minha primeira leitura sobre Geografia Cultural.

O grupo de pesquisa Sociedade e Cultura torna-se assim a primeira referência acadêmica. Mas, segui para o mestrado em outro contexto de pesquisa e orientação. Nesse novo percurso, tive a felicidade de integrar o Grupo de Pesquisa sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais³, carinhosamente chamado pelos seus membros de “família Grupam”, e lá, me aproximei da abordagem cultural pela geografia dos alimentos, alinhando o tema a minha trajetória acadêmica em comunidades tradicionais. Em fevereiro de 2020 defendi sob a orientação da professora Dra. Sônia Menezes a pesquisa intitulada: “*Entre manguezais, rios e restingas: soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE*”, tendo como avaliadores, a professora Dra. Maria Geralda de Almeida e o professor Dr. José Antônio Souza de Deus (*ambos, in*

³ Liderado pela Professora Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

memorian).

Durante a confraternização da defesa, fui abordado pela professora Dra. Maria Geralda de Almeida: “Heberty, *você quer fazer o doutorado comigo?*”⁴ O convite tão inesperado, me deixou sem respostas nos primeiros segundos, e aí ela refez a pergunta “*você não quer?*” Eu não lembro como respondi, mas guardo a emoção, num misto de gratidão e o frio na barriga. Eu já havia passado na seleção do doutorado antes da conclusão do mestrado e, nesse momento, já tinha garantido a orientação de Maria Geralda. Inclusive, ali mesmo passou as primeiras orientações: “*me envie o seu projeto em 4 meses e comece a estudar espanhol*”.

Os primeiros anos do doutorado não foram fáceis. Fomos afetados pelo corte no orçamento das universidades e das bolsas de pós-graduação, de modo que não tive acesso a este benefício no primeiro. Nos anos de 2020 e 2021 a pandemia por Covid-19 se alastrou no país, nos submetendo ao isolamento social e ao constante estado de alerta pelo risco biológico, medo da morte, e luto permanente por diversas vidas perdidas, incluindo vizinhos, parentes e conhecidos. Em paralelo, a problemática da orientação a distância contribuiu para a lentidão no desempenho na pesquisa.

Nos primeiros dois anos do doutorado, Geralda desempenhou um papel determinante na reformulação do meu projeto desvinculando-o dos temas abordados no mestrado. Ajustamos o projeto considerando o seu alinhamento teórico e metodológico e as limitações do recorte empírico impostas pela pandemia. Nesse processo, fui instigado pela temática das fronteiras culturais e pela descolonialidade, mantendo as comunidades e práticas tradicionais como objeto de estudo. Além disso, alinhei ao novo estudo, a dinâmica socioespacial inquietante da Barra dos Coqueiros, onde resido.

Preparei-me para mostrar para ela o novo projeto, e no dia que seria a nossa orientação ela foi internada devido a problemas de saúde, e alguns dias depois ela nos deixou, coincidentemente, no dia de São José, padroeiro do meu lugar. Perder a Geralda foi uma sensação inexplicável e difícil de acreditar. Se foi uma Maria, uma cientista com um legado respeitoso. Nas feridas pela perda de Maria Geralda, a outra Maria, a Augusta, mesmo despedaçada, me estendeu a mão, e seguimos juntos nessa caminhada de pesquisa.

Pela redefinição direcionada com Geralda a pesquisa foi impulsionada por

Maria Augusta Mundim Vargas, a "Guta", que realmente orientou a condução do doutorado. Embora eu não tenha certeza se acredito em destino, considero Maria Augusta um dos meus maiores presentes no mundo acadêmico e da vida. Nossos caminhos se cruzaram em 2014, quando entrei em seu grupo de pesquisa, e se entrelaçaram de maneira muito significativa na construção desta tese. Sou profundamente grato às "Marias" que encontrei ao longo da minha jornada.

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação do homem no litoral do Estado de Sergipe, é composto por marcas geohistóricas que revelam o (des)encontro de grupos étnicos e culturais distintos. É um espaço marcado pela alteridade, da diferença e do encontro com o “outro” e por essa razão, os embates etnocêntricos, culturais, econômicos e territoriais tornaram-se inevitáveis, desde os remotos tempos, quando os povos originários da etnia tupinambá tiveram suas terras ocupadas e especuladas por portugueses, franceses, holandeses e povos africanos. Desde então, o litoral sergipano tornou-se espaço de contrastes sociais, ao comportar espacialidades de povos heterogêneos, não somente do âmbito da cultura e identidade, mas também pelas intencionalidades econômicas.

As singularidades das estruturas sociais de cada etnia fomentam a apropriação do litoral de maneiras distintas. De um lado, populações se aglomeravam nos centros urbanos e metropolitanos organizando um estilo de vida citadino. Por outro, grupos humanos se estabeleceram e se organizaram nos espaços rurais, estuários de rios, e periferia das cidades, com seus modos de vida associados às práticas tradicionais como a caça, pesca, extrativismo nos estuários e ecossistemas litorâneos.

A história revela que os grupos humanos que se apropriaram do litoral por meio de práticas tradicionais enfrentam um processo de invisibilidade, conforme aponta Santos (2015), por não conseguirem se afirmar como protagonistas de seus próprios destinos. Assim, seus territórios e territorialidades são frequentemente desvalorizados e basculados, por não estarem alinhados ao modo de produção hegemônico e à noção de progresso colonialista. Dessa forma, esses grupos se tornam vulneráveis a outras formas de exploração de seus bens naturais, ocupando uma posição de subalternidade, por estarem em desvantagem em meio às assimétricas de poder econômico e social.

A geohistória deste litoral nos situa a um delineamento de fronteiras culturais. Compreendemos a fronteira, posta por Martins (2021), Almeida (2005; 2012; 2018) sob o ponto de vista da alteridade e dos contrastes entrelaçados aos costumes, saberes, fazeres, modos, sentidos de vida e de mundo, socialmente distintos, e seus processos de interação simbólica e material. Desse modo, diferente do seu

significado clássico político, a fronteira é social, e se consolida enquanto fenômeno espacial que se estabelece no limite consubstanciado por contatos, encontros e desencontros de territórios, comunidades, grupos étnicos distintos.

Essa herança geohistórica nos permite visualizar o litoral sergipano contemporâneo em sua complexidade sociocultural, as fronteiras estabelecidas entre comunidades e grupos heterogêneos por razões identitárias, econômicas e de poder. As terras deste litoral continuam especuladas e disputadas por grupos que carregam consigo heranças culturais tradicionais e por populações que se organizam pelo estilo de vida citadino, isto é, pertencentes a uma sociedade do consumo fundamentada na ideia de progresso e modernidade. Ou seja, há claramente um contraste de racionalidades culturais e econômicas materializadas na forma com a qual o espaço litorâneo é apropriado, e as fronteiras culturais são demarcadas.

Esse fenômeno se estabelece na medida em que as vivências e os embates entre culturas são intensificados com a aproximação da urbanização e especulação imobiliária sobre as áreas rurais, onde se estabelecem os territórios de vivência, experiência de culturas e identidades singulares, marcadas pela pesca, e o extrativismo tradicional. Essas atividades têm sido desempenhadas por centenas de comunidades ao longo de todo o litoral sergipano há séculos, e sempre enfrentaram pressões que engendraram sucessivas desterritorializações e reterritorializações.

A cata da mangaba no ecossistema restinga, por exemplo, é realizada por grupos extrativistas que resguardam conhecimentos, técnicas e territorialidades importantes na conformação da identidade social, individual e territorial. Nos últimos 20 anos, esses grupos têm se organizado politicamente, lutando para reafirmar a sua identidade, se autodenominando de catadoras e catadores de mangaba, lutam pela manutenção das áreas de restinga e de seus territórios de vida, se posicionado contra as injustiças ambientais expostas na invisibilidade e subalternidade geohistóricas, denunciando o avanço das fronteiras culturais fortalecidas pelas relações de colonialidade do saber, do ser, da natureza e da economia.

No litoral metropolitano de Aracaju, capital de Sergipe, esses conflitos tornaram-se mais evidentes em decorrência da pressão urbana sob o meio rural e territórios onde se mantinham as práticas tradicionais de pesca e extrativismo. Esse fato, deve-se à expansão da malha urbana dos municípios costeiros circunvizinhos a Aracaju, nos moldes da sociedade do consumo de praia e mar, associados à

especulação imobiliária litorânea e ao turismo. Esse processo vem apropriando e transformando a natureza e paisagem costeira atribuindo-lhe novos sentidos e significados.

Enquanto morador de um desses municípios costeiros, a Barra dos Coqueiros, desde 2005⁵, acompanhei com muita atenção os efeitos do adensamento urbano acelerado, a valorização dos lotes e casas, a abertura de novas ruas, avenidas e loteamentos, concomitante à intensificação de problemas urbanos decorrentes do crescimento. Eu vi, sempre fui atento e lá estava. Como nos lembra Saramago, eu vi, olhei e enxerguei, ou seja, não somente ví, como questioneei os problemas da cidade em redes sociais, rádios comunitárias e blogs. Certamente foi essa inquietação que me levou a enxergar a geografia.

A abordagem cultural guiou os projetos, pesquisas e artigos produzidos durante a graduação, mestrado e também neste momento, no doutorado. Nesse espaço/tempo, dediquei aos estudos de comunidades tradicionais litorâneas, seus modos de viver, ser, se reconhecer, lutar e se adaptar aos conflitos. No doutorado retomo ao município de Barra dos Coqueiros/SE, desta vez, como recorte empírico de pesquisa, motivado a trabalhar com as gentes extrativistas afetadas pela expansão urbana.

Em Barra dos Coqueiros, situado ao leste de Aracaju, a construção da ponte que liga o município à capital, finalizada em 2006, abriu precedentes para a metropolização e especulação imobiliária, e resultou na ‘explosão’ de sua malha urbana, integrando-a a região metropolitana. Aliás, essa ponte era um desejo antigo e fazia parte do imaginário social dos munícipes, diante do sonho de superar o isolamento geográfico rodoviário.

A posição do município da Barra dos Coqueiros, paralelo à linha de praia do oceano Atlântico, entre rios, a Norte, Sul e Oeste, conferem-lhe a situação em ilha fluviomarina, nomeada Santa Luzia. Em 1960, o município contava com uma população de 4.577 habitantes e densidade demográfica de 53 hab./km². A cartografia do IBGE, na escala 1:100000 confeccionada com base em fotografias aéreas traduz esse sítio cujos ‘recursos’ eram explorados por uma população inferior a 5 mil habitantes em que 50% habitava a sede – precária em equipamentos e serviços, e o restante estava dispersa em localidades - Capuã, Olho D'Água, fazendas e no povoado de Atalaia Nova.

⁵ Desde os 11 anos de idade.

Em 2010, portanto, após 50 anos com 24.976 habitantes, elevou a relação de densidade populacional para 276,5 hab./ km² (IBGE, 2022). Isso deu-se quando o município já tinha se integrado ao território da Grande Aracaju com a ponte. Após 2010 a Barra dos Coqueiros vivenciou o maior “boom” imobiliário do estado com a instalação de dezenas de condomínios, voltados a um público de alto e médio padrão, e por essa razão havia uma expectativa de um grande aumento populacional, este, confirmado com a divulgação do último Censo de 2022, ao qual confere ao município 41.644 habitantes e densidade de 452,7 hab/km, registrando a maior taxa de crescimento populacional do Estado, com 66,20% de aumento.

Registra-se que tal crescimento não foi estimado pelos técnicos que elaboraram o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) da ponte e tampouco pelos órgãos de planejamento. Aliás, as transformações as quais passaram o município foram subestimadas por esses estudos e documentos técnicos, logo, a apropriação do espaço pelas construtoras, incorporadoras e urbanizadoras estabeleceu uma nova realidade urbana na sede e em todo município, eliminando áreas rurais⁶.

Os que aqui já estavam viviam da força da terra - agricultura e pesca, banhada pelo Oceano Atlântico entre a foz do rio Sergipe e Japaratuba ao Sul e a Norte respectivamente, e pelo rio Pomonga a Oeste. Entre essas “ilhas” de água extensas, os coqueiros foram plantados em terras de Leste, paralelas ao mar e, o extrativismo de frutas das restinga, a pesca, à cata de crustáceos e salinas encerravam a economia dessas vastas porções de terra. A sede localizada nas margens do rio Sergipe estabelecia a sua vocação a pesca e outras atividades econômicas voltadas às hidrovias e manutenção de barcos e navios.

Com a incessante chegada do ‘Outro’, estes situam-se nas bordas da cidade, onde se concentrou e de onde irradiou a instalação dos condomínios. A construção desses empreendimentos resulta na apropriação da restinga e vêm promovendo alterações nas paisagens, evidenciadas pela movimentação intensa de maquinários que fazem a remoção da vegetação e terraplanagem do solo arenoso. Os sons emitidos pela fauna e flora estão sendo substituídos pelos sons e ruídos dos canteiros de obras. Os caminhões de grande porte realizam o transporte de entulhos e materiais de construção e se movimentam pelas ruas, assim como o fluxo dos

⁶ Em 22 de dezembro de 2016, foi estabelecido o decreto municipal 004/2016 que estabelece um novo zoneamento para o município de Barra dos Coqueiros, transformando a área rural em zona de expansão urbana.

automóveis dos novos moradores. As cercas dão lugar a muros, a restinga e as dunas cedem às construções de condomínios horizontais de casas de alto padrão e apartamentos em condomínios verticais. As praias até então inacessíveis passam a ter acesso privativo dos condomínios.

Não pude deixar de notar a formação do abismo socioespacial entre o antigo e o novo morador da cidade, fortalecido pela especulação imobiliária e a intensificação do processo de metropolização. O espaço urbano de Barra dos Coqueiros tornou-se contrastante e as fronteiras culturais tornaram-se evidentes. A intensidade e o sentido do movimento de fixação de população no município da Barra dos Coqueiros assentaram-se como pano de fundo para subsidiar nossas reflexões acerca das fronteiras culturais conformadas com a chegada do 'Outro'. Além disso, a observação desta dinâmica decorre em outros questionamentos.

Quem é o 'Outro'? Quem são esses novos moradores? Como seria possível delinear o perfil desses "outros" que aos poucos têm se tornado nós. Considerando o lugar ideologicamente neutro, a motivação por moradia se dá somente pelas particularidades do meio físico? Como entender os interesses de determinados grupos em relação à moradia no município de Barra dos Coqueiros, seria pelo contexto paisagístico ou por status social?

Há relações de poder explícitas entre os habitantes nativos e os novos, ao ponto de estabelecerem fronteiras de uso, condutoras de construções simbólicas e funcionais, ou seja, fronteiras de identidades? As relações entre os nativos e os "Outros" estão claramente expostas ou estabelecem liames que ocultam conflitos? Como afloram os conflitos socioespaciais em que pese os sujeitos e atores envolvidos no extrativismo, na incorporação e na legalização da expansão urbana em áreas de restinga?

A existência do movimento das catadoras de mangaba e a atuação da associação na Barra dos Coqueiros nos leva a questionar como as comunidades extrativistas do município têm reagido ao basculamento de seus territórios de vivência e apocamento da área extrativista. Essa transformação interfere nas práticas tradicionais e nas relações com os proprietários dos sítios e a coleta desempenhada no interior da propriedade? Existe o distanciamento e impedimento de acesso às áreas, novas formas de pagamento aos proprietários, ocorrência de algum tipo de violência física ou simbólica envolvendo esses atores?

A apropriação do espaço extrativista conforma ambientes de alteridade e

fronteiras culturais? As diferenças culturais são somente entre o antigo (um) e o novo (outro) morador, ou também se estabelece dentro de suas próprias fronteiras e contextos sociais?. Portanto, nesse ambiente de vida, buscamos entender como essas populações se relacionam e como se percebem nos limiares das alteridades, das territorialidades no contexto conceitual de fronteiras culturais.

A intenção não é trazer respostas fechadas e imediatas aos questionamentos e inquietudes expostas, mas sim, motivar o desenvolvimento desta tese, que tem por objetivo geral compreender o processo de formação de novas fronteiras culturais em Barra dos Coqueiros pela intensidade das alteridades e contrastes socioespaciais entre os nativos e novos moradores no contexto da expansão urbana nos territórios extrativistas tradicionais. E referindo-se aos objetivos específicos destaca-se:

- a) Discutir as bases teóricas conceituais da perspectiva de(s)colonial e as circunstâncias geohistóricas das comunidades tradicionais do litoral de Sergipe.
- b) Descrever as práticas extrativistas e (neo)extrativistas tradicionais na restinga sergipana, com ênfase nas atividades realizadas pelas catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros.
- c) Investigar a apropriação das áreas extrativistas pelos empreendimentos imobiliários na Barra dos Coqueiros
- d) Analisar os sentidos atribuídos à paisagem litorânea pelas comunidades extrativistas e pelos novos moradores.
- e) Apreender a dinâmica das fronteiras culturais na Barra dos Coqueiros pela alteridade e embates entre os grupos extrativistas e os novos moradores dos empreendimentos imobiliários.

Diante do exposto, estruturamos o nosso trabalho em quatro seções. A primeira intitulada “Colonialismo e descolonialidade: modos de ver” adotamos uma perspectiva de(s)colonial, conforme Quijano (2005), Ballestrin (2013), Mignolo (2017), Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005) e Cruz (2017) ao compreender e olhar para as populações que habitam o litoral sergipano, reconhecendo que elas estão entrelaçadas pelos múltiplos tentáculos da colonialidade, e como esses mecanismos de poder as colocam em condições sociais, econômicas e territoriais marcadas por desigualdades, que perpetuam a subalternidade e invisibilidade. Deste modo,

realizamos três giros reflexivos: o primeiro de carácter teórico, o segundo apresentamos um diálogo geohistórico para situar o passado e a herança colonial nas comunidades tradicionais de Sergipe, e o terceiro, apresentamos os pressupostos metodológicos e detalhes sobre o universo e a amostra da pesquisa pela ambiência de alteridade e iminência das fronteiras. Inclusive, as imagens que precedem as discussões e compõem a capa da tese e das seções são colagens de fotografias provenientes do registro fotográfico realizado durante a pesquisa de campo e obtidas por meio de registros secundários, todas tratadas com filtro artístico. O objetivo é ilustrar o cotidiano empírico com base nas discussões centrais de cada seção. Neste sentido, procuramos produzir uma fotogeografia inserida numa metodologia etnogeográfica.

No contexto transversal da pesquisa, as noções de extrativismo e neoextrativismo baseada em Haesbaert (2021), Pérez (1992), Homma (1990), Acosta (2016) e Gudynas (2013), mostraram-se inerentes a composição geohistórica e identitária dos grupos que habitam esses litorais, neste sentido, a segunda seção intitulada “Do extrativismo ao neoextrativismo: um modo de aproximar”, articulamos uma discussão sobre as perspectivas opostas do neoextrativismo e extrativismo, e situamos as catadoras de mangaba, cuja as práticas estão submergidas pela tradicionalidade, no trato com a natureza, cultura e economia. Debruçamos sobre a geohistória da mangaba em Sergipe, em especial na Barra dos Coqueiros, a relação com a restinga e o fortalecimento do neoextrativismo.

As discussões sobre fronteiras culturais tomam força a partir da Seção 3 intitulada “Delineamento das fronteiras culturais: modos de viver”, e propomos discutir a complexidade dos modos de vida coexistentes na Barra dos Coqueiros contemporânea. Apresentamos os aspectos do fenômeno da expansão urbana sob o pretexto da especulação e apropriação da paisagem litorânea, assim como, as estratégias do marketing especulativo na revalorização da paisagem, e a influência no comportamento dos novos moradores na sociedade do consumo, conforme Lipovetsky (2007), Bauman (2008) e Featherstone (1995). Outro elemento evidenciado, envolve a forma como as gentes extrativistas estabelecem os seus vínculos e atribuem sentidos, significados e representações aos elementos da paisagem, nos pressupostos de Sauer (2004), Luchiari (2001), Almeida (2013), Claval (1999) e Corrêa e Rosendahl (2004). Nesta seção, os lados das fronteiras são postos e especificados.

“Fronteiras culturais: encontros e desencontros dos modos de vida” é o título da Seção 4, no qual, o nosso propósito foi demonstrar como a alteridade e a produção da diferença resultam em conflitos territoriais por meio do encobrimento de uma cultura sobre a outra. Para isso, contemplamos o dinamismo territorial, baseados em Almeida (2011), Gomes (2005), Bonnemaïson (2002), Haesbaert (2016; 2009) e Raffestin (1993), de ambos os lados da fronteira, a partir de Martins (2021), Almeida (2005; 2012), Bahbah (1998), Martin (1998), assim como, as repercussões dos (des)encontros entre as forças culturais, o jogo de alteridade e as estratégias de fortalecimento e reforço das fronteiras.

Por fim, teceremos algumas considerações finais por meio do exercício de pensar as insistências, persistências e o que está por vir aos territórios tradicionais extrativistas de Barra dos Coqueiros em decorrência do seu dinamismo urbano.

SEÇÃO 1
COLONIALISMO E DESCOLONIALIDADE:
MODO DE VER



SEÇÃO 1

COLONIALISMO E DE(S)COLONIALIDADE: MODOS DE VER

As incursões geográficas de(s)coloniais têm tomado corpo no Brasil sob a influência de estudiosos renomados. As obras de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Valter do Carmo Cruz e Rogério Haesbaert se destacam por enredarem as leituras espaciais ao movimento epistêmico crescente na América Latina. No contexto da América Latina este movimento foi acalorado por entusiastas de diversas nacionalidades e formações, com destaque aos precursores do Grupo Modernidade/colonialidade⁷

O debate de(s)colonial promovido por esse grupo repercutiu na academia por delinear uma mudança paradigmática dedicada a compreender o mundo moderno atado à colonialidade. Resultou em diversas produções científicas que, em linhas gerais, posiciona a colonialidade como herança do colonialismo, e discute pelas relações de poder, as suas múltiplas faces da colonialidade no contexto contemporâneo. É proposto também, a necessidade de se estabelecer um giro decolonial no âmbito social e econômico, e uma nova base epistemológica para os trabalhos técnicos e científicos.

Nesta seção intitulada “Colonialismo e de(s)colonialidade: modos de ver”, assumimos a perspectiva de(s)colonial na forma de compreender e enxergar as gentes que habitam o litoral sergipano aglutinadas pelos múltiplos tentáculos da colonialidade, esta circunscrita no tempo e no espaço como um *continuum*. Neste contexto, apreendemos as gentes em circunstâncias sociais, econômicas e territoriais arraigadas pelas relações de poder que as circunscrevem na subalternidade e invisibilidade.

Para dar início a essas discussões estruturamos a seção em três giros reflexivos. O primeiro traz autores latinoamericanos articulados no esclarecimento das teorias coloniais e na construção do pensamento e da proposta epistêmica de(s)colonial. Além disso, apresentamos as principais fundamentações temáticas inseridas na discussão da descolonialidade, como racismo, sexismo, natureza,

⁷ Faz parte do Projeto Modernidade e Colonialidade.

poder e conhecimento. Essa inserção reforçou nossos caminhos analíticos das comunidades tradicionais litorâneas, pelo reconhecimento do seu passado histórico colonial, pela luta contra a subalternidade e invisibilidade e pela necessidade de compreendê-las a partir dos seus lugares de enunciação.

No segundo giro apresentamos um diálogo geohistórico para compreender o passado e a herança colonial do litoral de Sergipe e as interferências no processo de ocupação pelos distintos grupos étnicos, tupinambás, afro-brasileiros, portugueses, franceses e holandeses. Apresentamos os reflexos da historiografia na atual composição racial e na toponímia dos municípios litorâneos e estuarinos. Abordamos também as geograficidades das comunidades tradicionais e o surgimento de grupos com identidades moldadas pelas vivências, práticas produtivas e herança cultural das tradições indígenas, afro-brasileiras e europeias.

O giro nas comunidades tradicionais litorâneas foi substanciado com imagens do acervo de registros e pesquisas realizadas desde 2013, no curso da graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe e, com destaque para as nossas experiências de pesquisa acadêmica, desde iniciação científica, realizadas em comunidades quilombolas do litoral Sul e litoral Centro, bem como, com a pesquisa de mestrado em comunidades pesqueiras do litoral Norte.

Após exposição sobre a geohistória das comunidades litorâneas de Sergipe, o terceiro giro busca o alinhamento dos pressupostos metodológicos concatenando as perspectivas teóricas com os temas e o chão empírico. Apresentamos os autores fundantes dos conceitos mediadores desta pesquisa, a subalternidade, a fronteira e embates culturais, de forma a qualificar as discussões dos conceitos espaciais estruturantes como o território e a paisagem.

Ainda neste giro são detalhados o universo e a amostra da pesquisa, definidos os sujeitos e atores sociais envolvidos pela ambiência de alteridade e iminência da fronteira. São descritos os tipos de procedimentos e instrumentos técnicos utilizados, que resultaram na coleta e tratamento de dados de campo.

1.1 Giro de(s)colonial: por uma nova Geografia

A colonialidade é um assunto que pode parecer esgotado, amplamente discutido e já consolidado, porém muito se engana, os que pensam que este fenômeno se findou junto com o colonialismo. Ora, o colonialismo enquanto fato e processo histórico teve sua data de início e fim, mas a colonialidade, isto é, as práticas materiais e simbólicas que por muitos séculos sustentaram o colonialismo, permaneceram nos múltiplos tempos e espaços, sobretudo na América Latina e África. Sobre o assunto, Quijano (2005) refletiu que a colonialidade provou ser mais profunda e duradoura que o colonialismo, pois foi imposta na intersubjetividade social de maneira arraigada e prolongada.

A colonialidade enquanto herança do colonialismo, é mais do que história e memória, pois guiou os projetos de desenvolvimento das nações latinoamericanas em todas as etapas do capitalismo, comercial, industrial e globalizado e, se mantém no presente tanto por meio de práticas cotidianas quanto nas ações políticas de elaboração/execução de projetos de desenvolvimento econômico locais, regionais e globais.

Sociólogos latino-americanos tomaram a dianteira na reflexão científica do conceito, sendo o peruano Aníbal Quijano, o primeiro a estabelecer essas discussões entre as décadas de 1980 e 1990. Ao longo das últimas quatro décadas outros autores vêm contribuindo e acrescentando múltiplos olhares a respeito da colonialidade, dentre os quais destacamos o semiólogo argentino Walter Dignolo, os sociólogos venezuelano Edgardo Landier e colombiano Santiago Castro-Gómez e, os geógrafos brasileiros Carlos Walter Porto-Gonçalves, Valter do Carmo Cruz e Rogério Haesbaert.

Diante de tantos teóricos, fica a pergunta: o que tem motivado esses autores a exporem a colonialidade e a de(s)colonialidade como reflexão de suas produções? De acordo com Ballestrin (2013), os movimentos intelectuais, epistêmicos e políticos sobre a temática iniciaram na década de 1970 com o Grupo Sul Asiático dos Estudos Subalternos, cujo objetivo era analisar criticamente a historiografia colonial e eurocêntrica, principalmente na Índia. Ainda, segundo a autora, esse grupo motivou a formação do Grupo latinoamericano de Estudos Subalternos na década de 1990, que reuniu estudiosos norte americanos e latinos, como Aníbal Quijano e Santiago

Castro-Gómez, com o objetivo central de ampliar as discussões sobre sociedades inferiorizadas diante do poder central europeu.

Entretanto, a produção do grupo passou a ser permeada por críticas, pois conforme afirma Mignolo (2007), seus estudos sobre os subalternos, até aquele momento em 1998, não haviam conseguido romper com a construção do conhecimento científico eurocêntrico. Em meio a essas divergências, é fundado neste mesmo ano, o Grupo Modernidade/Colonialidade, composto por Walter Mignolo, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein e Aníbal Quijano. Sem atuação de brasileiros e geógrafos.

Essa formação consolidou um grupo de pensadores dedicados à interpretação do mundo tomando como foco, denúncias à matriz colonial de poder eurocentrada, e os desdobramentos da colonialidade na conformação do mundo atual. Seus pensadores foram responsáveis pela formulação de teorias, conceitos e ações que adensam um discurso epistêmico contra-hegemônico.

É pertinente, reconhecer que a complexificação teórica dos estudos do grupo Modernidade/Colonialidade, sofreu influência de pensamentos iniciados por seus membros desde 1960, a exemplo, da filosofia da libertação formulada por Dussel, teoria da dependência, por Quijano, teoria do sistema-mundo por Wallerstein (Ballestrin, 2013).

Nos trilhos desse adensamento, uma das primeiras e significativas contribuições de Aníbal Quijano foi o conceito de colonialidade do poder, que pode ser interpretado como um fenômeno social, histórico e econômico instituído por um padrão de poder centralizado e eurocêntrico, engendrado no colonialismo e na modernidade (Quijano, 2005). Desse modo, a colonialidade e a modernidade constituem um par dialético, pois o primeiro exprime a condição de existência do segundo.

Sobre esse assunto, Mignolo (2017) entende que a colonialidade é constitutiva da modernidade, cujo ponto de origem é a Europa e suas narrativas que culminaram na construção do mundo ocidental. Logo, não existe modernidade sem colonialidade. Essa ideia também é estruturada pelos Geógrafos brasileiros Porto-Gonçalves e Haesbaert:

[...] o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade. Daí dizemos, sempre, aqui, que vivemos um sistema-mundo moderno-colonial, e não simplesmente um mundo moderno. Com

isso, podemos superar a visão eurocêntrica do mundo sem que a substituamos por uma centrada no outro polo, o colonial, e sem que permaneçamos prisioneiros da mesma polaridade (a Europa e o resto) (Porto-Gonçalves; Haesbaert. 2005, p.19)

A colonialidade enquanto condição de existência da modernidade conformou uma nova ordem mundial, como afirmam os autores citados, “um sistema-mundo moderno-colonial”. Reconhecer o mundo sob esse ponto de vista nos permite entender o processo de trans(formação) da América, Ásia e África sob os ditames de um novo padrão colonial de poder hegemônico europeu. Nesse contexto, Quijano comunga da ideia do sistema-mundo ao desenvolver o citado conceito de colonialidade do poder, pois escreveu que os europeus puderam “[...] impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao ‘sistema-mundo’ que assim se constituía com o seu padrão específico de poder” (Quijano, 2005, p. 121).

O sistema-mundo moderno-colonial a América Latina se configurou como um gueto geopolítico e estratégico para a modernidade. Aqui se estabeleceu os contrastes e diferenças entre colonizadores e colonizados por meio da concepção de raça, que os classificavam em inferiores/superiores, selvagens/civilizados, dominados/dominadores, pois

El racismo estuvo siempre implícito en la etnicidad, y las actitudes racistas fueron parte y propiedad de la americanidad y la modernidad desde sus inicios. Pero el racismo hecho y derecho, teorizado y explícito, fue en gran medida una creación del siglo XIX, como una manera de apuntalar culturalmente una jerarquía económica (Quijano, 1992, p. 585).

O racismo então, foi um instrumento de sustentação das estruturas do poder eurocêntrico, isto é, foi o principal mecanismo utilizado para a manutenção do poder econômico e cultural centralizado na Europa. Ainda de acordo com Quijano (2005) a raça foi utilizada para estabelecer uma classificação social básica da sociedade colonial, emergindo então novas identificações socioraciais como índio, negro e mestiços. Essas identidades se mantêm no sistema-mundo atual e escancara a força da permanência da colonialidade e do racismo estrutural.

Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005) nos lembram que a estratégia utilizada pelos europeus foi classificá-los como superiores em relação a outros povos do planeta, com a redução das diferentes temporalidades do resto do mundo ao seu

próprio tempo, impondo o seu relógio como universal. De fato, o pensamento europeu privilegiou a temporalidade em detrimento do espaço, taxando outros povos/raças como atrasadas, fato que enraizou e naturalizou o racismo na conformação do mundo moderno/colonial.

Além do racismo, foram utilizados outros instrumentos de dominação como as questões de gênero e relações de trabalho. “É nessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas” (Ballestrin, 2013, p.101). Trata-se de uma tríade da dominação, raça/gênero/trabalho, que para além da violência simbólica e cultural promove a exploração dos elementos da natureza. O controle da colonialidade do poder é amplo e dinâmico, conforme organizamos na figura 1.

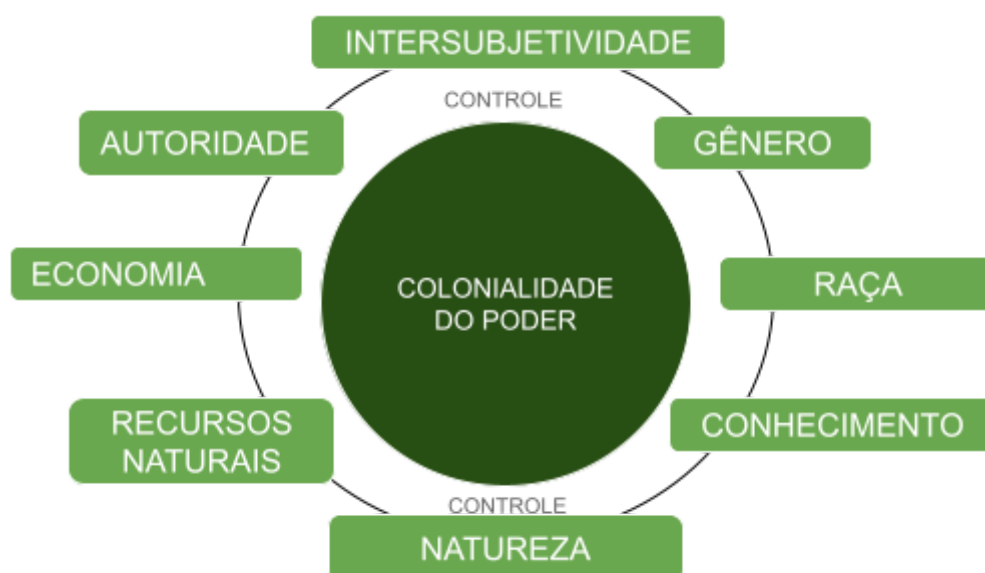


Figura 1 - Esquematização teórica da colonialidade do poder
Fonte: Mignolo, 2010. Organização Heberty Ruan da Conceição Silva, 2023

A esquematização apresentada é uma síntese que remete às reflexões de Mignolo (2010) quando aborda a matriz da colonialidade do poder composta por uma estrutura complexa e níveis entrelaçados que permitem a manutenção do controle dos povos e nações. É pertinente salientar que essa matriz colonial de poder se estabeleceu numa estrutura rígida e poderosa por sua capacidade de imposição e controle dos múltiplos aspectos da sociedade e natureza. As relações de colonialidade impuseram suas raízes na intersubjetividade social, identidades

sociais como gênero, sexualidade e raça⁸, bem como, se apossaram da produção e prática do conhecimento. Ainda, comandaram as economias globais pelo controle da natureza e dos recursos naturais. Para além do antagonismo racial, o colonialismo moldou a servidão econômica e produziu desigualdades estruturais entre colônias e metrópoles, hoje países do Sul e Norte global.

Condizente com a força da colonialidade do poder, Cruz (2017) complementa ao afirmar esses aspectos de controle, é parte de projeto civilizatório que usa do racionalismo, humanismo e da ciência, Estado e ideia de progresso para celebrar a superioridade Europeia e negar outras formas de racionalidade, razão, civilidades e cultura. A complexidade da matriz colonial é explicitada por Mignolo:

La colonialidad del poder está atravesada por actividades y controles específicos tales la colonialidad del saber, la colonialidad del ser, la colonialidad del ver, la colonialidad del hacer y del pensar, la colonialidad del oír, etc. Muchas de estas actividades pueden agruparse bajo la colonialidad del sentir, de los sentidos, es decir, de la aesthesis (Mignolo, 2010, p. 12).

As variadas conexões da colonialidade do poder provocaram o aprofundamento da discussão e, assim, o grupo Modernidade/Colonialidade organizou um livro focado na colonialidade do saber e perspectivas latino-americanas no ano de 2000. Para Porto-Gonçalves (2005), ao apresentar o livro em sua versão brasileira, a colonialidade do saber revela que para além das desigualdades sociais profundas provocadas pelo colonialismo, existe ainda um legado epistemológico do eurocentrismo, que interfere nas formas como compreendermos o mundo a partir do mundo em que vivemos.

Entendemos então, o conceito de colonialidade e as contribuições teóricas a respeito. Soma-se a sua concepção conceitual, o tratamento da colonialidade como um paradigma que necessita ser superado em diversos âmbitos sociais, nas nossas posturas, práticas, pensamentos e ações individuais e coletivas. É necessário sobrelevar então, o eurocentrismo enquanto pólo científico, cultural e econômico para nos tornarmos protagonistas na construção do conhecimento e do desenvolvimento.

Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005) trazem a discussão de que não existe

⁸ Como demonstra a figura 1, a colonialidade do poder se reveste por intermédio também, das relações de gênero, tema consagrado por María Luganes no texto: “colonialidade e gênero” publicado em 2008.

um pólo único de poder e conhecimento pois é preciso superar a visão de um protagonismo exclusivo dos europeus tornando os diferentes povos e lugares como agentes ativos do conhecimento e construção de mundo. A tentativa de superação do colonialismo estimulou diversos acadêmicos a adotarem uma nova postura epistemológica, assumindo a postura decolonial.

A crítica à colonialidade do poder, saber, do ser e da natureza engaja a América Latina numa postura acadêmica/científica que viabiliza um cenário de crise epistemológica. Ora, o colonialismo, como salienta Boaventura Santos (2010), representou ao mesmo tempo, uma dominação epistemológica eurocêntrica por meio da negação e dissolução do conhecimento e saberes dos povos dominados. A crise se enraíza no processo de construção de um conhecimento contra-hegemônico dedicado a estabelecer denúncias sobre o apagão epistemológico praticado contra os povos dominados e a favor da valorização dos saberes resistentes ao colonialismo e à colonialidade.

Diante deste cenário de crise e renovação do pensamento, *face* à necessidade de superar a colonialidade e promover a descolonização epistêmica, política, mental e econômica. Mignolo (2021) julga importante o rompimento político com as epistemologias imperialistas,

A opção decolonial é o conector singular de uma multitude de decoloniais. Os caminhos decoloniais têm todos uma coisa em comum: a ferida colonial, o fato de que regiões e pessoas ao redor do mundo foram classificadas como subdesenvolvidas, econômica e mentalmente (Mignolo, 2021, p.27).

Para esse autor, é necessário construir conhecimento democrático, justo, não-imperiais/coloniais, pois, os caminhos entre o colonialismo, a colonialidade e a descolonialidade nos insere em um contexto epistemológico conhecido como giro descolonial. Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Nelson Maldonado-Torres no ano de 2005, durante um encontro realizado em Berkeley, nos Estados Unidos, conhecida como *Mapping Decolonial Turn* (Mignolo, 2010). Essa denominação tornou-se difusa e passou a ser utilizada pelos descoloniais em todo o mundo. Para Ballestrin (2013), essa terminologia significou um movimento de resistência epistemológica, política e prática, além disso, a descolonialidade passou a representar um terceiro elemento da dialética modernidade/colonialidade. XX

O “Giro Descolonial” é, pois, movimento que retrata a ascensão do conceito

de descolonialidade, termo comumente usado nos diálogos epistemológicos. Para Cruz (2017), essa expressão é usada para nomear uma flexão não só epistêmica, mas também ética e política, que prioriza o nosso passado colonial como a raiz do pensamento das nossas sociedades, e suas especificidades. O autor, continua a discussão:

Essa nova perspectiva epistemológica, ética e política de compreender a nossa história e geografia que ganha destaque no momento atual não nasceu agora, mas sim é resultado de um longo processo, fruto de muitas formas de pensar e de agir contra o legado do colonialismo nos últimos cinco séculos. A nossa história é a história do colonialismo e sua herança, mas também é a história das resistências e lutas dos grupos subalternizados contra essa realidade (Cruz, 2017, p. 25)

Com base nos escritos apresentados, os estudos descoloniais não devem, jamais, deixar de recorrer à História, uma vez que a realidade em que vivemos e investigamos é reflexo de um povo colonizado sob a pressão de um sistema-mundo moderno-colonial, capitalista e globalizado.

Nas palavras de Haesbaert (2021), o giro de(s)colonial⁹ está vinculado a um movimento antecedente conhecido como “giro espacial”; apresenta um contexto geopolítico que se convencionou denominar América Latina. Deste modo, o autor considera que o debate de(s)colonial representou um ganho expressivo nas discussões espaciais e complementa:

o giro de(s)colonial como uma modalidade de pensamento que brota dessa perspectiva própria com que, a partir de nosso contexto geo-histórico, enxergamos o mundo. Sem ignorar, entretanto, sua íntima relação, especialmente quando levamos em conta a importância do legado de violência, opressão e exploração que fez da “América Latina” um núcleo fundamental (no conjunto das periferias coloniais), até mesmo fundante segundo Aníbal Quijano, para a construção de uma concepção de Europa e sua modernidade/modernização (Haesbaert, 2021, p.87).

O giro de(s)colonial, por sua vez, constitui um pensamento que qualifica as discussões espaciais sob a ótica de um contexto histórico que culminou no processo de formação política e identitária da América Latina. O giro de(s)colonial, resultou, também, na ascensão de uma visão de mundo, por estimular a construção do

⁹ O autor explica no seu texto, que utiliza a escrita De(s)colonial com o “s” entre parênteses para contemplar o conjunto de pensamentos e designações, entre elas: descolonial e decolonial. Mas também por questões de tradução.

conhecimento que nos situa no espaço como resultante de um legado de dominação e subalternidade.

Para Cruz (2017), o “giro descolonial” é também uma forma de sintetizar/nomear a mudança epistêmica, ética e política nas ciências sociais da América Latina, na qual o passado colonial tornou-se ponto de partida para se pensar as especificidades de nossas sociedades, logo, essa abordagem do giro é fruto de uma longa linhagem de pensadores críticos do século XIX e XX, que evoluiu pela necessidade de superação da herança colonialista.

Em relação ao termo “decolonial e decolonialidade”, começou a ser utilizado na primeira metade do século XX, após as I e II guerras mundiais, durante a Guerra Fria, porém as reflexões estabelecidas tomavam corpo por duas vias de entendimento. A primeira como revolução e luta pela independência e a segunda é do ponto de vista epistemológico como apresenta Mignolo (2007).

Isso nos conduz a pensar que a decolonialidade e a colonialidade surgiram no mesmo período histórico, porém, do ponto de vista do conceito, a decolonialidade Otoma corpo posteriormente, devido ao avançar das críticas, insatisfações e angústias, de povos e teóricos subalternizados, em relação a permanência dos efeitos do colonialismo.

Há de considerar que o pensamento descolonial se contextualiza em dois tipos de esforços, o primeiro, com a tarefa de tecer críticas aos desdobramentos e manutenção das estruturas de poder atreladas a colonização e, a segunda, como uma tarefa de estruturar um pensamento que exceda o paradigma da matriz colonial (MELO, 2021). Deste modo, a narrativa descolonial está situada em uma linha geohistórica tênue marcada pela revolta contra o padrão de poder, desobediência da matriz colonial e necessidade de se estabelecer uma nova forma de pensamento/ação que promova o rompimento da matriz colonial eurocentrada.

Considera-se que o movimento epistêmico resultante do giro de(s)colonial caracteriza-se por promover o rompimento da matriz colonial eurocentrada, que tanto interfere na constituição do saber e do poder. O pensamento de(s)colonial é consistente e localizado, fato que nos faz lembrar da análise estabelecida por Melo (2021) sobre a relação entre de(s)colonialidade e filosofia latinoamericana por meio da abordagem da hermenêutica topológica, feita pelo Grupo Modernidade/Colonialidade.

Em Heidegger (2013), a hermenêutica tem como propósito a explicação da existência humana por meio da facticidade, para tornar acessível o entendimento do ser-aí, em seu caráter ontológico, deste modo, a hermenêutica configura-se ao mesmo tempo, a possibilidade de se compreender e de ser essa compreensão, fato que aclara a alienação de si, e do que atinge.

Nelson Maldonado-Torres, membro do citado grupo Modernidade/colonialidade, reconheceu inclusive, que a ontologia fundamental de Heidegger tem orientado reflexões importantes na compreensão da experiência vivida dos sujeitos colonizados e racionalizados, apesar de deixar claro que Heidegger não usou essa teoria para pensar o homem não europeu e, tampouco, o sujeito colonizado no contexto da modernidade.

Os estudos de(s)coloniais, em sua essência e complexidade confluem para a perspectiva de desvelamento hermenêutico, pela apreensão da existência atrelada a um horizonte geohistórico de modernidade/colonialidade, temporalidade/espacialidade. Para Melo (2021) é uma hermenêutica topológica, uma vez que o pensamento decolonial tem como referência o “a partir de”, isto é, o lugar de enraizamento e o lugar como horizonte fático, histórico e territorial, que desvela contextos vinculados a projetos de mundo-existência e possibilita o entendimento do nosso mundo, de nós, e dos outros, pela matriz colonial de poder e seus dispositivos.

Observa-se que o pensamento decolonial valoriza a condição de existências dos sujeitos subalternizados e seu lugar de referência. Maldonado-Torres (2022) explica o conceito de colonialidade do ser como resposta a necessidade de aclarar os efeitos da colonialidade na experiência vivida e na mente, fator que a diferencia da colonialidade do poder vinculado à compreensão das formas modernas de exploração e dominação, e da colonialidade do saber, voltada à produção de conhecimento epistêmico.

A de(s)colonialidade traz a possibilidade de se fazer ouvir e ser ouvido, para evidenciar um mundo múltiplo em vozes, olhares, visões, poderes e perspectivas de mundo descentralizadas e não europeias. isto é evidente nos pressupostos ontológicos, políticos e epistemológicos do pensamento colonial, ao mesmo tempo que problematiza o mundo a partir do seu lugar de enunciação, denuncia o apagamento geohistórico das suas espacialidades.

E é nesse contexto que posicionamos os sujeitos sociais que vivem no litoral do município de Barra dos Coqueiros/SE, inserindo-os numa narrativa de(s)colonial comprometida com uma multiplicidade, aos moldes discutidos por Cruz.

Para construirmos uma narrativa descolonial, é preciso pensar o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; isso implica, segundo Massey (2005), colocar a questão da diferença no centro do debate político, permitindo pensarmos na existência de múltiplas vozes, múltiplas temporalidades múltiplas histórias na contemporaneidade, descentrando uma perspectiva etnocêntrica que afirmam histórias locais como universais, mas que são particulares; entretanto, pelo exercício do poder e do saber, subalternizam outras histórias, temporalidades, sujeitos e saberes (CRUZ, 2017, p. 22/23).

Conforme a reflexão do autor, na postura de(s)colonial é necessário evidenciar os contrastes da pessoa humana e suas diferenças políticas, culturais, econômicas e de pensamento. Alinhados a essa postura, compreendemos que a complexidade das gentes e das geografias dos litorais sergipanos é inquietante, e nos provoca a estabelecer uma análise de modo a enxergar gênero; raça; conhecimentos, natureza, recursos naturais, economias e autoridades ou seja, povos, identidades, culturas, modos de fazer, viver e ser em suas diversas motivações sociais.

Neste contexto, salientamos, por exemplo, o embate entre culturas e identidades, como realidade importante para se refletir e compreender identidades e fronteiras culturais das comunidades litorâneas no chão do nosso estudo. Reconhecemos nesses litorais, a existência de gentes subalternizadas, isto é, invisibilizadas, desvalorizadas, submetidas a processos e projetos dominantes que tendem a dissolver as suas práticas e identidades locais para atender economias e culturas globalizadas que pressionam vidas, ecossistemas e territórios.

No caminho teórico para o entendimento das geografias dos povos litorâneos subalternizados e invisibilizados, afluí com a perspectiva analítica do pensamento de(s)colonial, pois consideramos que esse espaço litorâneo se reproduz histórico e socialmente sob padrões de poder econômico e cultural que assemelha aos aspectos e características da colonialidade, devido a desvalorização, eminentes, embates e conflitos com os povos tradicionais, seus modos de vida e suas formas de existência, com a imposição de modelos e formas de viver que obedecem aos padrões do capitalismo moderno globalizado.

Diante do desenvolvimento econômico e cultural representativos

característicos da colonialidade do poder, essas comunidades esbarram no desafio de manter ou ressignificar suas práticas, identidades e modos de viver e acrescentamos, não como semântica, reexistir

1.2 Giro nas comunidades tradicionais extrativistas do litoral de Sergipe

Tomamos como ponto de partida o passado e a herança colonial das terras que hoje são identificadas politicamente como litoral de Sergipe, possuidoras de marcas históricas que evidenciam os múltiplos processos e formas de sua ocupação. Os registros históricos indicam que os povos tupinambás, foram os primeiros a se instalarem neste litoral, antes mesmo do processo de colonização liderado pelos países europeus, logo, a compreensão da geohistória dos tupinambás sergipanos configura-se indispensável para o reconhecimento da herança pelas quais as comunidades extrativistas contemporâneas se situam e organizam as suas práticas socioculturais.

Os Tupinambás são grupos distintos, espacialmente segregados, solidariamente diferenciados, mas que compartilham um grupo étnico básico, o Tupi. Estabeleceram-se principalmente em áreas litorâneas, permitindo-lhes contato mais intenso com os europeus (FERNANDES, 1963). Em relação à terminologia “Tupinambá”, seu uso embora utilizado pelo padrão eurocentrado para agregar múltiplos grupos culturais, foi apreendido pelo pensamento de(s)colonial como legitimador da história e da etimologia do termo.

Antes de adensar o necessário diálogo geohistórico é preciso considerar algumas questões básicas: I – De que forma no contexto colonial ao longo do século XVI, os tupinambás que viviam ao território de Sergipe aparecem na literatura histórica como pertencentes à capitania da Baía de Todos os Santos¹⁰, pois a capitania de Sergipe Del Rey¹¹ formou-se somente no final deste século. II – De que o litoral de Sergipe foi identificado na literatura colonial, quando esta apresentou referências e descrições espaciais de fatos históricos, de registro de rios e estuários, hoje pertencentes ao Estado de Sergipe, a exemplo dos rios Real, Itapicuru, Vaza-barris¹², Sergipe¹³, e São Francisco, substancialmente evidenciados na cartografia colonial. A Figura 2 mostra parte da Capitania de Sergipe Del Rey, por

¹⁰ A capitania da Baía de Todos os Santos foi criada em 1534 e foi uma das unidades/subdivisão administrativa para facilitar a colonização portuguesa no território brasileiro.

¹¹ A capitania de Sergipe del Rey foi criada em 1590 pelo rei da Espanha e Portugal Felipe II. Permaneceu subordinada à capitania da Baía de Todos os Santos até o ano de 1820, tornando-se autônoma por decreto régio de Dom João VI - rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

¹² Também identificado na literatura e cartografia histórica como vasa-barris.

¹³ Também identificado na literatura e cartografia histórica como Cotinguiba e Cotindiba.

mapa confeccionado no século XVII. Cabe considerar que, desde o século XIX (1820), o litoral de Sergipe delimita-se em uma faixa de terra compreendida entre a foz do rio Real, em divisa com o Estado da Bahia e a foz do Rio São Francisco, em divisa com o Estado de Alagoas.



Figura 2 - Capitania de Sergipe del Rey: Mapa parcial entre os rios Vaza-barris e São Francisco
Elaboração: Cartógrafo Joan Blaeu, 1665; Adaptação: Hebert Ruan da Conceição Silva (2023)

Conforme indica Fernandes (1963), quando os portugueses iniciaram a colonização da Bahia no início do século XVI, os povos Tupinambás, primeiras vítimas do colonialismo europeu, dominavam áreas extensas da zona costeira desde o rio São Francisco até a região de Ilhéus (Sul da Bahia). Em decorrência da grande extensão e foco da colonização no litoral baiano, o litoral que hoje pertence a Sergipe, ficou de fora do controle de Portugal nas primeiras décadas da colonização, situação que propiciou a atuação de piratas franceses no nosso litoral Norte (Pacatuba), e Sul (estuário do Piauí).

Os franceses mantiveram um intenso tráfico no entorno dos rios Sergipe, Real e Itapecuru impondo relação de submissão com os tupinambás locais. Preocupados com as constantes invasões e intervenções externas nesse território, os portugueses organizaram, ao longo da segunda metade do século XVI, expedições à “Sergipe” para impor a sua autoridade. Nunes (1989) enfatiza que as expedições constituíram tentativas para integrar o território sergipano à colonização lusa e começaram a

ocorrer a partir de 1574. De acordo com Fernandes (1963), as primeiras chegaram nas imediações entre os rios Real e Sergipe e, de forma violenta, destruíram as povoações que ali existiam, executando as principais lideranças indígenas. Essas expedições continuaram a ocorrer nas décadas seguintes e culminaram em banho de sangue, no sacrifício de um grande contingente indígena, bem como no aprisionamento de grupos liderados pelos caciques Serigi, Surubi e Aperipê.

Os portugueses tentaram impor o seu controle aos tupinambás nas terras “sergipanas” ao longo de três décadas, e apesar dos avanços, em 1587 os franceses ainda continuavam a estabelecer trocas com os tupinambás, por motivações econômicas encabeçadas pela exploração do pau-brasil e, também, por vingança, uma vez que já haviam sido expulsos pelos portugueses de outros territórios da costa brasileira, a exemplo da Paraíba em 1575. Logo, os franceses, conforme Nunes (1989) e Fernandes (1963), aliaram-se aos tupinambás, oferecendo-lhes aparatos, o que fortaleceu a resistência dos povos nativos contra os portugueses. Ação que resultou nos anos subsequentes, intensa reação desses povos contra os colonizadores lusitanos, resultando em mais de 500 brancos mortos. Um marco na luta dos povos nativos.

Obviamente, o objetivo dos franceses não era fortalecer os tupinambás, mas sim, criar uma zona insegura para os portugueses e manter a sua influência entre os povos nativos. Contudo, uma grande reação portuguesa foi organizada na década de 1590. Durante o reinado de Felipe II foi ordenado a Cristóvão de Barros a responsabilidade de resolver os problemas de controle e colonização de Portugal no território sergipano. Logo, foi montado uma expedição endereçada às proximidades do rio Vaza-Barris com um contingente de 3 mil soldados munidos de arsenal bélico expressivo e táticas de guerra desconhecidas do povo tupinambá. Dos 20 mil tupinambás que viviam na região, 2.400 foram mortos pelas tropas, 4 mil foram aprisionados e 13 mil fugiram para outras regiões. A vitória portuguesa consagrou-se com a fundação do primeiro sítio de São Cristóvão nas imediações do rio Poxim e Sergipe (NUNES, 1989), constituindo a 4ª Vila da colônia Portuguesa e posterior Capital da Província de Sergipe

Após a conquista das terras sergipanas, a colonização portuguesa estabeleceu as diretrizes econômicas fundantes da Capitania¹⁴, baseada na distribuição de

¹⁴ Capitania de Sergipe Del Rei (1590 a 1821), ficou subordinada à Bahia de 1590 a 1820. Tornou-se autônoma por meio de decreto régio de Dom João VI no dia 8 de Julho de 1820.

sesmarias, voltadas para atividades agropastoris e busca de riquezas. De acordo com França e Cruz (2007) a pecuária consolidou uma nova economia para a Capitania de Sergipe Del Rey, atraiu novos moradores e assegurou o fornecimento de gado para os engenhos da Bahia e Pernambuco. Nesses moldes, Sergipe articulou-se na economia colonial, ao mesmo tempo que anulou a economia tupinambá preexistente.

Todas as áreas povoadas pelos tupinambá, antes da ocupação portuguesa, apresentavam as condições necessárias de sobrevivência dos seus grupos. Para Fernandes (1963), esses grupos constituíam uma unidade econômica independente e autossuficiente, uma economia natural e de subsistência, pois detinham área territorial onde os componentes do grupo extraíam os meios de subsistência para satisfazer as necessidades restritas do grupo local, sem nenhuma troca.

As características geográficas do meio físico do litoral de Sergipe, onde se localizavam a maior parte das povoações dos tupinambás, indicam que, até o século XVII, esses grupos dispunham do bioma mata atlântica e de ecossistemas estuarinos importantes como manguezais, apicuns e restingas; solos férteis como o massapé, e abundante hidrografia, com rios e lagoas, além de muitos estuários. Essas condições naturais combinadas indicam a existência de uma grande biodiversidade de fauna e flora. Por consequência, desenvolveram um sistema sociocultural de linguagem, saberes, práticas, códigos, aparatos e técnicas de manejo que permitiam a sua sobrevivência neste meio físico.

A economia Tupinambá era uma economia mista. Os meios de subsistência eram obtidos pela coleta ou através de trabalho agrícola organizado. A caça e a pesca desempenhavam um papel importante nessa economia, fornecendo alimentos que deviam ser combinados às farinhas de raízes. [...] o aproveitamento extensivo de plantas nativas em sua dieta, que poderia confirmar aquela explanação, cai também na esfera de atividades coletoras. (FERNANDES, 1963, p. 84/85).

Portanto, a economia de sobrevivência dos povos Tupinambá não se restringia somente ao uso de produtos primários, o beneficiamento, isto é, a transformação de alimentos em outros produtos alimentícios eram práticas que sobressaíam na convivialidade grupal. Em relação ao extrativismo, pouco se sabe, para além da madeira e pesca, os produtos que eram extraídos na natureza, aqui no litoral de Sergipe, contudo, é inegável o papel ancestral dos tupinambás na produção do conhecimento e das técnicas que transcenderam gerações de extrativistas nos

séculos posteriores e sociedade atual.

Obviamente o colonialismo e a formação do sistema-mundo moderno colonial negou o lugar de enunciação desses povos originários e suas práticas econômicas foram invisibilizadas por não ter valor ao capitalismo mercantil, novo padrão econômico mundial. Com a fixação da colonização portuguesa, o remanescente indígena do litoral de Sergipe, foi escravizado e enviado para outras capitanias¹⁵, além disso algumas aldeias passaram a ser administradas por grupos religiosos (NUNES, 1989), atuação que interrompiam a sua evolução cultural e identitária e solapou a sua ancestralidade.

Não somente os tupinambá sofreram com o processo de colonização do território de Sergipe. A historiografia colonial retrata a chegada de um grande quantitativo de povos negros de origem Africana. De acordo com Corrêa e Anjos (2022), os escravizados possuíam diferentes composições e origens étnicas, dentre outras, Banto, Congo, Angola, Guiné, Nagô, Malê, Yorubá e Mina. No entanto, Nunes (1989) destaca o predomínio dos grupos Angola e Mina. Os povos negros africanos escravizados chegaram a Sergipe ainda no século XVI para o trabalho nas fazendas pecuarista, lavouras de subsistência, e nos poucos engenhos de cana-de-açúcar. Posteriormente, no século XVII nas lavouras de fumo, e cana-de-açúcar no século XVIII e XIX.

Estima-se que o número de povos negros escravizados em Sergipe durante os séculos XVI e XVII era pequeno, pois a economia pecuarista exigia pouca mão de obra, suprida prontamente por indígenas. O crescimento exponencial das lavouras e a instalação de engenhos na capitania resultaram no aumento gradativo da demanda por mão-de-obra escrava africana, que chegava pela capitania da Baía. Entre os anos de 1637 e 1646, a chegada de negros escravizados foi interrompida devido a invasão Holandesa. Sobre esse assunto, Nunes (1989) enfatiza que os holandeses desarticularam a economia sergipana, destruíram a capital São Cristóvão, engenhos e canaviais, ocasião que possibilitou a debandada de grupos escravizados para áreas do agreste e sertão da Capitania, mas também, como apontado por Santos (2015) para áreas no interior dos estuários. Nessas áreas foram formados os primeiros mocambos, que tornaram-se um marco de resistência e na luta por liberdade.

A invasão Holandesa repercutiu na reorganização territorial dos negros

¹⁵ Com exceção do remanescente indígena que conseguiu fugir para regiões inalcançáveis pelo projeto de colonização.

escravizados, que ao fugirem das imposições do colonialismo e do embate entre holandeses e portugueses, seguiram em direção ao interior do continente em movimento semelhante ao que foi realizado pelos tupinambá, e também em áreas de difícil acessibilidade nas proximidades dos Rios Real e São Francisco, onde se fixaram e formaram os mocambos e quilombos.

Destacaram-se, em Sergipe, três Zonas de localização dos mocambos: do rio Real, a primeira deles, vista como sede “de terríveis mocambos”, também atraindo os negros da Bahia; a do baixo São Francisco, onde, em 1662, os escravos agrupados atacaram a primeira tentativa de colonização local feita na Ilha do Ouro, destruindo plantações e matando gado. [...] A terceira zona, localizada nas matas de Itabaiana, foi numericamente a mais importante. (NUNES, 1989, p. 202)

A autora observa que o período pós expulsão dos holandeses pelos portugueses foi marcado pelos constantes ataques nas cidades, vilas, aglomerações e áreas rurais da Colonia pelos povos negros refugiados em mocambos. Esses ataques ocorreram na intenção de saquear alimentos, instrumentos, ferramentas e outros itens importantes para a sua sobrevivência. Contudo, é possível considerar que essas lutas representaram um simbolismo anticolonial, por impedir nos seus tempos e espaços, o avanço do domínio português sobre a terra, natureza, e seus próprios corpos.

Baseados em Amaral (2007), salientamos que os negros aquilombados se utilizaram da tática de guerrilhas para se defenderem das investidas coloniais e, também, atacarem. Devido a constância dos ataques, os colonos da capitania solicitaram ajuda da Baía, que por sua vez, montou estratégias para identificar, destruir e aprisionar os quilombolas. Conforme Nunes (1989) as autoridades iniciaram as ações contra os mocambos em 1677, promoveram a expansão colonizadora fortalecida nos séculos posteriores, resultando no desaparecimento expressivo dos mocambos, aumento do número de engenhos e, também, com a transferência da pecuária para regiões sertanejas, pois os solos férteis do litoral destinaram-se ao fumo e cana-de-açúcar.

A região da Cotinguiba, tal como o recôncavo baiano, possuía os solos massapê, argilosos, escuros e pesados, que retinham bem a umidade e eram preferidos para o cultivo de cana-de-açúcar, a cultura mais rentável no período colonial. Lá eram encontrados também “salões”, solos avermelhados, mais leves que o massapê, mas também muito férteis. A região tinha o transporte facilitado pela navegação dos grandes rios e de seus numerosos afluentes durante a maré cheia.

Numa época em que existiam poucas estradas - e as que existiam frequentemente eram alvo de assaltos ou causas de acidentes, devido ao péssimo estado -, o transporte fluvial constituía importante fator de produção. (AMARAL, 2007, p. 28).

Apesar de Sergipe possuir características geográficas propícias, o desenvolvimento da atividade açucareira tornou-se tardiamente protagonista na sua economia. A atividade foi impulsionada pela alta do preço dos produtos derivados no mercado internacional, assim como por problemas de produtividade em outras capitanias do Brasil. No processo de implantação da monocultura da cana, o vale do rio Cotinguiba¹⁶ destacou-se pelas melhores condições pedológicas e navegabilidade para o escoamento da produção. Com o sucesso de sua produção a área ficou conhecida como “vale do açúcar” (Avelino, 2018). O desenvolvimento da cultura canavieira em Sergipe ocorreu do Sul para o Norte, expandindo-se até os rios Japaratuba e São Francisco.

O crescimento da atividade açucareira no vale do rio Cotinguiba e o seu desenvolvimento econômico foram bem-sucedidos a ponto de influenciar a transferência da capital da Província¹⁷ de São Cristóvão para Santo Antônio de Aracaju¹⁸, localizada na Barra do rio Cotinguiba, hoje Sergipe, por onde escoava a produção açucareira. A respeito desse assunto, Nunes (2006) afirma que essa medida teve como pretensão diminuir a dependência econômica de Sergipe com a Bahia, visto que todo o comércio de importação e exportação era realizado por Salvador. São Cristóvão, localizada a 15 km da foz do rio Vaza-barris, às margens de um braço deste rio, mostrou-se incapaz de gerenciar o comércio em ascensão da região do Cotinguiba.

A atividade açucareira em Sergipe como nos lembra Nunes (1989) foi uma monocultura latifundiária e escravocrata. Ademais, repercutiu no número de engenhos e crescimento da população negra escravizada, concentrada nas áreas litorâneas e vale de rios. Em levantamento realizado por Mott (1986), a Capitania de Sergipe tinha 8 engenhos no final do século XVII, 140 no final do século XVIII, e cerca de 800 no

¹⁶ Atualmente a principal rede de drenagem dessa bacia hidrográfica denomina-se rio Sergipe, banha a capital Aracaju. O rio Cotinguiba hoje é o nome dado a um afluente que liga o Rio Sergipe à cidade de Laranjeiras.

¹⁷ Província de Sergipe (1821-1889), tornou-se Estado de Sergipe com a proclamação da república em 1889.

¹⁸ Resolução 413, de 17 de março de 1855 sancionada pelo presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa.

final do século XIX. O mesmo levantamento indica que no século XIX, o quantitativo de população escravizada era de 19.434 em 1802, 47.812 em 1834, 56.564 em 1851 e 16.888 no ano da abolição em 1888. A causa da diminuição do quantitativo de população escravizada após a década de 1850 está ligada a proibição¹⁹ do tráfico e venda de escravizados para as trabalhar nas lavouras de café do sul do Brasil.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar alinhou-se ao comércio de exportação e, para tal, os cursos fluviais desempenharam papel importante no transporte da produção. As cidades sergipanas, sobretudo as do vale do Cotinguiba, crescem e dinamizam suas economias através de seus portos e da produção de açúcar, com inserção na economia mundial. Os senhores de engenho tornaram-se peça-chave da indústria açucareira e detinham o poder econômico e social da capitania. Obviamente, como destaca Avelino (2018), toda a riqueza econômica desse vale foi gerada por trabalhadores escravizados e seus descendentes, silenciados pela “figura” do senhor de engenho.

O protagonismo econômico da mão de obra escrava tornou-se visível com a abolição da escravatura, em 13 de Maio de 1888. Sobre essa data, Avelino (2018) destaca ter sido um momento de desarticulação da dinâmica econômica dos engenhos, pois os senhores de engenho ficaram temerosos e descontentes com a chamada “desordem do trabalho”. O inconformismo da elite sergipana foi grande ao ponto da alegação de que os ex-escravos livres representavam uma ameaça em potencial, e por isso, deveriam ser monitorados e punidos de forma violenta caso se negassem a trabalhar. A abolição impôs mudanças na lógica de trabalho e dominação das elites açucareiras de Sergipe, que neste período, tentaram manter seus ex - escravizados sob coação do trabalho livre e voltado para os serviços agrícolas.

Por outro lado, os ex-escravizados puderam comemorar nas ruas ao expressarem nos espaços públicos sua cultura, identidade, através de seus fazeres como na venda de alimentos, e inúmeros festejos. Para Avelino (2018) os ex escravizados não mais se sujeitaram a condições de trabalho degradantes, bem como prejudiciais a sua autonomia, logo, optaram pela mobilidade do trabalho livre, para se desvencilharem dos senhores de engenho e migraram espacialmente entre fazendas e áreas não ocupadas para desenvolverem atividades agrícolas ou urbanas. É importante salientar que nem todos os ex- escravizados se inseriram nesse contexto,

¹⁹ Lei 601 de 18 de setembro de 1850, Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

devido a falta de apoio e políticas sociais de reestruturação da vida pós-abolição.

Do ponto de vida espacial, nos anos seguintes à abolição, a população libertada ocupou regiões próximas aos seus antigos engenhos e senzalas, e conforme a mobilidade do trabalho e aptidão socioproductiva, ocuparam as áreas rurais constituindo povoações e comunidades no interior e ao longo de todo o litoral, bem como nas periferias das áreas urbanas do vale do Cotinguiba, muitas delas, adensando a população dos antigos mocambos.

Não à toa, um dos reflexos da historiografia apresentada explica a composição populacional atual do Estado de Sergipe. No último censo demográfico de 2022, constatou-se o número expressivo de população sergipana que se auto declarou como parda e preta, representando, respectivamente, 61,6% e 12,8% da população do Estado, enquanto a população branca 25,1% e indígena, somente 0,2%. Entre os municípios litorâneos e do vale do Cotinguiba, observa-se uma concentração maior dos que se consideram pretos, conforme podemos analisar na tabela 1.

	Composição da população por cor/raça -2022								POPULAÇÃO TOTAL
	PARDO		PRETO		ÍNDIO		BRANCO		
		%		%		%		%	
Aracaju	333.766	55,4	86.557	14,4	1.894	0,3	179.290	29,7	602.757
Barra dos Coqueiros	24.606	59,3	6.819	16,4	105	0,2	9.955	24,0	41.511
Brejo Grande	4.522	57,3	1.903	24,3	7	0,0	1.400	17,9	7.841
Estância	42.570	65,4	10.374	15,9	139	0,2	11.935	18,3	65.078
Indiaroba	11.523	69,6	3.176	19,2	34	0,2	1.782	10,8	16.549
Itaporanga	23.324	67,8	5.502	16,0	60	0,1	5.489	16,0	34.411
Laranjeiras *	15.125	63,1	6.045	25,2	30	0,1	2.755	11,5	23.975
Maruim *	9.165	58,3	3.455	22,5	33	0,2	3.049	19,4	15.719
N. Sra. do Socorro	117.081	60,9	33.687	17,5	476	0,2	40.779	21,2	192.330
Pirambu	5.132	64,9	1.191	15,1	5	0,0	1.561	19,5	7.913
Pacatuba	8.634	69,1	1.388	11,1	2	0,0	2.471	19,8	12.502
São Cristóvão	57.416	60,1	16.635	17,4	251	0,3	21.104	22,1	95.612
Santa luzia do Itanhy	9.242	67,9	2.731	20,1	14	0,1	1.578	11,6	13.616
Santo Amaro das Brotas	7.102	64,0	2.011	18,1	13	0,1	1.941	17,5	11.092
TOTAL	669.208	59,3	181.474	16,0	3.063	0,3	285.089	25,2	1.128.651
Estado de sergipe	1.361.504	61,6	283.960	12,8	4.580	0,2	556.908	25,1	2.210.004

*Município estuarino do vale do cotinguiba

Tabela 1 - Municípios litorâneos e estuarinos de Sergipe: população por cor e raça - 2022

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2022) . Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva (2023)

O colonialismo foi implacável com a população indígena de Sergipe, ao reduzir drasticamente o número de indivíduos, solapar suas raízes e suas formas de organização social, bem como, descontinuar as suas práticas culturais, religiosas e ancestrais. Obviamente, o número de descendentes indígenas pode ser muito maior,

mas por questão de identidade, ou melhor, a falta dela, a população que se reconhece se mantém reduzida a 0,3% entre os municípios do vale do Cotinguiba e litoral de Sergipe. O processo de miscigenação da sociedade sergipana também mascara a identidade por cor/raça e, um reflexo disso, é a grande proporção de pardos 61,6% no Estado e 59,3% entre o recorte de municípios litorâneos mostrado na Tabela 1.

Para além da questão racial, o processo geohistórico de ocupação de Sergipe evidencia os moldes do colonialismo europeu enquanto inclemente com a toponímia indígena e afrobrasileira. A imposição de novos nomes e significados aos lugares foi uma prática impositiva para sujeitar os povos originários, afrobrasileiros e seus descendentes. Alguns topônimos do litoral de Sergipe ainda testemunham marcas etnológicas do tupi, e em menor número de etnologia africana. Em documentos topográficos da Província de Sergipe, datadas do século XIX, (figura 3) observa-se que em meio ao predomínio dos topônimos postos/impostos pelo colonizador, palavras de origem tupi, notadamente, Japaratusba, Aningas, Cotindiba, Pitanga e Aracaju são destacadas. Marimbondo foi o único topônimo de origem africana presente neste recorte do mapa da província.

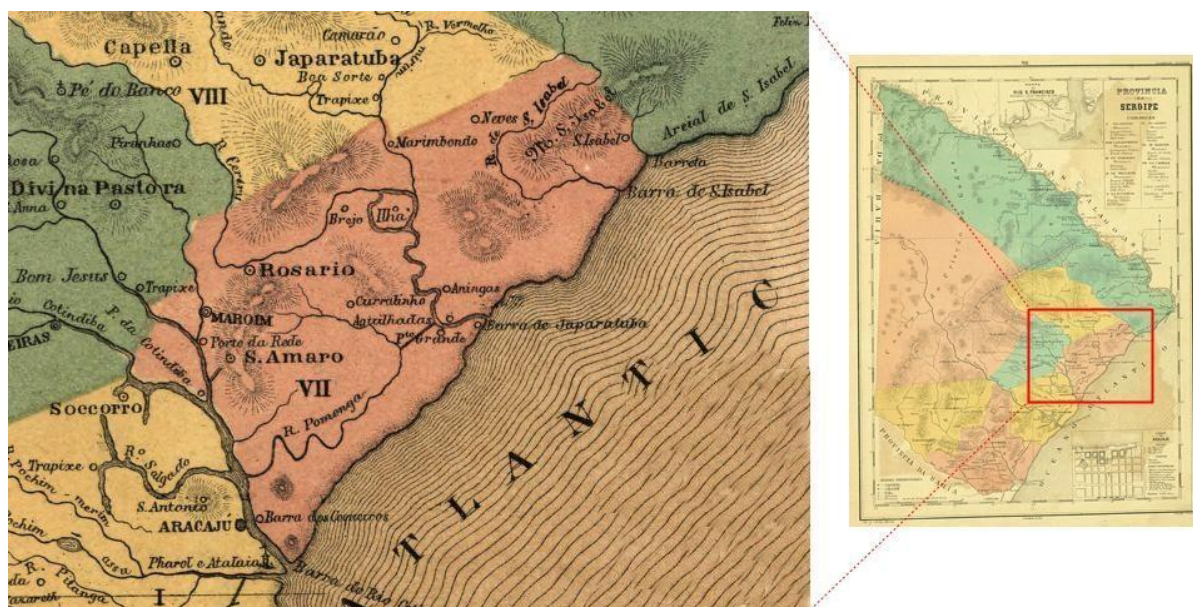


Figura 3 - Detalhe do vale do Rio Cotinguiba na Província de Sergipe - 1868

Fonte: Almeida, Cândido Mendes (1868); Senado Federal.

Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2023.

Cabe aqui ressaltar o uso da cartografia colonial como instrumento de poder e sob a perspectiva eurocêntrica é muito provável que topônimos de povos subalternizados não foram considerados relevantes para fins de representação. Por

questões históricas, pois durante a maior parte do Século XIX, a população negra permaneceu escravizada, enclausurada nos engenhos e, os que porventura viviam com maior liberdade, isto é, sem o controle do colonizador, em malocas/quilombos buscavam se manter isolados em lugares desconhecidos dos portugueses e cartógrafos europeus. Esse contexto explica em parte a invisibilidade de topônimos afro-brasileiros em mapas do século XIX.

Ainda em relação aos topônimos, eles se tornaram mais numerosos em mapas após a abolição da escravidão, pois os ex-escravizados puderam ocupar e se organizar espacialmente nomeando seus territórios. Sobre esse assunto, Amaral (2007) complementa ao afirmar que topônimos que remetem aos engenhos tornaram-se uma forma de identificação recorrente entre os libertos, e assim, os topônimos afro-brasileiros não necessariamente possuem relação com a base etimológica de línguas e linguagens africanas.

A organização socioespacial contemporânea dos povos afro-brasileiros assentados no litoral sergipano, traduzem a herança do colonialismo e dos assentamentos pós abolição da escravidão. Existem hoje no litoral de Sergipe 10 territórios de remanescentes de quilombo, reconhecidos e certificados. Do Sul para o Norte, são eles: no complexo estuarino Piauí-Real, quilombos Desterro em Indiaroba e, Luziense em Santa Luzia do Itanhý; às margens do rio Piauí, quilombo Porto da Areia e Curuanha no município de Estância; quilombo urbano Maloca em Aracaju; próximo a foz do rio Cotinguiba o quilombo Mussuca em Laranjeiras, na foz do rio Japaratuba o quilombo Pontal da Barra na Barra dos Coqueiros, às margens do rio Japaratuba o quilombo Alagamar em Pirambu; no tabuleiro litorâneo deste município o quilombo Aningas; próximo a foz do rio São Francisco, o quilombo Brejão dos Negros em Brejo Grande (figura 4).

O tamanho das áreas desses territórios é variado, podendo ser formado por um ou mais núcleos de povoação. A exemplo, tem-se o remanescente quilombola Luziense constituído pelos povoados Rua da Palha, Crasto, Cajazeiras e Taboas; o remanescente quilombola Brejão dos Negros, compostos pelos povoados Povoados Guaratuba, Carapitanga, Saramen, Brejão, Santa Cruz e Resina e, o remanescente quilombola Pontal da Barra, formado por um único núcleo de povoação de mesmo nome.

Existem povoações não inseridas nesses territórios reconhecidos, mas que

apresentam topônimos que remetem à colonização com referências afro-brasileiras e devocionais, como é o caso dos povoados Colônia Sergipe, Colônia Boa Vista e Colônia Retiro, em Indiaroba, Povoado Mocambo, em Santa Luzia do Itanhy, Colônia São José, Colônia Araçás e Colônia Entre Rios e Muculanduva²⁰ em Estância, Colônia Tejupeba em Itaporanga D'Ajuda, Quissamã²¹ em Nossa Senhora do Socorro, Boticário²² em Santo Amaro das Brotas, Marimbondo²³, em Pirambu.

Cabe ressaltar nosso entendimento de que, por questões de poder e de colonialidade, a influência indígena e afro-brasileira não se restringe às localidades com os topônimos anunciados, uma vez que a cultura e identidade estão enraizadas e irradiadas em todas as comunidades que se localizam ao longo do litoral de Sergipe. Como nos lembra Claval (2014) a cultura é basicamente o acúmulo de comportamentos, saberes, técnicas e valores de indivíduos ou grupos. Ela é herdada, pois as suas raízes estão fincadas num passado longínquo e conseguem ser transmitidas de uma geração para outra a partir da experiência coletiva.

É oportuno destacar a multiplicidade cultural do litoral de Sergipe cujas raízes históricas são anteriores ao colonialismo, moldaram-se com a chegada dos outros povos nessas terras. Atualmente, a cultura e a identidade sergipana é um reflexo desse passado colonial, de contato, alteridade, conflitos e fronteiras étnico-raciais, notadamente, as comunidades litorâneas e estuarinas por resguardarem hábitos e conhecimentos que denotam experiências coletivas antigas, porém ressignificados devido a ascensão do mundo moderno e da tecnologia.

Reconhecidamente, a colonialidade imprime laços, teias e nos que repercutem na cultura, sobretudo, nas que resguardam conhecimento, técnicas, valores e experiências coletivas tradicionais, e as que estabelecem modos de vida mais próximos da natureza e do meio, como no nosso estudo, nas comunidades litorâneas. Isto posto, a colonialidade também está no DNA da geograficidade litorânea.

O conceito de geograficidade presente na obra de Dardel (2011) nos auxilia na apreensão do litoral sergipano. Ele está situado na geografia humanista, refere-se a

²⁰ Mukunlanduva: Origem na língua Xona, falada em Moçambique, Zâmbia e Zimbábue.

²¹ Quissamã: Origem angolana e significa fruto da terra que está entre o rio e o mar (Matoso, s.d. p.8)

²² Boticario: Definido pela Oxford Linguagens: ETIM *apothecarius*, escravo encarregado do armazém, adega.

²³ Marimbondo: Tem origem na língua quimbundo, de Angola. De acordo com Noll et al (2020), o termo era usado no período colonial por portugueses de forma pejorativa para designar brasileiros.

análise da essência que se concretiza na relação entre o homem e a terra²⁴, e as distintas formas às quais o homem se apropria, se sente pertencente e cria vínculos existenciais com os ambientes, espaços e paisagens. O estudo da geograficidade invoca a cultura e todo seu aparato de saberes, simbolismos e técnicas enquanto mediadores da relação do homem com o meio.

Para Claval (2014) o homem atribui existência social ao ambiente através das formas como concebem, analisam e percebem as possibilidades e técnicas que permitem explorá-lo. Sendo assim, as características do meio físico do litoral Sergipano somado aos aparatos técnicos e culturais dos tupinambás, afro-brasileiros e europeus, permitiram dimensionar uma geograficidade litorânea com referentes culturais múltiplos.

Do ponto de vista ambiental o litoral de Sergipe (figura 4) é dinamizado pelos estuários dos rios Piauí, Fundo, Real, Vaza-barris, Sergipe, Japaratuba e São Francisco, que se destacam pelo grande volume de águas salobras que resguardam vultosa biodiversidade de fauna aquática. No entorno desses estuários é configurado pelo domínio do ecossistema manguezal, caracterizado pela formação de vastos bosques de mangues, substratos lodosos, e apicuns, considerados berçários da vida marinha. Perpendicular a linha de costa do oceano, tem-se o domínio do ecossistema restinga que assume feições múltiplas ao longo do litoral desde matas densas até campos e brejos, além de resguardar lagoas, cordões litorâneos e aquíferos.

²⁴ Neste conceito, a terra é compreendida como meio. Ver mais em Dardel (2011).

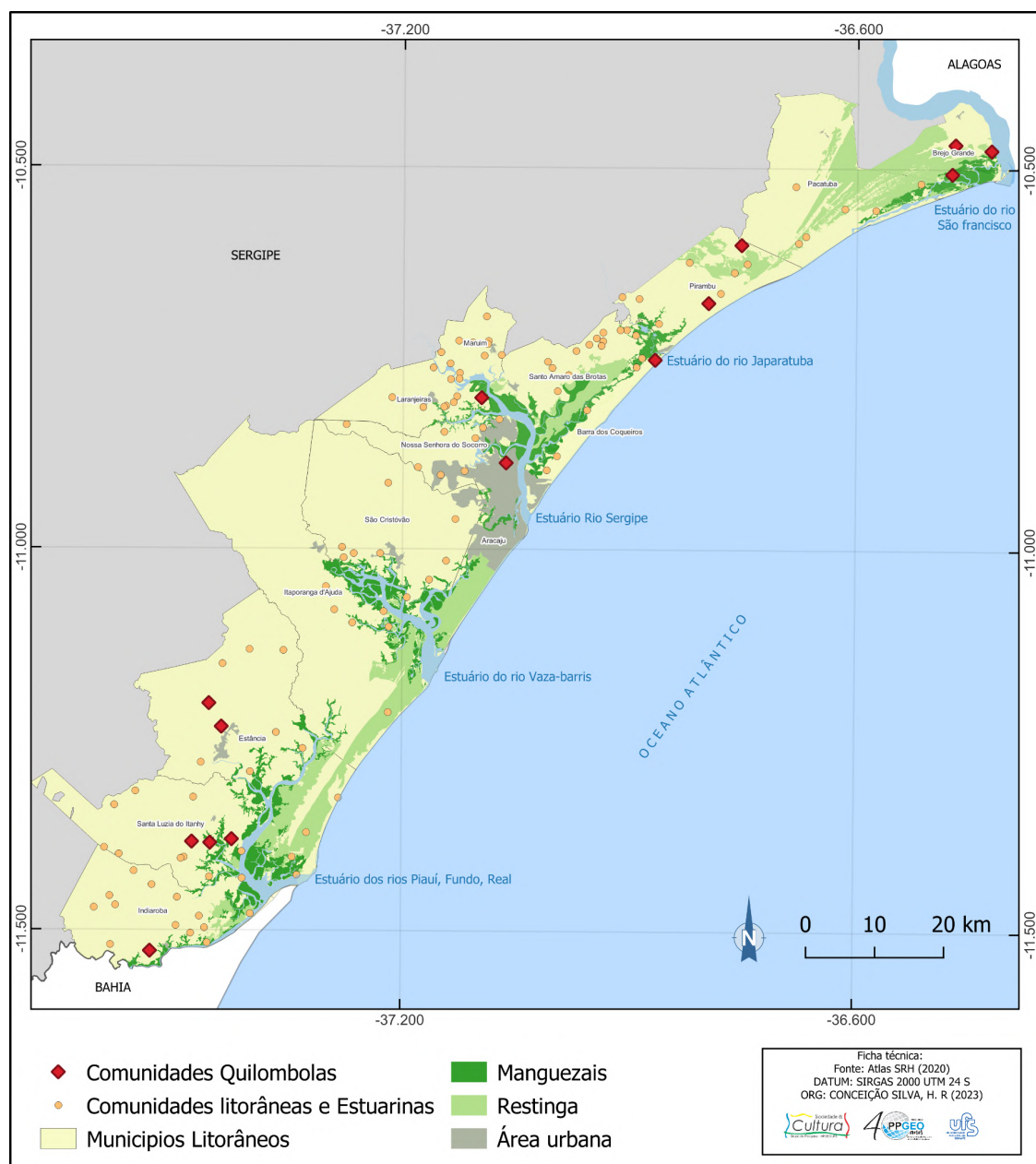


Figura 4 - Comunidades e ecossistemas do Litoral de Sergipe

Fonte: Banco de dados geoespaciais ATLAS, SRH (2020)

Na figura 4, é possível atentar para a localização das comunidades litorâneas, estuarinas e reconhecidamente quilombolas, no entorno dos domínios ecossistêmicos manguezais e restingas, bem como nas proximidades dos estuários. Identifica-se, ainda, a mancha urbana da Região Metropolitana de Aracaju, estrategicamente situada no litoral. Essas características ambientais delinearam geograficidades expostas nas estratégias de sobrevivência e na concretização de práticas produtivas voltadas à exploração de manguezais, estuários e restingas.

Os estudos sobre comunidades litorâneas, estuarinas e quilombolas de Sergipe

têm demonstrado que, embora apresentem laços geohistóricos em comum, elas exprimem dependência ecossistêmica para o estabelecimento de seus modos de vida. Elas se diferenciam pelas especificidades geográficas indicadoras de convivialidade e a vocação produtiva e/ou socioeconômica que resultam em identidades sociais distintas. No contexto apresentado, as identidades comunitárias e de grupos mais recorrentes no litoral sergipano advêm das atividades pesqueiras (figura 5), extrativistas e da agricultura.



Figura 5 - Giro nas práticas tradicionais pesqueiras

Legenda: A - Litoral Sul, estuário do rio Piauí-Fundo-Real, Povoado Crasto; B: Litoral Centro, estuário do Rio Sergipe, entre Aracaju e Barra dos Coqueiros; C - Litoral Norte, estuário do Rio São Francisco em Brejo Grande. Fonte: Arquivo pessoal de Pesquisa²⁵ (2016 a 2019)

A pesquisa acadêmica de Rodrigo Herles dos Santos (2015), intitulada “Entre águas e gentes: Vivências e (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe”, esmiuçou o litoral sergipano mostrando a formação das identidades das comunidades tradicionais a partir da historicidade presente na relação dos sujeitos com seus espaços de vivência e referência no ambiente litorâneo. Ele destacou as identidades vinculadas à perspectiva territorial e que se expressam nas práticas de vida, trabalho e nas relações de in-visibilidade. Não à toa, a ênfase é dada ao território, pois sua análise dimensiona o espaço litorâneo sergipano apropriado por diferentes historicidades, contextos culturais e identitários como vimos afirmando ao longo dessa

²⁵ Imagem A - Pesquisa Pibic sobre os sentidos da paisagem do povoado Crasto em 2016;

Imagem B - Pesquisa de Campo da Disciplina Geografia de Sergipe em 2015;

Imagem C - Pesquisa de Mestrado sobre soberania alimentar de povos pesqueiros, ano de 2019;

seção ao abordar sua geohistória.

No arcabouço identitário da atividade pesqueira no estuário do rio Vaza-barris, dois estudos merecem destaque. O primeiro, realizado por Ronilse Pereira de Aquino Torres (2014), intitulado “O sentido de ser pescador: signos e marcas no povoado Pedreiras - São Cristóvão/SE”, trouxe reflexões sobre o dinamismo do rio através de referências afetivas, de pertencimento ao lugar Pedreiras. Além disso, mostra como a pesca artesanal molda as territorialidades e a identidade territorial de sua população. O outro estudo, realizado por Acácia Santos de Araújo (2022), intitulado “O protagonismo das marisqueiras de Ilha Grande/SE como agentes de desenvolvimento local”, destacou a atividade pesqueira tecida no rio Vaza-barris, as mulheres marisqueiras exercendo protagonismo econômico, o que repercutiu no desenvolvimento local. Todavia, elas são socialmente invisibilizadas pela desigualdade de gênero e pelo não reconhecimento da produção nas políticas públicas. Observa-se nos estudos apresentados a atividade pesqueira como atributo de sentidos aos lugares, mas esses sentidos mudam de acordo com as práticas dos grupos.

A identidade territorial desses grupos de mulheres e homens envolvidos com a atividade pesqueira mostrou-se peculiar em comunidades inseridas no estuário do Rio São Francisco. Em nossa pesquisa de mestrado (2020) intitulada: “Entre manguezais, rios e restingas : soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE”, pudemos refletir sobre a identidade pesqueira e suas múltiplas faces fundamentadas na historicidade e tradição quilombola, na relação do homem com o meio, bem como na experiência com os espaços líquidos dos rios e bosques de mangue às terras firmes das matas de restinga, e roçados. Observamos os sujeitos sociais das comunidades estudadas com versatilidade produtiva e identidades múltiplas: pescadores artesanais, pescadores de sururu de mergulho, marisqueiras, extrativistas, aquicultores filhos(as) de pescadores e também agricultores.

No estuário dos Rios Piauí-Fundo-Real, o estudo de Eline Almeida Santos (2018), intitulado “Mulheres pescadoras - mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE”, apresentou a relevância da espacialidade de gênero para visibilizar o trabalho tradicional da mulher que às vezes ocorre em distintas jornadas. Além disso, ela expôs a compreensão de que um mesmo grupo pode assumir mais de uma identidade, neste caso, de acordo com as funções

que exercem nos territórios de produção. As mulheres se identificaram como pescadoras-mangabeiras por tecerem a vida nos rios, manguezais e matas de restinga, locais onde realizam o extrativismo de mariscos e de mangaba.

Na figura 6 apresentamos a atuação da mulher na atividade pesqueira e extrativista em um giro no litoral de Sergipe.



Figura 6 - Giro nas práticas produtivas femininas: pesca e extrativismo

A - Marisqueira no rio Piauí, Comunidade Crasto; B - Marisqueiras no trabalho de beneficiamento de camarão marinho, litoral de Barra dos Coqueiros; C - Mulher extrativista na coleta de frutos na restinga, litoral de Brejo Grande.

Fonte: Heberty Ruan Conceição Silva ²⁶ (2016 a 2019)

A identidade extrativista é predominante nas comunidades litorâneas não ribeirinhas situadas em áreas de domínio ecossistêmico de restinga. É o caso das comunidades de Capuã e Olhos D'água no município de Barra dos Coqueiros, com grupos tradicionalmente dedicados à coleta da mangaba, araçá, cambuí e outros frutos. Patrícia Santos de Jesus (2017), realizou o estudo “Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros-SE”, contribuindo para a compreensão que o autoconhecimento da identidade das catadoras de mangaba parte de um modo de vida marcado pelos sentidos simbólicos e econômicos atribuídos à árvore mangabeira. Além disso, destacou a preservação de seus territórios e da biodiversidade importante para garantir a permanência da prática nessas comunidades.

²⁶ Imagem A - Pesquisa Pibic sobre os sentidos da paisagem do povoado Crasto em 2016;
Imagem B - Pesquisa Pibic sobre territorialidades quilombolas em Pontal da Barra no ano de 2017;
Imagem C - Pesquisa de Mestrado sobre soberania alimentar de povos pesqueiros, ano de 2019;

A prática extrativista não ocorre apenas com a coleta de frutos, como mostra o trabalho de Tatiana Pereira de Almeida Gonzaga (2009), intitulado “Da arte do ofício à produção de um lugar: o Alagamar, Pirambu(SE)”. A autora afirma que no povoado Alagamar o artesanato produzido com a fibra do Ouricuri (*Syagraus Coronata*) ditam as relações sociais que produzem o território e o modo de vida refletido no ofício e na arte de ser artesão. Cabe destacar que Alagamar, situado no litoral Norte, é também um território quilombola reconhecido, logo, a sua historicidade, e seus modos de vida são também moldados por herança e tradição afrobrasileira. Ainda no litoral Norte, Rodrigo Herles Santos (2015) identificou o ofício do artesanato como componente do modo de vida das comunidades de Tigre e Junça em Pacatuba/SE, dependentes da extração do junco (*Juncus trifidus*) e da taboa (*Typha domingensis*) para produção de esteiras e puffs, bolas e outros artefatos de valor comercial.

Todos os estudos acima mencionados apresentaram, em maior ou menor medida, a preocupação com a redução ecossistêmica das áreas de manguezais e restingas por projetos de desenvolvimento econômico e social marcados pelo antagonismo à lógica de vida tradicional. O ambiente litorâneo mostrou-se cobiçado pelo aparato industrial, energético, bem como, empreendimentos rurais como a carcinicultura, além de ser alvo da especulação imobiliária, com a instalação de empreendimentos e equipamentos de fomento ao turismo. Os conflitos emergem com a redução dos territórios de vivência das comunidades, e da inviabilização de suas práticas produtivas tradicionais.

Esse cenário de conflito já havia sido analisado por Lício Valério Lima Vieira (2010) no estudo intitulado: “Conflitos Ambientais no Litoral do Norte de Sergipe”. Nesta pesquisa, o autor destacou que esses conflitos são reflexos do processo de ampliação e melhoria de infraestrutura de acesso, e obedecem a um modelo de desenvolvimento impulsionado por grandes empreendimentos.

Pelo exposto, as comunidades tradicionais do litoral de Sergipe são invisibilizadas diante do contexto econômico hegemônico, e subalternizadas sob o ponto de vista social por causa dos processos de basculamento de seus territórios e identidades locais. A realidade apresentada nos lembra das reflexões de Melo (2021, p.21), quando ele afirma: “[...] o pertencimento a um mundo colonizado é marcado por uma precariedade de enraizamento na medida em que pertencemos a um mundo que se mantém pela justaposição de mundos despedaçados”. Assim sendo, a herança

colonial e a permanência da colonialidade continuam a impor feridas aos povos subalternizados. Logo, essa discussão está atada aos pressupostos da hermenêutica topológica, pois, o lugar de enunciação desses sujeitos permanece subjugado e passível de mudanças e transformações devido às investidas econômicas.

Apesar da multiplicidade cultural e da importância dos povos e comunidades tradicionais para o resguardo das tradições e da biodiversidade brasileira, eles permaneceram invisíveis diante do contexto histórico, político, econômico e cultural. De acordo com Silva²⁷ (2007) a invisibilidade também se refletia na ausência de instâncias públicas dedicadas por articular e implementar políticas que garantissem o direito e proteção dos povos e seus territórios. A autora evidencia ainda, que a ausência de reconhecimento e definição oficial do conceito de comunidades tradicionais, esses grupos enfrentam dificuldades de acesso às políticas públicas oferecidas aos demais segmentos da sociedade brasileira, assim, eram impedidos de exercer sua cidadania de modo integral.

No que se refere ao conceito e os direitos das comunidades tradicionais, os decretos 5.051 de 19 de abril de 2004 e o 4.887 de 20 de Novembro de 2003 representaram marcos legais na legislação brasileira em favor dos povos originários e tradicionais. O primeiro Decreto voltou-se aos povos indígenas e tribais de forma a atender uma política mundial que tratou da Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais celebrada em Genebra, Suíça em 27 de junho de 1989. Neste Decreto, estabeleceu-se a necessidade de reconhecimento desses grupos em sua diversidade cultural e ecológica da humanidade, bem como, estabeleceu normas que visam garantir seus direitos humanos e de liberdade.

O segundo Decreto refere-se às comunidades de remanescentes de quilombo, com a regulamentação dos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação e entrega dos títulos das terras historicamente ocupadas. Observa-se, os povos indígenas e quilombolas foram contemplados por legislações específicas, mas que, ainda, não representavam a totalidade étnica e cultural do Brasil.

Com a pretensão de evidenciar a diversidade de povos e comunidades tradicionais brasileiras, foi promulgado em 07 de fevereiro de 2007 o decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

²⁷ Marina Osmarina Silva - Ministra do Meio Ambiente do Brasil quando escreveu o texto em 2007.

Tradicionais (PNPCT). Esse Decreto foi delineado em um cenário de intensos debates públicos e participativos que ocorreram em distintos formatos por todo o Brasil. Inclusive, de acordo com Silva (2007), o citado Decreto deu-se com os avanços de discussões a respeito no I Encontro Nacional de Comunidade Tradicionais²⁸, com participação dos povos já possuidores de direitos reconhecidos pela Constituição Federal, como indígenas e quilombolas mas, também, aqueles invisibilizados, como: agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, caiçaras, geraizeiros, varzanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundo de pasto, faxinais e ribeirinhos do São Francisco. E, dois anos mais tarde, foi retomada no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando realizaram-se oficinas em cada uma das regiões do Brasil, reunindo 350 representantes de comunidades no período de 13 a 23 de setembro de 2006. Torna-se então, uma política transversal representativa de interesses em comum.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais enfatiza a necessidade do reconhecimento e garantia dos direitos socioeconômicos, com vistas a valorização da identidade e formas particulares de organização, assim como, o Direito Ambiental e acesso aos seus territórios. Apesar de reconhecer as distintas especificidades que expressam a tradicionalidade nos modos de vida, o Decreto 6.040 de 2007 estabeleceu um conceito universal para povos e comunidades, assim definidas no artigo 3º :

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007)

A abrangente definição quando aplicada ao litoral de Sergipe circunda as comunidades tradicionais pesqueiras, ribeirinhas, extrativistas e quilombolas, definidoras do universo de nosso estudo. Todavia, na contemporaneidade, observa-se que a grande maioria das comunidades litorâneas mantêm práticas tradicionais, mas, também, é realidade a integração viária e de comunicação por uma rede de infraestrutura consolidada propiciadora da chegada de novos habitantes - migrantes,

²⁸ Ocorreu em agosto de 2004 em Luziânia/DF.

bem como novas práticas associadas a outros nexos econômicos. São sujeitos externos, com objetivos e referências culturais distintas, o que nos fez distinguir em nosso estudo os termos comunidade e grupo. Dito em outras palavras, as comunidades, ditas tradicionais, atualmente já se mostram permeadas com elementos, práticas e formas miscigenadas, levando-nos a empreender esse estudo conduzido pelas fronteiras culturais e não pela socioeconomia definidora de elementos, práticas e formas puramente tradicionais.

Assim, os grupos e as comunidades do litoral de Sergipe estabelecem modos de vidas distintos, alguns atados à tradicionalidade, outros voltados à racionalidade urbana e econômica dominante. Já as comunidades situadas na região metropolitana de Aracaju vivenciam o fenômeno da expansão urbana, especulação imobiliária e instalação de equipamentos urbanos e turísticos, como é o caso das comunidades Olhos D'água e Capuã, ambas no município de Barra dos Coqueiros, onde habitam as catadoras de mangaba.

Retomando as definições do artigo 3º do Decreto 6.040/2007 o território tradicional é tido como “[...] espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”, resguardando, por outros instrumentos legais, a distinção entre territórios e povos indígenas e quilombolas. Deste modo, o território está ligado aos espaços de convívio e morada, bem como, os que são utilizados para o desenvolvimento de suas práticas produtivas, religiosas e festivas.

Vale pontuar, que a relação entre território e posse está claramente distinta e definida nos instrumentos legais voltados para povos indígenas e quilombolas, o que não se aplica a outros grupos tradicionais a exemplo das mangabeiras, com presença significativa em nosso estudo. Diante das duas definições, é pertinente ressaltar que o extrativismo da mangaba, e de outros frutos da restinga é uma prática centenária no litoral de Sergipe, entretanto, as gentes que praticavam essa atividade passaram a se reconhecer como tal na primeira década do século corrente, a partir da articulação política de mulheres extrativistas, criação de movimento sociais e associações comunitárias dedicadas à prática. Deste modo, as catadoras de mangaba passaram a se reconhecer nas comunidades recentemente enquanto grupos tradicionais.

Após esse giro pelas comunidades tradicionais de Sergipe, tem-se na sequência os percursos metodológicos que guiaram nosso estudo.

1.3 O giro metodológico

Nossa temática de estudo manifesta-se na ambiência de alteridade estabelecida com o processo de apropriação e ocupação do litoral de Sergipe, e tem como recorte analítico o município de Barra dos Coqueiros, situado no litoral centro. Partimos da premissa de(s)colonial com o intuito de compreender os grupos culturais tradicionais, no seu lugar de enunciação, de acontecimento geohistórico, e situá-los na matriz moderna/colonial que os distingue dos outros meios de organização societária.

Para Melo (2021), a matriz colonial organiza a sociedade em pares de opostos em que, um é ao mesmo tempo hierarquicamente superior, normatiza o princípio ontológico do outro; tem-se a consolidação de oposição entre ocidente e o resto do mundo, metrópole e colônia, homens e mulheres, civilizado e selvagem, entre os capitalistas-industriais e subsistência, o desenvolvido e o tradicional, e entre a ciência e senso comum. Todos esses pares são pautados em violentas perseguições, dominações, extermínio, invisibilização e silenciamento do outro em detrimento do um.

A esse respeito torna-se fundamental estabelecer uma postura metodológica em que pese na matriz colonial, a sábia oposição cultural contemporânea envolta das comunidades tradicionais litorâneas e do processo de expansão de grupos representativos das sociedades consideradas urbanas, modernas e industriais. Assumimos o enredo de(s)colonial na escolha de procedimentos metodológicos que valorizem as práticas, identidades e territorialidades dos “outros”, identificados na matriz colonial como gentes invisibilizadas e subalternizadas.

Em nossa pesquisa a interpretação do “um e do outro” tornou-se um par dialético indispensável para a compreensão da dinâmica cultural litorânea em Barra dos Coqueiros. Como preconizado por Melo (2021), os pares dialéticos opostos traduzem o “um” como dominador e o “outro” como dominado. Todavia o par dialético em nosso estudo, é conduzido pelo o “um” - sujeitos que primeiro se territorializaram em Barra dos Coqueiros, recentemente dominados pelo “outro” - sujeitos econômica e culturalmente distintos, que se impuseram a esse espaço um novo modelo de moradia e modo de vida.

Com base nos anseios da pesquisa já apresentados e a necessidade de estabelecer um esforço epistêmico que busca valorar as geograficidades do “um”, por

vezes sobrelevadas pelos discursos da não cientificidade, assim como, do apuro para entender as perspectivas de vida e os sentidos atribuídos pelo “outro” ao consumo, os nossos pressupostos de pesquisa possuem vínculos com a abordagem fenomenológica dedicada a construir uma geografia cultural de(s)colonizada.

De acordo com Turra Neto (2012), a definição da opção metodológica está vinculada à problemática de pesquisa. Por estar diante de uma situação problema na qual é questionada a permanência das relações de colonialidade nos espaços litorâneos de Sergipe, é pertinente acionar abordagens que forneçam suporte adequado e dialógico para o desvelamento de questões postas neste trabalho. A situação problema é a subalternização de povos, culturas, identidades locais e apropriação dos seus territórios e transformações das suas paisagens, é impulsionada por uma sociedade hegemônica globalizada e, as abordagens pretendidas situam-se na ancoragem das fronteiras culturais estabelecidas pelas comunidades tradicionais (o um) entre a invisibilidade histórica e os embates com novos moradores (o outro).

Nas palavras de Nogueira (2005) a abordagem fenomenológica na Geografia prioriza a descrição do mundo vivido e não somente o mundo físico e humano. Esse tipo de abordagem se debruça no campo das experiências e vivências humanas realizadas nos seus espaços, territórios, lugares, regiões e paisagens. Reafirmamos que esta abordagem vem fornecendo subsídios para compreender as individualidades, singularidades e alteridades das comunidades subalternas e sua atuação no espaço/tempo.

[...] não estou no espaço e no tempo, não penso o espaço e o tempo, eu sou no espaço e no tempo, meu corpo aplica-se a eles e os abarca. A amplitude dessa apreensão mede a amplitude de minha existência; mas de qualquer maneira ela nunca pode ser total, o espaço e o tempo que habito de todos os lados têm horizonte indeterminados que encerram outros pontos de vista” (Merleau-Ponty, 1999, p.249).

A reflexão do autor nos permite entender que o mundo vivido é constituído por experiências próprias e individuais ao mesmo tempo em que nos remete a pluralidade de existência e experiência dos homens com o seu meio. Desta forma, desvendá-lo sob a ótica da abordagem fenomenológica nos permite vislumbrar critérios, caminhos e princípios básicos dessa teoria, como o da intencionalidade, redução fenomenológica, geograficidade e intersubjetividade.

Sobre o primeiro princípio, Holzer (1998) esclarece que a intencionalidade deve

ser analisada como um processo de construção mútua do pensamento e da consciência, estabelecidos a partir da relação entre o sujeito e o objeto. A intencionalidade reside na tríade relacional entre o sujeito, pensamento e objeto. Matthews complementa apresentando a preocupação central desse princípio.

[...] Está preocupada, sim, com o que são para nós os objetos que acreditamos experimentar no mundo ou com o que significa nossa crença neles. Podemos determinar isso sem necessidade de dados empíricos sobre o mundo exterior (*a priori*, portanto), apenas refletindo sobre nossa própria experiência. Além disso, a fenomenologia não é introspectiva. A consciência, se é intencional, não pode ser estudada separadamente de seus objetos, que estão fora de nós (mesmo se, paradoxalmente, eles não existirem) (Matthews, 2010, p.18/19).

A intencionalidade fenomenológica nos permite entender as consciências, sob interferência, da materialidade do mundo, isto é, das relações individuais e coletivas estabelecidas, pelos sujeitos, em seus cotidianos. Matthews *op. cit.* destaca, ainda, que a intencionalidade da consciência não pode ser analisada de forma introspectiva, para valorizar o indivíduo, mas esse enquanto sujeito espacial que atua coletivamente em seus mundos.

Para Nogueira (2005), a redução fenomenológica refere-se às experiências vividas pelos homens antes mesmo de suas reflexões filosóficas e científicas, pois são as realidades concebidas e interpretadas de forma não científica. Os saberes, conhecimentos e epistemologias dos sujeitos e seus povos são valorizados na abordagem fenomenológica, tornando-se então, prática que pode nos permitir estabelecer uma postura de(s)colonial, valorizada e integrada ao senso comum.

Ainda, nesse contexto, Matthews (2010) reflete que a fenomenologia deve estabelecer uma análise da consciência pura separada, ou seja, de como as coisas aparecem e são interpretadas pelo sujeito no curso das suas interações cotidianas com o seu mundo. O sujeito não deve ser compreendido separado do seu mundo e, na perspectiva de(s)colonial, esse mundo se relaciona a um contexto geohistórico que nos revela as heranças do colonialismo e as marcas da colonialidade.

Com efeito, Serpa (2019) aponta que a redução Fenomenológica é percepção evidente e reduzida, é análise das essências na esfera da evidência imediata. A (difícil) tarefa aqui é rastrear todas as formas do dar-se das coisas e todas as correlações, exercendo sobre todas elas a análise esclarecedora. Ele aporta em Husserl (2000) asseverando: “[...] a redução coloca em suspensão todo o recurso a qualquer saber, a qualquer conhecimento: ‘a investigação deve manter-se no puro

ver” (p.37)

Em relação ao princípio da geograficidade, este se trata de forma direta das relações que os homens estabelecem com sua terra e seus meios. Segundo Dardel (2011) a geograficidade refere-se a todas as formas entre as quais sentimos e reconhecemos o ambiente e aos relacionamentos constituídos com a paisagem e com o espaço, que garantem nossa fixação existencial. Este princípio relaciona-se às identidades e ao convívio dos sujeitos, tanto quanto aos conhecimentos e práticas que por eles são produzidos ao se relacionarem com seus lugares. A narrativa de(s)colonial pode e deve ser considerada nesses estudos por evidenciar as formas como os povos subalternos se relacionam com a natureza e com o seu meio enquanto condição existencial, diferente da abordagem colonial em que o saber é imposto pelo colonialismo.

No contexto da intersubjetividade, Holzer (1998) a compreende como uma herança sócio-cultural pelo papel assumido pelos homens na relação com os seus meios. Enquanto herança, a intersubjetividade é estabelecida por meio da coletividade que atua no espaço em suas múltiplas temporalidades.

Esse princípio nos permite estabelecer uma relação com o pensamento descolonial, ao considerar que a colonialidade é uma herança do colonialismo e está presente nas nossas práticas, experiências e visões de mundo, ou seja, faz parte da intersubjetividade dos povos latino-americanos. Valorizar esse princípio na pesquisa nos possibilita enxergar as práticas da colonialidade no nosso cotidiano atual, para assim, fortalecer o pensamento descolonial.

Entre os princípios da abordagem do método fenomenológico, é comum a análise das essências. Sobre isso, Merleau-Ponty (2013) traz a Fenomenologia como a filosofia das essências da percepção, da consciência e existência, valoriza as nossas experiências com o mundo tal como ele é, sem explicações causais que os cientistas oferecem, é a compreensão do mundo pela facticidade.

Ao considerar a abordagem fenomenológica nos caminhos do pensamento de(s)colonial como percurso da pesquisa, optamos pela escolha de um corpo metodológico conduzido por instrumentos qualitativos. De acordo com Pessoa (2019, p.9) é uma abordagem que permite a interação do pesquisador com o objeto e sujeito pesquisado, e pode tornar-se importante para dar voz aos sujeitos e construir uma teia de significados por eles atribuídos. Além disso, permite compreender as

realidades subjetivas e múltiplas tomando como referência a relação espaço e tempo.

A pesquisa qualitativa consolidou-se como modelo na Antropologia (Godoy, 1995; Pessôa, 2019) e sua utilização representou para todas as Ciências Humanas uma mudança paradigmática por se colocar como alternativa aos métodos voltados às Ciências Naturais (Demo, 1998). Contribuiu para a mudança de visão sobre a natureza da pesquisa ao incorporar temas e problemáticas sobre classe, gênero, raça, etnia e cultura (Pessôa, 2019). Nessa perspectiva, Godoy (1995) explica:

Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa, ilumina", esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos. Deve-se assegurar, no entanto, a precisão com que o investigador captou o ponto de vista dos participantes, testando-o junto aos próprios informantes ou confrontando sua percepção com a de outros pesquisadores (Godoy, 1995, p.63).

Deste modo, na pesquisa qualitativa os sujeitos estabelecem um papel central no processo investigativo e reflexivo dos fenômenos estudados. O pesquisador deve selecionar técnicas capazes de direcionar os sujeitos a oferecer informações sobre o objeto baseado em suas vivências, experiências e sentidos.

Face à complexidade da pesquisa, selecionamos uma série de metodologias e instrumentais que conduzem a compreensão mais interpretativa e reflexiva dos dados coletados sobre a problemática estudada. Neste rumo, destacamos a revisão bibliográfica e documental, levantamentos de dados primários e secundários e imersões no campo constituídas em diário de campo, roteiros de observação e entrevistas semiestruturadas, registro e levantamentos fotográficos e georreferenciamento.

A **revisão bibliográfica** contribuiu para definição dos marcos teóricos e conceituais da pesquisa e auxiliou na preparação das reflexões e interpretações teóricas indispensáveis no seu desenvolvimento. Foram revisadas produções científicas e institucionais que abordam e discutem os conceitos e categorias fundamentais em livros, revistas, anais de eventos e banco de teses e dissertações, nos espaços físicos como bibliotecas e ambientes virtuais na internet, em sites de revistas, google acadêmico e repositórios de Instituições de Ensino Superior.

Vale a pena destacar o acesso ao repositório de teses e dissertações do

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), devido a contribuição das produções para a nossa compreensão do contexto do recorte empírico da pesquisa. Aos estudos de Vieira (2010), Torres (2014), Santos (2015), Santos (2018), Silva (2020), Araújo (2023), já destacados na subseção 1.2, sublinhamos a tese de Max Alberto Nascimento Santos, sobre o impacto ‘desenvolvimentista’ ocorrido na Barra dos Coqueiros com a construção da Ponte sobre o rio Sergipe, ligando este município a capital Aracaju.

No tocante aos conceitos e temas fundantes deste estudo, nos debruçamos, para discutir o conceito de fronteira clássica e fronteira cultural nos textos de Martin (1998), Almeida (2005; 2012), Martins (2021) Haesbaert (2001) e Bahbah (1998), Guichonnet e Raffestin (1974), Costa (2016). Em relação ao território e a territorialidade destacamos as produções de Haesbaert (2004; 2009; 2016), Raffestin (1993), Almeida (2005; 2011; 2018; 2020) Gomes (2005), Bonnemaïson (2002), De Paula (2011); Saquet (2013), Gottman (2012) e Costa (2016). Em relação às paisagens acessamos muitas referências, dentre as quais: Sauer (2004), Lochiari (2001), Almeida (2013), Claval (1999), Corrêa e Rosendahl (2004) e Berque (1998). Em relação ao contexto de(s)colonial: Quijano (2005; 1992), Ballestrin (2013), Mignolo (2020; 2017; 2021), Porto-Gonçalves e Haesbaert (2005), Cruz (2017), Melo (2021), Haesbaert (2021), Maldonado-Torres (2022) e Santos (2009).

No tocante aos temas transversais sobre extrativismo e neoextrativismo acordamos com as colocações de: Haesbaert (2021), Svampa (2019), Acosta (2012; 2016; 2018), Gudynas (2009; 2013), Pérez (1992), Homma (1990), Araújo (2018; 2021), Porto-Gonçalves (2011a; 2011b), Rueda (1995), Rego (1999), Diegues (1999), Diegues e Arruda (2009). E, com relação a temas e análises associadas a sociedade do consumo: Lipovetsky (2007), Featherstone (1995) e Bauman (2008), e na produção do espaço urbano: Caldeira (1997), Corrêa (2017), Raposo (2012), Campos (2017) e França (2005).

O **levantamento e coleta de dados secundários** foi desenvolvido em várias frentes. Por meio de pesquisas em órgãos e instituições públicas como no banco de dados *online* pesquisamos fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); páginas oficiais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ministério da cidadania (MDS), com base na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Secretarias Municipais de Saúde (Estratégias de Saúde da Família), Meio Ambiente e Assistência social do Município de Barra dos Coqueiros/SE. Nesses órgãos buscamos dados populacionais, demográficos, educacionais, sociais e econômicos das áreas de estudo e dos atores envolvidos. O levantamento se estendeu para instituições não governamentais como a Associação das Catadoras de Mangaba, onde encontramos, dentro outros, documentos e informações sobre constituição, abrangências, composição e atuações.

O **levantamento documental** foi complementado com uma exaustiva garimpagem de panfletos (anexo A), e outros documentos aportados na tese como *banners*, *books*, anúncios, *outdoors*, em meio físico e digital, incluindo aí busca em sites de redes sociais e arquivos televisivos. As informações levantadas foram importantes para identificar os incorporadores e construtores, bem como, público-alvo, localização dos empreendimentos, fonte de recurso e financiamento, fundamentais para apreender as motivações e o perfil dos novos moradores.

Nesta etapa de pesquisa, foi utilizado o algoritmo de redes sociais como estratégia metodológica de levantamento documental. Cabe ressaltar que o algoritmo representa um conjunto de informações, regras e processos computacionais que determinam os conteúdos a serem exibidos para cada usuário das redes sociais. Neste caso, o algoritmo realiza um estudo comportamental dos mecanismos de busca, pesquisa e interesse de cada um dos usuários das redes sociais, com o intuito de engajar os conteúdos de marketing, propaganda e anúncios, enviando-os, prioritariamente, aos usuários selecionados.

Ao perceber a rede social como estratégia de divulgação de empreendimentos imobiliários, de venda promovida por imobiliárias e corretores de imóveis para captar potenciais compradores entre os usuários das redes sociais, decidimos usar esse mecanismo em favor da pesquisa. Estabelecemos táticas para que todo o conteúdo sobre especulação imobiliária no litoral de Sergipe postado em redes sociais fosse direcionado às redes sociais do pesquisador.

Moldamos o nosso comportamento nas redes sociais utilizando, inicialmente, o instrumento de busca disponibilizado e, assim, fomos identificados pelo algoritmo como consumidores potenciais de imóveis na Barra dos Coqueiros, recebendo inúmeras propostas e propagandas. No processo, curtimos e comentamos as publicações numa demonstração de interesse contínuo pelo conteúdo patrocinado, o

que possibilitou usar de nosso contato físico como uma das estratégias de aproximação dos corretores, e realizar entrevista.

Em casos específicos, clicamos em links “saiba mais” ou “cadastre-se” oferecidos nos próprios anúncios. Desenvolvemos simulações *on-line* de compra de imóveis para alimentar o mecanismo e também compreender as etapas de aquisição, desde o contato com o corretor, escolha da planta, até a negociação com os bancos, aprovação de financiamento, acesso a programas sociais de habitação, e incisão de juros de construção. De pronto, as redes sociais do pesquisador receberam anúncios (figura 7) em todo o período da pesquisa.



Figura 7 - Anúncios patrocinados nos storys do instagram

Fonte: Reprodução Instagram (2021-2023)

O material coletado nas redes sociais complementou o levantamento documental para a consolidação do banco de dados com os materiais das diversas fontes, dentre construtoras e incorporadoras, e das múltiplas formas utilizadas para divulgação, como sites, portfólios, books, folders digitais e cartazes físicos. Esse material recebeu tratamento pela análise de conteúdo Bardin (1977), tomando como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que

permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42)

De acordo com a autora, a análise de conteúdo deve ocorrer em três etapas, as quais procuramos percorrer. A primeira é a pré-análise, a segunda é a exploração do material, e a terceira refere-se ao tratamento e interpretação do conteúdo. No caso da nossa pesquisa, a primeira fase realizou-se com a captação dos documentos e a criação do banco de dados, para na segunda, elegermos indicadores inspirados nos estudos de Kozel (2018). Os resultados do tratamento correspondente à terceira fase proposta por Bardin (1977) estão apresentados nas sessões dos resultados em quadros, mapas e figuras.

A metodologia Kozel (2018) foi utilizada para decodificar o conteúdo e as representações de mapas mentais e consiste em interpretar as formas representadas quanto: (i) aos elementos da imagem - distribuição desses elementos, e as especificações dos ícones; (ii) as representações da paisagem natural, paisagem construída, elementos móveis e elementos humanos e (iii) como outros aspectos e particularidades se apresentam quanto a situação, tamanho e perspectiva, etc.

Utilizando-se desses pressupostos selecionamos os seguintes indicadores para a nossa análise: (i) Elementos Naturais, (ii) Elementos Humanos, (iii) Paisagem construída. Levantamos e classificamos os elementos pelo nível de representatividade e em seguida, esses conteúdos foram tratados visualmente utilizando a variável da retina cor/intensidade, associada ao conteúdo tratado como mostrado no quadro 1.

INDICADORES	REPRESENTAÇÕES DOS ELEMENTOS	
Elementos Humanos	INTENSIDADE	Família, proteção e felicidade
		Modo de Vida
		Gênero
1º plano		
2º plano		
3º plano		
Paisagem Natural		Desejo de consumo
		Atrativos comuns
		Contexto de localização

Quadro 1 - Análise de conteúdo: Indicadores e representações baseado Kozel (2018)
Organização: Heberty Ruan da Conceição Silva (2023)

Em relação **ao levantamento de dados primários** a pesquisa evoluiu para instrumentais de campo principiados pela observação, entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e georreferenciamento. A pesquisa de campo nas reflexões de Lacoste (2006) não devem ser interpretadas apenas pela lógica empirista, pois é necessário articular com a formação teórica da pesquisa. No caminho da *práxis* de(s)colonial procuramos constatar *in loco*, as gentes, as territorialidades, as percepções, os sentimentos e as relações intersubjetivas inerentes aos recentes movimentos da fronteira cultural: embates do poder, ser, do estar e da/na natureza.

A observação tem o potencial de ajudar na constatação e, também na inquietação da problemática, pois permite a elaboração prévia dos conteúdos essenciais a serem observados, sem que estabeleça um roteiro engessado para o que deve ser visto. Matos e Pessoa (2013) apontam que a observação permite ao pesquisador o contato próximo com seu objeto ou fenômeno de estudo. De fato, ver e enxergar é um processo complexo de valorização de significados e sentimentos que nos leva à compreensão de fenômenos e à construção de conceitos.

Apesar de não constituir uma exigência, elaboramos um roteiro prévio com os elementos a serem observados durante as inserções no campo. Vale ressaltar que devido a flexibilidade e abertura para adaptações, o roteiro de observação foi modificado com o avanço das análises teórica/conceituais e empíricas da pesquisa. A versão final pode ser consultada no apêndice A, com detalhamento dos seguintes conteúdos sinalizadores:

I - Socioeconomia

II - Territorialidades, cultura e identidades

III - Transformações da paisagem

A prática da observação do campo, permitiu inclusive, identificar distintos sujeitos sociais envolvidos pelo recorte analítico e atuantes no fenômeno estudado.

Quanto ao delineamento dos sujeitos da pesquisa foi necessário distinguir os sujeitos e atores diretamente envolvidos no estudo. Os **moradores antigos** “o um”, são aqueles que vivem no município de Barra dos Coqueiros desde antes da construção que liga a cidade à capital Aracaju. São enraizados na cotidianidade geohistórica e testemunhos do processo de transformação urbana, social e da natureza do município provocado pela especulação imobiliária.

As **gentes extrativistas** também são tomadas como “o um”, são aquelas que sobrevivem de práticas produtivas ligadas ao extrativismo de frutos da restinga, e mariscos nos manguezais. Se reconhecem identitariamente devido às suas práticas de manejo com a natureza e se assumem enquanto catadoras de mangaba e/ou marisqueiras e pescadores(as). Dependem e lutam pela conservação dos ecossistemas locais e dos seus territórios de vida. Dentre eles, entrevistamos uma representação dos extrativistas, acessando a Associação das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros.

Os **corretores de imóveis** e/ou **gerentes comerciais** “o meio” são sujeitos que estão submergidos na comercialização da terra do município de Barra dos Coqueiros. Seu objetivo central é a venda rápida de lotes, apartamentos ou casas, na maior quantidade possível. Especulam a terra para agregar valor comercial e atrair compradores de distintos perfis e com diferentes motivações. Se apropriam do discurso progressista e desenvolvimentista para especular o futuro do município. Dentre eles, identificamos os especuladores de terra que vêm comprando glebas, sobretudo, na área de expansão ao Norte da sede.

Os **novos moradores**, “o outro” são aqueles que moram no município há poucos anos, após o *boom* imobiliário que ocorreu em 2014. Geralmente estão assentados nos mais recentes equipamentos imobiliários, como condomínios de casas, apartamentos e loteamentos. O padrão de consumo e o poder aquisitivo é elevado e o modo de vida é pouco enraizado no cotidiano urbano de Barra dos Coqueiros. Costumam acessar o comércio, serviços e lazer oferecidos pela capital. No desenvolvimento da pesquisa, foi entrevistado uma única ‘ex nova moradora’ de

condomínio de alto padrão, e por essas condições seu depoimento singular foi incorporado na nossa análise.

Isso posto, o universo da pesquisa englobou sujeitos, representantes e atores envolvidos no movimento das fronteiras culturais e, sob essa perspectiva optamos por realizar as entrevistas semiestruturadas. Para Gil (1999) o uso da entrevista possibilita ao pesquisador a obtenção de dados sobre diversos aspectos da vida social, que podem ser classificados e quantificados. Para Matos e Pessoa (2009) as entrevistas podem ser classificadas em não estruturadas, semiestruturadas, focalizadas, projetivas e história oral. Optamos pela entrevista semiestruturada, pois segundo os autores, é uma técnica que possibilita relacionar e interagir perguntas previamente formuladas com perguntas abertas que surgem no momento da entrevista, além disso, o entrevistado pode discorrer sobre os temas de forma espontânea.

Foram elaborados quatro roteiros expostos na íntegra nos apêndices B, C, D e E. Em cada um dos roteiros agrupamos as perguntas em blocos temáticos específicos. Esses blocos foram distribuídos entre os roteiros conforme sintetizados no Quadro 2. Realizamos 29 entrevistas, com distribuição específica para cada sujeito da amostra, definida pela ocorrência de saturação das respostas.

Quadro 2 - Distribuição de Blocos temáticos por roteiro de entrevista

BLOCOS TEMÁTICOS	ROTEIRO POR SUJEITO/ATOES			
	Gentes Extrativistas	Moradores Antigos	Novos moradores	Corretores de imóveis
Perfil				
Vida na Fronteira				
Identidade e pertencimento				
Práticas de trabalho e vivência				
Trabalho e meio ambiente				
Geograficidade				
Escolha da morada				
Venda na Barra				
Estratégias de venda				
TOTAL DE ENTREVISTAS	08	02	11	08

Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2023.

Com relação às 8 entrevistas com as **gentes extrativistas**, todas são mulheres, e se consideram catadoras de mangaba. Três se assumiram também

como marisqueira e uma como agricultora. Da amostra deste segmento, duas são associadas à Associação das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros (ACMBC), cuja abordagem deu-se em sua sede. As demais entrevistas ocorreram de forma espontânea nos povoados e bancas de venda. Já com os **moradores antigos**, residentes há mais de 30 anos no município, ambas as entrevistas ocorreram em suas residências.

O perfil dos onze entrevistados como **novos moradores**, mostra que sete já moram na cidade, três estão aguardando a entrega de suas unidades habitacionais pela construtora, e um morou por dez anos e se mudou recentemente para Aracaju. Quatro vivem em condomínios verticais, e sete vivem/adquiriram lotes em condomínios horizontais destinados à construção de suas casas. As entrevistas aconteceram por agendamento prévio em suas residências e locais de trabalho.

Na amostra dos **corretores de imóveis**, foi composta por dois gerentes comerciais representantes de incorporadoras. As entrevistas ocorreram de forma espontânea em *stands* de vendas, por indicação de outros corretores e por agendamento, nos escritórios das corretoras em Aracaju e na Barra dos Coqueiros.

Outro instrumento metodológico, o registro e levantamento fotográfico contribuiu para suscitar reflexões acerca das transformações na paisagem, tal como Cosgrove (1998) coloca, não se deve simplesmente descrever o que é visto, mas sobretudo, procurar subsidiar um modo de ver, na nossa tese, o fenômeno da expansão urbana acelerada nas comunidades extrativistas. O registro contribuiu para a formação de um banco de imagens organizado por data e descrição do fenômeno, e como dito na introdução, uma fotogeografia associada a pesquisa etnogeográfica.

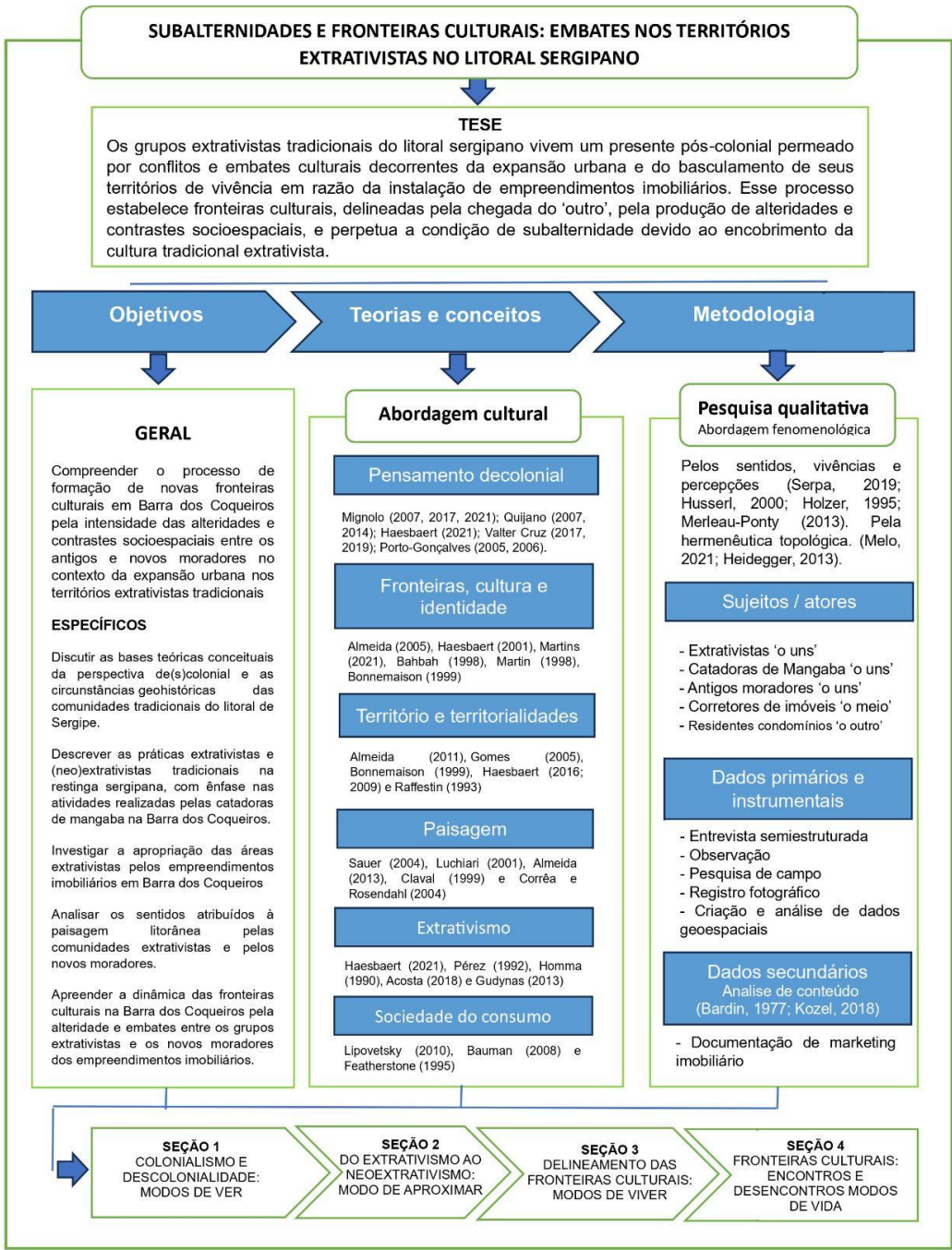
Para Guran (2012) a fotografia nos trabalhos científicos tem a função de integrar o discurso, além de ajudar na descrição e interpretação dos fenômenos que estão sendo estudados. Por isso, as imagens registradas e levantadas foram utilizadas no decorrer do texto para também ilustrar e comprovar o que está sendo discutido.

Ademais, reunimos material do *Google Earth* e *Qgis* constituindo um banco de dados geoespaciais utilizado para a elaboração de mapas temáticos e planilhas, sobre a expansão dos empreendimentos e as transformações socioespaciais no município. Selecionamos o material a partir do ano de 2006, correspondente a

inauguração da ponte que liga Aracaju à Barra dos Coqueiros. Com esse recorte foi possível elaborar mapas temáticos que traduziram a análise histórica/espacial dos empreendimentos implantados e projetados, bem como, da situação de enclave das comunidades tradicionais.

A síntese dos encadeamentos teórico/metodológicos descritos no quadro 3.

Quadro 3 - Síntese da tese



Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

SEÇÃO 2

DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO: UM MODO DE APROXIMAR



SEÇÃO 2

DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO: UM MODO DE APROXIMAR

Na transversalidade deste estudo, as noções de extrativismo e (neo)extrativismo se situam na geohistória da colonização das Américas pelos europeus. Este processo envolve a transferência e acumulação de riquezas, bem como a produção de desigualdades, assimetrias e a subjugação de povos nativos, perpetuando estruturas de poder desiguais. Além disso, esta reflexão nos leva a considerar as práticas tradicionais das comunidades extrativistas e suas transformações no espaço, marcadas por permanências e renovações.

O extrativismo se fortaleceu como a principal estratégia econômica na exploração dos recursos naturais latino-americanos. Desde o fornecimento de matérias-primas das florestas até metais preciosos e recursos hídricos, incluindo a produção de *commodities*, essa atividade delineou o primeiro modelo significativo de desenvolvimento centrado nos interesses europeus. Essa dinâmica se situa na colonialidade da natureza, descrita pelo desrespeito aos valores sociais, identitários e religiosos designados pelos povos originários à natureza, impondo-lhes novos valores, predominantemente econômicos, em detrimento de suas tradições e conhecimentos locais.

Nesta seção intitulada "Do extrativismo ao neoextrativismo: um modo de aproximar", assumimos os conceitos acima citados, em suas duas acepções, buscando contextualizá-los dentro do âmbito da colonialidade da natureza, e também, dimensioná-los como uma estratégia básica para a reprodução socioeconômica de comunidades e grupos tradicionais que residem no litoral do estado de Sergipe.

Para iniciar essas discussões estruturamos essa seção em quatro pontos de reflexão. No primeiro, intitulado "Definições e conceitos do (neo)extrativismo", elaboramos uma discussão acerca dos conceitos de extrativismo e (neo)extrativismo articulando-os às duas perspectivas analíticas e opostas, uma como modelo de desenvolvimento econômico e social implementado no processo de colonização e aprimorado no decorrer da história e, a outra, como prática submergida pela

tradicionalidade do saber e do conhecimento de grupos e comunidades no trato com a natureza e com o movimento socioeconômico.

No segundo ponto constitui a subseção intitulada “Extrativismo de restinga em Sergipe”, nos dedicamos a caracterizar o ecossistema de acordo com os aspectos fisionômicos e seus estágios sucessionais. Apresentamos as áreas de ocorrência e a importância ecológica e social para o estado de Sergipe, no âmbito extrativista de grupos e comunidades tradicionais. Por fim, destacamos as espécies vegetais mais cobiçadas pelo extrativismo tradicional e os seus usos direcionados para a alimentação, medicina, comercialização e outras práticas culturais. A consecução foi relevante para compreendermos o protagonismo de valor atribuído à árvore mangabeira (*Hancornia speciosa*).

Na subseção intitulada "Geohistória da mangaba: do fruto aos produtos contemporâneos", apresentamos o terceiro ponto de reflexão, ao abordar os aspectos históricos do extrativismo da mangaba em Sergipe, inserindo-os em fases distintas demonstrativas da expansão, estabilização, crise e renovação. Destacamos aspectos sociais referentes às práticas de coleta no estado e no município de Barra dos Coqueiros, sublinhando o trabalho feminino. Abordamos o contexto da transformação do fruto, da árvore e das práticas como símbolo e patrimônio socialmente reconhecido, bem como o seu papel na conformação de suas identidades. O processo de transição para o (neo)extrativismo, foi abordado em um contexto no qual o extrativismo e o beneficiamento do fruto passaram a ser fomentados, por políticas públicas de desenvolvimento social e socioambiental, em Sergipe, com o difusão do cooperativismo e associativismo, produção de alimentos derivados, aprimoramento da comercialização, e amplificação das possibilidade de geração de renda, especialmente para as catadoras de mangaba da Barra dos Coqueiros.

Finalizamos com a subseção intitulada "A chegada do Outro nos territórios extrativistas de Barra dos Coqueiros". Aí, estabelecemos uma contextualização inicial da dinâmica socioespacial do município antes da inauguração da ponte que o liga a Aracaju e como as novas dinâmicas de interação influenciaram o processo de metropolização da capital com a expansão urbana em direção aos territórios extrativistas de Barra dos Coqueiros.

2.1 Definições e conceitos do (neo) extrativismo

Iniciamos essa discussão tomando como centralidade a ideia de natureza sob a perspectiva do colonialismo europeu na América Latina. Sabemos que os europeus estavam dispostos a difundir um projeto civilizatório atenuante ao acúmulo de riquezas pela espoliação dos povos originários, da natureza e expansão do seu domínio territorial, sustentados por uma ideia de progresso vinculada ao pensamento ocidental. De acordo com Porto-Gonçalves (2011), no mundo moderno-colonial, a ideia de progresso e desenvolvimento é sinônimo de dominação da natureza. Assim, na concepção eurocêntrica colonial a ideia de natureza se confunde com a de recurso natural e a capacidade de dominação, apropriação, exploração e transformação da natureza.

A ideia de progresso e domínio da natureza não apenas destacou os europeus em relação a outros povos, mas também os situou em uma posição “superior” devido à sua capacidade de explorar e transformar os recursos naturais. Enquanto isso, os povos originários mantinham suas estruturas sociais e viviam em harmonia simbiótica com a natureza, sendo consequentemente inferiorizados. Portanto, no mundo moderno-colonial o homem e a natureza foram considerados como pares opostos e dissociados. Essa relação entre ambos foi configurada de forma a permitir que a natureza pudesse atender às necessidades de desenvolvimento e progresso e, implicou na exploração indiscriminada sem considerar as limitações ecossistêmicas.

Para Porto Gonçalves (2010) a separação homem-natureza é uma marca do pensamento dominante no mundo ocidental e esta afirmação se opôs contra as outras formas de pensar. O pensamento ocidental possui matriz filosófica na Grécia e Roma Clássica, difundiu-se e tomou força por todo o leste europeu, sintetizado pelo autor como pensamento judaico-cristão. No passado histórico colonial, o pensamento ocidental passou a influenciar as colônias europeias nos outros continentes, e no contexto atual contemporâneo mantém sua influência pela colonialidade do poder, saber e da natureza nos Estados-nações dos continentes americanos, africanos, asiáticos e oceânicos.

O pensamento ocidental preconizava um *status* de desenvolvimento focado na valorização da estrutura e modos de vida urbano e industrializado, ou seja, tudo

aquilo que aproximasse o homem dos *constructos* humanos, como a cidade e a indústria, e por consequente, os afastasse da natureza (Porto-Gonçalves, 2011).

Essa perspectiva ocidental privilegia o crescimento econômico e o avanço tecnológico como sinais de progresso. Deste modo, a ação política civilizatória presente na constituição do mundo moderno-colonial promove uma ruptura ontológica da natureza e do homem, a natureza passa a ser vista como objeto, relegando-a a um papel secundário, podendo ser, sem impedimentos, modificada, valorada e desprezada conforme as necessidades de desenvolvimento e imposições da economia europeia. Ao refletir sobre a episteme moderna e construção colonial da natureza, Aráoz (2010) demonstra uma crescente mercantilização atada à desnaturalização do ser humano, pois o processo civilizatório envolve a conquista tanto dos corpos e como também de sua natureza interna. Ele complementa:

La acción civilizatoria es, así, acción colonizadora: de la historia, de la naturaleza, de lo humano; colonización de 'lo humano' que implica racionalización del sí mismo, así como negación (cultural), explotación (económica) y opresión (política) del Otro²⁹ (Aráoz, 2010, p. 39).

A ação civilizatória está intrinsecamente ligada ao colonialismo, que, ao estabelecer o controle e domínio sobre a natureza, também subjuga e domina os povos colonizados. Estes são relegados a uma condição de subalternidade pela racionalidade eurocêntrica, impondo-lhes um cenário geohistórico de opressão política/territorial, exploração da força de trabalho e negação da cultura/identidade.

Ao discutir os efeitos do desenvolvimento nos moldes apresentados, Porto-Gonçalves (2011) destaca a separação do homem da natureza e dos próprios homens pela individualidade. No paradoxo construtivo do mundo moderno-colonial, a colonização do pensamento nos fez entender a existência de povos atrasados e adiantados, utilizando como parâmetro universal o padrão cultural e econômico do Norte ocidental, marcado pela assimetria de poder e desigualdade.

A dinâmica capitalista mercantil e industrial impulsionou a transferência de bens e recursos naturais do Sul para o Norte global, acumulando-os principalmente na Europa Ocidental. Esse processo solidificou uma ordem internacional caracterizada pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual a América Latina

²⁹ Tradução: A ação civilizatória é, portanto, uma ação colonizadora: da história, da natureza, do humano; uma colonização do 'humano' que implica na racionalização do eu, bem como na negação (cultural), exploração (econômica) e opressão (política) do Outro.

se especializou por uma economia primária (inferior) voltada ao extrativismo de recursos naturais e produção de produtos agrícolas, enquanto a Europa se responsabilizou pela produção de bens manufaturados e industrializados (superiores).

Nas palavras de Galeano (2015) com a DIT formatada desde o colonialismo, a América Latina tornou-se especialista em perder as suas riquezas naturais, sejam as jazidas de metais preciosos, ou as reservas de energia, bem como as florestas, solos e águas, muito utilizadas para produção agropecuarista, com destino aos países ricos do centro geopolítico mundial. Ainda de acordo com o autor, os países latino-americanos continuam trabalhando como serviçais, pois suas economias primarizadas são voltadas para atender as demandas industriais e tecnológicas de países externos, estes, ao consumirem e/ou transformarem nossos produtos, conseguem gerar ainda mais riquezas por agregar valor técnico, científico e tecnológico.

Mas, qual é a relação do extrativismo com a ideia de natureza, progresso e civilização aqui apresentada? Ora, a prática extrativista foi a mais antiga modalidade econômica definida pelos europeus para exploração das gentes e das riquezas naturais da América Latina. A exportação dos produtos do extrativismo transferiu as riquezas para as mãos da burguesia comercial da Europa e, tempos mais tarde, com a revolução industrial, atendeu à demanda europeia por matéria-prima. Portanto, o extrativismo é uma peça chave para entender o processo de subalternidade dos povos latinos, espoliação dos seus recursos naturais, perpetuação da superioridade europeia e a produção de desigualdades em escala global.

Do ponto de vista conceitual, comungamos com a definição de Acosta (2016), ao empregar o termo extrativismo para se referir ao conjunto de atividades e a extração de grandes quantidades de recursos naturais, com foco principalmente na exportação. O extrativismo abrange não apenas minerais ou petróleo, mas também inclui atividades agrícolas, florestais e até mesmo pesqueiras. Igualmente interessado em delinear o conceito, Gudynas (2013) descreve o extrativismo como um modo de produção vinculado a atividades que extraem intensivamente os recursos naturais e os exportam com pouco ou nenhum tipo de processamento. O autor destaca que a orientação exportadora do extrativismo ocorre quando mais de 50% do recurso é direcionado ao comércio exterior. Ele categoriza o extrativismo

pelas seguintes etapas: descoberta, exploração, instalação, operação das atividades de extração e, por fim, o encerramento e/ou abandono da unidade produtiva.

Com base nestas etapas é importante ressaltar que, dependendo do tipo de recurso natural extraído/explorado, a produção também pode ser direcionada ao comércio local, embora o foco principal seja o comércio exterior. Além disso, o próprio Gudynas (2013) reconhece que a condição exportadora atrelada a esse conceito de extrativismo sempre esteve associada aos setores de mineração e petrolíferos, para atender os interesses de países importadores. Porém, o debate sobre o extrativismo não se prende a questões conceituais, uma vez que, no próprio movimento histórico/econômico da América Latina e do mundo, a *práxis* extrativista passou por mudanças. É também fundamental situar o extrativismo no contexto histórico e estrutural para entender, de fato, as características desse fenômeno.

Do ponto de vista histórico estrutural existe um consenso entre autores latinos ao vincular o extrativismo ao colonialismo e a colonialidade. Para Acosta (2012; 2016) o extrativismo de grande escala com fins de exportação tem raízes históricas há mais de 500 anos, e possibilitou a estruturação do sistema capitalista devido a capacidade de exploração e acumulação.

Apesar do extrativismo estruturar-se na América Latina, Svampa (2019) destaca que é um modelo de produção inventado pelos europeus desde a colonização que favoreceu a expansão do capitalismo através da combinação de fatos, quais sejam: o genocídios de povos latino-americanos, conquista e expansão territorial, saqueamento e destruição da natureza, bem como com a instalação de sucessivos ciclos econômicos baseados no cultivo de produtos primários que expandiram as suas fronteiras de acordo com a dinâmica e demanda internacional.

Com posicionamento similar, porém aplicada a um contexto histórico posterior ao colonialismo, Gudynas (2013) afirma que o extrativismo em nível local é manipulado por influência de condições globais, pois os volumes de investimentos do exterior continuam a limitar a autonomia e um possível uso do recurso natural extraído no mercado local e nacional. Mesmo com o fim do colonialismo³⁰ Na América Latina, é evidente a permanência da estrutura de dependência e subalternidade da economia extrativista.

Esse modelo econômico faz parte de um sistema-mundo revelador de um

³⁰ Frisa-se que na perspectiva global, o colonialismo não acabou e continua a se reproduzir de maneira aprimorada, e aflige, sobretudo, as nações e o povo do Oriente Médio.

relacionamento estrutural entre colônia x metrópole, ou países desenvolvidos x subdesenvolvidos, países do centro x periferia. Neste sentido, Aráoz (2018) afirma ser fundamental considerar esse vínculo pois o extrativismo não se limita às economias primárias-exportadoras. Existe um centro de onde irradiam as decisões, necessidades e todo o gerenciamento econômico, além disso, o extrativismo proporciona um vínculo ecológico-geográfico em escala planetária.

Ese vínculo ecológico-geográfico, orgánico, que “une” asimétricamente las geografías de la pura y mera extracción/expolio, con las geografías donde se concentra la disposición y el destino final de las riquezas naturales. La apropiación desigual del mundo, la concentración del poder de control y disposición de las energías vitales, primarias (tierra/materia) y sociales (cuerpos/trabajo), en manos de una minoría, a costa del despojo de vastas mayorías de pueblos, culturas y clases sociales, eso es lo que el extractivismo asegura y hace posible³¹ (Aráoz, 2018, p. 366/367).

Ainda sobre as características históricas estruturais, Aráoz (2018) argumenta que o nosso continente foi moldado por um golpe colonial e inserido violentamente em um sistema-mundo em ascensão, tornando-se uma zona de sacrifício, na qual o extrativismo desempenha um papel significativo no controle e formação dessa área, caracterizada também pelo domínio sobre a terra/matéria e o corpo/trabalho. Svampa (2019), por sua vez, concebe as áreas de sacrifício como locais marcados pelo contraste entre lucro extraordinário e pobreza, pela perda de vidas humanas e pela degradação dos territórios. Percebe-se que, apesar das sociedades latino-americanas serem detentoras das riquezas e dos recursos necessários para impulsionar a economia mundial, sofriam, no contexto do extrativismo colonial, com a exploração de seu povo e de seus territórios.

Essa condição estrutural foi interpretada por Acosta (2016) como o paradoxo da abundância³², no qual os países que são substancialmente dotados de produtos

³¹ Tradução: Esse vínculo ecológico-geográfico, orgânico, que conecta de forma assimétrica as geografias da pura extração/espoliação com as geografias onde se concentra a disposição e o destino final das riquezas naturais. A apropriação desigual do mundo, a concentração do poder de controle e disposição das energias vitais, tanto primárias (terra/matéria) quanto sociais (corpos/trabalho), nas mãos de uma minoria, à custa do despojo de vastas maiorias de povos, culturas e classes sociais, é o que o extrativismo assegura e torna possível.

³² No contexto da perspectiva econômica para o entendimento da fronteira cultural e da dinâmica entre o eu e o outro, não foi considerado, neste trabalho, as teorias da dependência. Logo, a abordagem do paradoxo da abundância, conforme apresentada, é suficiente para entender a perspectiva cultural e política nos limites teóricos postos na Tese.

primários parecem encontrar dificuldades maiores para se desenvolver. Para o autor, o grande paradoxo das repúblicas primárias exportadoras é justamente por não conseguirem estabelecer um esquema de desenvolvimento capaz de superar a pobreza e o autoritarismo, aliás só são pobres porque são ricas em recursos naturais, e por não conseguirem criar outras formas de valor a não ser exportando a riqueza para o mercado mundial. Esta reflexão nos permite constatar que mesmo com o fim da fase do colonialismo, o extrativismo se manteve, mesmo com o advento das repúblicas independentes. Isso nos faz reconhecer o extrativismo em distintas fases.

Além das fases colonial, também referida como primitiva por Aráoz (2018), e clássica por Gudynas (2013), diferentes gerações do extrativismo são reconhecidas por Svampa (2019) e Gudynas (2013; 2009). Após a geração clássica caracterizada pela extração e exportação de metais preciosos para sustentar o comércio e as atividades industriais do centro, surgiram novas modalidades. Estas incluem o estímulo à produção em larga escala de *commodities* para atender às demandas alimentares, assim como a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias voltadas para a exportação. Nessa fase, destaca-se o desrespeito pelos elementos e ciclos naturais, moldados conforme as exigências do mercado global. Já o extrativismo contemporâneo apresenta características complexas por envolver não apenas a relação entre estados, mas também diversos atores e instituições financeiras internacionais.

Em entrevista concedida à Darío Aranda, publicada por Tierra Viva em 2021 Aráoz (2021) analisa as semelhanças e diferenças entre o extrativismo do século XVI ao atual século XXI. Destaca a figura do conquistador que observa o mundo como objeto de posse e conquista pela busca incessante por riqueza e poder. As diferenças estão nos modos de produção e na complexificação dos regimes de dominação, neste caso, se estabeleceu um poder performativo com capacidade de sedução e persuasão. Isso significa que o conquistador continua a se impor como matriz evolutiva e sua visão de desenvolvimento ainda é referência para os dominados.

A nova fase, denominada neoextrativismo, é muito mais complexa pois engloba não apenas as atividades tradicionalmente extrativistas, como a mega mineração, a expansão da fronteira petrolífera e energética, grandes obras de

infraestrutura como represas hidrelétricas, hidrovias, portos e corredores interoceânicos, entre outras. Além disso, inclui a expansão de monoculturas associadas ao agronegócio e a superexploração de recursos pesqueiros e florestais Svampa (2019). Ou seja, não somente as atividades de exploração dos recursos naturais, mas também todo o seu circuito produtivo de atividades correlacionadas, podendo-se incluir a expansão urbana no município de Barra dos Coqueiros.

Outra característica marcante do neoextrativismo refere-se à atuação do Estado. Para Gudynas (2013) esse seria um modelo progressista no qual o Estado controla e também participa da extração de riquezas por meio de empresas estatais e mistas; consegue tributar em *royalties* a maior parte das atividades, principalmente as de mineração e energia; fator indicativo de um projeto de desenvolvimento reproduzido pelas repúblicas latinoamericanas continuamente atada a política extrativista.

O neoextrativismo ganhou destaque após os anos 2000, período no qual repúblicas latino-americanas foram governadas por líderes muitos deles alinhados à esquerda e centro-esquerda³³. Isso evidencia a influência dos governos progressistas na concepção e implementação desse modelo econômico e de desenvolvimento. Sobre esse assunto Acosta (2016) e Gudynas (2013) reafirmam a adesão desses governos ao neoextrativismo como pilar e estilo de desenvolvimento atado a globalização e ao mercado global, mantenedores de fragmentação territorial, enclaves extrativos e agravadores de impactos ambientais e sociais. Assim, o modelo neoextrativista não representa uma mudança estrutural, mas sim, um aprimoramento político, econômico e social de suas funções, atuando numa rede global circular, com centro bem delimitado, de onde irradiam os direcionamentos, investimentos e decisões.

Nesta fase do extrativismo, os governos do centro perdem importância devido à atuação de organismos financeiros internacionais e grandes corporações transnacionais, além das grandes empresas dominadoras da produção e comercialização global de alimentos e outros bens de consumo. Os governos da periferia têm feito o papel de atração de investimentos e colocam os seus recursos à disposição do mercado internacional. Fato recorrente no Brasil, a exemplo, do modelo de exploração petrolífera do pré-sal, dividida em vários lotes, boa parte deles

³³Citam-se, dentre elas, o Brasil, Argentina, Chile e Bolívia.

leiloados para empresas estrangeiras. O similar aconteceu com os campos de petróleo em águas rasas e profundas da Bacia Sergipe/Alagoas.

De acordo com Svampa (2019) o neoextrativismo é também uma janela analítica privilegiada, na qual suas complexidades são passíveis de análise em diferentes níveis e escalas, incluindo as nacionais, regionais e locais. Neste caso, os exemplos contextualizados nos parágrafos anteriores são retratos das janelas nacionais e regionais. No *locus*, desta pesquisa, o município de Barra dos Coqueiros mostrou-se inserido no *hall* neoextrativista por meio da atuação de indústrias (figura 8 e 9) de exploração energética. O parque eólico é controlado por uma multinacional francesa, a Statkraft gerenciadora de outros 64 empreendimentos em outras partes do mundo. A usina termelétrica, considerada a maior da América Latina, é controlada pela Eneva, empresa constituída por investimentos de grupos nacionais, da Alemanha e Estados Unidos.

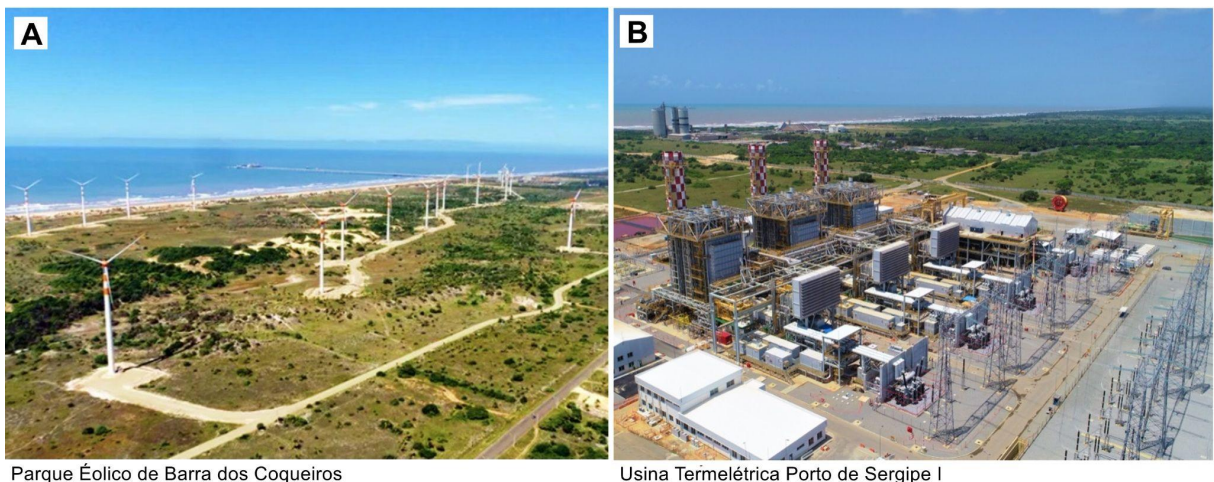
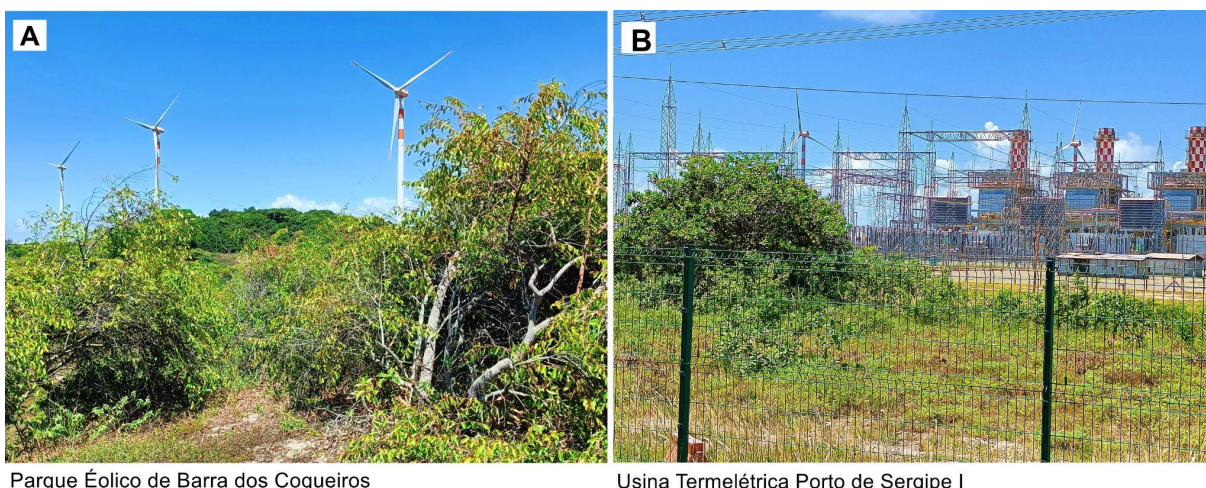


Figura 8 - Indústrias neoextrativistas em Barra dos Coqueiros vista de cima para baixo

Fonte: a) Kimm Saatvedt; b) Eneva Hub Sergipe



Parque Eólico de Barra dos Coqueiros

Usina Termelétrica Porto de Sergipe I

Figura 9 - Indústrias neoextrativistas em Barra dos Coqueiros vista de baixo para cima

Fonte: Pesquisas de campo (2023/2024)

Ao considerar o conteúdo das imagens mostradas nas Figura 8 e 9, é possível atestar algumas das características previamente discutidas, como a formação de enclaves territoriais como zonas de sacrifício (Araoz, 2018), dada a dimensão desses empreendimentos, área ocupada e a superproteção através de cercas e muros. Outros aspectos característicos podem também ser visualizados, pelas colocações de Svampa (2019) como o gigantismo representado pelos megaempreendimentos como uma característica comum do neoextrativismo, destacando também as consequências para as populações locais e seus modos de produção, no qual preferimos chamar nesse estudo, de práticas produtivas. Retomando o contexto da figura 9, apesar de não ser imediatamente perceptível, o ângulo das imagens revela como as comunidades locais observam os megaempreendimentos. No primeiro plano (A) observam-se árvores frutíferas, valorizadas e apreciadas pelos moradores locais e, conseqüentemente, granjeadas para realização da coleta desses frutos. No primeiro plano (B) as árvores frutíferas, inacessíveis aos extrativistas tradicionais, compõem o patrimônio da indústria.

A análise (multi)territorial, nos permitiu entender as múltiplas perspectivas e padrões de apropriação do espaço e exploração da natureza. Haesbaert (2021) assinala, ainda, sobre a coexistência de um (neo)extrativismo hegemônico, de cima para baixo, e de um extrativismo de baixo para cima, que deve ser reconhecido como categoria usada no senso comum por grupos subalternos que os apresentam como um modelo que alinha a preservação do meio ambiente e o usufruto social. É

o que mostramos na figura 9, A e B.

Haesbaert (2021) esclarece o (neo)extrativismo de cima para baixo em suas distintas perspectivas e modos de apropriação do espaço e exploração da natureza. Quanto ao (neo)extrativismo de baixo pra cima, ele destaca esse fenômeno como um modelo conciliador com a conservação da natureza pela característica de usufruto social. É nessa ótica que se encontram os sujeitos extrativistas de nosso estudo, posto que, se situam na perspectiva topológica.

Nas sociedades e organizações tradicionais, a natureza não é vista simplesmente como um recurso (Diegues, 2009) a ser explorado até a exaustão ou esgotamento, mas sim como uma entidade que deve ser valorizada e preservada. Nesse contexto, a relação entre o homem e a natureza é caracterizada por uma mediação cultural na qual cada sociedade constitui o seu próprio aparato técnico, e sistema de códigos, símbolos e linguagens que permitem o estabelecimento de relações de proximidade, conhecimento e respeito aos elementos naturais. Assim, a concepção de natureza é enriquecida por referências culturais transmitidas e fortalecidas ao longo de gerações pelas relações cotidianas mantenedoras da sobrevivência dos grupos humanos.

A natureza não é um simples objeto idealizado por essas organizações socioespaciais, mas sim, concebida através da cultura e identidades que estão expressas na convivência, no cotidiano dos sujeitos e no aparato técnico que permitem o manejo e a sobrevivência. No livro, *A Geografia Cultural*, Claval (2014) enfatiza a natureza como fornecedora de recursos e amenidades, sendo que os homens expressam a existência social da natureza pela forma como interpretam, concebem e estabelecem as possibilidades técnicas inerentes ao seu uso. Nestes moldes, a relação sociedade e natureza é mediada pela cultura e todo o seu aparato técnico apreendido e transmitido entre as gerações.

Diegues e Arruda (1999) produziram uma análise das dinâmicas das sociedades tradicionais ressaltando o valor atribuído por elas à natureza. Os autores balizam essas sociedades pela relação simbiótica com a natureza, seus ciclos e elementos, dos quais derivam seus modos de vida, além do conhecimento e das estratégias desenvolvidas para o uso e manejo desses recursos naturais. Na simbiose, o homem e a natureza não são pares opostos, inclusive, a preservação da natureza está vinculada à condição de existência dessas organizações

socioespaciais

A relevância das comunidades tradicionais na preservação da natureza é reconhecida por estudiosos dentre os quais: Diegues e Arruda (1999); Diegues (2009), Porto Gonçalves (2010, 2011) Brandão (2012) Esses autores abordam os conflitos e a luta pela manutenção dos territórios tradicionais visibilizados, especialmente, após a segunda metade do século XX, marcados pelo impulsionamento de movimentos ambientalistas. Esses movimentos podem ser apreendidos não apenas pelo enfrentamento aos modelos hegemônicos de exploração da natureza, como o extrativismo clássico “de cima para baixo” mas, também, identificados como questionadores dos limites dessa exploração, colocando em discussão alternativas de desenvolvimento sustentável, no qual, o modelo de baixo pra cima de usufruto e manejo com a natureza passou a ser apreciado e defendido, tornando os sujeitos subalternos que vivem de práticas tradicionais, socialmente visíveis.

Observa-se que o movimento ambientalista ganhou impulso em um contexto histórico caracterizado pela chamada (des)ordem ambiental e ecológica planetária, conforme descrito por Porto Gonçalves (2011a). Esse período foi marcado tanto pela geopolítica contemporânea neoliberal de controle da natureza, que contribuiu para uma grande devastação do planeta, quanto pelo surgimento da geopolítica do desenvolvimento sustentável, que passou a integrar a agenda política de diversos países e organismos internacionais. Neste cenário, o ambientalismo passou a se expandir de “baixo pra cima” e as organizações e movimentos de extrativistas, povos originários e agricultores, tornaram-se protagonistas deste processo. Como exemplo tem-se os seringueiros da Amazônia brasileira sob a liderança de Chico Mendes ao alcançarem visibilidade sobre as condições de subalternidade da atividade extrativista (Porto Gonçalves, 2011b).

Inclusive, Pérez (1992) já havia assinalado que as comunidades extrativistas assumiram a vanguarda da luta pela conservação da natureza e defesa do discurso do desenvolvimento sustentável. Elas lideram o processo de conservação de suas áreas de coleta, usando práticas e instrumentos ecologicamente protetivos, logo, exercem um papel de vigília (Carvalho, 2013), até porque, a defesa dos biomas, ecossistemas, rios e mares é igualmente equivalente à defesa de seus territórios de vida e sobrevivência.

Brandão (2012) discorre que tanto o extrativismo como as outras práticas produtivas permitem a socialização da natureza pelo trabalho coletivo, e legitima a existência da comunidade, mas não somente, pois definem as espacialidades dos sujeitos que nela habitam e seus usos definem os seus territórios. Ainda neste aspecto, Diegues e Arruda (1999) qualificam as atividades de produção e trabalho pela importância para a subsistência dos grupos, pois para além do consumo próprio, essas atividades podem culminar na produção de mercadorias com valor de mercado. É o caso do extrativismo tradicional de baixo para cima, ao produzirem excedentes e estabelecerem estratégias de troca.

Esse tipo de extrativismo é considerado por Homma (1990) uma das atividades mais antigas da humanidade. O termo é geralmente utilizado simplesmente para referir-se a todas as atividades de coleta de produtos naturais de origem mineral, animal e vegetal (Rueda, 1995). A extração gera recursos extrativos, definidos por Perez et al (1993) e Haesbaert (2021) como produtos naturais renováveis, marcados pelo equilíbrio e respeito à reprodução natural, obtidos de forma a não ameaçar as condições ambientais e os ecossistemas de origem. Ainda de acordo com Perez et al (1993), o extrativismo é um modelo básico e possui um padrão de produção e consumo que se diferenciam pela essência cultural.

O extrativismo de baixo para cima é também múltiplo (Haesbaert, 2021). Para as comunidades indígenas a maior parte dos recursos extraídos são voltados para o autoconsumo. Já as comunidades agrícolas extrativistas são mais influenciadas pela relações de troca, tendem a escolher os produtos com valor comercial e os destinam ao comércio, e em menor número para o consumo interno (Perez et al., 1993). A configuração geográfica da comunidade e da natureza também influencia nas especificidades extrativistas de cada uma das organizações socioespaciais. Podemos citar o nível de isolamento e distância de centros urbanos, bem como a biodiversidade disponível para extração, como fatores que determinam as estratégias de uso e troca dos recursos extrativos.

A depender do nível de relevância econômica do extrativismo para as comunidades, as espécies nativas tendem a ser valorizadas. Para Carvalho (2013), essa valorização pode induzir a recuperação de espécies por meio de plantio em quintais, pomares, em sistemas agroflorestais, ou mesmo nas próprias áreas de coleta, ao ponto de ser possível confundir as espécies proveniente de vegetações

primárias³⁴ ou secundárias³⁵. A introdução/cultivo desses indivíduos é um típico caso de domesticação de recurso extrativos e segundo Homma (1990), é uma tática utilizada para o aumento da produtividade e do trabalho e também dos custos de produção, pois a quantidade extraída de determinada espécie domesticada pode ser obtida numa área menor, isto é, não sendo necessário percorrer longas distâncias para manter um nível de produtividade que satisfaça os grupos envolvidos.

No litoral de Sergipe, o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa*), também passou por um processo de domesticação, método utilizado predominantemente por proprietários rurais e grupos extrativistas para aumentar a ocorrência da mangaba na restinga presente no interior de suas propriedades, bem como nos quintais e entorno das comunidades.

A domesticação é diferente do extrativismo puro e para Homma (1990) esse processo pode produzir um bem natural idêntico e com qualidade superior aos recursos extrativos, culminando em sua desvalorização. Além disso, a domesticação representa a capacidade de atender a crescente demanda de mercado, ao passo que o quanto o extrativismo puro pode permanecer estático ou então, declinante não conseguindo atender a demanda de consumo. Sobre esse assunto, Rego (1999) afirma que a busca pela máxima produção do extrativismo puro, pode representar ainda, o esgotamento do recurso em médio ou longo prazo, pois o ritmo de exploração pode não ser compatível com a capacidade de regeneração do recurso, ameaçando a lógica sustentável. Sendo assim, a domesticação tornaria uma solução viável do ponto de vista ambiental e econômico.

Não estamos fazendo críticas ao extrativismo puro tradicional, apenas destacando os limites desse modelo para atender às demandas de consumo. É importante observar que, com o desenvolvimento do meio técnico-científico e informacional, as comunidades extrativistas estão cada vez mais integradas e conectadas às sociedades externas e ao mercado. Como estratégia para reprodução socioeconômica, essas comunidades atribuem valor de troca aos seus recursos extrativos. Claro, na complexidade das geografias das comunidades, existem exceções, porém é inegável o aumento da interação socioeconômica com as sociedades urbanas. Além disso, a convenção dos recursos extrativos em dinheiro diversifica o acesso desses grupos a bens não produzidos pela coletividade

³⁴ Ocorrência natural

³⁵ Introduzida por influência antrópica, domesticada.

de suas comunidades.

Os extrativismos domesticado e o puro, são atividades que não se anulam, podem coexistir nas sociedades tradicionais e se complementam. Porém, o primeiro inaugurou uma nova modalidade extrativista denominada por Rêgo (1999) de neoextrativismo. Obviamente, o conceito posto por Rêgo (1999) não está vinculado à concepção hegemônica aqui anteriormente discutida e trata-se do novo modelo, o neoextrativismo em ascensão entre os grupos tradicionais. Essa nova modalidade, embora mais alinhada ao mercado, é um modelo alternativo realizado por comunidades e grupos extrativistas tradicionais.

Preocupado em explorar um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, Rêgo (1999) destaca a adequação desse neoextrativismo à região, concebendo-o como um modelo intrinsecamente ligado a todas as esferas da vida social comunitária, abrangendo aspectos econômicos, políticos e sociais. Inicialmente, o autor enfatiza que esse modelo busca estabelecer um equilíbrio e uma simbiose com a natureza, mas sua essência é mais fortemente determinada pelo contexto cultural. É o conhecimento cultural e a sabedoria empírica sobre a natureza que fornece a base para sistemas de manejo de baixo impacto, inclusive domesticado, os quais são praticados por meio de trabalho coletivo e familiar.

Com base no exposto e levando as considerações apresentadas por Rêgo (1999), o neoextrativismo se caracteriza:

- I - por ser um modelo econômico coerente com as peculiaridades ambientais e com as aspirações culturais dos grupos;
- II - por estabelecer um manejo sustentável e equilibrar o ritmo de extração com o de regeneração dos recursos;
- III - pelo respeito à cultura e identidade local e a construção de um sistema de manejo apoiado nos saberes, práticas e tradições dos trabalhadores extrativistas;
- IV - pela integração com a organização socioespacial já existente;
- V - pelo uso da tecnologia alinhada às práticas da cultura extrativista ao progresso técnico;
- VI - por abranger no seu sistema econômico, além da coleta, atividades alternativas como cultivo, criação, artesanato e beneficiamento da produção, desde que harmonizadas com os valores, crenças e costumes dos grupos extrativistas.³⁶

³⁶ REGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999.

Essas características já ilustram a complexidade do novo modelo neoextrativista. No entanto, é preciso reforçar algumas dessas discussões, bem como apresentar outras características igualmente significativas às já mencionadas.

É importante considerar as múltiplas determinações territoriais inerentes ao neoextrativismo. Além de ser reconhecido como um modelo de desenvolvimento sustentável, ele também se destaca pelo seu potencial de conservação da natureza e preservação das tradições extrativistas, pois, embora resignificadas, continuam a luta pela manutenção de seus territórios de vivência. Esse modelo econômico está intimamente ligado ao território institucionalizado, resultado de instrumentos legais utilizados pelo Estado para demarcar os territórios na forma de reserva extrativista, para garantir a conservação da natureza e a consequente continuidade das práticas extrativistas. Muitas comunidades neoextrativistas, inclusive, lutam pela institucionalização de seus territórios como forma de garantir sua permanência e autonomia.

A característica mais essencial na diferenciação entre extrativismo e neoextrativismo é a econômica. No sistema produtivo neoextrativista observa-se o protagonismo maior de atividades posteriores às etapas de coleta, como o beneficiamento de produtos. Para mais, os grupos acabam se organizando coletivamente com o intuito de acessar políticas de aquisição de instrumentos técnicos para profissionalizar a criação de produtos derivados, processo agregador de valor identitário e mercadológico. Essa é uma das características inerentes ao neoextrativismo da mangaba praticado ao longo do litoral de Sergipe.

2.2 Extrativismo de restinga em Sergipe

A zona costeira sergipana tem uma linha contínua de costa de aproximadamente 163 quilômetros de extensão, sétima maior da região Nordeste do Brasil. Neste ambiente costeiro desembocam rios vultosos como o complexo estuarino Piauí-Fundo-Real, Vaza-barris, Sergipe, Japaratuba e São Francisco. A dinâmica estuarina e fluvio-marinha alinhada a fatores climáticos e geomorfológicos tornaram-se condicionantes ambientais indispensáveis para a formação e predomínio dos ecossistemas de manguezal e restinga, estes combinados, conformam paisagens que se assemelha a um mosaico, pois se encaixam entre o mar, rios, terras altas e baixas.

A restinga é um ecossistema caracterizado por ser um ambiente de transição entre os ecossistemas marinhos e terrestres. Está presente em toda a linha de costa sergipana e pertence ao bioma da mata atlântica. Este ecossistema em Sergipe, possui características físicas peculiares: a vegetação compõe-se por espécies de porte baixo, rasteiras, arbustivas e arbóreas, que se adaptam tanto às distintas formas de relevo, em predomínio de planícies de solos arenosos e salinizados, quanto à hidrogeologia das lagoas e cordões litorâneos sujeitos às mudanças conforme as estações secas e chuvosas.

As interpretações da terminologia "restinga" variam de acordo com a perspectiva científica adotada. Para Silva *et al* (2020), na Geologia, a restinga é definida como formações sedimentares costeiras de origem quaternária e terciária, ou seja, de formação recente. Quanto à Geomorfologia, essas áreas são caracterizadas por planícies de baixa elevação, apresentando características como cumes de praia e sistemas lagunares. Além disso, fatores físicos dominantes, como salinidade, ventos fortes, escassez de água, insolação direta e solo instável, também contribuem para sua definição.

De acordo com o Código Florestal Brasileiro, lei 12.651 de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências, a restinga define-se por:

[...] depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o

estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado (Brasil, 2012, art 3º)

Esta definição reforça as características geológicas e geomorfológicas da restinga e também indica as classificações e distribuição da vegetação pelo seu porte conforme os estágios sucessionais. De acordo com Veloso *et al*, (1991) e Oliveira e Carvalho (1993), as variações fisionômicas da vegetação de restinga são classificadas conforme a distância entre a região pós-praia e o interior da zona costeira, se dividem em três estágios: o primeiro, mais próximo do oceano é onde predomina a vegetação pioneira formada predominantemente por restinga herbácea; o segundo, apresenta vegetação de transição de porte arbustivo-arbóreo e, o terceiro, apresenta a vegetação clímax, com formação florestal de tabuleiro. Tais características estão representadas na figura 10.

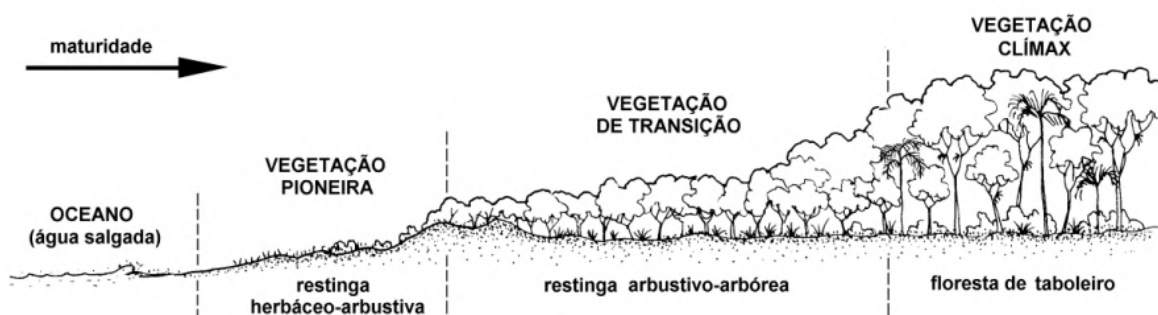


Figura 10 - Perfil fisionômico da restinga transição de maturidade

Fonte: Instituto Pró-restinga (2020)

A fisionomia das comunidades vegetais apresentada em cada um dos estágios sucessionais são compatíveis com as características da restinga sergipana. Contudo, é importante esclarecer que devido a peculiaridade da geomorfologia costeira de Sergipe, o perfil fisionômico da restinga se adapta conforme a dinâmica de erosão e sedimentação eólica e flúvio-marinha presente nas planícies, campos de dunas e cordões litorâneos.

A interferência local do solo e geomorfologia/geologia na composição do porte das comunidades vegetais da restinga foram reconhecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente por meio da resolução 7 de 1996. Neste documento ficou estabelecido os parâmetros de análise da vegetação de restinga, a princípio, os

estágios sucessionais são configurados por alguns fatores no qual a natureza do solo é elementar, sobrepondo-se inclusive, às condições climáticas. Tem-se por essa resolução três tipos de vegetação: de praias e dunas, de cordões arenosos e, aquelas associadas às depressões.

Em ambos exemplos de classificação, as vegetações são consideradas frágeis pela sua formação lenta em função da dessecação e ausência de nutrientes dos solos arenosos. Deste modo, ações antrópicas de descaracterização e/ou remoção deste ecossistema desencadeiam um processo de recuperação lenta. Ainda de acordo com a resolução 7/1996, a vegetação de restinga é fundamental para a estabilização dos processos erosivos em dunas e cordões arenosos, assim como nas drenagens naturais. Assim, a remoção dos indivíduos vegetais pode alterar a sedimentologia, assim como, comprometer a formação de lagoas e cordões litorâneos. Na figura 11, apresentamos os aspectos de localização da restinga em Sergipe e algumas de suas paisagens de Norte a Sul da costa.

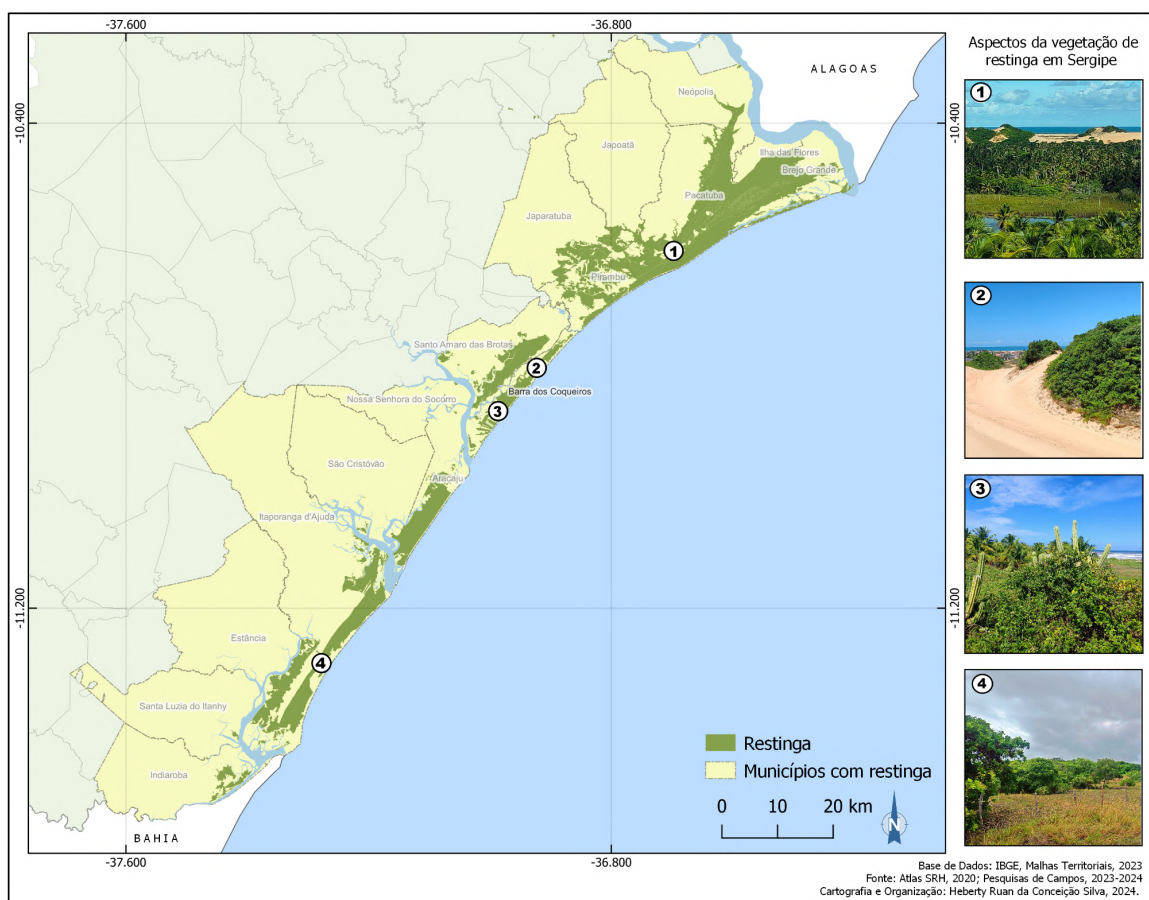


Figura 11 - Sergipe: localização ecossistêmica da restinga e paisagens
 Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2023.

No litoral Sergipano, a restinga se espalha ao longo dos 163 quilômetros de costa, e está presente em 16 municípios Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Itaporanga d'Ajuda, Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Pirambu, Japarutuba, Japoatã, Pacatuba, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande. Em referência a figura 11, destacam-se os distintos aspectos fisionômicos da restinga sergipana e a configuração das comunidades vegetais conforme as características de relevo e solo. É possível perceber ainda, a diversidade ecológica de espécies da flora e o seu papel no controle dos processos erosivos litorâneos (imagem 2) e na recarga e manutenção da drenagem natural (imagem 1).

Além de sua importância ecológica, a restinga em Sergipe desempenha um papel fundamental na preservação da identidade e no sustento econômico de grupos e comunidades tradicionais extrativistas. Pela utilização de espécies vegetais da restinga, esses grupos aplicam técnicas de manejo tradicionais e preservacionistas, relacionadas aos hábitos de consumo, alimentação, construção, manutenção das atividades diárias e uso medicinal. Esse conjunto de técnicas pode ser apreendido ao observar o cotidiano extrativistas, mas, também, pelas perspectivas simbólicas do saber fazer e cuidar.

As espécies mais utilizadas pelos extrativistas sergipanos são as frutíferas, cajueiro (*Anacardium occidentale*), mangabeira (*Hancornia speciosa*), mangueira (*Mangifera indica*), cajazeiras (*Spondias mombin*), jenipapeiro (*Genipa americana*), araçazeiro (*Psidium cattleianum*) cambuízeiro (*Myrciaria tenella* O. Berg), além da ocorrência de ingá (*Inga edulis*), guajiru ou grageru (*Chrysobalanus icaco*), oiti (*Licania tomentosa*), muricí (*Byrsonima crassifolia*), maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*). Destaca-se também as espécies naturalizadas como o coqueiro (*Cocos nucifera*) e jameloeiro (*Syzygium cumini*), e, no tocante ao uso medicinal, a mangaba (*Hancornia speciosa*) e a amesca (*Protium heptaphyllum*). A gama de espécies utilizadas por cada grupo e comunidades varia de acordo com a localização e ocorrência natural de cada espécie, pois não se distribui de maneira uniforme ao longo do litoral de Sergipe. Além disso, a disponibilidade de fruto ao longo do ano é também dimensionada pelo período natural de floração e frutificação, ocorrendo em algumas espécies o extrativismo em um ou dois períodos anuais.

O valor atribuído aos produtos do extrativismo de restinga são diferenciados conforme o nível de apreciação. O araçá (figura 12), ingá, guajiru, murici e cambuí (figura 12), por exemplo, se restringem ao uso cultural e de subsistência das comunidades locais. Esses podem ter um valor significativo para as comunidades devido às suas aplicações em práticas tradicionais, alimentação, medicina ou até mesmo, rituais religiosos. No entanto, sua demanda comercial pode ser limitada fora dessas comunidades, resultando em um valor monetário relativamente baixo quando comparado a produtos mais comercializados.

Estes produtos, a exemplo da mangaba (figura 12), caju e jenipapo, estabeleceram ao longo dos anos elevado potencial de comercialização e estão presentes em distintos pontos de venda, desde barracas na margem de rodovias e estradas nas próprias comunidades até em feiras, mercados e supermercados urbanos e rurais. Seu valor de troca é atribuído não apenas pelo seu valor cultural, mas, também, pela sua demanda comercial fora das comunidades extrativistas. Eles são valorizados como alimentos *in natura* e como produtos secundários. A demanda externa impulsiona o valor econômico e cria oportunidades de renda e de reprodução socioeconômica para os extrativistas.



Figura 12 - Sergipe: frutos da restinga

Legenda: A - Araçá; B - Mangaba; C - Cambuí

Fonte: Pesquisas de campo 2023 e 2024 nos povoados Capuã e Jatobá

Neste contexto, a mangaba tornou-se o produto de maior impulso da prática extrativista, principalmente, por duas razões. A primeira por compor os hábitos alimentares da população sergipana e, por ser uma fruta institucionalizada como símbolo da identidade sergipana (como visto a seguir), tendo o seu consumo fomentado pelo marketing cultural e turístico do Estado. Porém, a mangaba não é uma fruta exclusivamente sergipana e tem ocorrência geográfica em diversos

biomas e estados brasileiros.

De acordo com Silva Júnior (2003) a mangabeira é encontrada desde o Amapá até São Paulo, principalmente, nas vegetações de restinga e cerrados. Por essa razão, ela assume uma diversidade genética e botânica. Para Giacometti (1993) existem quatro centros de diversidade genética da mangaba no Brasil: (i) na costa atlântica e baixo amazonas entre o Pará e o Amapá; (ii) na caatinga nordestina; (iii) nas áreas de tabuleiros de cerrado e de transição com a caatinga, bem como no cerrado central do Brasil; (iv) em dois setores da Mata Atlântica nordestina, na restinga desde o estado do Rio Grande do Norte até Alagoas, e na restinga do litoral de Sergipe ao vale do Rio Doce, no Espírito Santo.

Cada um dos centros de diversidade genética apresentam uma variedade botânica e implica em árvores e frutos com morfologias diferentes. Com base em Silva Júnior (2003) conclui-se que essas diferenças estão presentes principalmente nas características das folhas e cor, mas também pode afetar no tamanho e sabor dos frutos. Deste modo, a mangaba fruto, do litoral sergipano, adquire suas características próprias, observando o seu manejo pelos grupos extrativistas singularizados por saberes e técnicas também peculiares e identitárias. Compreende-se, assim, o itinerário geohistórico da mangaba e dos extrativistas sergipanos, os diferenciam de todo o país.

2.3 Geohistória da mangaba do fruto aos produtos contemporâneos

A palavra mangaba é de origem tupi-guarani e significa ‘coisa boa de comer’. O fruto de sabor singular tem múltiplas destinações. O itinerário geohistórico dos usos e manejo da mangaba em Sergipe é iniciado pelo uso primitivo, não comercial e direcionado exclusivamente para a alimentação e a medicina tradicional das comunidades e grupos tradicionais.

No contexto do uso primitivo, seu fruto era consumido apenas *in natura*, e no preparo de sucos. O fluido branco, popularmente conhecido como leite da mangabeira, foi e ainda é utilizado para auxiliar no tratamento de gastrite, inflamações e verminoses. Nestes moldes tradicionais, a coleta do fruto ainda não era considerada uma prática extrativista por atender de imediato as necessidades básicas de consumo dos indivíduos e suas famílias. Em suma, foi o período de maior abundância natural do fruto, uma vez que ocorria pelo extrativismo de consumo local das populações das comunidades litorâneas.

No entanto, com o aumento da população urbana do litoral, após a segunda metade do século XX, o fruto passa a ser demandado e marca o início da exploração comercial. Assim, a mangaba transforma-se em produto vendido nas feiras e ruas das cidades.

A transição da mangaba como fruto para produto é referida pela mudança da coleta simples para uma mais sistemática e ritmada, embora ainda baseada no conhecimento da natureza e com baixa capacidade técnica de exploração. Nesse contexto, inaugurou-se um extrativismo de ‘baixo para cima’, de base comunitária, caracterizado pelo uso de estratégias de manejo sustentáveis visando a preservação das mangabeiras, para garantir a continuidade e permanência da própria atividade extrativista.

No litoral sergipano, o extrativismo da mangaba é liderado por mulheres (Jesus, 2016; Jesus, 2017; Embrapa, 2017). O trabalho envolve a coleta dos frutos tanto caídos no chão quanto os coletados na copa das árvores. Os frutos encontrados no chão são chamados de mangaba de queda/caída, considerados maduros e ideal para o consumo imediato, enquanto os frutos removidos da copa, estão numa fase de maturação intermediária (de vez), necessitam passar por um processo de amadurecimento induzido, geralmente por uma capota (colocados em

recipientes e tampados). Esses frutos são considerados menos saborosos em comparação aos que caem naturalmente.

A instrumentação técnica que auxilia na extração é simples, composta por baldes ou bacias que servem de reservatório e transporte dos frutos entre a área extrativista e suas unidades familiares; uma vara com gancho utilizada para retirada do fruto da copa das árvores em alturas inalcançáveis pelas mãos. Todo o restante do trabalho é realizado por movimentos corporais, em que as mulheres saem com os baldes nas mãos e vão ‘catando’ uma a uma em movimento repetitivo de abaixar e levantar por aproximadamente 3 horas (Jesus, 2016) . A esse esforço somam-se as caminhadas percorridas para os locais de coleta, e o peso dos baldes.

Na restinga sergipana, a coleta da mangaba ocorre em duas safras anuais, a de verão, correspondente aos meses de dezembro a abril e, a de inverno, que se estende de maio até meados de julho. Com essas características, é possível encontrar o fruto *in natura* durante oito meses do ano.

A produção é comercializada de distintas formas e por diversos sujeitos, seja pelos extrativistas, atravessadores e feirantes. Os extrativistas assumem a comercialização em suas comunidades, nas margens de rodovias e em calçadas de vias urbanas próximas de suas residências, geralmente, com bancas itinerantes. O atravessador compra a produção diretamente dos extrativistas e, poucos feirantes também adotam essa prática para a venda em mercados e feiras. No início dos anos 2000, com a popularização da mangaba, o fruto passou a ser comercializado, sobretudo pelos atravessadores, para o beneficiamento industrial em polpa para sorvete, picolés e sucos.

Desde 1986, quando o IBGE iniciou o registro da produção e do preço da mangaba por meio da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, Sergipe se destacou como um dos maiores produtores nacionais desse fruto. A série histórica dessa pesquisa revela que, por 18 anos consecutivos, de 1998 a 2015, Sergipe manteve-se como líder em produção. No entanto, entre 2016 e 2022, o Estado permaneceu como segundo maior produtor, sendo superado pela Paraíba com um crescimento exponencial. Em 2022, último ano divulgado, foi registrada no país, a produção de 1849 toneladas de mangaba, destas, Sergipe foi responsável por 20,11%, e a Paraíba por 48,29%, respectivamente 372 e 893 toneladas. Esses dados revelam a queda da produção sergipana concomitante a especulação

imobiliária do litoral sergipano e a urbanização acelerada do município da Barra dos Coqueiros, objeto de estudo desta tese.

A mangaba é produzida por 13 municípios Sergipanos e de acordo com o IBGE (2023), Estância é o maior produtor com 68 toneladas produzidas ao longo de 2022, seguidos por Indiaroba (65t), Itaporanga D'Ajuda (50t), Pirambu (38t), Japarutuba (32 t), Japoatã (28 t), Aracaju (24t), Barra dos Coqueiros (21t), Pacatuba (21t) Santo Amaro das Brotas (12t), São Cristóvão (10t), Brejo Grande e Neópolis com 1 tonelada cada. Os municípios do litoral Sul são os maiores produtores, seguido pelo litoral Norte e por último, o litoral metropolitano, onde se localiza Barra dos Coqueiros.

No ano de 2017, a unidade Tabuleiros Costeiros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) publicou um importante estudo, responsável por diagnosticar e espacializar o extrativismo da mangaba no estado de Sergipe. Verificou-se que o extrativismo da mangaba é realizado por 72 localidades ou comunidades, e contribui para a renda de aproximadamente 1.776 famílias ao longo do litoral de Sergipe. Além disso, constatou-se que, em termos de importância econômica, o extrativismo da mangaba é a principal fonte de renda para 38,89% das localidades e, tem a mesma relevância que a pesca em relevante em 29,72% delas (Embrapa, 2017). Esses resultados ressaltam a significativa dependência econômica das comunidades costeiras em relação à atividade extrativista da mangaba, destacando a sua importância para a sustentabilidade socioeconômica.

Neste estudo da Embrapa (2017), tanto as áreas naturais de ocorrência quanto às áreas de plantio introduzidos foram mapeadas, totalizando 34.033 hectares, equivalente a 1,55% da área total de Sergipe. Destes, o extrativismo é praticado em 31.302 hectares, cuja diferença apontada pela Embrapa entre a área total e a área extrativista é explicada pela existência de áreas de preservação e por proprietários de terra que não permitem o acesso. Essa realidade conduziu a Embrapa a elaborar uma classificação de acordo com a possibilidade de acesso pelos extrativistas. São elas:

- I - Livre, áreas pertencentes à fazenda pública e preservação ambiental;
- II - Sítios próprios, frutos coletados somente por proprietários das terras;
- III - Concedida, coleta permitida em área particular sem custo;
- IV - Compra, coleta permitida em área particular mediante pagamento;
- V - Venda do trabalho, o proprietário paga o extrativista pelo dia de trabalho;

desenvolvimento da atividade, necessitando de acordos e autorizações para acessar as áreas de ocorrência de mangabeira. Essa situação ressalta os desafios enfrentados pelas comunidades, pois a posse da terra por outrem, dificulta o acesso contínuo às áreas produtoras de mangaba e outros frutos.

Em relação ao município de Barra dos Coqueiros, nosso foco de estudo, o extrativismo da mangaba é conduzido por grupos extrativistas dos povoados Capuã, Olhos D'água e Jatobá (Jesus, 2017). As áreas de ocorrência natural da mangaba correspondem a 1.961,53 hectares, equivalente a 20% do território municipal (Embrapa, 2017). No ano em que o estudo da Embrapa foi publicado, a cata da mangaba ocorria em propriedades rurais particulares, onde os grupos extrativistas estabeleciam o tipo de acesso, em alguns era livre, em outros, mediante acordos com os proprietários (figura 14).

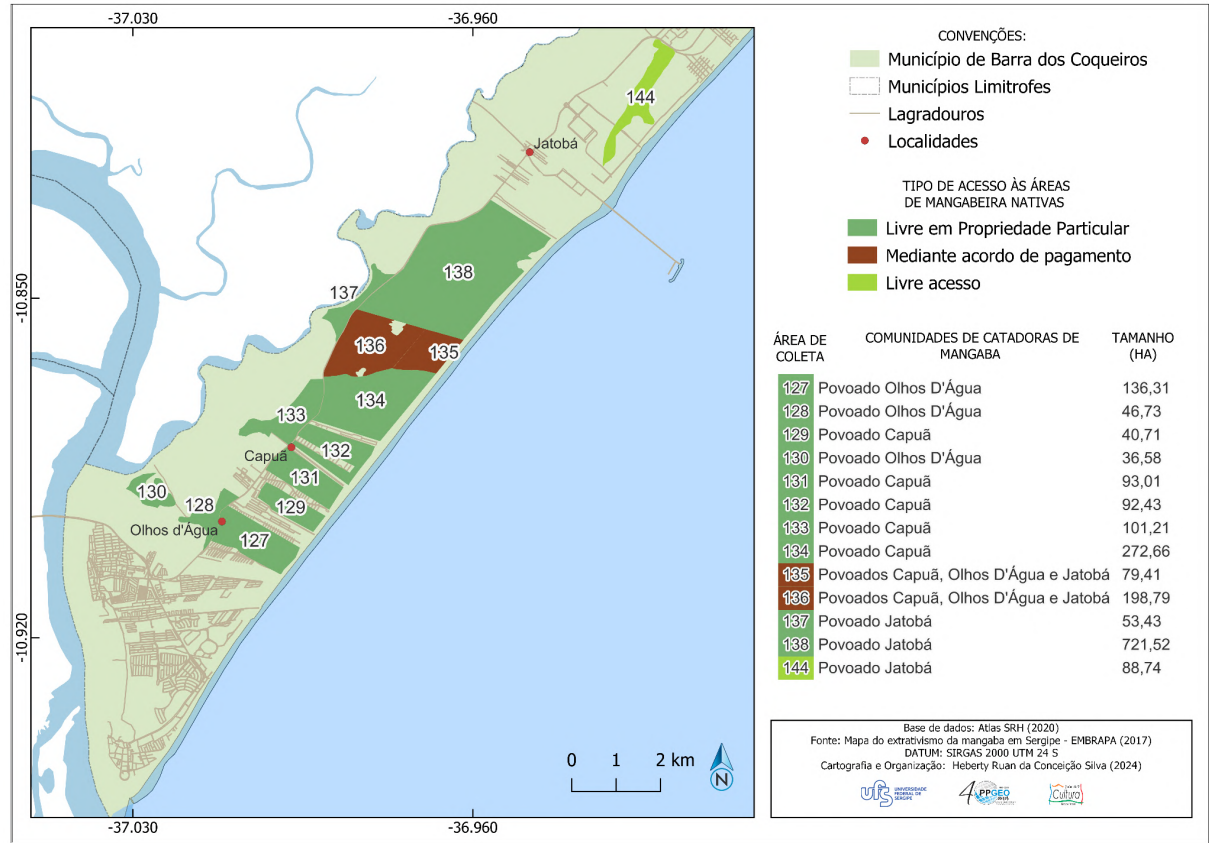


Figura 14 - Barra dos Coqueiros: Mapa do Extrativismo da Mangaba - 2017
Elaboração: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2023. Fonte: Embrapa (2017)

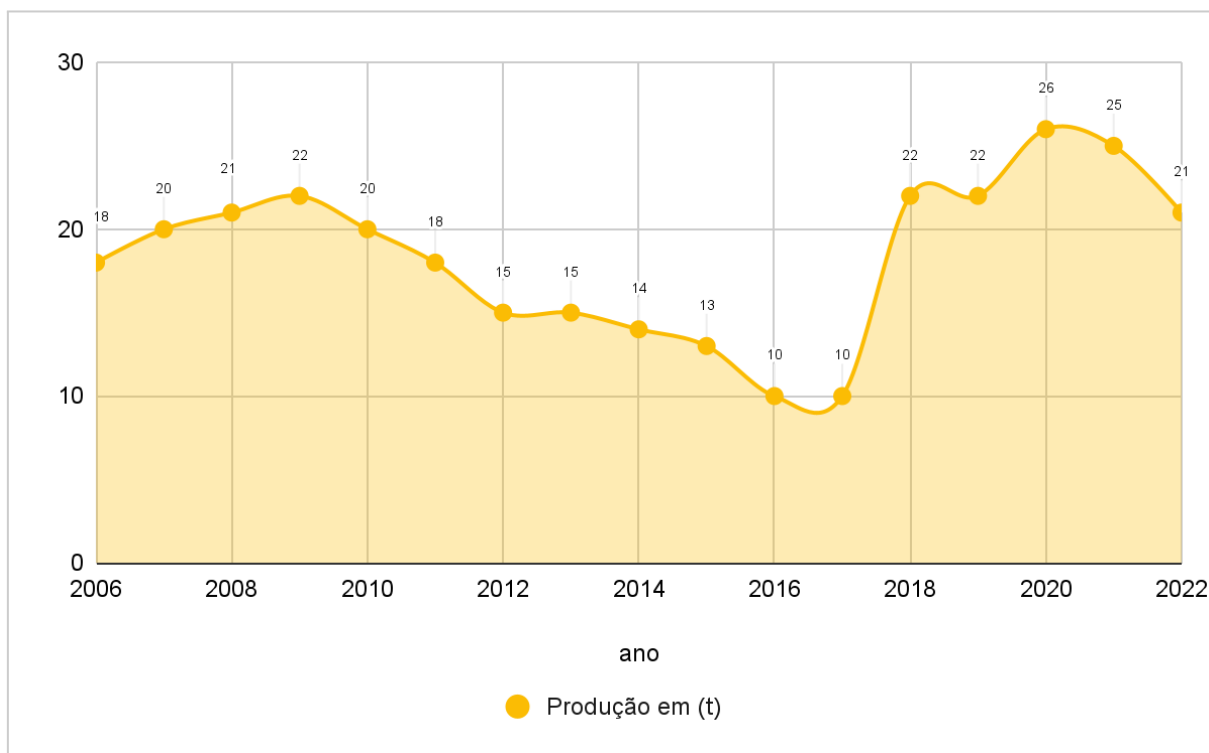
A única área livre para a coleta de todos os extrativistas, possui apenas 88,74 hectares, contornada pela Unidade de Conservação do Parque Estadual Marituba,

pela Usina Eólica Barra dos Coqueiros e, pela Usina Termelétrica Porto de Sergipe, ou seja, um enclave. Esta área dista 4,5 km da sede do povoado Jatobá, 13 km do povoado Capuã e 16 km do povoado Olhos d'água. Devido a essas distâncias, observamos que a área é utilizada em situações específicas, a exemplo quando o fruto se torna escasso em áreas próximas ou naquelas onde ocorreu a proibição de acesso e perdas territoriais pela urbanização.

De acordo com Jesus (2017) a cata da mangaba nessas localidades ocorria de forma livre. Como já demonstrado, com a valorização do fruto, alguns proprietários passaram a cobrar pela coleta. A coleta era permitida aos extrativistas mediante acordo de pagamento conforme volume de coleta medida por baldes de 10 litros. De acordo com a autora, o valor por balde custava entre R\$12 e R\$25.

Baseado na série histórica da Pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEV), nos últimos 17 anos (2006-2022), o município de Barra dos Coqueiros produziu uma média anual de 18,3 toneladas de mangaba. No entanto, a variação do quantitativo produzido apresentou duas tendências positivas ao longo desse período: entre os anos de 2006 e 2009 (+ 4 toneladas), e outra abrupta, entre 2017 e 2020 (+ 16 toneladas). Além disso, houve duas tendências negativas: uma entre 2009 e 2017 (- 12 toneladas), e outra entre 2020 e 2022 (- 4 toneladas, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Barra dos Coqueiros: Produção de mangaba (fruto em toneladas) entre 2006 e 2022



Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2006 - 2022

Apesar da linha de tendência do período analisado registrar um sensível aumento na produção da mangaba, é imprescindível observar que há uma sensação de redução, motivada por diversos fatores que serão debatidos ao longo deste trabalho. No contexto delineado pelo gráfico 1, merece destaque a persistência de períodos prolongados de declínio produtivo. O primeiro destes períodos abrangeu uma extensão temporal de nove anos ininterruptos, estendendo-se de 2008 a 2017. A segunda, ao qual refere-se a dinâmica mais contemporânea, ocorre por dois anos consecutivos (2021 e 2022).

Em relação ao ano de 2020 foi marcante não só pela iminência da pandemia de Covid-19 mas pelo duplo ápice: o de isolamento social pelo contexto de saúde pública, e o de recorde de produção do fruto. É um contexto contraditório, pois a pandemia provocou uma recessão econômica, resultando no fechamento e paralisação de diversos postos de trabalho em todos os setores. Durante esse período de incertezas econômicas, o extrativismo da mangaba emergiu como uma atividade elementar para os núcleos familiares por tornar-se uma das únicas fontes de renda nos povoados Capuã, Olhos D'Água e Jatobá, quando os demais setores da economia estavam sem produzir. O engajamento e a adesão das famílias desses

povoados ao extrativismo aumentou, resultando em *record* produtivo. Em outras palavras, o ápice produtivo ocorreu pelo aumento do número de pessoas colhendo o fruto, e não por investimentos ou ampliação de áreas de coleta.

Este fato demonstra que o extrativismo de ‘baixo para cima’ da mangaba, apesar de subestimado devido ao seu posicionamento antagônico em relação ao grande fluxo de capital, mantém-se resiliente e emergiu como um suporte vital, tornando-se um alívio para os núcleos familiares diante do cenário de crise, como ilustrado pela pandemia de Covid-19. O extrativismo demonstrou a sua importância no contexto social e econômico de Barra dos Coqueiros.

Nos povoados Capuã, Olhos d’água e Jatobá, o extrativismo da mangaba é uma prática antiga intensificada na virada dos séculos XX e XXI. De acordo com Santos (2017) a cata da mangaba perpassou entre gerações e se configurou como a principal fonte de renda, sobretudo para as mulheres. Devido ao seu protagonismo, a mangabeira passa a ser introduzida, com fins comerciais, nas propriedades privadas da restinga de todo o litoral sergipano, impulsionando a produção e produtividade do fruto. Os pequenos proprietários também adotaram essa prática, inserindo mangabeiras em chácaras e quintais, resultando em quintais produtivos (figura 15). Esse movimento contribuiu para a conservação da mangaba, e também, para o fortalecimento do extrativismo, pois forneceu fontes adicionais de coleta nos povoados e adjacências.



Figura 15 - Povoado Capuã: Mangabeiras inseridas na produção das catadoras pelo plantio em seus quintais

Fonte: Pesquisas de campo em 2024



Figura 16 - Povoado Capuã: Mangabeiras em propriedades rurais de livre ou controlado acesso pelas catadoras

Fonte: Pesquisas de campo em 2024

Na Barra dos Coqueiros, a comercialização da mangaba segue um padrão semelhante ao descrito anteriormente na subseção 2.2, porém com algumas especificidades. Uma prática mais comum é a montagem de barracas ao longo da rodovia SE-100 Norte, onde são expostas tanto a mangaba quanto outras frutas típicas da região. Parte da produção de mangaba é vendida a feirantes de toda a Região Metropolitana de Aracaju. Além disso, é comum encontrar vendedores ambulantes na sede da cidade, nas proximidades do mercado, nos canteiros e calçadas das avenidas Oceânica e José de Campos (figura 17-c), com constante fluxo de pessoas.



Figura 17 - Barra dos Coqueiros: Formas de comercialização do fruto da mangabeira

Fonte: Pesquisas de campo em 2022 e 2023

Os valores da mangaba variam de acordo com o tamanho do fruto, o tipo de recipiente, a quantidade e a qualidade da maturação. Notadamente, os frutos de 'caída' possuem valor agregado superior em comparação aos frutos com maturação

induzida. A dinâmica de comercialização está integrada às inovações tecnológicas, incluindo a modalidade de pagamento via PIX. Deve-se observar que, nessas condições de comercialização, não foram identificados produtos derivados de beneficiamento, com exceção dos geladinhos, que consistem em sucos congelados embalados em saquinhos de plástico, apreciados tanto pelos extrativistas quanto pelos consumidores.

A histórica atividade produtiva proporcionou aos grupos extrativistas a construção de identidades culturais e territoriais. Este fato nos lembrou das reflexões de Castells (1999) sobre identidade e significado na sociedade em rede, em que o autor sustenta a identidade surgida das fontes de significado construídas por meio da experiência de um povo. A experiência geohistórica dos grupos com o manejo deste fruto constituiu processos de significação que resultaram na formação de identidades sociais, destacando-se a identidade de catadora de mangaba. Essa, identifica os sujeitos e revela o protagonismo feminino na prática extrativista. O protagonismo não se limita apenas à coleta do fruto, pois abrange a preservação das tradições locais, o desenvolvimento socioeconômico, e a luta pela manutenção de seus territórios de vida.

Por seu papel na atribuição de significado ao território e aos grupos que trabalham com a coleta, beneficiamento, produção de alimentos e comercialização, a mangaba e a mangabeira toma outra dimensão, e passam a ser interpretadas como fruto, produto econômico, bem cultural, simbólico, político, e ainda, como fonte de significação para os grupos extrativistas.

Em Castells (1999) como atributo da construção das identidades, os significados são formas de identificação simbólica partilhadas por um determinado grupo ou sociedade, permeados por relações de poder. De fato, o processo de significação e pertencimento das “catadoras de mangaba”, denominação que se identificam e as identificam, foram fortalecidas para garantir a continuidade da atividade econômica, simbólica e cultural, bem como uma forma de luta constante pela manutenção dos seus territórios.

Outra contribuição de Castells (1999) consiste na classificação das identidades com base em sua origem, forma e relações de poder. O autor identifica três tipos principais. O primeiro é a identidade legitimadora caracterizada por ser introduzida por instituições para ampliar e racionalizar a dominação da sociedade. O

segundo refere-se a identidade de resistência, oposta da primeira, é criada por populações estigmatizadas com base nos princípios de sobrevivência e resistência. O terceiro é a identidade de projeto, no qual os atores sociais, baseados em seus princípios culturais, constroem uma nova identidade com o objetivo de redefinir a sua posição na sociedade.

Pelo exposto, a identidade vinculada ao extrativismo da mangaba enquadrou-se inicialmente como uma identidade de resistência, pois os extrativistas mantêm a lógica de reprodução sociocultural distinta dos modelos de extrativismo hegemônico, fato que os mantém socialmente invisibilizados e subalternizados. São resistentes por não se enquadrarem no modelo de desenvolvimento proposto para o litoral de Sergipe, e mesmo assim, conseguem manter e repassar essas práticas entre as gerações. Porém, após os primeiros anos do século XXI, devido a intensificação de conflitos nas áreas de coleta da mangaba, o entendimento da identidade de resistência extrapola e perpassa o campo da organização política, aproximando da tipologia de identidade de projeto.

A prática extrativista, relegada à exclusão, à invisibilidade e às relações de poder imputadas pelos proprietários de terra, passa a ser observada (nem sempre reconhecida), pela organização política das catadoras de mangaba, emergida, sobretudo, após a intensificação de conflitos decorrentes das novas condições de acesso às áreas de coleta, de livres para proibidas (Schmitz et al., 2011). Os conflitos não eram evidentes até o ano de 2006, pois as catadoras estavam inseridas numa relação, na qual, o medo e a ausência de uma rede de organização política, as impediam de reagir às condições de subalternidade.

A organização política das catadoras de mangaba começou a ser delineada no ano de 2007, quando a Embrapa Tabuleiros Costeiros teve um papel importante no apoio ao processo de mobilização social que culminou no I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, na sede do órgão em Aracaju. De acordo com Schmitz et al (2011) este Evento contou com a participação da academia e de lideranças extrativistas do coco-babaçu do Maranhão, para troca de experiência da organização política de base comunitária, fundamental para criação e a afirmação do sujeito social “catadora de mangaba” vinculados a construção da identidade, culminando na criação política do Movimento Social das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM).

O MCM de Sergipe passou a lutar pelo (auto)reconhecimento das mulheres extrativistas como catadoras de mangaba e destas como parte integrante dos povos e comunidades tradicionais conforme preconizado pela lei 6.040/2007. A luta estendeu-se ao reconhecimento das áreas de coleta como territórios dessas comunidades, visando garantir a liberdade de acesso e minimizar os conflitos que ameaçam a atividade (Schmitz et al, 2011; Santos, 2017; Jesus e Santos, 2018). O reconhecimento tornou-se essencial para assegurar a continuidade da prática extrativista, valorizar o conhecimento tradicional e promover a conservação dos ecossistemas de mangaba.

Em 2009, ocorreu o II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe. O evento foi importante para alinhar a organização política do movimento diante das controvérsias e conflitos de interesses entre as próprias catadoras. Proporcionou ainda, um debate oportuno sobre as lutas que deveriam ser priorizadas: se a defesa da coletividade e do livre acesso às áreas e reservas comuns ou, a busca pela posse individual de terras (Schmitz et al., 2011; Jesus e Santos, 2018). Essa discussão é um reflexo da diversidade de perspectivas dentro do movimento, evidenciando a complexidade das relações sociais e territoriais envolvidas na prática do extrativismo da mangaba no litoral de Sergipe, e expondo o movimento ao desafio da luta e do interesse coletivo. Outro ganho significativo deste II Encontro foi a criação de símbolos que pudessem reforçar os sentido, significado e identidade do MCM. De acordo com Schmitz *et al* (2011) foram elaboradas as logomarcas e bandeiras para estabelecerem a identidade visual, reforçada pela composição de cantigas e hino, posteriormente gravados com ampla divulgação.

Os significados políticos em formas simbólicas espaciais já haviam sido estudados por Corrêa (2007), ao descrever como as intencionalidades políticas tornaram-se mecanismos regulatórios para conceber e realizar símbolos espaciais, podendo ser concretos ou abstratos. Neste caso, é possível correlacionar a mangaba, a mangabeira, as cantigas, o hinos, e bandeiras como elementos simbólicos por duas vias, pela cultura e pela intencionalidade política, por representar sujeitos e posicionar seus espaços como identidade de projeto.

A organização política das catadoras de mangaba foi fundamental para que suas identidades de resistência se transformassem em identidades de projeto. Segundo a análise teórica de Castells (1999), esse processo de construção

identitária é caracterizado por um projeto de vida diferente, que parte de uma identidade oprimida e a expande com o objetivo de transformar as realidades sociais vivenciadas. Relacionado ao contexto descrito, as catadoras de mangaba passam a se reconhecer enquanto sujeito coletivo e a lutar pelo reconhecimento de suas atividades, melhores condições de vida, trabalho e manutenção de seus territórios. A condição da identidade oprimida ganha outro sentido com a criação do movimento social.

Na identidade de projeto, a dimensão do indivíduo perde valor, e os sujeitos passam a ser considerados como atores sociais coletivos permeados por experiências com significados holísticos (Castells, 1999). A natureza do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe, além de ter introduzido o termo Catadoras de Mangaba enquanto sujeito social, delineou um enredo de reivindicações construídas pela coletividade, consolidando uma visão coletiva de transformação social, na qual todos os grupos extrativistas, incluindo aqueles que não compõem o movimento social, podem se beneficiar das conquistas alcançadas.

As forças políticas do movimento em seus primeiros anos de atuação, resultaram na elaboração de cartas e relatórios reivindicativos endereçados às instituições e governos responsáveis por estabelecer mecanismos regulatórios na sociedade civil. Merece destaque a I Carta Aberta das Catadoras de Mangaba elaborada em 2007. Nela, expuseram a necessidade de: (i) reconhecimento enquanto sujeitos sociais culturalmente diferenciados, (ii) a necessidade de criação de políticas públicas que garantissem o acesso aos territórios, (iii) criação de reservas extrativistas, (iv) proteção da biodiversidade, (v) participação em políticas públicas no âmbito do trabalho, alimentação e renda (Jesus e Santos, 2018).

A primeira conquista referente ao extrativismo da mangaba é anterior a sua organização política, pois, consiste na regulamentação e no reconhecimento da mangabeira como árvore símbolo do estado de Sergipe por meio do decreto nº 12.723 de 20 de Janeiro de 1992. Em verdade, tratou-se da anuência com relação a uma recomendação do governo federal aos estados para elegerem as suas árvores símbolo, foi atendido a sugestão do 43º Congresso Nacional de Botânica, realizado em Aracaju/SE em 1991, recomendando a Sergipe a escolha da mangabeira (Sergipe, 1992). O decreto estadual deu início ao reconhecimento da árvore como um bem natural sergipano e o fruto como um símbolo da cultura e identidade

alimentar de Sergipe. Além disso, enriqueceu o argumento da necessidade de preservação da mangabeira, de forma a garantir o extrativismo sustentável e a perpetuação do uso do fruto pelos sergipanos.

A mangabeira, reconhecida na legislação estadual, tornou-se um símbolo idealizado e, a partir disso, promoveu um campo favorável à produção e difusão de novos significados atrelados ao fruto. Este fato nos remete a Corrêa (2007), ao afirmar que as formas simbólicas espaciais são concebidas e idealizadas para desempenhar diversas funções, seja para glorificar ou reconstruir o passado, transmitir valores ou afirmar a identidade de grupos sociais, e até mesmo criar espaços de memória. Tais funções são interpretadas e produzidas em múltiplas escalas e temporalidades e podem ser fortalecidas devido à produção de novos significados.

O termo “catadoras de mangaba”, mesmo difundido no cotidiano das comunidades tradicionais extrativistas, passou a ser idealizado e adquiriu significados de sujeito social, como já colocado, no âmbito do MCM, em 2007. A existência das catadoras de mangaba foi reconhecida na legislação estadual com o decreto 7.082 de 16 de dezembro de 2010, em seu art 1º:

O Estado de Sergipe reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica (Sergipe, 2010, art 1º)

Nos termos da Lei, as catadoras de mangaba foram reconhecidas por sua cultura singular e dependência à espécie ocorrentes nas áreas de restinga. A Lei tornou-se importante instrumento legal para que as catadoras requererem acesso às políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais. Um outro reforço legal ocorreu com a promulgação da Lei Estadual 8.918 em 11 de novembro de 2021, que declarou o ofício das Catadoras de Mangaba como Patrimônio Cultural Imaterial e a Mangaba como Patrimônio Cultural Material do Estado de Sergipe, numa demonstração da transcendência da mangaba como atributo cultural de grande relevância, assim como o ofício das catadores, incluindo as suas territorialidades e as formas de coleta, beneficiamento e comercialização dos frutos da mangaba e seus produtos derivados.

O reconhecimento cultural da mangaba e das catadoras de mangaba inclui a prática pelo extrativismo puro, bem como pelo neoextrativismo, caracterizado pelo viés mercadológico e focado nos processos de transformação do fruto em produtos alimentícios derivados.

A virada neoextrativista da mangaba em Sergipe

“Antigamente a gente fazia só suco, ninguém nunca sabia que a mangaba dava pra bolo, geleia, hoje em dia é tanta coisa que faz, é muita coisa, tem de tudo e todo mundo come” (Entrevista A1 - Catadora de Mangaba do Povoado Capuã, 2023).

O neoextrativismo, conforme apontado por Haesbaert (2021), representa um modelo econômico que busca conciliar o desenvolvimento social e a preservação ambiental. Esse modelo equilibra o ritmo de extração com a capacidade de reposição natural dos recursos, conforme salientado por Rego (1999), ao tempo em que amplia a capacidade de produção e geração de renda das famílias envolvidas no processo.

No contexto específico da mangaba em Sergipe, o neoextrativismo foi inaugurado após o processo organizativo das comunidades, visando aumentar a capacidade de trabalho e de renda das catadoras, conforme anunciado pelo estudo da Embrapa (2017). O processo difundiu-se nas comunidades extrativistas de Sul a Norte do litoral de Sergipe resultando na formação de uma cadeia produtiva composta pelas etapas de coleta do fruto puro *in natura*, beneficiamento e transformação em distintos gêneros alimentícios, além da comercialização.

O processo de beneficiamento da mangaba teve início em 2008 com a produção de doces e processamento das frutas (Jesus e Santos, 2018). No entanto, foi nos anos seguintes que o aproveitamento econômico foi aprimorado. O aprimoramento ocorreu paulatinamente e, na medida em que o trabalho das catadoras de mangaba passou a ser objeto-alvo de projetos socioambientais de grande envergadura, financiados por empresas públicas, como a Petrobras, por meio de editais lançados. Na ocasião, foram financiados os projetos "Catadoras de mangaba: gerando renda e tecendo vida em Sergipe" (2010) e o "Rede solidária de

mulheres de Sergipe”, ambos com foco no desenvolvimento de tecnologias sociais e produção de alimentos.

A realização desses projetos representa um marco histórico na trajetória das catadoras de mangaba em Sergipe. Marcam a transição para a prática (neo)extrativista pelo trabalho primoroso, no âmbito dos projetos realizados pela base, vinculados ao fortalecimento das identidades sociais e culturais, com a formação política e a construção de infraestruturas de qualidade capazes de apoiar as atividades cooperativistas e associativas. Essas infraestruturas englobam o aumento da capacidade de produção de alimentos, artesanato e artefatos com valor cultural e de mercado. A prática (neo)extrativista amplia, assim, significativamente, as oportunidades de geração de renda, indo além do que seria possível apenas com o extrativismo puro.

O projeto "catadoras de mangaba: gerando renda e tecendo vida em Sergipe", idealizado e realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba/SE (ASCAMAI), atuou entre os anos de 2010 e 2015, com público-alvo de 765 catadoras de mangaba e 1.375 famílias. O projeto visou difundir os princípios do associativismo e cooperativismo, fortalecer as comunidades extrativistas, e oportunizar novas formas de trabalho e geração de renda (ASCAMA, 2024a). Através desse projeto, de fato, realizou-se um processo formativo que fortaleceu o reconhecimento de gênero, igualdade social e o senso de pertencimento a comunidades tradicionais.

O projeto “rede solidária de mulheres”, também concebido e executado pela Ascamai, teve como principal objetivo desenvolver habilidades e competências específicas para o mercado de trabalho, estimular e ampliar a inclusão profissional de 400 mulheres em 7 municípios de Sergipe: Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Divina Pastora, Estância, Indiaroba, Japaratuba e Divina Pastora (ASCAMAI, 2024b). Um dos principais avanços no contexto (neo)extrativista foi a formação de uma rede de economia solidária entre mulheres, inclusive as catadoras de mangaba, envolvendo diversas práticas socioprodutivas que abrangeram tanto a produção de alimentos quanto a confecção de artesanatos de palha e renda irlandesa.

No que diz respeito ao alcance do projeto junto às catadoras de mangaba, os avanços foram percebidos por meio da construção e instalação de equipamentos de cozinha industrial destinados ao processamento de alimentos, elaboração e distribuição de rótulos e recipientes. Também, ocorreram conquistas de novos espaços para a comercialização itinerante em eventos, festivais, feiras culturais e turísticas, bem como virtualmente através do *e-commerce*, numa demonstração de diversificação de produtos oriundos da mangaba.

A figura 18 mostra o processo de beneficiamento da mangaba para produção de bolos e outros derivados em unidade de produção da Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Capuã.



Figura 18 - Unidade de Produção do Povoado Capuã: Processamento da mangaba

Fonte: A) ACMBC (2019); B) CMS (2019)

Nas unidades de produção de alimentos vinculadas à Rede Solidária de Mulheres, nos municípios de Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Estância, Indiaroba e Japaratuba, os frutos da restinga foram sendo transformados em uma ampla variedade de alimentos e produtos (figura 19). Eles podem ser desidratados, congelados e processados em polpas e compotas, usados na preparação de bolos, bolinhos, tortas, pães, pão de mel, recheios de trufas de chocolate, geleias, balas, cocadas, tarteletes, diversos tipos de biscoitos (como amanteigados, *petit fours* e casadinhos com amido), além de sobremesas geladas, bebidas como suco, cachaça e licores.

A produção evoluiu sob normas sanitárias de processamento, rotulagem e embalagem preconizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Os modelos e as embalagens foram padronizados e fornecidos às unidades produtivas pelo projeto. O rótulo apresenta data e local de fabricação, validade, volume do produto, indicação dos ingredientes e substâncias alérgicas, e informações nutricionais. No caso de produtos alcoólicos, é informado o teor de álcool. Além dos rótulos, os produtos são entregues ao consumidor em embalagens personalizadas (figura 19).



Figura 19 - Características dos produtos, rótulos e embalagens

Legenda: A - Sacola com o selo do movimento e os seguintes produtos: primeira fila da esquerda para direita - Licor, biscoito de amido, geleia, dois biscoito petit fours, compota. segunda fila da esquerda para direita - Bala, Pão de mel, bala em cima de biscoito amanteigado. todos sabor mangaba. B - trufa, bolinho e pão de mel, todos de mangaba. C - Biscoito amanteigado e petit fours. D- Pão de mel. Todos fabricados na unidade de produção da ACMBC.

Fonte: Pesquisa de campo 2022. Autores: A e B - Heberty Ruan da Conceição Silva; C e D - Luana Almeida de Jesus.

“Eu quando morei lá fora, trabalhei numa doceria lá, e quando voltei pra minha cidade natal, tive todo esse desafio de desenvolver esse trabalho. A geleia que se fazia aqui, estourava, derramava, dava fungos, aí, a partir do que aprendi com doces e outros tipos de geleia, fomos desenvolvendo adaptando e dando certo, e cada receita que a gente fazia, dava certo, foi indo, e chegamos a 51 receitas com mangaba, hoje” (Entrevista A2 - Catadora de Mangaba do povoado Capuã, 2024)

Os projetos voltados ao desenvolvimento do neoextrativismo utilizaram os conhecimentos já difundidos nas comunidades, aprimorando-os do ponto de vista técnico, para melhorar a produtividade e diminuir perdas. E, também, compartilharam novos conhecimentos para produção de alimentos, fato que permitiu atingir a marca atual de 51 receitas de mangaba. Porém, nem todas são

comercializáveis seguindo os padrões (neo)extrativistas, em decorrência da falta de adaptação nas embalagens, rótulos e o tempo de conservação.

Identificamos três modalidades de espaços de comercialização:

1. **Fixos:** consistem em lojas montadas na sede das associações produtoras, onde os produtos são expostos em balcões, com venda mais estável e permanente.
2. **Sazonais e itinerantes:** ocorrem quando as catadoras estabelecem parcerias com os organizadores de festivais, feiras e espaços temáticos dedicados à cultura, gastronomia e turismo. Esses eventos sazonais oferecem oportunidades para a comercialização dos produtos, permitindo que as catadoras alcancem novos públicos e ampliem suas vendas durante períodos específicos do ano. Ou, mediante a eventos e feiras voltadas ao público-alvo a qual fazem parte.
3. **E-commerce:** por meio de comércio eletrônico permitindo aos consumidores realizarem a compra por transações *online*, através de sites de compra, *Whatsapp* e pelas plataformas específicas de *e-commerce* identificadas. Proporcionam conveniência e acessibilidade aos clientes que desejam adquirir os produtos das catadoras de mangaba sem a necessidade de se deslocar fisicamente para as lojas.

A modalidade de comércio eletrônico foi uma estratégia para manter um fluxo de receita durante o período de isolamento social decorrente da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19. Esse tipo de venda foi aprimorada no âmbito do Projeto Casa da Mangaba, de responsabilidade do Instituto Pangea, em parceria com a ASCAMAI e MCM. Com isso, foi inaugurada a venda com o auxílio de assistente virtual pelo *Whatsapp*, com serviço de entrega disponível mediante pagamento de frete e, também, ofereceu a opção de retirada dos produtos em um ponto fixo em Aracaju. O projeto incluiu a venda em uma plataforma própria³⁷ por meio de um site, e também foram criados diversos perfis em plataformas de vendas

³⁷ Pode ser acessado por meio do link: <https://www.catadorasdemangaba-ecommerce.com/>, acesso em maio de 2024

conhecidas, como Americanas³⁸, Shoptime³⁹, Submarino⁴⁰, para que os produtos pudessem ser enviados para todo o Brasil. O site do projeto da Rede Solidária de Mulheres hospeda uma loja virtual⁴¹, na qual o interessado pode adquirir todos os produtos da rede, alimentícios, renda irlandesa e artesanato de palha.

O município de Barra dos Coqueiros foi contemplado por todos os projetos citados voltados para a prática de (neo)extrativismo. O povoado Capuã tornou-se destaque no processo de organização política e social das catadoras de mangaba, sendo sede da primeira Associação das Catadoras de Mangaba da Barra dos Coqueiros/SE (ACMBC), localizada na rua Nova, constituída por uma unidade de processamento de frutas tropicais, onde a mangaba e os outros frutos da restinga são beneficiados.

A criação da ACMBC impulsionou o fortalecimento da identidade local frente às lógicas de dominação que ameaçam a continuidade da atividade. Além disso, a Associação tornou-se um instrumento para a promoção do (neo)extrativismo no município, ao oferecer suporte tecnológico, cooperativista e educacional às mulheres catadoras e demais interessadas. É importante salientar que o Povoado Capuã estabeleceu uma maior aptidão ao beneficiamento dos frutos em comparação com Jatobá e Olhos D'água, pelo fato da sede da unidade de processamento proporcionar coesão entre as associadas e maior aderência à organização política. Desde modo, a Associação constituiu um marco na virada (neo)extrativista em Barra dos Coqueiros.

Os laços (neo)extrativistas locais foram fortalecidos com o acesso a duas políticas públicas importantes. O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) é um condicionante da licença que permite à Petrobras explorar petróleo em águas rasas e profundas da bacia Sergipe/Alagoas. O programa consiste em medidas compensatórias e mitigadoras dos impactos causados pela exploração da atividade nas comunidades litorâneas do estado de

³⁸ O perfil lojista das catadoras de mangaba no site da americanas pode ser acessado através do link: <https://www.americanas.com.br/lojista/catadoras-de-mangaba-se-45637223000100?source=blancalojista>

³⁹ O perfil lojista das catadoras de mangaba no site da shoptime pode ser acessado através do link: <https://www.shoptime.com.br/lojista/catadoras-de-mangaba-se-45637223000100?source=blancalojista>

⁴⁰ O perfil lojista das catadoras de mangaba no site da submarino pode ser acessado através do link: <https://www.submarino.com.br/lojista/catadoras-de-mangaba-se-45637223000100?source=blancalojista>

⁴¹ Pode ser acessado por meio do link: <https://rede-solidaria-de-mulheres.lojaintegrada.com.br/>

Sergipe. Como forma de compensação para o município de Barra dos Coqueiros, o povoado Capuã foi selecionado, onde se construiu a sede da ACMBC com materiais e equipamentos necessários ao seu funcionamento. Essa medida aumentou a capacidade produtiva das catadoras de mangaba, proporcionando condições adequadas para o beneficiamento dos frutos, além de contribuir para a organização da Associação.

Desde sua criação a ACMBC vem participando do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com ele, a Associação passou a produzir alimentos e oferecê-los para as escolas municipais, ampliando as fontes de renda da associação, e contribuindo com o PNAE para a promoção de alimentação mais saudável e valorização dos produtos locais nas escolas. Além disso, a participação no programa proporcionou uma maior visibilidade para a ACMBC, fortalecendo sua posição como uma importante entidade cultural e econômica no cenário local.

Com base nas informações sobre o extrativismo e o (neo)extrativismo discutidas até aqui, tanto no município de Barra dos Coqueiros quanto no estado de Sergipe, podemos afirmar que o ciclo extrativista em neste município passou por quatro fases distintas: expansão, estabilização, declínio produtivo e a fase (neo)extrativista, conforme representado na Figura 20. É preciso reforçar que este gráfico foi inspirado em outro similar elaborado por Homma (1990), referente à evolução do extrativismo puro ao domesticado. Nossa intenção é destacar o seu caráter qualitativo, ou seja, procuramos apresentar os dados referentes pela apreensão da realidade baseada no conteúdo aqui descrito e exposto.

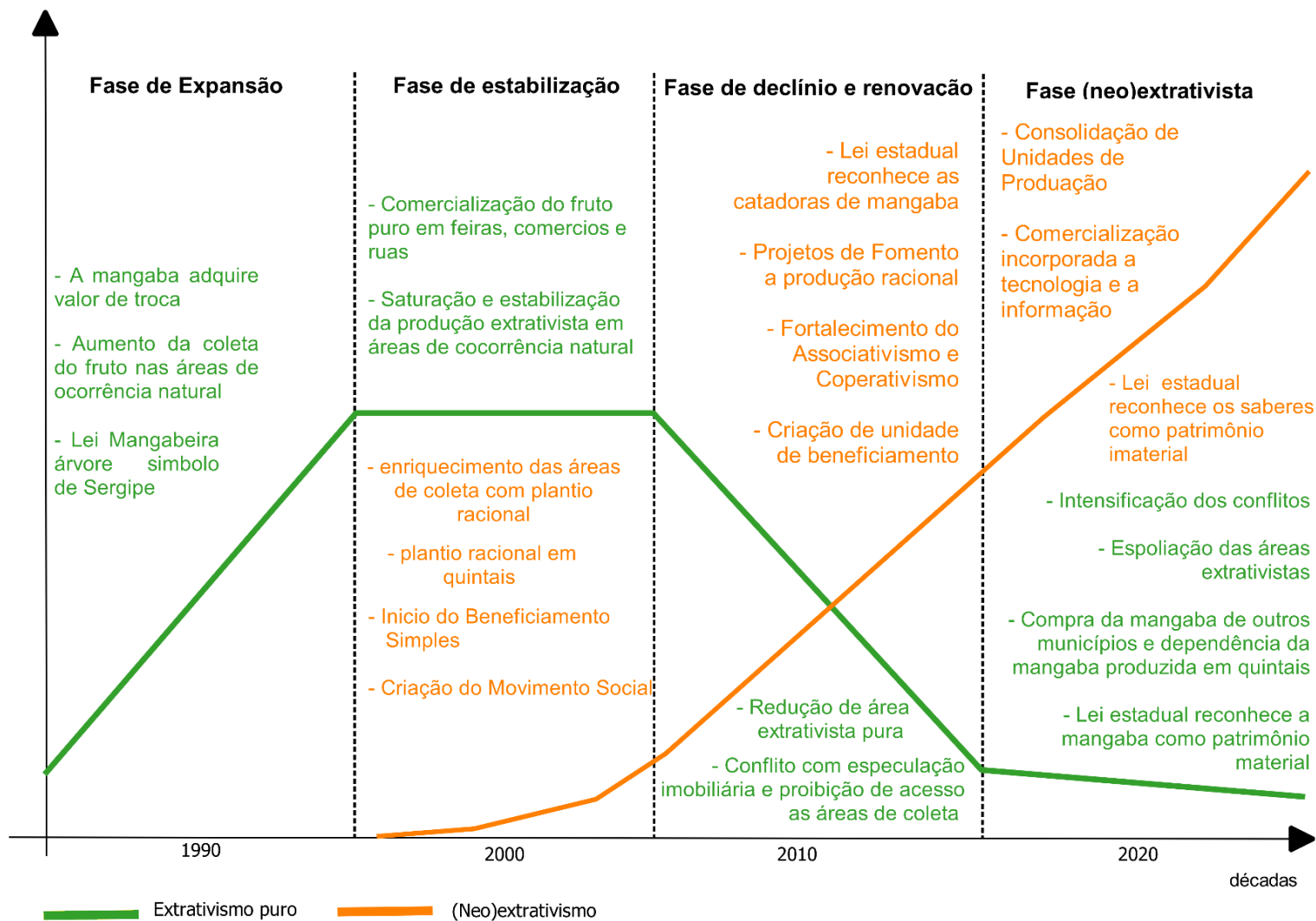


Figura 20: Extrativismo e (neo)extrativismo da mangaba em movimento na Barra dos Coqueiros 1990-2024

Fonte: Homma (1990) adaptado por Heberty Ruan da Conceição Silva, 202

O período de expansão na década de 1990 foi um marco importante para o extrativismo da mangaba, pois representou uma mudança fundamental em sua dinâmica econômica. Anteriormente valorizada principalmente por seu uso cultural, a mangaba passou a ser vista como uma mercadoria, impulsionando uma intensificação na sua exploração comercial. Isso resultou em um aumento expressivo no número de pessoas envolvidas no extrativismo da mangaba no município de Barra dos Coqueiros, visto que a busca por esse fruto como fonte de renda tornou-se mais atrativa aos extrativistas dos povoados Capuã, Olhos D'Água e Jatobá.

Na segunda fase, de estabilização, as áreas naturais de ocorrência da mangaba atingiram um ponto de saturação devido à intensificação da extração. Isso levou à necessidade de encontrar novas formas de produção, o que resultou na introdução racional (cultivada) da mangaba em propriedades rurais e quintais produtivos. Além disso, durante essa fase, como já descrito, surgiu o movimento de organização das catadoras de mangaba, culminando na integração das catadoras locais a de outros municípios de Sergipe, a partir do MCM. Nestes moldes, teve início reivindicações para maior visibilidade, bem como para melhorias nas condições de trabalho e acesso às áreas de coleta. Esse processo organizativo foi importante para fortalecer a posição das catadoras e garantir seus direitos dentro da cadeia produtiva da mangaba.

A terceira fase, referente ao declínio do extrativismo puro, foi impulsionada por diversos fatores, incluindo os conflitos decorrentes da especulação imobiliária e a expansão urbana. As áreas de coleta natural foram significativamente reduzidas devido à pressão exercida pelo crescimento das cidades e pela conversão de áreas naturais em empreendimentos imobiliários. Isso resultou em uma diminuição na disponibilidade de mangabas para a coleta, afetando diretamente a atividade das catadoras. Porém, essa fase também foi marcada pela ascensão do (neo)extrativismo. A criação da associação das catadoras de mangaba foi um passo significativo, nesse sentido, pois permitiu que as essas mulheres catadoras recebessem apoio de políticas públicas e projetos de desenvolvimento socioambiental. Com este suporte, puderam se especializar na elaboração dos produtos alimentícios, já citados.

Na quarta fase - (neo)extrativista, as atividades extrativistas se consolidaram como uma parte fundamental do contexto social e econômico das catadoras. A mangaba disponível, especialmente nos povoados de Capuã e Olhos D'água, passou a ser obtida principalmente por meio do plantio racional em quintais e propriedades rurais. Nesta fase, houve ainda, um aprimoramento significativo tanto na produção quanto na comercialização dos produtos derivados. As catadoras passaram a adotar técnicas mais eficientes de processamento, armazenamento e embalagem, garantindo a qualidade e a segurança dos produtos. Paralelamente, com o apoio dos projetos desenvolveram estratégias de *marketing* e ampliaram suas redes de comercialização.

Pode-se perceber que o declínio do extrativismo puro na Barra dos Coqueiros está vinculado ao afloramento de conflitos socioambientais e as mudanças por eles impostas. De acordo com a Embrapa (2017), os principais problemas e ameaças à prática do extrativismo em Sergipe decorrem do desmatamento para o plantio de eucalipto, cana-de-açúcar, e construção civil (leia-se expansão urbana), incorrendo no corte de mangabeiras, cercamento de áreas de ocorrência natural, falta de posse a acesso às terras, e a violência imposta pelos proprietários. Esses problemas estão especializados no mapa da figura 21 referente ao litoral de Sergipe.

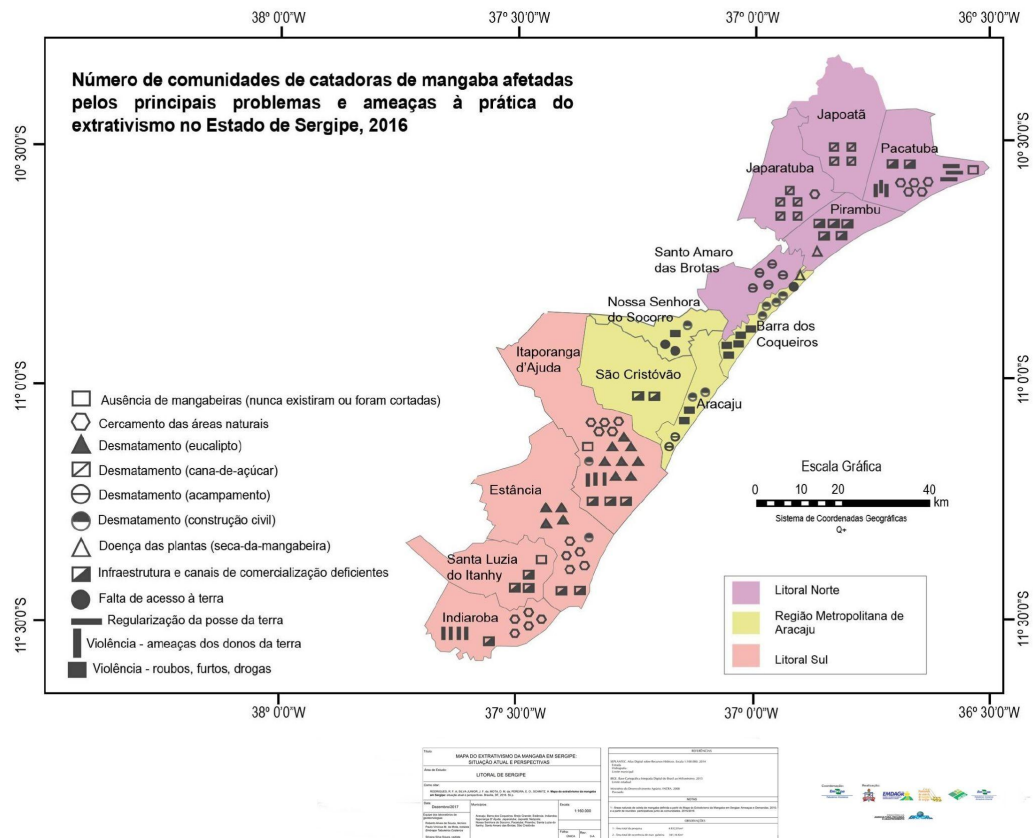


Figura 21: Conflitos e ameaças no extrativismo da mangaba em Sergipe

Fonte: Embrapa (2017) obs: o relatório não especifica 'drogas'

Na Barra dos Coqueiros, este estudo identificou quatro tipos de conflitos que têm impacto direto no extrativismo da mangaba. Um desses conflitos é a violência, que se manifesta através de roubos, furtos e envolvimento com drogas. Outro conflito significativo é a falta de acesso à terra. Muitas vezes, as áreas de ocorrência natural da mangaba são de propriedade privada ou estão sujeitas a restrições de acesso. Um terceiro conflito é a doença nas plantas, conhecida como seca-da-mangaba. Esta doença afeta diretamente a produção de mangaba, reduzindo a quantidade de frutos disponíveis para a coleta. O desmatamento causado por atividades relacionadas à construção civil é outro conflito importante no município.

Contudo, cabe esclarecer que a construção civil é apenas o motivo aparente. No contexto desta tese, nos propomos a compreender as multideterminações que culminaram nesse processo espacial, as mudanças e interferências nos contextos materiais, simbólicos e representativos.

2.4 A chegada do “Outro” nos territórios extrativistas

A posição do município de Barra dos Coqueiros, no litoral Centro do estado de Sergipe, oportunizou por muitas décadas um processo de ocupação lento devido ao seu isolamento geográfico. Inicialmente, a ausência de conexão rodoviária era uma condição limitante ao crescimento urbano, mantendo a sua população pequena, recenseada pelo IBGE (2000) em 17.811 habitantes - 15.174 na área urbana, 2.637 na área rural, com ritmo de crescimento demográfico lento. A baixa ocupação mantinha este litoral com aspecto paradisíaco, ocupado por pequeno núcleo urbano e comunidades rurais que sobreviviam da pesca e extrativismo, pouco explorado e cobiçado pelo turismo.

Antes da construção da ponte ocorrida em 2006 sobre o rio Sergipe o transporte hidroviário desempenhava um papel fundamental na ligação entre as áreas urbanas de Aracaju e Barra dos Coqueiros. Esse sistema era composto por três principais tipos de embarcações: as balsas para transporte de veículos e cargas (figura 22-A), as lanchas para o transporte de passageiros, opção mais rápida e confortável para aqueles que precisavam atravessar o rio Sergipe (figura 22-B), e as Tototós⁴² (figura 22-C), opção de transporte de passageiros mais antiga, barata e ágil, especialmente utilizado pelos moradores locais e trabalhadores que realizavam o trajeto diariamente.



Figura 22: Transporte hidroviário entre Aracaju e Barra dos Coqueiros antes da ponte

Legenda: A - Balsa atracada em Aracaju com caminhões e carga para o abastecimento de Barra dos Coqueiros; B - Primeira Lancha do Sistema, atracada no Terminal Hidroviário de Aracaju no aguardo de passageiros para Barra dos Coqueiros; C - Porto das tototós: passageiros descendo as escadas para entrarem em uma das tototós atracadas, para seguirem em direção a Barra dos Coqueiros.

Fonte: A - Jornal Gazeta de Sergipe nr. 7.857 em 12/01/1985; B - Jornal Gazeta de Sergipe nr. 7.076 em 07/05/1982; C - Jornal Gazeta de Sergipe nr. 6.694 em 24/01/1981.

⁴² Por sua relevância topológica e cultural a Tototó foi considerada Patrimônio cultural e imemorial do Estado de Sergipe por meio da lei estadual nº 7.320 de 20 de dezembro de 2011.

Portanto, os moradores ficaram Ilhados pois o município tem como limite a linha de praia do oceano Atlântico a Leste, o rio Sergipe ao Sul, o rio Pomonga à Sudoeste e Oeste e, o rio Japaratuba ao Norte. Essa condição tornava o município refém aos meios de transporte aquático. Os moradores de Barra dos Coqueiros sofriam dificuldades em relação a insuficiência na prestação de serviços de educação e saúde, buscados na Capital. Além disso, os serviços de urgência e emergência eram direcionados a Aracaju, tornando-os ineficazes, devido a contenção ocasionada pelas hidrovias. Esta situação era agravada durante as madrugadas, quando os meios de transporte aquático não funcionavam. Outro problema estrutural provocado pelo isolamento refere-se ao acesso à água potável. Não sendo possível receber a água da adutora do São Francisco, a população dependia das águas subterrâneas, de qualidade ruim, devido à concentração de ferro e sais pela proximidade com o mar. Por esses fatores, a superação do isolamento geográfico rodoviário através da construção de uma ponte tornou-se o maior desejo dos moradores do município, porém de realização custosa devido a largura e profundidade do rio. No entanto, a obra foi anunciada em 2004 e a ponte⁴³ (figura 23) inaugurada em 2006 pelo Governador João Alves Filho, que a nomeou com o nome do seu progenitor.

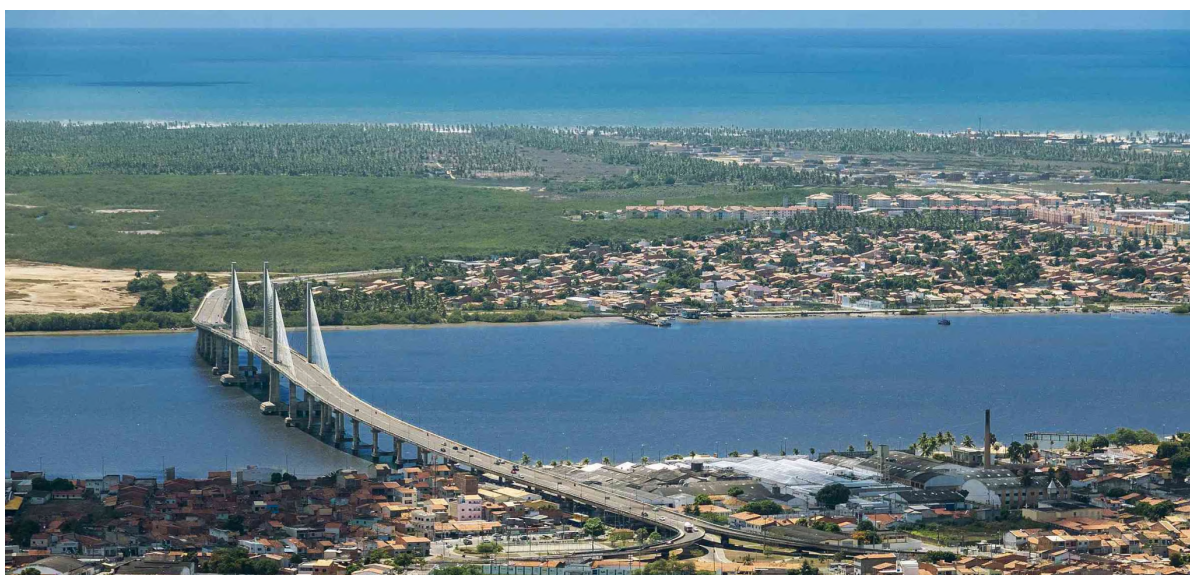


Figura 23: Ponte Aracaju x Barra Construtor João Alves

Legenda: Primeiro plano - Sítio urbano de Aracaju na margem direita do Rio Sergipe e ponte ligando-a a cidade de Barra dos Coqueiros. Segundo Plano - Porção de terra entre o Rio e o oceano atlântico refere-se a Barra dos Coqueiros, com sítio urbano pouco consolidado e em expansão no sentido praia. Observa-se campos de restinga, manguezais e coqueirais. Terceiro plano refere-se ao oceano atlântico. Esta figura demonstra a parte da condição física do município no formato de ilha

O objeto de desejo dos barra-coqueirenses representou um fenômeno avassalador com significativa mudança socioeconômica, cultural e identitária para com o município, alterando a dinâmica econômica que pulsava pelo rio Sergipe e todo o seu sistema de hidrovias. Imediatamente, as balsas e seus respectivos atracadouros foram desativados. A ponte foi construída em área de borda, na periferia da mancha urbana de Barra dos Coqueiros, provocando o deslocamento do número de pessoas e serviços, que ocorria na região central, para as proximidades da cabeceira da ponte. Deste modo, a procura pela travessia de lanchas e tototós reduziu de forma drástica. As lanchas e os terminais hidroviários foram desativados nos primeiros meses, e as travessias por tototó diminuíram, uma vez que um pequeno quantitativo de embarcações tornou-se suficiente para atender a pouca demanda, afetando diretamente a composição de renda de diversas famílias.

O centro comercial da cidade também sofreu com consequência direta da mudança no padrão de movimento e fluxo de pessoas, levando ao fechamento de diversas lojas. Os bares e lanchonetes situados na orla fluvial, ao longo das avenidas José Mota Macedo e Moisés Gomes Pereira, conhecidas popularmente como rua da "frente da Barra", ou simplesmente "beirada", se beneficiavam de uma clientela significativa devido ao fluxo de veículos para a travessia em balsas, especialmente nos finais de semana, quando o contingenciamento era mais intenso. Com a nova dinâmica de interação, esses estabelecimentos encerraram as atividades.

Outro meio de transporte tradicional que não resistiu às mudanças foram as charretes, estas, movidas a tração animal, eram especialmente procuradas pelos moradores. O uso das charretes era uma tradição na cidade, pois este meio de locomoção conseguia acessar todas as vias do município, inclusive aquelas sem infraestrutura básica inacessíveis à mototaxi. No entanto, com a desativação dos terminais, diminuição do fluxo de pessoas e criação de novos modais de transporte de passageiros, as charretes gradualmente se tornaram obsoletas, culminando na extinção dessa tradição.

É claro, a ponte é um marco geohistórico divisor de tempos e espaços no município de Barra dos Coqueiros. As novas dinâmicas impuseram uma inversão de valor social e econômico atribuídos à terra e à moradia. Até 2006, a proximidade ou

distância do rio Sergipe era o principal fator determinante de valorização das propriedades. Nesse contexto, o centro e os bairros ribeirinhos detinham o maior valor social e econômico. A proximidade com o rio representava vantagens devido a concentração do comércio e serviços, além da ligação direta com Aracaju. As áreas da mais afastadas do centro, constituídas pelas praias e povoados eram menos valorizadas, de menor interesse, relevância e valor social.

No entanto, com a abertura da ponte houve uma inversão desses valores, uma vez que o rio perdeu sua importância econômica, e social, o centro e a rua da Frente 'beirada' da cidade perderam status de porta de entrada, o que era início e cartão postal da cidade, tornou-se um final esvaziado de funções. As áreas antes periféricas, situadas mais próximas ao fluxo de entrada e saída pela ponte, começaram a atrair investimentos e interesse imobiliário. As praias, antes pouco frequentadas, tornaram-se alvo da especulação imobiliária por parte de construtoras e empresários, atraindo novos moradores e investidores com outros perfis econômicos e culturais. O município passou a experienciar um processo de expansão de seu sítio urbano da sede.

A fase inicial do processo de expansão urbana no município da Barra dos Coqueiros foi facilitada pela construção da ponte, que aproximou a cidade e seu litoral do centro de Aracaju. Até o ano de 2011, o crescimento urbano concentrou-se na área já existente e resultou, após a divulgação dos dados do censo demográfico de 2010, em um aumento populacional de 40,2% em relação ao censo de 2000, elevando a população de 17.811 para 24.976 habitantes. A ponte passou a ser o principal instrumento especulativo.

Após 2012, o crescimento urbano passou a ser influenciado pela chegada de incorporadoras nacionais e internacionais e instalação de empreendimentos de valor elevado, como Alphaville e Damha. Ambos inauguraram um modelo de ocupação e expansão baseado em empreendimentos horizontais à beira mar, entre a sede do município e o povoado Atalaia Nova. Esta área se configurou como o primeiro grande palco do processo de ampliação da mancha urbana original, com extensão de cinco quilômetros, significativos com relação ao tamanho da sede. Os empreendimentos foram instalados sobre a formação de restinga, mas onde já não mais existiam mangabeiras com predominância de pastagem e plantação de coco.

O processo especulativo impulsionado pelos empreendimentos voltados para um público com alto poder aquisitivo impactou significativamente a região, levando à

aquisição de propriedades rurais existentes por parte de incorporadoras e construtoras. Com a posse dessas terras, as empresas estabeleceram suas próprias estratégias de ocupação e lançamento de empreendimentos. Toda área entre a sede e a Atalaia Nova, passou a pertencer a apenas sete grupos empresariais. Por esse motivo, novos grupos interessados pela instalação de empreendimentos no município tiveram que buscar outras áreas, o que levou a especulação e a expansão urbana para áreas rurais extrativistas, Olhos D'água, Capuã e Jatobá, distantes 3km, 6km e 17 km da sede municipal. A distinção entre área urbana e rural foi eliminada com a alteração da Lei Complementar 02/2008, pela 04/2016 de 22 de dezembro, que eliminou as áreas rurais.

Em suma, o processo de ocupação por empreendimentos nessas comunidades teve início de forma pontual em 2010, mas intensificou-se após 2018 em decorrência da Lei Complementar 04/2016. Atualmente, toda a área ao Norte da sede antiga até o povoado Jatobá configura-se como a principal área de expansão urbana da cidade. A maioria dos empreendimentos comercializa lotes em condomínios fechados e horizontais, oferecendo acesso exclusivo ao mar ou ao rio Pomonga, sendo esses - o rio e o mar, os principais atrativos postos pelos empreendimentos. Os fatos apresentados nos permitem questionar se existe demanda de consumo, compra e venda de unidades habitacionais, seja lotes, casas ou apartamentos que justifiquem tantos lançamentos de empreendimentos imobiliários.

Retornando aos dados do censo demográfico do IBGE, desta vez para analisar o crescimento populacional, observamos que a população da Barra dos Coqueiros aumentou significativamente de 24.976 para 41.511 habitantes no período entre os Censos de 2010 e 2022. Isso representa um crescimento de 66,20%, o maior entre os municípios de Sergipe e o 20º maior em comparação aos municípios brasileiros. Logo, os dados do Censo do IBGE (2022) servem para demonstrar que o município é receptor de grande fluxo migratório, no qual novos moradores, 'os outros', estabelecem suas moradias em empreendimentos de acesso exclusivo em todas as regiões do município, como enclaves.

Porém, a chegada do "outro" está vinculada ao aperfeiçoamento de um modelo de desenvolvimento urbano antagônico àquele estabelecido pelas populações e comunidades extrativistas existentes. O outro - 'o novo' e o extrativista,

se relacionam por perspectivas de sentidos e de espaços distintos, conforme expostos na próxima seção.

SEÇÃO 3:
DELINEAMENTO DAS FRONTEIRAS CULTURAIS:
MODOS DE VIVER



SEÇÃO 3

DELINEAMENTO DAS FRONTEIRAS CULTURAIS: MODOS DE VIVER

Até aqui, realizamos o explanamento geohistórico das comunidades tradicionais que habitam o litoral de Sergipe. As situamos no contexto socioeconômico e cultural colonialista, a fim de entender a complexidade contemporânea envoltas pela subalternidade, invisibilidades, e fronteiras no processo de ocupação, disputas e permanências no espaço litorâneo. Outrossim, nos aproximamos das gentes litorâneas na transversalidade de suas práticas extrativistas e neoextrativistas tradicionais, demonstrando-as como herança, e estratégia de sobrevivência econômica e cultural nas restingas e manguezais sergipanos. Finalizamos a seção anterior, com a apresentação do movimento de chegada do “outro” no litoral extrativista de Barra dos Coqueiros e, nesta seção, intitulada “Delineamento das fronteiras culturais: modos de viver” nos dedicamos a compreender quem é o outro, em que contexto chegou, os valores e representações que carrega, em contraponto, aos valores culturais dos que aqui já estavam.

As antigas gentes, quando ilhadas, consentiram o desejo, a cobiça e o movimento pela construção da ponte como uma forma de se conectarem ao progresso urbano e econômico, conforme preconizado pelo discurso desenvolvimentista moderno/colonial. Obviamente, esses anseios eram especulativos, pois não era possível dimensionar o real impacto da conexão rodoviária. Embora a Barra dos Coqueiros estivesse próxima de Aracaju, o isolamento rodoviário representava uma barreira significativa ao processo de metropolização. Esse isolamento foi rompido com vigor após a inauguração da ponte, e as perspectivas de progresso urbano e econômico começaram a se materializar na paisagem e nas relações socioterritoriais. Áreas antes caracterizadas pela pesca e o extrativismo passaram a ser alvo de novos dimensionamentos econômicos e culturais e neste ponto, começam a ser delineadas as fronteiras culturais.

A fronteira, em sua concepção clássica, está associada à Geografia Política e refere-se a uma delimitação entre dois espaços políticos e administrativos

antagônicos. Este conceito é usado para definir os limites entre países e estados autônomos, porém, no contexto deste trabalho, a fronteira perde o seu caráter e aplicabilidade clássica, concebida e interpretada na Geografia Cultural, pois refere-se a barreiras simbólicas e materiais que separam os homens em diferentes contextos culturais e identitários. O delineamento das fronteiras culturais, proposto nesta seção, atenta-se aos modos de vida coexistentes na Barra dos Coqueiros contemporânea.

Estruturamos a seção em três pontos de reflexão. O primeiro intitulado “Condomínios fechados: modo ou modelo de vida”, articulamos uma discussão acerca dos condomínios fechados enquanto modelo de desenvolvimento urbano moderno/colonial, criado nos Estados Unidos e difundido por todo o mundo ocidental. Apresentamos como esse fenômeno urbano se especializou na cidade de Barra dos Coqueiros, apropriando-se dos elementos da natureza e transformando a paisagem litorânea, com especificidades locais, determinações regionais e internacionais.

Na subseção seguinte, intitulada “Paisagens emocionais das comunidades tradicionais”, apresentamos uma descrição das paisagens litorâneas sob a perspectiva das comunidades extrativistas locais. O propósito é apreender os sentidos e as representações atribuídos pelas gentes tradicionais e suas comunidades aos elementos da paisagem. Buscamos compreender como os aspectos naturais, culturais e simbólicos das paisagens litorâneas são integrados na vida cotidiana e nas práticas culturais dessas comunidades. Assim, essa subseção visa não apenas descrever a paisagem física, mas, sobretudo, revelar os vínculos culturais que as comunidades tradicionais mantêm.

A composição deste capítulo se finda com a subseção “Os outros e a revalorização da paisagem”, na qual demonstramos a influência do marketing e da propaganda nas decisões e nos processos de revalorização da paisagem pelos novos habitantes da cidade, residentes nos empreendimentos imobiliários surgidos após 2009. Exploramos como as estratégias de marketing moldam as percepções e expectativas desses novos residentes em relação à paisagem litorânea, transformando-a em um produto desejável em decorrência de sua valorização.

3.1 Condomínios Fechados: modo ou modelo de vida

Os condomínios fechados, conhecidos internacionalmente como *gated communities*, é um fenômeno urbano que se difundiu no Brasil no final da segunda metade do século XX. Este modelo de ocupação urbana inovador, caracterizado por seu caráter privativo, expandiu-se nas capitais e grandes cidades brasileiras com facilidade, impulsionada pelo contexto social de violência urbana nas cidades, e difusão do novo modelo de moradia nas mídias sociais. De acordo com Raposo (2012), a origem dessa forma socioespacial residencial remota da Inglaterra, no século XVIII, no entanto, a sua formatação mais moderna teve seu arranque nos Estados Unidos, na década de 1970.

Nos anos 1970, ocorreu uma tendência dos empreendimentos imobiliários nos Estados Unidos tornarem-se fechados com a denominação de *master-planned communities*, isto é, comunidades planejadas. Esses empreendimentos foram inicialmente instalados em zonas turísticas do estado da Califórnia. Na década seguinte, esse modelo se difundiu por todo o país, implantado nos subúrbios e exúrbios das principais áreas metropolitanas. No decorrer da década, assumiram escalas e complexidades variadas, mas todos tornaram-se detentores de regulamentos próprios, com bens e serviços restritos à coletividade de seus proprietários para garantir a sua característica socioespacial exclusiva e controlada (Raposo, 2012).

O acesso exclusivo e controlado é um dos princípios fundamentais desse tipo de empreendimento imobiliário. Essa condição de acesso é adaptável a diversos tipos de moradia, incluindo edifícios ou conjuntos de edifícios de apartamentos, conjuntos habitacionais de casas, sobrados e outros tipos de unidades habitacionais. Além disso, pode ser aplicada a lotes destinados à construção residencial, conforme a especulação e o poder de consumo individual de cada proprietário. Do ponto de vista comercial, essa adaptabilidade permite que esse modelo seja difundido para diversos tipos de públicos, por atender as necessidades e as preferências dos moradores, independentemente do tipo de habitação. Em outras palavras, o consumidor que deseja viver em condomínio fechado, pode optar pelo tipo de moradia mais adequada ao seu gosto e poder de consumo, pois quanto maior o tamanho e a complexidade de serviços internos, como infraestrutura, comércio e

lazer, maior será o custo, assim, os empreendimentos se adaptam também as distintas faixas de renda.

A expansão de condomínios fechados entre as décadas de 1970 e 1980 na sociedade estadunidense demonstra a aceitação e a adaptabilidade desse modelo ao estilo de vida daquele país. Essa aceitação facilitou a disseminação desse modelo para outras regiões do planeta. Segundo Caldeira (1997), o fenômeno chegou ao Brasil, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, durante a década de 1980. Raposo (2012) observa que essa tendência se globalizou, expandindo-se para todos os continentes durante a década de 1990. A facilidade de expansão global desse novo modelo de moradia, é também um demonstrativo da influência econômica e cultural dos Estados Unidos sobre o mundo.

Ora, com o colapso das potências europeias após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Ocidental enfraqueceram seus projetos imperialistas, modernos e coloniais. Nesse contexto, os Estados Unidos se posicionaram na dianteira da difusão do ocidentalismo, do progresso técnico, econômico e social, impondo ao mundo um modelo de desenvolvimento econômico baseado no consumo e produção em massa, no seu sistema monetário tendo o dólar como seguro para o comércio internacional, ou seja, sua cultura e estilo de vida como ideal e universalizável.

A influência cultural dos Estados Unidos cresceu exponencialmente com o advento do movimento conhecido como "*american way of life*". De acordo com Cunha (2017), esse movimento se tornou um modelo que culminou na constituição e formação de um estilo de vida idealizado, ambicionado, fulgurante e recompensador, marcado pela boa vida, poder de consumo e exibição de bens por aqueles que usufruem. O estilo de vida americano difunde a ideia de prosperidade material com ênfase na acumulação de riqueza e consumo de bens, assim, é um projeto de poder etnocêntrico estadunidense, que atribui valor de sua cultura e a impõe ao mundo sob o espectro do consumismo, com a finalidade de ampliar seus mercados.

Ao discutir sobre a universalização do "*american way of life*", Porto-Gonçalves (2011) argumentou que este fenômeno tornou-se modelo apreciado globalmente por suas qualidades universalizáveis e pela influência global da mídia dos Estados Unidos em todo o mundo. Ainda segundo o autor, é um estilo de vida ressaltado pelos aspectos capitalista, fordista e fossilista, baseado no distanciamento com a

natureza, no qual demonstra os seus limites ecológicos, por generalizar para o mundo, padrões de produção insustentáveis para atender a crescente demanda da cultura de consumo.

Ressalta-se que o "*american way of life*" foi impulsionado na primeira metade do século XX. Segundo Cunha (2017), esse modelo contribuiu para a reestruturação econômica dos Estados Unidos após a crise de 1929. O projeto maturou-se nas décadas seguintes, pelo qual, diversas partes do mundo experimentaram os seus tentáculos midiáticos, com propagandas de televisão, filmes, revistas, mercadológicos, com a internacionalização de marcas e redes de indústrias e serviços, com a reprodução dos costumes e hábitos estadunidenses, por meio da música, moda e alimentação. A partir da segunda metade do século XX, a inserção cultural dos Estados Unidos no mundo, era tão expressiva, que diversos estudos discutiam os efeitos nocivos da globalização nas culturas e identidades locais e regionais, por sua tendência homogeneizante.

Com o sucesso das "*master-planned communities*" entre as décadas de 1970 e 1980, a sua expansão para o mundo tornou-se inevitável diante da magnitude do "*american way of life*". A aceitação mundial deste modelo de moradia, demonstra a complexidade da colonialidade do poder e do ser, irradiada neste contexto, por um país ex colonizado, porém alinhado com a raiz ocidental eurocentrada e imperialista. Em paralelo, os países da América Latina foram suscetíveis a influência dos Estados Unidos, inclusive, enquanto cultura genérica, foi e continua sendo aspirada por diversos setores da sociedade, adeptos ao estilo de vida para o consumo e do desfrute da vida em comunidades planejadas e exclusivas.

Nos termos apresentados, os condomínios fechados representam uma forma moderna de colonialidade, pois reforçam os estigmas de diferenciação socioespacial por meio da raça e poder econômico resultantes da herança colonial. Eles estabelecem uma homogeneidade socioeconômica entre os sujeitos que compartilham a vida dentro desses empreendimentos, mantendo-os distantes da esfera pública da cidade. Essa discussão sobre a diferenciação social de acordo com a ocupação na cidade nos permite relacionar as reflexões de Bourdieu (1983) sobre gostos de classe e estilos de vida. Bourdieu argumenta que as diferentes posições no espaço social correspondem a diferentes estilos de vida, nos quais as diferenças são traduzidas na condição de existência.

Os condomínios fechados são uma forma de urbanização que reflete a

perpetuação de hierarquias sociais, bem como das distintas formas de existência nas cidades qualificadas, espacialmente, por Raposo (2012) como segregação socioespacial e, por Caldeira (1997), por um novo padrão de segregação residencial conhecido como enclaves fortificados.

Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto (Caldeira, 1997, p.155).

O conceito de enclaves fortificados refere-se a empreendimentos que, independentemente de sua finalidade, apresentam uma característica comum: o antagonismo espacial da esfera pública, a exemplos de shoppings centers, galerias, parques privados e condomínios fechados. De acordo com Caldeira (1997), a regulamentação desses enclaves resulta na formação de malhas urbanas fragmentadas, em contraste com os princípios fundadores e estruturantes das cidades modernas, de valorização da livre circulação e ampliação de espaços públicos abertos e acessíveis.

As discussões sobre segregações urbanas e a produção das diferenças espaciais, políticas e culturais foram contextualizadas por meio das seguintes noções: centralidade (Lefebvre, 1968); centro e periferia (Corrêa, 1989); o par dialético centralização-segregação e a diferenciação de classes (Carlos, 2020); usos e valor do solo urbano (Machado da Silva, 1981); o sentido do solo urbano e a produção capitalista (Carlos, 2011); e pelos processos e estruturas funcionais e sociais (Serra, 1987). Essas noções reforçam que a produção de diferenças nas cidades se manifesta no espaço através de formas, processos e agentes distintos, evidenciando-se na capacidade de apropriação e ocupação dos espaços de centralidade pelos diferentes grupos sociais.

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano reflete a existência e reprodução de grupos sociais, originando individualidades físicas e culturais. É através do poder econômico e o posicionamento social que eles disputam e ocupam a cidade. No contexto da forma e estrutura, essas diferenças foram traduzidas no espaço, no qual as elites firmavam-se nas áreas centrais, onde concentrava-se a infraestrutura, comércio, e serviços, enquanto a população mais pobre, situava-se em áreas marginais, próximas da produção industrial e na periferia, onde o solo urbano era

mais barato devido a pouca infraestrutura e ausência de comércio e serviços. Neste caso, os grupos sociais, apesar de partilhar da vida pública, residiam em espaços bem definidos, delimitados e diferenciados.

O processo de urbanização do Brasil durante o século XX foi influenciado por intensos fluxos migratórios resultante de alguns fatores atrativos, como a concentração industrial, serviços, comércio e geração de emprego nas capitais, em especial, as da Região Sudeste. O fluxo entre a cidade e o campo, e entre as regiões do país, acirrou a diferenciação socioespacial nas cidades receptoras, pois estas não conseguiram absorver o crescimento populacional, fomentando a ocupação irregular na periferia, a criação de comunidades marginalizadas com habitações precarizadas, e a expansão de bolsões de pobreza e favelização. Sobre esse assunto, é demonstrado por Campos (2006), sobre a urbanização de Aracaju, a nítida existência de zonas caracterizadas por ocupações aleatórias, ambientalmente precárias e densas, habitadas por populações de baixa renda, separadas ou justapostas às zonas padronizadas da cidade.

Em correlação com a Região Metropolitana de Aracaju⁴⁴, as diferenciações socioespaciais são remotas desde a fundação da cidade em 1855. Ora, Aracaju, enquanto capital “projetada” pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, ignorou a existência da população pobre. De acordo com Campos (2017) O “Plano Pirro” não apresentou programas modernos de planejamento urbano, resumindo-se a um plano de alinhamento composto por 32 quadras de 110 metros de cada lado, com vias de 13,2 metros de largura, com estrutura viária semelhante a um traçado Xadrez. Ainda segundo este autor, o traçado inicial da cidade delimitava os centros do poder político administrativo e as áreas nobres. Destarte, o projeto urbanístico de Aracaju foi concebido dentro de um caráter político, econômico e cultural segregacionista e preocupado em assentar as elites açucareiras e os equipamentos públicos de poder político do estado. Em síntese, Aracaju não foi planejada, surge de um projeto de “prancheta” (Nogueira, 2006).

O traçado viário e o conjunto arquitetônico da cidade surgiram no século XIX, sem considerar o espaço do pobre. Porém o contexto político e social da sua projeção e fundação é colonialista. A escravidão ainda era vigente, neste caso, a

⁴⁴ Nossa intenção não é estabelecer uma análise complexa da urbanização de Aracaju, mas de oferecer informações pontuais sobre esse processo, para situar o leitor na discussão sobre segregação socioespacial em Aracaju.

população negra, enquanto não cidadãos, não tinha direito a cidade, e a moradia. Nestes moldes, com a abolição da escravidão em 1888, essa população ficou às margens do traçado de Pirro, intensificando a expansão da cidade, fora dos padrões arquitetônicos projetados na origem.

Durante o século XX, diversos fatores contribuíram para ampliação da mancha urbana, a instalação das indústrias intensificaram o fluxo migratório para a cidade, e como argumenta Machado (1989) provocaram a ampliação dos bairros fora da projeção de Pirro. Isso estimulou o crescimento de favelas nas bordas da cidade. A partir da década de 1950, o Estado teve um papel significativo no processo de expansão da malha urbana, com programas de substituição de favelas por conjuntos habitacionais (França, 1999). Esta política habitacional foi fortalecida nas décadas seguintes, estimulou o processo de metropolização, acometendo também os municípios limítrofes, de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, e Barra dos Coqueiros, este último, recorte analítico do nosso estudo.

Sobre a espacialização dos conjuntos habitacionais em Aracaju, Campos (2006) salienta que sob o intuito de resolver os problemas de moradia, o estado criou em 1967, a Companhia de Habitação de Sergipe (COHAB) para construção de moradias sociais para famílias de baixa renda. Este órgão atuou com a instalação de conjuntos habitacionais nas áreas periféricas de Aracaju, bem como, em solo intra-urbano. No solo metropolitano, um exemplo notável da atuação da COHAB no período entre as décadas de 1980 e 1990 foi a instalação do Conjunto Prisco Viana, localizado na Barra dos Coqueiros, Conjunto Eduardo Gomes, em São Cristóvão, e todos os conjuntos do complexo Taíçoca, em Nossa Senhora do Socorro. Tal feito, estimulou o espraiamento da franja urbana de Aracaju para fora do seu perímetro municipal e fomentou a urbanização dos municípios da Região Metropolitana.

Seja por meio de ocupações espontâneas ou políticas governamentais, a periferia sempre se estabeleceu como o destino e local de residência da população mais pobre. Esse fenômeno evidencia uma dinâmica histórica e social que moldou a urbanização de muitas cidades brasileiras, incluindo Aracaju. A periferia, como morada dos pobres, e o centro, como *locus* da elitização e do poder, constituíram a macroestrutura física que simbolizava a diferenciação e o distanciamento físico e social nas cidades durante o século XX. No entanto, essa macroestrutura começou a mudar com a importação de novos modelos de moradia em enclaves fortificados por meio da proliferação dos condomínios fechados nas cidades brasileiras.

Em Sergipe, esse novo modelo de segregação urbana passou a ser implementado por construtoras e incorporadoras locais ainda na década de 1990. A Zona de Expansão Urbana de Aracaju, distante 18 km do centro, foi o palco da proliferação inicial desses empreendimentos. Conforme salienta França (2005), o condomínio Moradas da Praia I foi o pioneiro, entregue em 1992, e a aptidão desse modelo na região propiciou a instalação de outros 10 ainda na década de 1990. Com esses empreendimentos, as construtoras comercializavam casas e lotes com infraestrutura, equipamentos de lazer, portaria e vigilância 24 horas, intensificaram a especulação imobiliária e atraíram pessoas interessadas em viver uma vida mais reservada e segura.

Nos Estados Unidos, os condomínios fechados expandiram-se tomando como base o discurso da vida em comunidades exclusivas e planejadas, proximidade com a natureza, e em alguns casos, de espaços turísticos. Para Caldeira (1997), esse novo padrão de segregação residencial urbana fornecia uma justificativa retórica fundamentada no crescimento da violência, do medo e da insegurança no espaço urbano, e se consolidou como uma estratégia de proteção e segurança viável em meio ao caos violento urbano propagado diariamente pela mídia brasileira. Assim, com base neste discurso, os condomínios com muros altos, e esquema de segurança e vigilância 24 horas, propagam-se pela malha metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro nas duas últimas décadas do século XX. Com esse discurso, foi propagado para outras cidades brasileiras, incorporando-as às especificidades locais.

O caso sergipano demonstra similaridade ao modelo proposto no Estados Unidos, uma vez que a Zona de Expansão Urbana de Aracaju⁴⁵ (ZEU), localiza-se numa região turística e litorânea, e constituía à época, em um perímetro bordejante ao centro urbano consolidado de Aracaju, além disso, conforme constatado por França (2005). A especulação imobiliária foi construída em cima do discurso de segurança, como principal foco de atração do mercado consumidor, mas também, utilizou-se de outros elementos, como vida na praia, liberdade e mudança de vida.

A demanda pelo modelo de vida em condomínios fechados levou ao aumento do número de condomínios horizontais na Zona de Expansão de Aracaju. Até 2005,

⁴⁵ Criada pela Lei Municipal de 873, de 1 de outubro de 1982. Porém, de acordo com a Lei nº5373/2021 elimina a Zona de Expansão e cria os seguintes bairros: Robalo, São José dos Náufragos, Areia Branca, Gameleira, Matapoã e Mosqueiro.

29 empreendimentos já haviam sido instalados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju ZEU (França, 2005), e até 2011, foram identificados pelo menos 46 empreendimentos (França; Rezende, 2012), fatos que demonstram a aceitação da sociedade aracajuana por esse modelo de vida, e a aptidão econômica e social da ZEU para empreendimentos imobiliários fechados. É importante destacar, a mudança de estilo de vida da sociedade sergipana, no qual as pessoas providas de maior poder econômico, antes preferiam e valorizavam as áreas centrais, e passam a estabelecer suas vidas em áreas periféricas e semi urbanas, muradas com os seus semelhantes.

Esse modelo de ocupação implementado na Zona de Expansão de Aracaju começou a mostrar sinais de esgotamento ambiental por volta de 2009. A região passou a sofrer com constantes alagamentos e outros tipos de conflitos ambientais decorrentes da ocupação urbana em ambientes frágeis, como lagoas, restingas, dunas e margens de rios. França e Rezende (2012) atestam sobre o delicado panorama ambiental da ZEU, demonstram a importância do planejamento para controlar o uso e ocupação, bem como evitar o desmonte das dunas e aterramentos de lagoas de drenagem, pois a área já apresenta dificuldades de escoamento natural das águas, devido ao relevo plano, baixo e arenoso.

Com a intensificação dos conflitos ambientais resultantes da construção civil e da especulação imobiliária, uma decisão judicial⁴⁶ proferida pela Justiça Federal de Sergipe em 2009, determinou a paralisação de todas as obras em andamento na ZEU. A mesma decisão impôs à Prefeitura de Aracaju a proibição de emitir novos alvarás de construção para empreendimentos até que os órgãos fiscalizadores e reguladores municipais e estaduais apresentassem soluções para os problemas de esgotamento sanitário e de rede de drenagem na ZEU.

Este impedimento judicial paralisou também o lançamento de novos empreendimentos, e as decisões subsequentes⁴⁷, emitidas no mesmo ano, pela juíza da 1º Vara Federal de Sergipe, determinaram o cumprimento das condicionantes ambientais do Licenciamento, e o acirramento das fiscalizações pela Administração Estadual do Meio Ambiente. As pressões jurídicas e ambientais na

⁴⁶ O texto da decisão judicial pode ser consultado por meio do link:

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/zona-de-expansao-nova-decisao-judicial-presta-esclarecimentos/1697165>

⁴⁷ Ver texto da decisão judicial em:

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/juiza-decide-sobre-a-questao-da-zona-de-expansao-de-aracaju/1842545>

regulamentação do uso e ocupação do solo da região, estimulou as incorporadoras a buscarem novas áreas para a instalação de seus empreendimentos, sobretudo, os condomínios fechados horizontais e verticais. Por esta razão, a Barra dos Coqueiros passou a ser sondada pelas construtoras, e não por coincidência, é no ano de 2009 que se inicia o lançamento dos primeiros empreendimentos na cidade, o Recanto dos Coqueirais⁴⁸ e o Solar da Barra, inicialmente destinados a classe média/baixa, porém com acesso controlado, piscinas, salões e outras opções de lazer para uso exclusivo de seus moradores.

O ano de 2009, estabelece, portanto, um marco da urbanização, da chegada do outro e de novos modos de viver na Barra dos Coqueiros. O município destacou-se por reunir condições favoráveis aos investimentos de pequenas, médias e grandes construtoras e incorporadoras. Além de possuir uma paisagem litorânea valorizada e apreciada pela sociedade, a sua malha semiurbana metropolitana está muito próxima do centro urbano consolidado de Aracaju, a apenas 6 km de distância. Nesse contexto, o município oferecia um potencial turístico, com praias, manguezais, dunas, restingas, rios e áreas de preservação ambiental, representando uma boa qualidade de vida fora do contexto urbano. Ao mesmo tempo, era possível gozar da proximidade do comércio e serviços da capital, fator que o diferenciava da Zona de Expansão de Aracaju, distante 18 km do centro, com enfrentamentos e desafios ambientais e sociais.

A metropolização chega a Barra dos Coqueiros e se torna um dos mais importantes pólos de crescimento imobiliário da Região Metropolitana de Aracaju, culminando no recebimento de projetos residenciais, comerciais e de infraestrutura. Desde o primeiro lançamento em 2009, até maio de 2024, a cidade recebeu mais de 80 projetos residenciais com tipologias, padrões e tamanhos diferenciados, direcionados para diversos tipos de público. Esse fato demonstra as estratégias do mercado imobiliário para os distintos segmentos da sociedade e perfis socioeconômicos. O município foi contemplado, de início, por habitações populares, mas, em seguida, por empreendimentos de médio e alto padrão.

A figura 24 ilustra o contexto de espacialização dos empreendimentos na malha municipal da Barra dos Coqueiros, organizados de acordo com a cronologia

⁴⁸ Por razão desconhecida o Recanto dos Coqueirais não passou para a fase de construção e o empreendimento foi cancelado pela construtora. Tempos depois, outro empreendimento foi lançado, construído e entregue na mesma área.

de entrega, implantação, lançamento e planejamento. Além disso, classificamos os empreendimentos por fase, permitindo assim, contextualizar o cenário atual e entender a projeção de um cenário futuro e especulativo para a cidade.

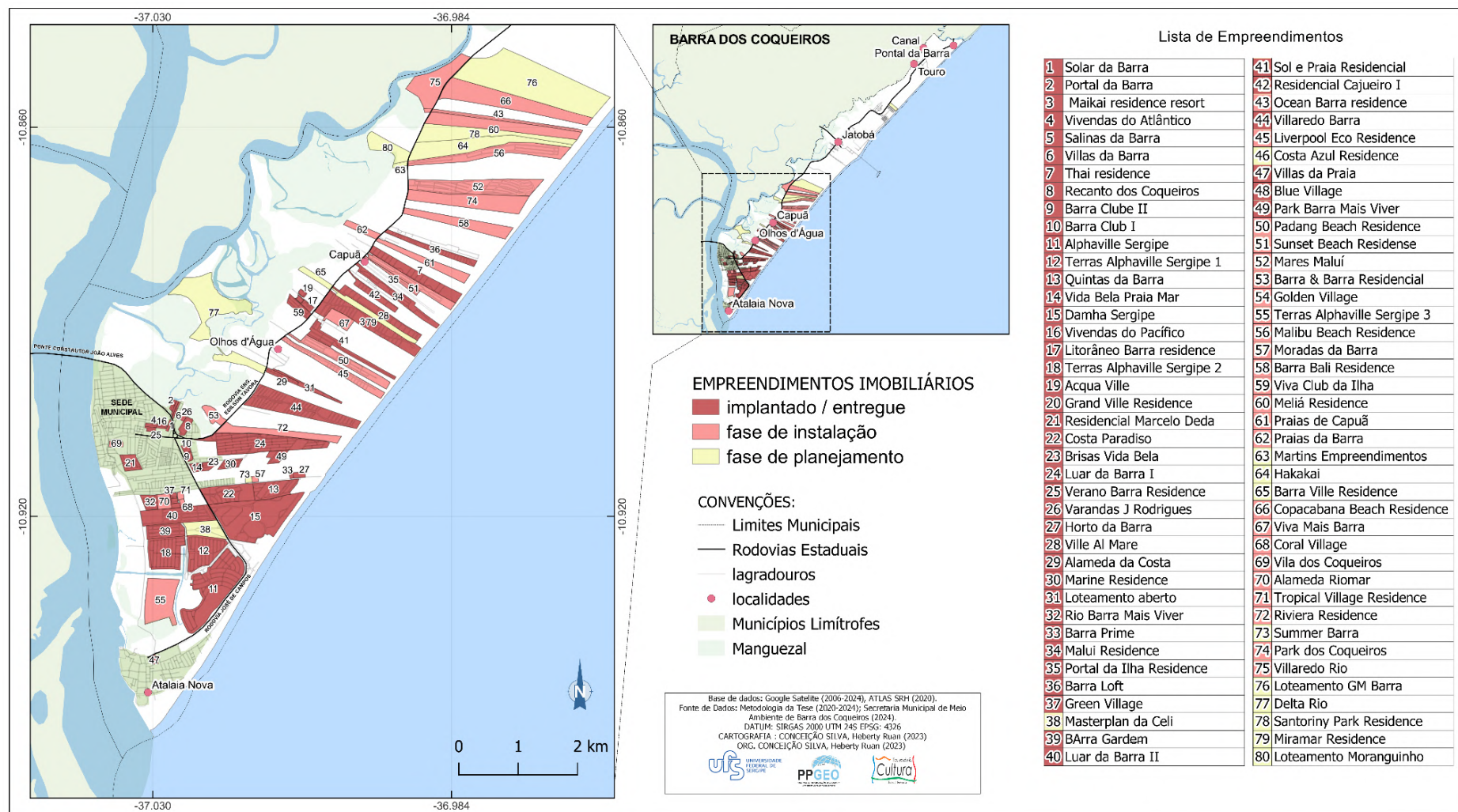


Figura 24 - Barra dos Coqueiros: mapa dos empreendimentos imobiliários de 2009 a 2024.
 Elaboração: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

Os dados se destacam por evidenciar a expansão dos empreendimentos imobiliários na malha municipal de Barra dos Coqueiros. Dos 80 empreendimentos mapeados até maio de 2024, 45 já estão implantados e entregues aos seus moradores, 24 encontram-se em fase de construção, e outros 11 estão na etapa de planejamento urbanístico e resoluções documentação e etapas burocráticas obrigatórias, a exemplo, do licenciamento ambiental e licença para construção.

Entre os anos de 2009 e 2024, ao menos 35 empresas, construtoras e incorporadoras foram responsáveis pelo lançamento dos 80 empreendimentos imobiliários, no qual destaca-se Primasa Engenharia (7); com 6, da Jotanunes Construtora e Construcenter Empreendimentos; Laredo (5); com 4 da União Engenharia, Alphaville Urbanismo, Imperial⁴⁹; Engeb (3); com 2, Colorado, Move Construtora, Celi, Stanza, Viva Construções, MM Construções, GP Monteiro, Move Construtora, Nassal⁵⁰, Ema Incorporações; e, apenas com 1, a MRV, Dahma, Ocean Investimentos, Larbelo, Condominial Aracaju, 3R Empreendimentos e Incorporadora, RMN Santos empreendimentos, Poly Promotion do Brasil, Habitacional, Tema Urbanismo, Dicon Engenharia, Impacto construções, Martins Construções, Urbane, Mildenbran Construtora e Incorporações, VCA Construtora e Urbanizadora, Celse, e também, o Programa Habitacional da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros com um empreendimento construído no bairro Marcelo Déda.

Entre as unidades habitacionais comercializadas pelas construtoras, os lotes foram a especificidade de 39 empreendimentos, enquanto os apartamentos foram de unidades vendidas em 33 empreendimentos e, as casas prontas, em apenas 8 empreendimentos. A predominância de lotes e apartamentos é um indicativo da facilidade de financiamento e custo mais acessível, enquanto as casas prontas, exigem um investimento e capacidade de crédito maior. Além disso, os lotes oferecem a flexibilidade da construção da casa com arquitetura vinculada à perspectiva de cada cliente.

A cronologia da expansão demonstra a existência de três zonas receptoras dos projetos imobiliários. A primeira e inaugural refere-se à malha urbana da sede municipal e sua borda imediata. Essa zona recebeu os primeiros condomínios verticais fechados e, até hoje, esse é o tipo de empreendimento predominante na

⁴⁹ A empresa decretou falência após o lançamento do condomínio Barra Mar, este não chegou a ser instalado.

⁵⁰ A empresa decretou falência e abandonou o canteiro de obras do empreendimento Varanda J Rodrigues durante a Pandemia por Covid-19.

região. As unidades comercializadas, por se tratarem de apartamentos, atrai um público interessado em financiamento por bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal. Além disso, praticamente todos os empreendimentos aí lançados enquadram-se nos programas sociais do Governo Federal voltados à habitação, a exemplo do Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela⁵¹, e oferecem subsídios de acordo com o perfil familiar e de renda do comprador do imóvel

A segunda zona localiza-se entre a malha urbana da sede municipal e Atalaia Nova, contemplando as duas margens da Rodovia José de Campos. Esta começou a ser ocupada a partir de 2012 por empreendimentos internacionalmente consolidados e reconhecidos pelo alto conceito de moradia e pelo público seletivo de clientes moradores. Nesta área predominou empreendimentos horizontais, de lotes e casas de médio e alto padrão de consumo, no qual o urbanismo e a infraestrutura eram os fatores primordiais do processo de compra, deixando em segundo plano, a paisagem e os elementos da natureza de seu entorno.

A terceira zona concerne a área que compreende a faixa marginal da Rodovia Engenheiro Edilson Távora, que liga a sede municipal ao povoado Jatobá. O primeiro empreendimento nessa área foi anunciado ainda em 2010, e durante os dez anos seguintes, houveram lançamentos de condomínios horizontais e verticais de forma isolada. No entanto, a partir de 2020, com o esgotamento das áreas 1 e 2, a área 3 passou a ser alvo de múltiplos lançamentos de condomínios horizontais, classificados pelo mercado imobiliário como "pé na areia", por possuírem acesso exclusivo à praia. Aliás, este é um diferencial significativo. Na figura 25 demonstramos a espacialização dessas zonas conforme o contexto descritivo.

⁵¹ Programa lançado em agosto de 2020, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em substituição ao Minha Casa Minha Vida (MCMV) criado em 2009 pelo segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Casa Verde e Amarela foi extinto em fevereiro de 2023, com o retorno do MCMV no terceiro mandato do presidente Lula.

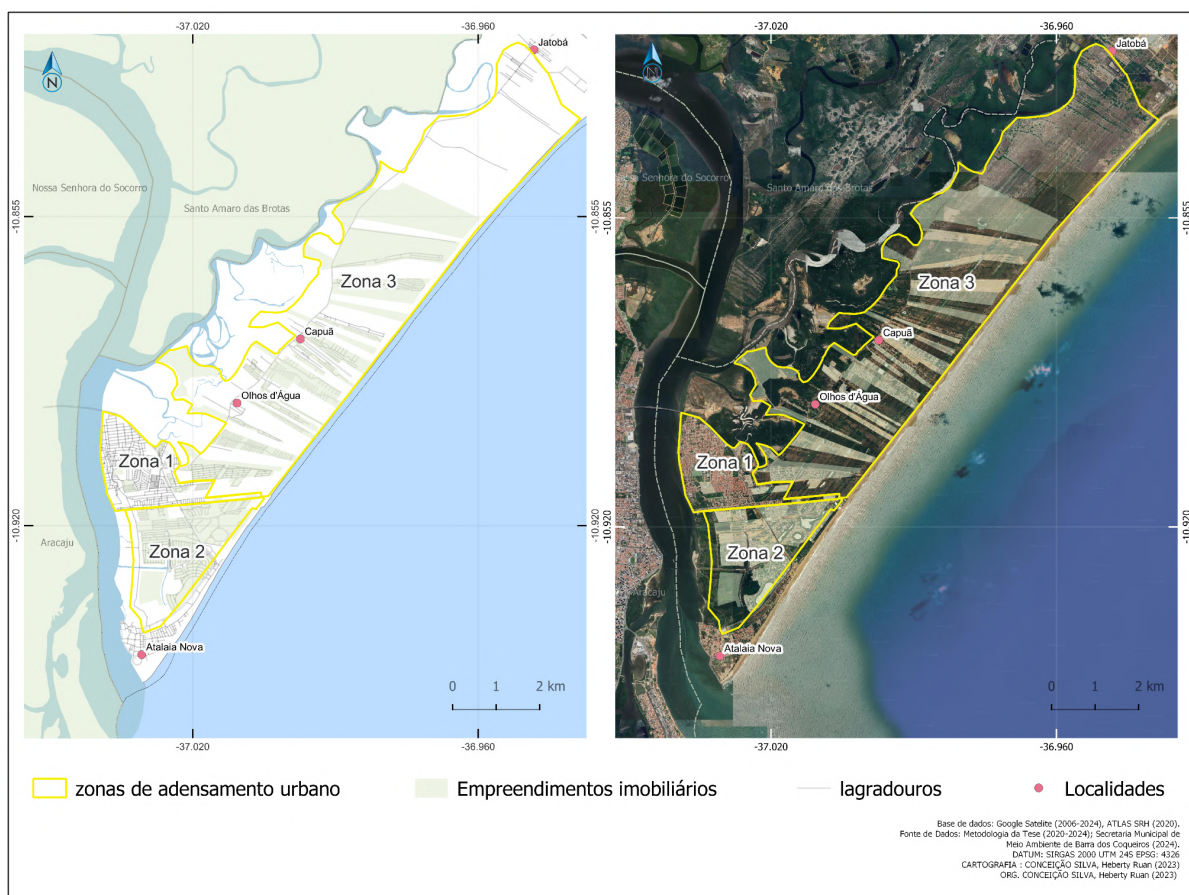


Figura 25 - Barra dos Coqueiros: Zonas de adensamento urbano 2009 a 2024
 Elaboração: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

O expressivo número de empreendimentos demonstra a influência direta da especulação imobiliária na produção do espaço urbano da Barra dos Coqueiros. Ao longo dos últimos 15 anos, foi o mercado imobiliário que dimensionou o crescimento da mancha urbana. Ademais, a especulação imobiliária foi impulsionada por contextos sociais diferentes, conforme expomos, cronologicamente no quadro 4. As zonas de adensamento urbano apresentadas demonstram a capacidade de adaptação do mercado imobiliário e do produto condomínios fechados às características geográficas da cidade. A zona 1 segue apta a receber os empreendimentos verticais variados entre 3 e 12 andares, mais próximos de comércios, serviços e fluxo do centro urbano mais adensado e fluido da cidade. A zona 2, tornou-se apta a receber a população com melhor condição financeira e capacidade de investimento, predomínio de lotes maiores de 500m², que podem ultrapassar o valor de meio milhão de reais, e as casas, 2 milhões de reais. A terceira zona qualifica-se pelo adensamento horizontal, com lotes de variados

preços e tamanhos, atrativa para consumidores com perfil econômico distinto.

Quadro 4 - Barra dos Coqueiros Sergipe: contextos sociais da especulação imobiliária 2006 - 2024

ANO	CONTEXTO SOCIAL	EFEITO ESPECULATIVO
2006	Inauguração da Ponte construtor João Alves ligando a Barra dos Coqueiros a Aracaju	Agregou valor especulativo nas casas e lotes já existentes no município e impulsionou o adensamento da mancha urbana já existente.
2009	Processos judiciais dificultando novos empreendimentos horizontais na zona de expansão de Aracaju.	Barra dos Coqueiros passou a receber empreendimentos de construtoras que atuavam na zona de expansão
2012	Anúncio e lançamento de projetos imobiliários por construtoras de renome nacional e internacional, Alphaville, Damha e Poly Promotion.	Agrega alto valor de uso ao solo da cidade, atraindo moradores com poder aquisitivo elevado. Representou uma virada no imaginário social sobre a imagem da Barra dos Coqueiros
2020	Pandemia por covid-19	Impulsionou o interesse da sociedade por moradia em casas, em condomínios fechados
2021	Anúncio do futuro Shopping Barra Mar ⁵² (apenas anunciado)	A proximidade com o shopping é utilizada no material de marketing de alguns empreendimentos e também passou a agregar valor aos já existentes.
2023	Anúncio pelo governo de Sergipe de uma nova ponte Aracaju x Barra (fases de estudos)	Consegue impulsionar a especulação imobiliária ao prometer resolver os problemas atuais de mobilidade urbana no município, como o trânsito intenso e lento.

Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

Os dados apresentados revelam que o Estado e a iniciativa privada se destacaram como setores cruciais no desenvolvimento urbano de Barra dos Coqueiros. A colaboração entre esses dois setores tem sido fundamental, no qual o Estado contribui com megaestruturas como a ponte Aracaju x Barra, enquanto a iniciativa privada investe em empreendimentos comerciais e de serviços, aprimorando os usos do espaço urbano e mantendo a ascensão do valor da terra. É importante destacar que ambos os setores estabelecem um jogo especulativo, com promessas ansiadas pela sociedade, para evitar a desvalorização do solo urbano e manter o interesse social por moradia na cidade. Um exemplo é o anúncio do Shopping Center em 2021. Este ocorre em um momento de insatisfação da

⁵² Em razão das restrições ocasionadas pela pandemia por Covid-19, a audiência pública para apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) do empreendimento Barra Mar Shopping ocorreu de forma virtual e pode ser consultada no YouTube por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=1o39w6F2CYc>

população em relação à falta de dinamismo comercial da cidade, em comparação com diversas localidades de Aracaju. Outro exemplo, é o anúncio da segunda ponte ligando a Barra dos Coqueiros a Aracaju em 2023, para resolver um problema de mobilidade atual. O trânsito saturado e denso na malha urbana do município, e sobretudo nas vias de acesso à ponte, ocasionado pela ampliação da população, demonstra incompatibilidade com um único acesso para a capital. A promessa de construção, por parte do Estado, de uma segunda ponte, desta vez ligando a zona sul de Aracaju com a Atalaia Nova, evitou a queda de interesse social. Porém, o shopping não passou da fase de lançamento/planejamento, e a ponte, até o fechamento desta tese, encontra-se em fase de estudo.

Com menor complexidade e dinamismo, o contexto natural do município também interfere na especulação de valor do solo urbano. Barra dos Coqueiros é uma ilha fluviomarinha, banhada pelos rios Sergipe e Pomonga, cujas margens são delineadas por manguezais preservados e pela paisagem urbana do Centro e zona Sul de Aracaju. Suas praias, são margeadas por coqueirais ao longo da costa, compõem paisagens altamente valorizadas no processo de especulação imobiliária. Além do seu valor estético, a natureza se destaca por sua aptidão para o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo. A balneabilidade das praias, junto com a infraestrutura pública de orlas à beira-rio e à beira-mar, é um fator atraente para moradores e visitantes. Essa proximidade com ambientes naturais e áreas de lazer aumenta significativamente o valor de mercado das unidades residenciais.

No tocante a pandemia por covid-19 (2020 a 2022) e a intensificação da especulação imobiliária, a relação entre ambas dá-se no contexto das restrições do contato social impostas pelos governos. Após abril de 2020, o convívio ficou limitado ao ambiente da residência e a família, no qual, as práticas de lazer foram evitadas. A vida enclausurada pelas paredes de suas próprias casas e apartamento fez despertar o desejo por uma residência mais confortável, ampla, próxima a natureza e segura, conforme salienta o entrevistado C1.

Quando entrou a pandemia nós não esperávamos a quantidade de venda que teve. Foi quando a maioria das pessoas que ficaram presas dentro de casa, durante a pandemia, em apartamentos, começaram a se interessar em ter uma casa com acesso a praia e dentro de um condomínio fechado com segurança. A gente fechava venda por telefone porque não podia visitar. (Entrevista C1 - Gerente Comercial de construtora, comunidade de Olhos D'água, 2022)

A pandemia de Covid-19 impulsionou as vendas de casas e lotes em condomínios à beira mar, pela condição de enclausuramento ao qual a sociedade foi submetida, e pelo sonho de mudar essa realidade de vida, morando em ambientes mais espaçosos, abertos e próximo da natureza. Para aproveitar a demanda de consumo, as construtoras e incorporadoras realizaram em 2020 e 2021, o lançamento de 16 empreendimentos, destes 12 horizontais e 9 com acesso exclusivo à praia, localizados predominantemente na terceira zona, às margens da Rodovia Engenheiro Edilson Távora.

O contexto especulativo dos últimos 15 anos transformou o urbanismo da cidade de Barra dos Coqueiros, e fez sua mancha urbana de 309 hectares (Sede municipal + Atalaia Nova, sem os empreendimentos), saltar para 1.433,84 hectares (soma da sede e Atalaia Nova + a área de todos os empreendimentos implantados e em implantação). Isso representa um crescimento de aproximadamente 464% de sua mancha urbana entre 2009 e 2024. A perspectiva para os próximos anos, ao considerar os empreendimentos que estão na fase de planejamento, é a conversão de mais 349 hectares, passando de 1.433,84 para 1.782,84, isto é, um acréscimo de 24,3 % de área urbanizada.

Entretanto, é importante salientar as relações advindas desse nosso levantamento:

- I - Dos 45 empreendimentos instalados, apenas 5 estão integrados à malha viária pública, com acesso público e conceito aberto.
- II - Dos 24 empreendimentos em fase de implantação, apenas 3 terão acesso público, com conceito aberto e sem muros.
- III - Dos 11 empreendimentos em fase de planejamento, a perspectiva é que apenas 2 sejam loteamentos abertos.

Neste contexto, dos 80 empreendimentos mapeados, apenas 10 (12,5%), utilizaram o conceito público, com malha viária interna integrada à malha pública existente na cidade. Os outros 70 são/serão enclaves fortificados, com características semelhantes às que já foram discutidas no início desta seção. Com este dados, constata-se que o crescimento urbano de Barra dos Coqueiros está inserido numa lógica de abandono e desvalorização da esfera pública, restritivas à livre circulação e valorização de ambientes privados, com uso restrito a uma coletividade socialmente coesa e homogênea.

A desvalorização e o distanciamento ao espaço público é materializada na forma dos empreendimentos, em muros, altos e impotentes, portaria com arquitetura imponente e distante das vias públicas. A ausência de calçadas ligando a via pública à portaria, é uma forma de impedir o acesso de pedestres aos empreendimentos. Na figura 26 observa-se os muros de empreendimentos, recuados da via pública, reforçados com cercas elétricas.



Figura 26 - Características de distanciamento dos condomínios ao espaço público

Autoria: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2024.

Legenda: A - Muro do Damha em relação à rodovia José de Campos; B - Muro do Alphaville Sergipe em relação a Av. Alphaville, construída pela urbanizadora para dar acesso aos seus empreendimentos

Ainda na perspectiva da desvalorização do espaço público, destacamos algumas características observadas. As portarias dos empreendimentos como Alphaville Sergipe e Terras Alphaville I e II estão localizadas, respectivamente, a 714 m, 1.377 m e 1.561 m de distância da via pública mais próxima, qual seja, a rodovia José de Campos. A portaria do Residencial Damha está recuada 137 m dessa mesma via, e neste espaço, foi instalado uma praça, o que não possibilita sequer visualizar os portões.

Essa mesma estratégia foi adotada pelo empreendimento Maikai Residencial Resort, com recuo de 100 m da rodovia José Edilson Távora, constituído por duas lagoas com arborização especial. Estas ações contribuem para reforçar um distanciamento da esfera pública. A infraestrutura viária interna, a qualidade do asfalto e pavimentação, a largura, o urbanismo e a capacidade de manutenção são projetados e executados para superar os serviços públicos de fora dos muros, sendo assim incompatíveis com a infraestrutura ofertada pela esfera pública.

O crescimento e a ampliação da mancha urbana por enclaves fortificados

geram problemas e dificultam as ações de planejamento urbano, pois de acordo com Caldeira (1997, p.155), “[...] os enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas”. A Barra dos Coqueiros é um exemplo desta problemática, pois o seu tecido urbano já é composto por 70 enclaves fortificados, destes, 51 são condomínios horizontais que contribuem para o processo de fragmentação. Ora, sabemos que os enclaves impõem barreiras à circulação e mobilidade da cidade, logo, os horizontais, por constituir barreiras maiores, fortalecem com maior rigor a fragmentação da cidade.

Os muros são um dos atributos espaciais que representam essas barreiras constituídas por enclaves. Ainda na década de 1990, Caldeira (1997) demonstrou que São Paulo era uma cidade dos muros. Inspirados nessa analogia afirmamos que a Barra dos Coqueiros é um município emuralhado, no qual os muros são constituintes da paisagem material, compõem as representações do imaginário, do desejo de consumo e interferem nas territorialidades de grupos da sociedade.

Traduzidos em números, a malha urbana de Barra dos Coqueiros possui aproximadamente 122,21⁵³ quilômetros de muro, equivalente à distância entre Aracaju e Nossa Senhora da Glória (117 km), Recife à João Pessoa (117 km), ou Salvador a Feira de Santana (117 km). A perspectiva é que sejam acrescidos mais 25,6 km de muro, caso os empreendimentos com acesso exclusivo, em fase de planejamento, sejam instalados e entregues. Com estes, há uma perspectiva de alcançar em breve 147,81 km.

A malha urbana além de fragmentada, mostra-se congelada mediante aos 122,21 km de muros. Impõe dificuldades para o planejamento urbano, sobretudo no contexto da mobilidade urbana, aumenta a pressão sobre a malha viária existente, ocasionando problemas de mobilidade e trânsito saturado. Apesar do aumento populacional de 66% entre os dois últimos censos, e 464% da malha urbana, desde 2006, o município mantém a mesma quantidade de vias arteriais: avenida Oceânica, rodovia José de Campos (Barra x Atalaia Nova) e Engenheiro Edilson Távora (Barra x Jatobá), todas confluem até a rótula localizada na área urbana central, de onde se tem acesso à ponte construtor João Alves.

Esse modelo de desenvolvimento urbano tem transformado a paisagem

⁵³ Dado proveniente da soma do perímetro de todos os empreendimentos com acesso exclusivo

litorânea da Barra dos Coqueiros, pressionando os ecossistemas locais. As figuras 26 e 27 são testemunhos da expansão urbana e redução ecossistêmica assegurada pela espoliação dos elementos da natureza, sobretudo, da restinga.

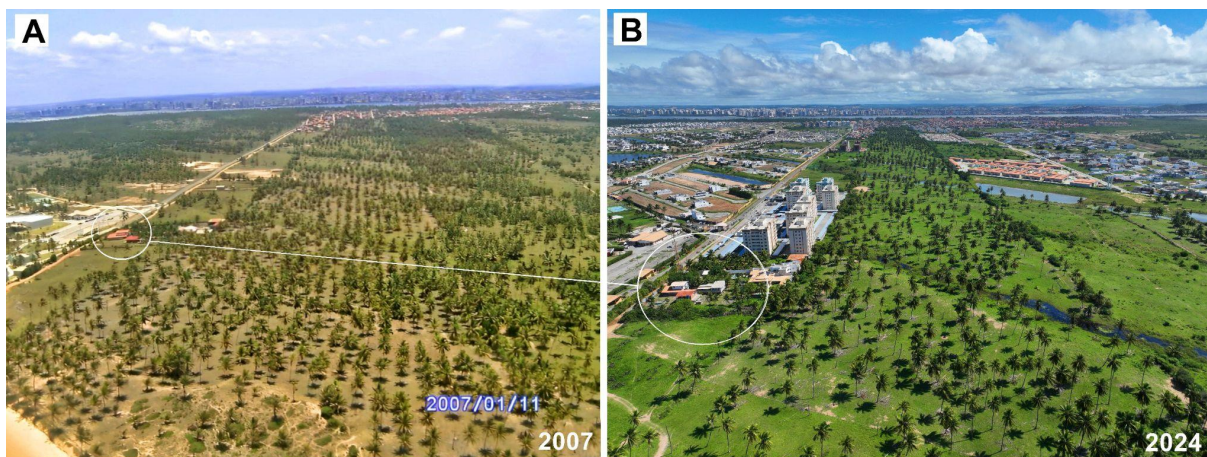


Figura 27 - Barra dos Coqueiros: Planície costeira em 2007 e 2024.

Legenda: **A** - imagem aérea capturada em 2007 apresenta no primeiro plano a formação de restinga, dunas, cultivo de coco. A avenida mangabeira liga o Makai Resort a pequena mancha urbana, no segundo plano da imagem. **B** - refere-se a mesma área em ângulo semelhante e demonstra o crescimento horizontal e vertical da mancha urbana e a redução da área de restinga. As margens da avenida Mangabeira urbanizada, com empreendimentos verticais: Horto da Barra, Barra Prime, Moradas da Barra e Summer Barra, e Horizontais: Quintas da Barra e Costa Paradiso. Autor: **A** - João Manoel, 2007. **B** - Heberty Ruan da Conceição Silva e Marx Iuri Costa Nascimento, 2024.

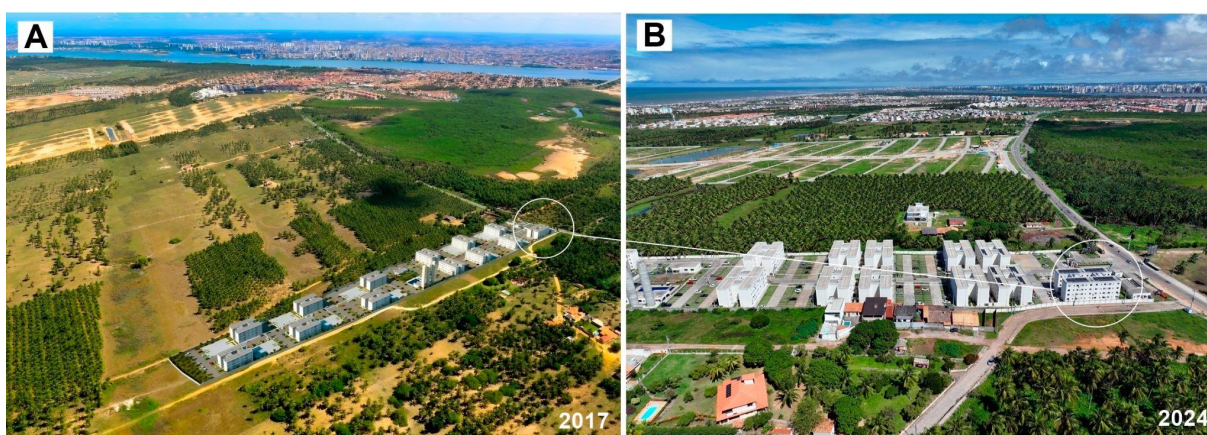


Figura 28 - Barra dos Coqueiros: Planície costeira em 2017 e 2024.

Legenda: **A** - Imagem capturada e editada em 2017 para divulgar a localização do empreendimento Park Alameda da Costa, da MRV. Observa-se na imagem que o empreendimento liga-se à mancha urbana pela rodovia José Edilson Távora. **B** - A imagem demonstra o encurtamento da distância entre ambos devido à expansão da mancha urbana. No espaço entre ambos, observa-se um urbanismo mais fragmentado decorrente da substituição de sítios e propriedades rurais por enclaves fortificados.

Fonte: **A** - MRV, 2017. Autor: **B** - Heberty Ruan da Conceição Silva e Marx Iuri Costa Nascimento, 2024.

Com a perspectiva ‘de cima para baixo’ das figuras demonstramos, imediatamente, a transformação dos aspectos morfológicos da paisagem litorânea. A atenção à descrição física desses elementos e suas transformações é importante para compreender a materialidade dos fenômenos, mas não é suficiente para as dimensões sociais. Como já demonstrado nas seções anteriores, a geohistória da ocupação do litoral de Sergipe evidencia a presença de comunidades e grupos tradicionais que dependem das práticas produtivas nos ecossistemas costeiros, especialmente em Barra dos Coqueiros, onde as restingas e manguezais desempenham um papel fundamental para a sobrevivência das suas gentes extrativistas. Assim, para realizarmos uma leitura da paisagem ‘de baixo para cima’, os elementos geohistóricos e culturais não devem ser ocultados, assim como, os sentidos social e intersubjetivo atribuídos pelos sujeitos às formas materiais assumidas.

Vinculados nesta perspectiva de valorização dos sentidos da paisagem, na próxima subseção, preocupamos em caracterizar as paisagens litorâneas de Barra dos Coqueiros, sob a perspectiva da experiência dos extrativistas na produção de suas formas materiais a partir dos valores culturais.

3.2 A paisagem das gentes extrativistas

Durante o século XIX, o estudo da paisagem valorizou-se como estratégico ao estabelecimento da Geografia enquanto ciência autônoma. A validação científica, deu-se por meio da análise descritiva, os “geógrafos” da época demonstraram a sua capacidade de caracterizar e qualificar as paisagem tendo como referência o conjunto de formas visíveis. A tradução do espaço geográfico pela morfologia das paisagens a fortaleceu enquanto categoria de análise e revelou, por meio do aspecto descritivo das formas, o contexto individual e identitário de cada uma das paisagens. Nesta perspectiva, o estudo da paisagem oportunizou-se por diferenciar os espaços, pelo conjunto das formas. Como salientado por Sauer (2004) a individualidade e a identidade da paisagem são determinadas pelas configuração das formas da superfície do solo, a estrutura visível das rochas, a cobertura vegetal, a presença de corpos d'água, de vida animal e as expressões da cultura humana.

A valorização da paisagem por sua morfologia culminou numa clássica divisão entre o natural e o cultural. Para Sauer (2004) a paisagem natural é formada por bases geognóstica e climática, explicadas pela descrição dos materiais presentes na crosta terrestre determinantes da superfície, assim como das diferenças climáticas, com ênfase na influência na modelagem do solo, drenagem e vegetação. Enquanto a paisagem cultural expressa as ações do homem como agente principal de modificação, posto que sua forma se produz pela cultura, ou seja, pela densidade e mobilidade da população, plano e estrutura das habitações e produção de comunicação. O autor reconhece a cultura enquanto elemento essencial para a transformação da “forma” da paisagem, sem contudo, considerar a dimensão intangível da cultura.

O despertar dos geógrafos para a interpretação da paisagem para além do caráter morfológico tomou corpo na segunda metade do século XX. Para Corrêa e Rosendahl (2004) é tarefa do geógrafo decodificar o significado da paisagem, além do seu sentido morfológico, estendendo o seu estudo. Nos estudos de Berque (1998) a paisagem é uma manifestação concreta resultante, em primeiro lugar, de relações estabelecidas pela coletividade de sujeitos que a produzem e a transformam. Em Claval (1999) a paisagem é produto não qualificado da ação humana, e expressa a sociedade a qual se vive e as relações ali estabelecidas. Já Luchiari (2001) argumenta que a paisagem é uma expressão material atribuída pela

sociedade no seu meio. Os autores citados convergem com a ideia da paisagem numa perspectiva sublinhada de entendê-la não só pela estaticidade morfológica, mas também como resultado das ações, significados e valores da sociedade.

A valorização dos sentidos, significados e valores atribuídos pelo homem é uma marca nos estudos da paisagem na Geografia Cultural, demonstram a complexificação da análise, por considerar ao mesmo tempo, os aspectos morfológicos, a dimensão do intangível e invisível. Sobre esse aspecto Almeida (2013) chama a atenção ao fato de estarmos cada vez mais, em ambientes espaciais marcados pela intangibilidade e invisibilidade, resultante de um processo complexo no qual confluem mobilidade, volatilidade, fusões e multiplicação de realidades inéditas e insólitas. A intangibilidade repercute também no propósito construtivo da paisagem, e de acordo com Nogué e Romero (2006) necessitamos ter a consciência dessa dimensão não visíveis aos olhos

Aunque no seamos conscientes de ello, aunque no los veamos ni los miremos, lo cierto es que nos movemos a diario entre paisajes incógnitos y territorios ocultos, entre geografías invisibles sólo en apariencia. Las geografías de la invisibilidad —aquellas geografías que están sin estar— marcan nuestras coordenadas espacio-temporales, nuestros espacios existenciales, tanto o más que las geografías cartesianas, visibles y cartografiables propias de las lógicas territoriales hegemónicas⁵⁴ (Nogué; Romero, 2006, p.40).

No contexto da amplificação do mundo intangível, os autores (*op cit*) reconhecem a existência das paisagens icógnitas no nosso cotidiano, e por esse motivo devemos valorizar uma Geografia preocupada em visibilizar os aspectos intangíveis das paisagens, até porque, as formas da paisagem são resultado de fatores sociais intangíveis, a exemplo dos valores e significados decorrentes de aspectos geohistóricos e dinâmicas socioeconômicas vinculadas a uma ou mais referências culturais. Neste contexto, a paisagem e seu conteúdo podem ser qualificáveis. Apesar do foco morfológico, Sauer (2004) argumentou que o conteúdo da paisagem é definido pelo interesse do homem, pelo valor atribuído e uso realizado, fazemos parte, vivemos e somos limitados por ela, e a modificamos

⁵⁴ **Tradução nossa:** Embora não tenhamos consciência disso, embora não os vejamos nem os olhemos, o certo é que nos movemos diariamente entre paisagens incógnitas e territórios ocultos, entre geografias invisíveis apenas em aparência. As geografias da invisibilidade — aquelas geografias que estão sem estar — marcam nossas coordenadas espaço-temporais, nossos espaços existenciais, tanto ou mais do que as geografias cartesianas, visíveis e cartografáveis próprias das lógicas territoriais hegemônicas.

conforme o interesse externalizado no uso de seus aspectos. Nesses contextos, a paisagem tem aspectos visíveis⁵⁵ de forma e invisíveis pelos sentidos.

Para além daquilo que se vê, as formas da paisagem são resultado da intangibilidade presente nos valores sociais, e da produção de significados decorrentes de processos geohistóricos e dinâmicas socioeconômicas vinculadas a uma ou mais referências culturais. Assim, o homem é parte integrante da paisagem e ao mesmo tempo tornou-se um agente histórico de transformação mediante a diferentes contextos espaciais. Inclusive, para Sauer (2004) a ideia de paisagem por estar associada a relações conformadas no tempo e aos vínculos e processos espaciais, deve ser analisada dentro de um processo constante de desenvolvimento, dissolução e substituição. A paisagem não é estática, testemunha as relações do passado histórico e demonstra a capacidade de transformação contemporânea, além disso, mediante a prática do planejamento, a paisagem pode ser projetada. Assim, os estudos sobre paisagem podem demonstrar as suas características do passado, do presente e a perspectiva de mudança de acordo com a dinâmica social que as moldam.

A discussão em curso tem a intenção de sobrelevar a análise da paisagem puramente morfológica, sem contudo, desprezá-la. Nesses moldes, a Geografia Cultural enraizou-se como campo de estudo. Para Luchiari (2001) a Geografia Cultural repudia a descrição das formas substanciando a paisagem pela forma, conteúdo, materialidade e representação. É com esse olhar que buscamos, nesta tese, interpretar as paisagens litorâneas de Barra dos Coqueiros, sob o ponto de vista das representações, funções, valores e imaginário conformados e atribuídos pelas comunidades tradicionais extrativistas, sem contudo, menosprezar a forma.

Voltamos ao *topos* para interpretar os sentidos da paisagem por aqueles que possuem laços geohistóricos com o litoral de Barra dos Coqueiros e que se reproduzem por meio de práticas tradicionais, como o extrativismo. Esses grupos estão situados nas comunidades de Olhos D'água e Capuã, ambas inseridas às margens da Rodovia Engenheiro José Edilson Távora, compartilham uma configuração morfológica da natureza e da sociedade similares. As comunidades

⁵⁵ No nosso texto, o uso das expressões visíveis e invisíveis não está restrito ao sentido de ver, e sim, da capacidade de compreensão e interpretação. Sabemos que o aspecto visível pelo sentido de ver, tornou-se a forma clássica de análise da forma, porém, o contexto contemporâneo do estudo da paisagem na Geografia Cultural demonstra que a paisagem também pode ser apreendida pelo outros sentidos do corpo humano, na perspectiva da experiência com tato, olfato, audição e paladar.

possuem um espraio perpendicular à rodovia, com ruas diagonais que se estendem da rodovia em direção ao Leste, para a praia, e ao Oeste, para o manguezal do rio Pomonga. Os elementos paisagísticos valorizados e desvalorizados por essas comunidades permeiam nas suas oralidades. No campo da subjetividade compõem as memórias de suas experiências individuais e coletivas com o meio.

Do ponto de vista morfológico, a materialidade da paisagem dessas comunidades configura-se pelo domínio da morfologia costeira litorânea, marcada por terras baixas arenosas, com feições perpendiculares à faixa linear de praia, como os campos de dunas situadas a beira-mar, bem como cordões litorâneos, lagoas retilíneas interconectadas, conhecidas popularmente como várzeas grandes. Em relação às comunidades vegetais, existem ainda, fragmentos de restingas, associados com pastagem devido à criação de gado em sítios e outras propriedades rurais, associados a cultivos agrícolas, com destaque para o coco-da-baía. Nas áreas de cultivo e pastagem a restinga sofreu um nível de antropização considerável, restando apenas, indivíduos de porte herbáceo e rasteiro, de porte arbóreo e arbustivo com valor cultural e econômico, a exemplo da mangaba, cajueiro, cambuí, araçá, e o coqueiro, que embora exótico, foi naturalizado na zona costeira brasileira. Tais indivíduos, são geralmente isolados em meios as pastagens e cultivos de coco. Nos substratos lamosos e lodosos das margens do rio Pomonga, tem-se bosques de mangue, ambiente usado para o extrativismo de mariscos, crustáceos e moluscos em atividade pesqueira tradicional.

Os sentidos da paisagem, das gentes da Capuã, Olhos D'água e Jatobá, perpassam inicialmente pelo reconhecimento e abstração. Ou seja, as maneiras com as quais os sujeitos apreendem as formas, por seu contexto social e natural. Deste modo, os elementos da paisagem são percebidos pelos sujeitos que vivem nessas comunidades, como demonstrado nos relatos A3 e A4

“Por aqui nessa região você via o rio, apicum, manguezal, restinga, a pista, restinga, praia e mar [...] todas essas áreas pra gente é um território, são matas de restinga, são manguezais, são várzeas, que alagam” (Relato A3 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023).

“[...] O Jatobá é uma zona praieira, a gente sente um clima como se tivesse na praia, a gente vê muitas árvores nativas como mangaba,

cajueiro, coqueiro [...] o mais importante na paisagem do Jatobá é a termelétrica, que eu acho bem bonita a noite, o porto, a nossa pracinha, a praia, a mangaba e tem as dunas que são bonitas."
(Relato A4 - Moradora antiga do Jatobá, 2024)

Para Gomes (2001) a representação da paisagem resulta da apreensão do olhar dos indivíduos, e este, é condicionado por filtros socioculturais, psicológicos e econômicos, bem como pela esfera da rememoração e da lembrança. A descrição da paisagem realizada pela catadora de mangaba, é um demonstrativo da abstração dos elementos físicos, porém, não limitantes a eles, em decorrência da atribuição de um valor social e cultural. Ora, os elementos da paisagem são confluentes com a percepção territorial, exprimem as marcas da apropriação e do pertencimento. Na figura 29, mostramos imagens com alguns dos elementos descritos, sequenciados com o rio Pomonga com a formação de manguezais; a restinga com a presença de mangabeiras e coqueiros; as lagoas de cordão litorâneo cheias em decorrência do período chuvoso e, os abrigos de apoio à pesca, à beira-mar.

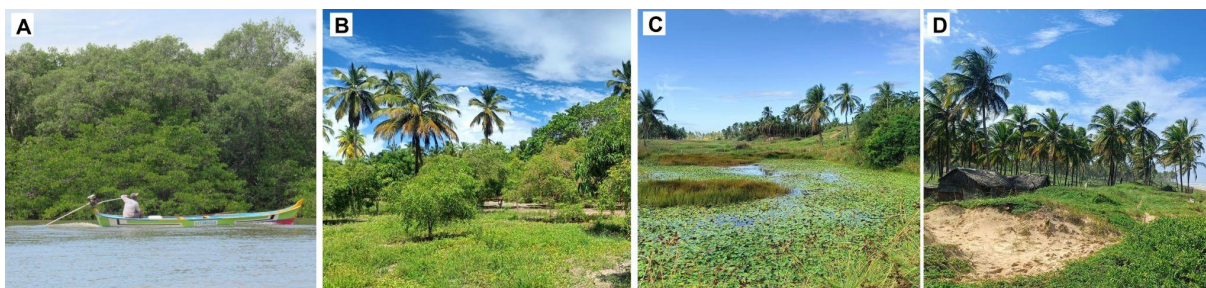


Figura 29 - Capuã e Olhos D'água: elementos naturais da paisagem litorânea
Fonte: Pesquisa de campo 2023;2024. Autoria: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2023/2024

A percepção da paisagem pela moradora antiga do Jatobá é permeada pelo reconhecimento do ambiente costeiro e litorâneo, mas também, mostra a força dos elementos socioeconômicos na percepção da paisagem, como o Porto de Sergipe, Usina Termelétrica Porto de Sergipe, e Usina Eólica de Barra dos Coqueiros (os cataventos). Além disso, em ambos os relatos, a paisagem não é tratada como uma mera imagem estática/concreta da realidade, mas sim, como um espelho da realidade geográfica, cujas relações socioespaciais interferem e se expressam na apreensão e percepção da paisagem.

Dito isso, é imprescindível reconhecer que a existência geográfica da

paisagem está intrinsecamente condicionada à apreensão da forma, dos elementos e seus atributos. Os significados decorrentes dessa apreensão compõem uma dimensão intangível. As teias e os nós da intangibilidade da paisagem litorânea de Barra dos Coqueiros, é aqui interpretada, pela perspectiva das experiências coletivas dos sujeitos com o meio ambiente, mediadas pela partilha da vida. Ademais, considera-se a temporalidade da paisagem pelo contexto da rememoração das experiências dos sujeitos e a influência na composição das identidades coletivas.

A apreensão da paisagem litorânea dos Olhos D'água, Capuã e Jatobá, são apreendidas tomando como referência as paisagens do passado. A temporalidade e o processo de transformação é constantemente referenciado pelos indivíduos que vivem nesses litorais, em especial, os que experienciaram a partilha da vida, antes e depois da chegada do outro. Os relatos A5, A6, A7 e A8, rememoram as paisagens da realidade geográfica partilhada no passado.

“Eu sei que essa estrada aqui não era assim, era estrada de casca de coco⁵⁶, naquela época minha avó dizia que era muito difícil as coisas por aqui, não tinha ninguém passando por aqui, aí não tinha comércio, pra minha avó vender, ela tinha que pegar uma burra, encher as cangaias pra levar a mercadoria para Barra, pra de lá pegar uma tototó pra vender em Aracaju, pra sustentar os oitos filhos.” (Relato A5 - Catadora de mangaba da comunidade Olhos D'Água, 2023).

Ao relembrar a experiência socioespacial, a catadora de mangabeira abstraiu uma paisagem do passado, marcada pela dificuldade de viver em um ambiente litorâneo sem infraestrutura e serviços básicos. Ela também destaca as estratégias utilizadas para melhorar a locomoção pelos terrenos de dunas e areais, como o uso da casca de coco como revestimento. A geração de renda e a busca por serviços públicos, ficavam condicionados a percorrer, na maioria das vezes, a pé, por essas estradas de cascas soltas e de difícil equilíbrio.

“A pista pra chegar aqui na Capuã era de barro e casca de coco, eu saía daqui com uns 500 quiabos, na cabeça, e ia a pé, em cima das casca de coco até a Barra. Lá pegava a lancha e ia pra Aracaju. Aqui era tudo na areia e no barro, aqui não tinha energia, era tudo na

⁵⁶ A casca de coco é um resíduo orgânico gerado pela cocoicultura, principal atividade agrícola da Barra dos Coqueiros, na época.

escuridão, e as casas eram tudo barraco”. (Relato A6 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã,2023).

“As estradas eram tudo de areia. A gente ia pra escola nos Olhos D’água pisando na areia quente e tropeçando nas cascas de coco”. (Relato A7 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã,2023).

A comunidade de Capuã, partilhava de realidade geográfica semelhante, porém, a distância percorrida até a sede municipal era maior. A paisagem do passado permeia as memórias de infância, em que a condição do solo e da estrada estimulou experiências de incômodo e dificuldade. O relato A6, descreve o contexto do espaço habitado da comunidade, com ruas de barro, areia e casca de coco, ausência total de energia elétrica. As habitações eram constituídas de estrutura precária, algumas com parede de barro e teto de palha, construídas com materiais e insumos extraídos da própria mata de restinga. A agricultura familiar compunha a paisagem, sobretudo com a produção do quiabo branco, até hoje plantado nas áreas de solo encharcado e várzeas de cordão litorâneo.

A apreensão das paisagens do passado contempla as experiências socioespaciais de lazer e nostalgia. O relato A8 traz um retrato da paisagem e de suas representações pelas memórias de infância, de lazer e saudade.

“[...] Eu sinto falta, a Capuã era boa, a gente tinha esses coqueiros, essas matas onde a gente corria aí pra dentro e pegava as frutinhas como o ingá e o cambuí. A gente tomava muito banho de praia, ia pro rio pegar um peixinho pra comer com meu pai, a gente andava na areia quente.” (Relato A8 - Catadora de mangaba da Comunidade Capuã, 2023).

Para além do sentido morfológico, a restinga, o rio e a praia são fonte de significado, resguardam histórias que reforçam os vínculos emocionais e sociais dos extrativistas com esses elementos da paisagem. Assim, quanto vale a praia, a restinga e o rio Pomonga? A valoração desses elementos parte da perspectiva individual, pelas experiências de cada um, mas, também social, pelo uso e a importância coletiva partilhada pelas comunidades. O valor atribuído à paisagem por essas comunidades, é reflexo da tradição cultural extrativista e da formação de identidades sociais. O relato A9 situa um elemento de importância coletiva.

“O caminho aqui para o Jatobá era só sítios, onde a gente via muitos pés de coco, cambuí e mangaba por aí afora (Relato A9 - Catadora de mangaba da comunidade Jatobá,2023)

Evidentes na paisagem das comunidades, os sítios foram responsáveis pela transformação da restinga em pastagem, cultivo de coco e, mais recentemente, de mangaba. Porém, os sítios tornaram-se uma importante fonte de representação do imaginário social das gentes extrativistas, por resguardar a mangaba e outros frutos da restinga, permitindo o acesso das catadoras em suas imediações para as práticas de coleta. A paisagem dos sítios, além de representar os aspectos econômicos do espaço rural de Barra dos Coqueiros, é resultado da identidade coletiva das catadoras de mangaba das comunidades Capuã, Olhos D'Água e Jatobá, por manter as árvores em meio a pastagem. Nesses moldes, a paisagem dos sítios tem uma representatividade significativa no cotidiano e na manutenção da identidade extrativista da região.

“Tinha um sítio aqui, que a gente apanhava mangaba lá. Era livre e tinha mais de cinco mil pés de mangaba, e o dono não tava nem aí⁵⁷, deixava a gente entrar” (Relato A10 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)

“Eu cato no meu sítio mesmo, antes eu ia pegar lá no sítio de Felizola, só que parei de pegar lá porque meus pés de mangaba cresceram e não preciso mais ir lá” (Relato A11 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)

Todavia, os proprietários dos sítios tiveram um papel determinante na transformação cultural da paisagem de restinga, pois além de não praticar o corte da mangaba, e das outras árvores com frutos apreciados pela cultura local, promoveram também, o plantio racional da mangaba, aumentando intencionalmente a ocorrência do fruto, visando atender a uma demanda cultural, identitária e econômica. Na figura 30, expomos um croqui das comunidades de Olhos D'água e Capuã, com representação dos elementos acima descritos, valorados pela vivência e pela identidade extrativista do local. O croqui, é também uma representação da paisagem em um cenário similar ao ano de 2010 quando não havia nenhum empreendimento imobiliário.

⁵⁷ A expressão “estar nem aí” foi aplicada para expressar que o dono do sítio não impede e não cobra pelo acesso das catadoras de mangaba a sua propriedade.

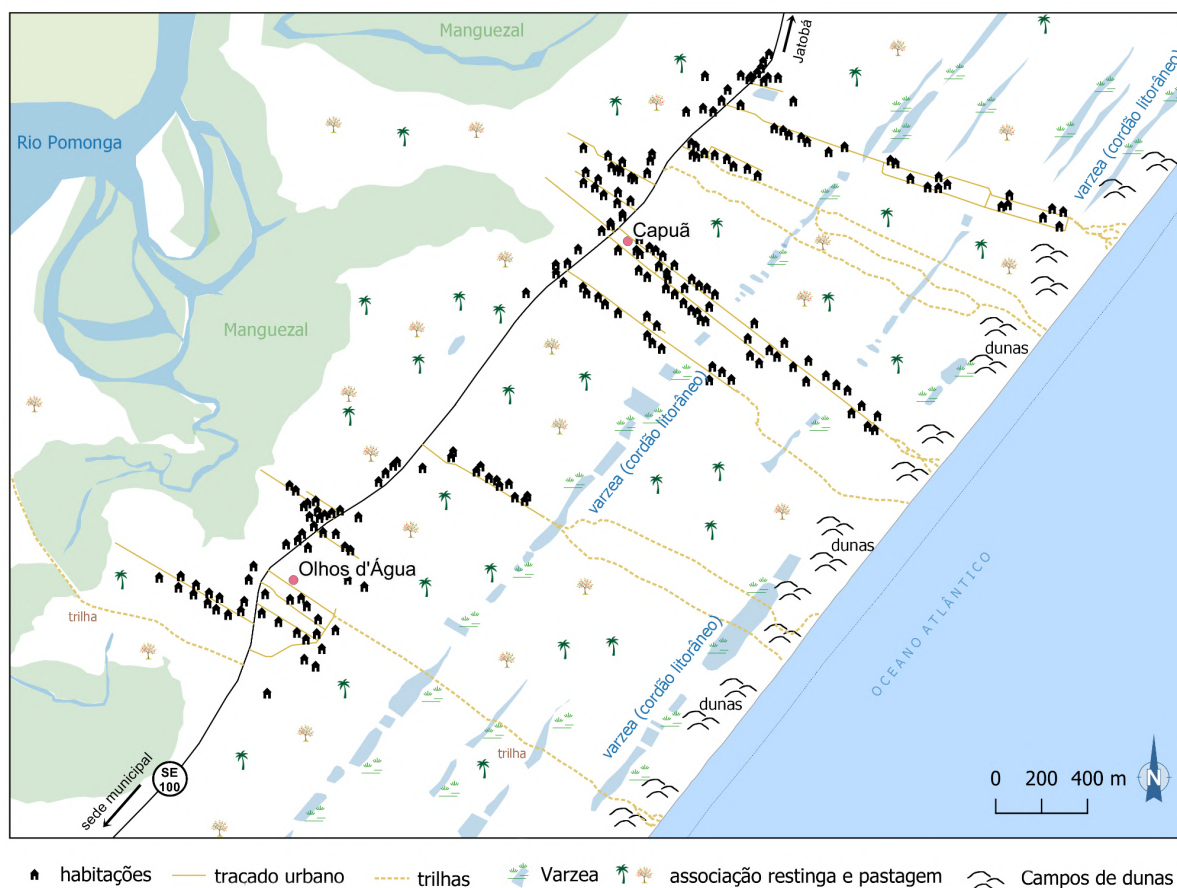


Figura 30 - Olhos D'água e Capuã: croqui dos elementos da paisagem
Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

Não à toa, a figura 30 demonstra um foco nas características da ocupação humana mais antiga, mostrando a concentração de casas, o traçado das ruas e os pontilhados contínuos das trilhas que guiam os habitantes aos rios, manguezais e praias. Esta representação expõe a maneira como as comunidades mencionadas valorizam os atributos da paisagem, refletidos por práticas culturais enraizadas nas relações de trabalho, habitação, e lazer. Aliás, os sentidos da paisagem estão vinculados a esses elementos produtivos. A representação exclui intencionalmente a presença dos condomínios fechados, pois estes não são constructos das comunidades tradicionais, e representam um modelo de exploração do ambiente e habitação, marcado pelo antagonismo ao modo de vida das comunidades locais. Com isso, os condomínios, apesar de evidentes na paisagem contemporânea, não compõem o senso de pertencimento dos sujeitos que vivem nas comunidades antigas.

Por outro lado, no croqui da comunidade de Jatobá (figura 31) apresentamos todos os principais elementos da paisagem contemporânea, incluindo a área

industrial, composta pela Usina Termelétrica Porto de Sergipe, a Usina Eólica Barra dos Coqueiros, o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (Porto de Sergipe), e a linha de transmissão de Energia, empreendimentos marcantes na paisagem.

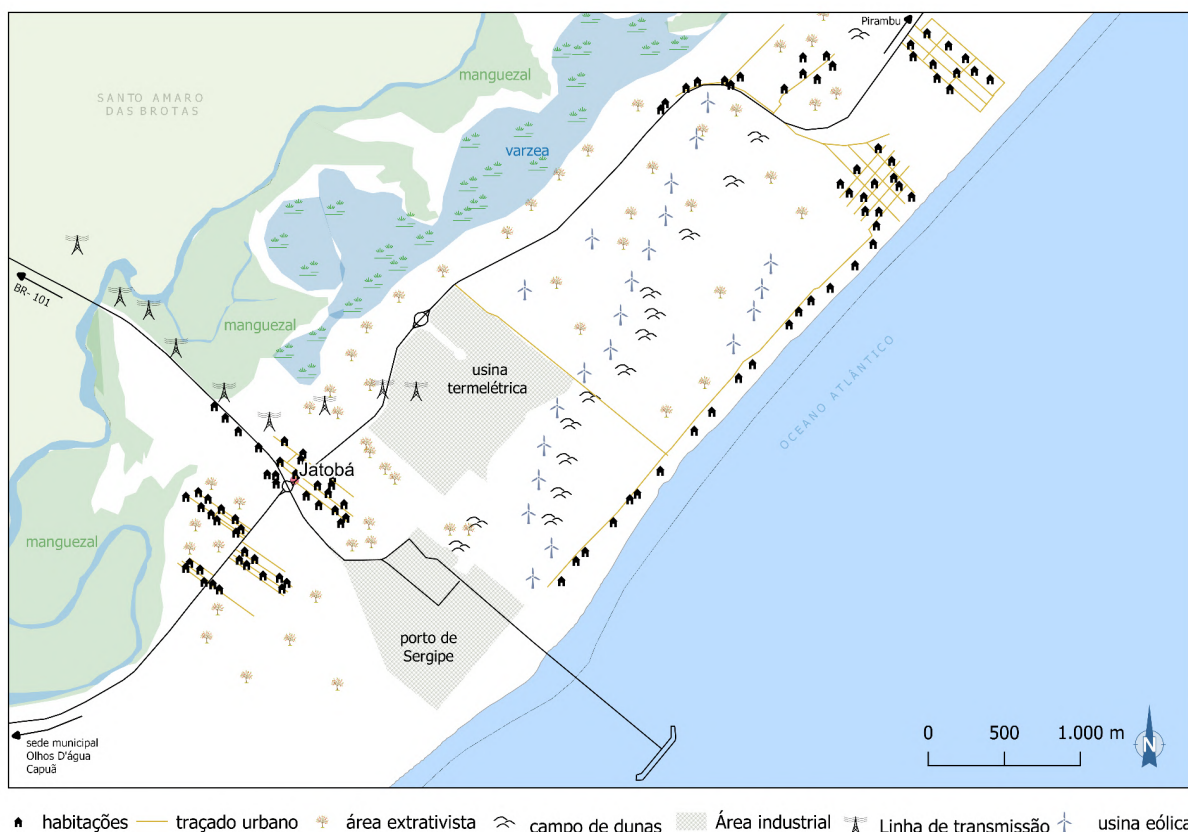


Figura 31 - Jatobá: croqui dos elementos da paisagem

Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

As paisagens do extrativismo na comunidade Jatobá tem sido diluídas, cercada, por enclaves constituídos por empreendimentos industriais, porém, as matas de restinga do entorno, ainda suprem as necessidades do extrativismo. As paisagens industriais também se fundem com a extrativista, é o exemplo da área ocupada pela Usina Eólica, onde ainda não é impedido o extrativismo, pois, observamos, em vários pontos, a facilidade dos extrativistas ultrapassarem as cercas.

Diferente das comunidades de Capuã e Olhos D'água, a realidade geográfica do Jatobá pelos sentidos da paisagem, revela a inclusão dos empreendimentos em seus sistemas de significações e pertencimento. Dois aspectos são merecedores de destaque. A construção do porto na década de 1990, foi determinante para a

constituição de uma nucleação que faz parte de um conjunto denominado Jatobá, cujo os habitantes, são na sua maioria operários. Ademais, os funcionários dos empreendimentos mais recentes - termelétrica e usina eólica, constituem clientes do comércio local, inclusive dos produtos fruto do extrativismo vendidos nas barraquinhas e tendas montadas às margens das rodovias.

Reafirmamos que as alterações recentes na paisagem litorânea das comunidades e o seu novo contexto material de dissolução e substituição da forma e conteúdo, tem implicado em mudanças no sistema de representação e imaginário social das gentes extrativistas, e proporciona uma nova perspectiva de experiência dos sujeitos com o meio. O relato A12 demonstra como a alteração do contexto material da paisagem estimulou a produção de sentimentos de incômodo e desconforto, e o relato A13 mostra a interferência dessas alterações na atribuição de valor à paisagem e à terra na Barra dos Coqueiros.

“Quando eu morava lá no Cajueiro, a termelétrica faz muito barulho, incomoda muito, tinha dias que a gente nem conseguia dormir, era um incômodo muito grande” (Relato A12 - Catadora de mangaba da comunidade Jatobá, 2023)

“Terra aqui na Barra dos Coqueiros não tinha valor nenhum, se trocava terra por bicicleta, imagine você trocar um terreno por bicicleta, imagine você trocando terreno por bicicleta? aí depois da ponte, veio a especulação e deu outro valor as terras daqui, que é um valor diferente de nós, catadoras de mangaba, é um valor que derruba tudo, muricizeiro, umbuzeiro, os araçazeiro e que deixa a gente, cada dia que passa, nessa tristeza, agonia e preocupação.” (Relato A13 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)

Essas alterações modificam as representações locais, são pertencentes a intencionalidades externas e constituídas de significações próprias, vinculadas ao processo de industrialização e urbanização aceleradas na cidade de Barra dos Coqueiros. Sobre esse assunto, Luchiari (2001) afirmou que tanto a urbanização quanto a indústria alimentam uma inquietação estética e ecológica tentando construir um novo discurso sobre a natureza e a paisagem. Na próxima subseção, dedicamos a entender as motivações e o processo de revalorização da paisagem litorânea realizado para promover o processo de expansão urbana.

3.3 Os outros e a revalorização da paisagem

As paisagens litorâneas, são incontestavelmente, os elementos naturais com maior influência no imaginário da sociedade brasileira. A massa cultural do país demonstra um fascínio pela beleza e magnitude natural do mar e da praia, comprovada por seus usos históricos voltados para o desenvolvimento de atividades de esporte, lazer e turismo, fortalecidos com a instalação de infraestruturas como orlas, parques, e meios de hospedagens a beira-mar. Além disso, as narrativas de sentimentos de prazer, relaxamento, felicidade, descanso e conexão com a natureza vinculadas a paisagem litorânea são propagados por aqueles que experienciam o litoral. Estes fatores influenciam na idealização do litoral, despertam o desejo, alimentam a especulação da terra e a valorização da vida litorânea.

Por estas razões a vida no litoral, pela possibilidade de estabelecer moradia ou segunda residência na praia, tornou-se um desejo comum no Brasil, evoluiu à uma necessidade de consumo, o que impulsionou a demanda por propriedades litorâneas e o fortalecimento do mercado imobiliário. A especulação imobiliária no litoral foi impulsionada pela sociedade, cujo escopo social é entremeado pelas relações de consumo e consumismo alinhadas às estratégias de fomento determinadas pelo comércio. Essa dinâmica do desejo e consumo é explorada por empresas e incorporações do ramo imobiliário e turístico por meio da construção de projetos esteticamente atraentes, socialmente diferenciador e geograficamente exclusivos.

É importante esclarecer que o consumo aqui referido é aquele cujo ato de aquisição visa atender a um desejo ou sonho, reforçando o *status* de diferenciação social e assumindo uma posição econômica e cultural de destaque. Este tipo de consumo se diferencia do consumo motivado por sua concepção inicial, que está associado às necessidades básicas e elementares do ser humano, como a alimentação, o vestuário e o deslocamento, que visam suprir as necessidades vitais do corpo e sociais. O consumo é, pois, uma prática natural de todas as organizações sociais humanas. No entanto, a necessidade de consumir além do básico intensificou-se na contemporaneidade, tornou-se um fenômeno de distinção social entre indivíduos e grupos humanos.

Conforme já discutido em Bauman (2008), Lipovetsky (2007) vivemos em uma sociedade em que o *status* de diferenciação social vincula-se, cada vez mais, à

necessidade de consumo, conformando então, uma sociedade de consumidores. Baudrillard (1995) destaca que na sociedade atual, o consumo invade a vida e está presente em todas as atividades sociais de forma combinatória. Na mesma linha de pensamento, Bauman (2008) aborda sobre a existência de uma cultura consumista consubstanciada por um conjunto de comportamentos, por vezes “irrefletidos” resultantes em ato de consumo. A sociedade do consumo se realiza por uma cultura macro irradiada por sistemas econômicos focados na produção, circulação e troca de mercadorias.

A cultura do consumo para Featherstone (1995) se conforma em três perspectivas, sendo que a primeira, parte da premissa de que a cultura de consumo está relacionada à expansão da produção de mercadorias, acumulação de bens e locais de compra. Neste caso, existe um vínculo da cultura de consumo com a produção em série de bens pelas indústrias desde o século XIX, formação de estoques e a criação de mecanismos para estabelecer o mercado consumidor. Na segunda, o autor (*op. cit.*) ampara sua análise em uma perspectiva sociológica e explica que a satisfação e o *status* de consumo dependem da exibição e das diferenças de condições de acesso, proporcionando distinções sociais. Desta maneira, o ciclo do bem estar do consumo se completa com o ato da compra e com a exibição social do consumo, e assim, conforme o poder de compra individual define o *status* na sociedade. Na terceira perspectiva, ele parte do conhecimento da existência do imaginário cultural consumista, este, dimensionado por meio do campo emocional, dos prazeres e excitação proporcionadas pelo desejo e ato de consumo.

O desejo do consumo está intrínseco na cultura de massa das sociedades contemporâneas, e a dinâmica de marketing e propaganda é uma estratégia utilizada para agregar valor e estimular a compra de todos os itens comercializáveis, incluindo, os bens imobiliários, como casas, apartamentos e lotes. Para Featherstone (1995), esse contexto se fortaleceu no mundo pós-moderno, pois para Bauman (2008), o modelo de sociedade passou a ser dominado pelos processos de produção. Desde o mundo moderno, as relações de consumo e o valor dos objetos foram transmutadas ao valor de troca, no qual o dinheiro tornou-se o elemento central de valor. Por outro lado, o valor de uso e as relações de troca baseadas na cooperação e solidariedade tornaram-se marginalizadas. Destaca-se que esse é um movimento irradiado da Europa para todo o mundo ocidental. E, as formas do

consumo realizado pelas sociedades latino-americanas, são herança de um passado colonial.

A cultura do consumo se expandiu para o resto do mundo com facilidade. Os países latino-americanos tornaram-se grandes fornecedores de matérias-primas para as nações europeias, e depois se firmaram como mercado consumidor de produtos industrializados como uma estratégia para a produção e consumo de larga escala. Deste modo, a cultura do consumo foi imposta aqui em um contexto de submissão econômica e política, e rapidamente foi incorporada no nosso sistema de códigos e signos sociais. Para Bauman (2008), a incorporação do consumo nas relações humanas é marcada pela inventabilidade cultural, e sobre esse aspecto, apresenta:

Por toda a história humana, as atividades de consumo ou correlatas (produção, armazenamento, distribuição e remoção de objetos de consumo) têm oferecido um suprimento constante de "matéria-prima" a partir da qual a variedade de formas de vida e padrões de relações inter-humanas pôde ser moldada, e de fato o foi, com a ajuda da inventividade cultural conduzida pela imaginação (Bauman, 2008, p. 38).

A inventividade cultural da sociedade do consumo se traduz na dimensão simbólica, imaginativa registadas por um sistema de códigos, signos, significados e significantes, criteriosamente elaborados por agentes de sistemas de produção para formar o sujeito social consumista. Na atual sociedade dos consumidores, a inventividade cultural consumista já está presente em todas as etapas do desenvolvimento da vida individual e coletiva, em nossas ações corriqueiras e cotidianas, desde a infância até a vida adulta.

A vida consumista baseia-se principalmente pelo desempenho e capacidade individual de consumo, além disso, o consumo retrata o investimento na afiliação social de si próprio, representa um acréscimo ao valor social e na autoestima. O consumo atribui autenticidade ao indivíduo como membro da sociedade dos consumidores, mas transformam, eles próprios, em mercadoria (Bauman, 2008). Isso ocorre pois, o consumo passou a interferir na composição socioemocional dos indivíduos, refletido em suas emoções, sentimentos de amor-próprio, honradez, vitória e felicidade.

A dependência do consumo para o equilíbrio sócio emocional dos indivíduos, os mantém refém do ciclo infinito do consumo, uma vez que, a todo momento, novas

mercadorias e bens são criados, tornando-os os bens anteriormente adquiridos obsoletos, alimentando o desejo de uma nova mercadoria e/ou bem mais moderno. Para Featherstone (1995), as novas mercadorias alimentam um novo sonho, desejo e significado individual, enquanto o marketing e a publicidade tem o papel de estimular o novo desejo nos indivíduos ao apropriarem-se do espaço urbano, das fachadas, dos shoppings, galerias, vitrines e outros espaços de visibilidade e repercussão.

Os signos do consumo são evidentes na paisagem de Barra dos Coqueiros, constantemente renovada por anúncios e propaganda de empreendimentos imobiliários para estimular o consumo do bem imobiliário. Apresentamos na figura 32 as intervenções do marketing.



Figura 32 - Barra dos Coqueiros: Marketing imobiliário na paisagem urbana

Fonte: Pesquisas de Campo em 2021 e 2022:

Legenda: A - em ponto de ônibus, B - Na rodovia de acesso da cidade à Aracaju, C- na rótula viária de onde parte as rodovias e avenidas mais importantes da cidade.

Autoria: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2021 e 2022.

A cada novo empreendimento lançado, a propaganda é substituída com o desafio de renovar a atenção dos que transitam nessas áreas. A paisagem é disputada pelas construtoras com marketing focado em exaltar as qualidades e as singularidades dos empreendimentos com o objetivo final de captar consumidores. A situação apresentada demonstra a relação da Barra dos Coqueiros com a “civilização do desejo” definida por Lipovetsky (2007) como o tipo de sociedade que tudo se vende com promessa de felicidade individual, e os indivíduos prestam culto ao bem-estar material e aos prazeres imediatos, além de exibirem alegria pelo consumo. Inclusive, a alegria e a felicidade, por tratar-se de emoções materialmente possíveis de serem representadas através de sorrisos. O marketing utiliza esse

recurso para que o consumidor associe o sentimento de felicidade com o imaginário da vida nos condomínios. Na Figura 33 apresentamos uma amostra do marketing digital dos empreendimentos, com foco nas expressões de felicidade.



Figura 33- Marketing imobiliário com expressões e experiências de felicidade
Fonte: A - Jotanunes, 2021, B - Construtora União, 2021, C - Move Construtora, 2020.

A “felicidade”⁵⁸ fabricada e simulada para fins comerciais configura-se como um dos elementos mais promissores e usuais dos materiais produzidos pelo marketing e fornecidos pelos agentes produtores. Além disso, é uma estratégia para manter o consumo constante, pois, se o novo produto for disposto no mercado, é uma nova possibilidade de felicidade de consumo. A busca pelo novo é também uma busca por uma nova satisfação individual. Esse processo contínuo de consumo intensificou-se após a década de 1970, inaugurando a sociedade do “hiperconsumo”. Para Lipovetky (2010) o consumo passou a ser hiperindividualista e resultou na formação de turboconsumidores, centrados na individualização do consumo e multiplicação de objetos pessoais. Na sociedade do hiperconsumo, a velocidade da obsolescência de bens e objetos foi ampliada, assim como, a diminuição da sua vida útil, para diminuir o ciclo de vida do consumo.

No entanto, a hiperindividualização do consumo de bens duráveis, como a moradia, ocorre com menor rigor quando se trata de primeira ou principal residência, uma vez que as características da planta do imóvel são projetadas para acomodar a família. A individualização do consumo está presente na organização interna da residência, por vezes, voltada à interdependência dos cômodos e dos membros da famílias, cada um com seus objetos individuais. Em relação à obsolescência dos imóveis, o turboconsumo está enraizado na velocidade de mudança de estilos

⁵⁸ Entre aspas, pois é uma felicidade simulada.

arquitetônicos internos e externos, há sempre, o estilo da moda para a composição de fachadas como para o designer de interiores.

A sociedade do hiperconsumo se realiza, assim, pelos designers de arquitetura residencial e tem transformado a paisagens urbanas, tornando obsoletas as casas com muros baixos, portões de ferro e estruturas arredondadas, valorizando o consumo de residências que privilegiam formas retilíneas, geométricas e minimalistas. Com a expansão dos condomínios residenciais na Barra dos Coqueiros, a paisagem urbana tem sido modificada por residências com estilo arquitetônico descrito, sobretudo, nas áreas privadas. Este fato testemunha, que os novos moradores dos condomínios - ‘os outros’, estão alinhados com as regras e códigos sociais da sociedade do hiperconsumo.

A comercialização dos empreendimentos e a velocidade de esgotamento das unidades habitacionais, indicam um comportamento semelhante ao turboconsumo. Ora, em Barra dos Coqueiros, diversos empreendimentos imobiliários esgotaram todas as unidades disponíveis no primeiro dia de venda. É o caso do Alphaville Sergipe - 657 lotes, e Terras Alphaville Sergipe I - 544 lotes, todos vendidos em 5 e 3 horas respectivamente, conforme trecho de matéria jornalística publicada no Portal Infonet.

O primeiro empreendimento lançado, o Alphaville Sergipe, teve lotes completamente comercializados em apenas cinco horas no dia do lançamento. Enquanto o Terras Alphaville foi vendido em apenas três horas, segundo André Nasi, que vê perspectiva dos lotes deste terceiro empreendimento serem negociados em apenas uma hora e meia (Portal Infonet, 2013).

Cabe ressaltar que o grupo Alphaville é uma marca consolidada no mercado imobiliário brasileiros devido aos empreendimentos de luxo voltados ao público de maior poder aquisitivo. Além disso, o Alphaville Sergipe e Terras Alphaville Sergipe I foram os primeiros empreendimentos do grupo no Estado, muito aguardados pela alta sociedade sergipana e investidores do ramo. O número de consumidores interessados nos lotes do Alphaville eram maiores que a quantidade de lotes disponíveis, e este fato impulsionou a venda de outros empreendimentos, conforme relato C2.

No dia do lançamento do Alphaville, eles tiveram que distribuir senha para vender os lotes. Teve gente que não conseguiu pegar senha e tinha “cara” pagando pra comprar a senha de quem conseguiu. Os

que ficaram com raiva por não ter conseguido comprar o Alphaville, acabaram comprando no Vida Bela Praia Mar⁵⁹. Pra você ter uma ideia, naquele final de semana do lançamento do Alphaville, nós vendemos 40% do Vida Bela Praia Mar, só com clientes que não achou vaga no Alphaville” (Relato C2 - Corretor de Imóveis, 2022)

O turboconsumo dos bens imobiliários não se restringiu, apenas, ao público de médio e alto padrão dos empreendimentos do grupo Alphaville. Outros empreendimentos voltados ao médio padrão experimentaram procura e venda semelhantes, a exemplo dos lançamentos do Grupo Colorado Empreendimentos (2014) com 1.587 lotes no Luar da Barra I; da Move Construtora (2020) com 337 lotes no Maluí Residence; do Grupo Valor imobiliária (2022) com dos 140 lotes no Barra & Barra residencial. E o que mostra o relato C3.

“Tem casos que em um final de semana você vende 70% do empreendimento. O Maluí vendeu todo no pré-lançamento, com uma semana antes da data prevista para o lançamento já não tinha mais lotes. O Barra & Barra foi 100% vendido em uma semana. O primeiro loteamento da Colorado foi 72 horas, e ainda teve gente com raiva porque não conseguiu comprar o lote aqui na Barra. Se comparado com outros locais de Aracaju, aqui é mais em conta, aí vende rápido” (Relato C3 - Corretor de imóveis, 2022)

A comercialização rápida das unidades habitacionais estimularam as construtoras, a exemplo da Move e Construcenter, a lançarem empreendimentos anualmente. Diversas áreas do município foram adquiridas para constituírem reserva de valor com a intenção de lançamentos futuros (figura 34). O Grupo Alphaville incorporou cinco grandes áreas, entre as quais, três foram utilizadas para o lançamento, instalação e operação dos Alphaville Sergipe I, Terras Alphaville Sergipe I e II, entre 2012 e 2014. A quarta área permaneceu inutilizada até o ano de 2022, quando foi lançado o Terras Alphaville Sergipe III, e a quinta ainda constitui-se como expansão futura. O Grupo Colorado Empreendimentos Imobiliários utilizou estratégia semelhante, ao lançar seu segundo empreendimento, o Luar da Barra II. Somente em 2020 este empreendimento, composto por 705 lotes, foi 100% comercializados em apenas 24 horas.

⁵⁹ Empreendimento de apartamento em condomínio Club lançado pela construtora Jotanunes.

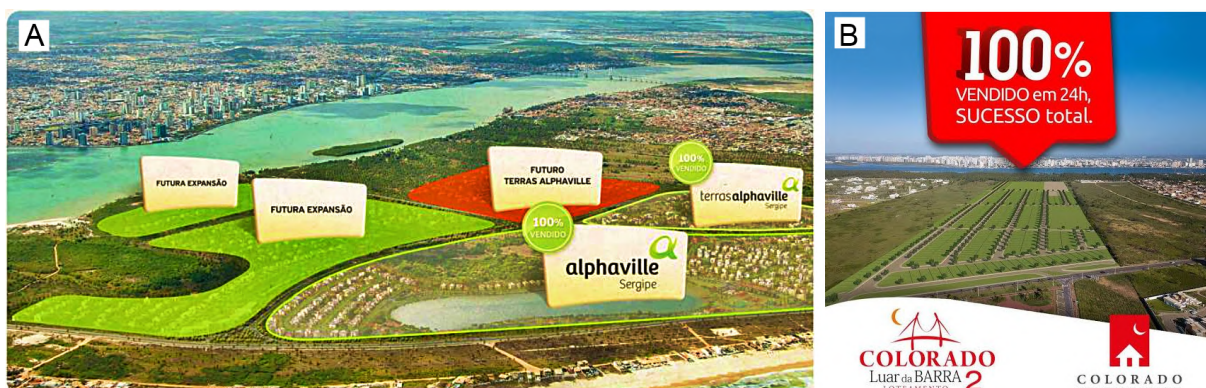


Figura 34- Marketing imobiliário sobre expansão e 100% de venda.

Legenda: A - a figura apresenta a perspectiva de todo o bairro planejado pelo Grupo Alphaville para a Barra dos Coqueiros demonstrando os empreendimentos 100% vendidos e as áreas destinadas à expansão. B - Apresenta a projeção do Luar da Barra 2 e o marketing de venda rápida em apenas 24h. Fonte: A - Book Terras Alphaville 2, 2014; B - Colorado Empreendimentos, 2020.

O esgotamento rápido dos lotes, casas e apartamentos é um demonstrativo da grande demanda por essas unidades habitacionais no litoral barra-coqueirense, bem como, da aceitação e valorização socioeconômica do município. Sabe-se que o movimento especulativo repercute tanto no desejo de consumo quanto no de venda. Desde 2020, quando as construtoras passaram a comprar propriedades rurais, na zona de adensamento 3, para construção de condomínios pé na areia, diversos proprietários rurais colocaram suas terras à venda. A paisagem desta zona passou a ser marcada por uma espécie de mosaico composta por fragmentos de restinga, cercas, canteiro de obras, muros, casas dos povoados e casas com arquitetura moderna, placas de vende-se permeando todos esses tipos de forma e elementos.

No movimento especulativo, o estímulo ao consumo é a sua força central, e o marketing tem um papel essencial no fomento ao desejo do consumo. Para isso, apropriam-se de símbolos e signos que dominam o campo emocional dos indivíduos consumidores, e assim, segundo Bauman (2008) culmina na dominação da capacidade de querer, desejar e ansiar por, até mesmo, de experimentar essas emoções repetidas vezes. O marketing utilizado para fomentar o consumo de unidades habitacionais na Barra dos Coqueiros baseou-se em estratégias, com a utilização de símbolos e signos característicos para a região litorânea, bem como, produção de materiais digitais com frases e expressões que apelam para a felicidade fabricada, nos moldes anteriormente discutidos, e o viver bem próximo a praia.

O conteúdo do marketing e suas frases de efeitos presentes no material distribuído de forma física e digital pelas construtoras na divulgação de seus empreendimentos, configuram-se como signos, pois foram elaboradas com a intenção de transmitir mensagem evocativa de emoções nos consumidores em potencial. Para a interpretação desses signos, avaliamos cuidadosamente as frases de efeito dos empreendimentos imobiliários lançados nos últimos anos em Barra dos Coqueiros, como 14 exemplificados nos quadros 5 e 6.

Quadro 5 - Barra dos Coqueiros: Signos no marketing de empreendimentos imobiliários Horizontais

	Empreendimento Horizontal	Frases de efeito (significante)	possível efeito emotivo (significado)
01	Barra Bali Sergipe (Ema incorporações)	• Tenha o mar como seu vizinho • Morar na praia é sua nova realidade • Na praia me sinto em casa • Para poucos privilegiados	Estimula o desejo pelo privilégio de estabelecer um lar próximo a praia e o mar
02	Barra Garden (construtora Celi)	• Renove seu jeito de viver • Na área mais valorizada da Barra • Seu instinto de ser feliz agradece pela natureza • Viver na Barra é liberdade e conforto em um só lugar	Estimula a renovação e a necessidade de mudança de vida para ser feliz e ter liberdade em uma cidade com natureza abundante e valorizada.
03	Malibu Beach residence (construcenter)	• Melhor oportunidade, só o valor que ela dá à vida. • Seu novo lar a beira-mar • Seu lugar na Barra dos Coqueiros • Condomínio pé-na-areia	Apela para o valor da vida em um lar à beira-mar em condomínio pé-na-areia. aborda o sentido de lugar e pertencimento ao novo lar.
04	Viva Club da Ilha (Viva construções)	• Lazer e comodidade que se completam • Viva perto de tudo que importa • Esqueça a diferença entre morar e passar férias	Estabelece uma narrativa de uma vida permeada por lazer, comodidade e facilidades.
05	Terras Alphaville III (Alphaville urbanismo)	• Você merece o Terras Alphaville • O último alphaville da Barra dos Coqueiros • Está chegando um novo alphaville	Apela para a qualidade do empreendimento com estímulo para a compra de um condomínio com padrão já conhecido e consolidado.
06	Villaredo Barra (Laredo)	• A experiência de viver e liberdade • Faz sentido viver aqui • Pé-na-areia	Apela para o sentimento de liberdade de uma vida na praia
07	Barra Loft (Ema incorporações)	• Um estilo de vida para quem aprecia o incomparável • Viva o sol, viva o mar • Paz, sossego, segurança, qualidade	Valoriza o bom gosto da vida próximo a praia e a qualidade em viver em condomínio fechado, além

		de vida, boa localização e o mar como quintal.	disso, o mar é tratado como extensão da casa para alimentar o sentimento de pertencimento ao bem natural.
--	--	--	---

Organização: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2024

Fonte: Levantamento documental, 2020-2024

Os dados demonstram que a linguagem de signos utilizada pelo marketing fabrica uma realidade em que, em primeiro plano, se apresenta um modelo de vida perfeito, repleto de felicidade, alegria, liberdade e afeto, com diversas opções de lazer e serviços à disposição. Em segundo plano, é idealizada a segurança e a valorização econômica do investimento na unidade habitacional, passando ao consumidor em potencial, a sensação de uma compra sólida, vantajosa e de baixo risco. Outrossim, a proximidade com a natureza do litoral é um significante utilizado como argumento para uma melhor qualidade de vida. Vale ressaltar, que as unidades habitacionais dos empreendimentos horizontais são voltados, principalmente, para um público com renda média, e média/alta. Além disso, a maior parte já possui a primeira residência, em busca de uma nova possibilidade de moradia.

Em relação aos empreendimentos imobiliários verticais, os signos presente no marketing e nas frases de efeito obviamente, foram concebidos com objetivo final semelhante, a captação do mercado consumidor em potencial, porém, os significantes (quadro 6) são diferentes, uma vez que o público e o potencial de consumo são distintos.

Quadro 6 - Barra dos Coqueiros: Signos no marketing de empreendimentos imobiliários verticais

	Empreendimento Vertical	Frases de efeito (significante)	possível efeito emotivo (significado)
01	Vilas da Praia (União Engenharia)	- Do lado de cá sua vida se completa - More na Barra dos Coqueiros pagando menos	A Barra dos Coqueiros, carinhosamente tratada como “lado de cá”, busca cativar os consumidores que moram “do lado de lá” da ponte, em Aracaju e cidades vizinhas. Além disso, apela para o lado da facilidade financeira.
02	Villas dos Coqueiros (impacto)	Seu apê no coração da Barra dos Coqueiros	Usa a abreviação popular da palavra apartamento de forma a

	construções)	• Você perto de tudo	Aproximar o consumidor, e estimular o sentimento de posse. Além disso, usa palavras como coração, que remete a sentimento de amor e centralidade.
03	Moradas da Barra (Dicon Engenharia)	• Isso sim é viver bem na praia • Seu apê com vista privilegiada • Bons ventos te trouxeram ao melhor da Barra dos coqueiros	usa a palavra apê para popularizar e aproximar o público do empreendimento. Destaca a vista como um dos pontos fortes do empreendimento, para aqueles que valorizam a paisagem litorânea.
04	Coral Village (primasa)	• Felicidade chamou, estou dentro • Sorrisão e parcelinhas menores que o aluguel • Sorrisão e parcelinhas que cabem no seu bolso	Apela para as emoções de felicidade que é viver em bom apartamento pagando pouco. tenta atrair consumidor que mora de aluguel alimentando a esperança de parcelas menores.
05	Golden Village (primasa)	• <i>Start</i> na vida nova e <i>game over</i> pro aluguel • Você chegou na fase de morar no que é seu com parcelinhas no precinho	Usa a linguagem do glossário <i>gamer</i> (<i>start</i> , <i>game over</i> , <i>fase</i>) e gírias populares “no precinho” Para se conectar ao público mais jovem e alimentar a ideia de facilidade para aquisição e pagamento ao usar palavras como parcelinhas, precinho no diminutivo.
06	Horto da Barra (primasa)	• Que tal ter a praia como vizinha? • Perto da praia, longe do aluguel	Apela para relações de proximidade entre vizinhos para associar a proximidade com a praia, e a libertação da moradia baseada em aluguel.
07	Costa do Mar (Jotanunes)	• Essa barra que é pagar aluguel tá acabando • Construindo a felicidade	Usa um trocadilho entre o nome do município com a possibilidade de parar de pagar aluguel, de forma divertida. Romantiza a construção do empreendimento como se tivesse construído a felicidade.

Organização: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

Fonte: Levantamento documental, 2020-2024.

A linguagem de signos utilizada no marketing dos empreendimentos imobiliários verticais constroi uma narrativa voltada em primeiro plano, a facilidade e liberdade financeira vinculada ao ato do consumo dos apartamentos. Percebe-se que os significantes são elaborados para incentivar os jovens a adquirirem o seu primeiro imóvel, assim como as famílias que vivem de aluguel. Em segundo plano,

são idealizadas as características da natureza local, a exemplo da vida próximo a praia ou proximidade de serviços essenciais, como o shopping Barra Mar⁶⁰.

Os signos do marketing não estão restritos a frases de efeito, se espalham nas formas de diagramação, seleção e posicionamentos dos elementos gráficos. O resultado visual dos elementos são também significantes, e ajudam a reforçar os estigmas e significados de consumo, impactando o campo emocional e imaginativo do público-alvo consumidor. Ao analisar o conteúdo gráfico exposto nas mídias digitais e nos cartazes de divulgação de 38 empreendimentos imobiliários na Barra dos Coqueiros, observou-se uma recorrência de diversos elementos gráficos, os quais classificamos em três categorias. A primeira consiste nos elementos humanos, atentando para as características físicas, sociais e emocionais das representações das pessoas nos instrumentos de marketing. A segunda, paisagem natural, ressaltou os atributos da natureza utilizados para valorizar os empreendimentos. Por fim, a paisagem construída, subdividida em duas categorias: aquela projetada em desenhos, realidade gráfica, e a real, com imagens do entorno dos empreendimentos.

Cada uma dessas categorias, juntamente com as frases de efeito, desempenham um papel específico na construção de uma linguagem simbólica/visual influenciadora da sociedade e atrativa de consumidores, com suas perspectivas, expectativas e desejos em relação às unidades à venda. Nos quadros 7, 8 e 9 expomos as matrizes dos elementos gráficos, correlacionadas à amostra de 18 empreendimentos imobiliários horizontais e verticais. A distinção de tom e cor indicam uma variação semiótica do protagonismo do elemento representado no material analisado.

⁶⁰ Apesar de o Shopping Barra Mar não ter saído do papel, é utilizado pelo marketing para manter o valor dos imóveis, e trabalhar o imaginário dos consumidores com a comodidade de viver próximo a um centro de compras e serviços. Reveja o Quadro 4.

Quadro 7 - Empreendimentos horizontais: Protagonismo dos elementos humanos no marketing digital

	laços familiares e fases da vida			expressões humanas		vestimentas		Gênero	
	Família, grupo	Criança idoso	jovem adulto	felicidade	afeto	trabalho	praia	homem	mulher
Empreendimentos imobiliários horizontais									
Maris Maluí									
Malibu beach									
Villaredo Barra									
Damha Sergipe									
Alphaville Sergipe									
Liverpool eco residence									
Barra Bali									
Barra Garden									
Empreendimentos imobiliários verticais									
Coral Village (primasa)									
Green Village (primasa)									
Vilas da praia (união)									
Moradas da Barra (dicon)									
Costa do Mar (jotanunes)									
Barra Prime (primasa)									
Rio Barra (jotanunes)									
Alameda da Praia (MRV)									

Organização: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2024.

Fonte: Levantamento documental, 2020-2024.

Legenda: **Muito forte**  **Forte**  **Intermediário** 
laços familiares modos de vida gênero

Quadro 8 - Empreendimentos Horizontais: protagonismo da paisagem natural no marketing digital

	Praia	mar	árvores e coqueiros	rio sergipe	lagoas	manguezal	restinga
Empreendimentos imobiliários horizontais							
Maris Maluí							
Malibu Beach							
Villaredo Barra							
Damha Sergipe							
Alphaville Sergipe							
Liverpool Eco residence							
Barra Bali							
Barra Garden							
Empreendimentos imobiliários verticais							
Coral Village							
Green Village							
Vilas da praia							
Moradas da Barra (dicon)							
Costa do Mar							
Barra Prime							
Rio Barra							
Alameda da Praia							

Organização: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2024.

Fonte: Levantamento documental, 2020-2024.

Legenda: primeira ordem segunda ordem terceira ordem

Quadro 9 - Empreendimentos horizontais: protagonismo da paisagem projetada no marketing digital

	paisagem projetada graficamente							Paisagem real	
	Unidade habitacional			atratividades de infraestrutura					
	Prédios	lotes	casas	áreas de lazer e esporte	interior decorado	área comercial	vias	sítio urbano	ponte Aracaju x Barra
Empreendimentos imobiliários horizontais									
Maris Maluí									
Malibu beach									
Villaredo Barra									
Damha Sergipe									
Alphaville Sergipe									
Liverpool eco residence									
Barra Bali									
Barra Garden									
Empreendimentos imobiliários verticais									
Coral Village									
Green Village									
Vilas da praia									
Moradas da Barra									
Costa do Mar									
Barra Prime									
Rio Barra									
Alameda da Costa									

Organização: Heberty Ruan da Conceição Silva, 2024.

Fonte: Levantamento documental, 2020-2024.

Legenda **Muito forte** **Forte** **Intermediário**
Desejo atrativo contexto

Assim como constatado na análise dos signos presentes nas frases de efeito, existe uma diferença evidente entre o protagonismo dos significantes visuais utilizados pelos empreendimentos horizontais e verticais. Os elementos humanos são mais utilizados pelos empreendimentos verticais, com destaque para as expressões de sorriso e felicidade (figura 35a). Por sua vez, os elementos naturais (figura 35b) são mais valorizados na propaganda dos condomínios verticais, onde restinga, coqueirais, praias e o mar exercem papel central para alimentar o desejo de consumo. Em relação à paisagem construída, os condomínios horizontais utilizam elementos gráficos projetados, com foco nas unidades habitacionais e equipamentos de lazer, esporte das áreas comuns. De igual modo, os verticais apresentam seus equipamentos de uso comum como forma de diferenciá-lo dos demais empreendimentos anunciados. No entanto, atribuem valor maior a paisagem real e seus aspectos geográficos (figura 35c) de localização e distanciamento para comércio, serviços e lazer situados na cidade.



Figura 35- Marketing imobiliário e seus elementos

Legenda: A - a figura apresenta elemento humano e o exagero artificial do sorriso para reforçar o status de felicidade. B - A figura demonstra a ausência do elemento humano e o uso dos elementos naturais como atração do mercado consumidor. C - a figura valoriza a paisagem urbana real de Barra dos Coqueiros e situa o empreendimento em relação ao comércio e serviços dispostos na cidade. Fonte: A - Primasa, Book Digital Coral Village, 2022. Reprodução do instagram, Ema incorporações, 2022. C - Nassal, book digital varandas J Rodrigues, 2017.

A situação geográfica dos empreendimentos verticais é uma estratégia utilizada pelas construtoras para atrair seus potenciais consumidores, uma vez que, um condomínio bem localizado, próximo a serviços essenciais como feiras, supermercados, corredores de ônibus do transporte coletivo tem maior valor socioeconômico. Para esse público, as construtoras incrementam as estratégias de marketing com o uso de imagens de pessoas famosas de grande aceitação no

cenário nacional, como é o caso da Primasa Engenharia com o Coral Village e a Dicon Engenharia com o Moradas da Barra, ao contratarem, respectivamente, Cauã Reymond e Juliana Paes (figura 36). São comerciais de falas genéricas, sem o artista mencionar o nome do condomínio à venda. Em relação aos condomínios horizontais, o contrato ocorre predominantemente com famosos da televisão local, e estes, emergem na experiência proporcionada pelo empreendimento para atrair o seu público. É exemplo, a propaganda realizada Jaqueline Cruz⁶¹ pela Move Construtora para apresentar o Meliá Residence.



Figura 36- Uso de Famosos no marketing imobiliário

Legenda: A e B - Cauã Reymond em propaganda do Coral Village da Primasa Engenharia.

C e D - Juliana Paes em propaganda do Moradas da Barra da Dicon Engenharia.

Fonte: A e B - Primasa Engenharia (2022); C e D - Dicon Engenharia (2022)

A propaganda e todo o seu aparato linguístico, gráfico de significantes, significações e significados interferem no psicoemocional do seu público-alvo no despertar do desejo, idealização e pertencimento aos empreendimentos imobiliários. Inclusive, os elementos significantes das propagandas são vivos nas narrativas daqueles que concluíram o ciclo do consumo de unidades habitacionais, como nos relatos B1 e B2:

O contato com o mar, a beleza dele, arborizado, a gente gosta muito, e o custo benefício, então depois que a gente escolheu vim pra Barra, o Maikai foi o nosso foco (Relato B1 - Moradora de Empreendimento imobiliários em Olhos D'água, 2023).

⁶¹ Jaqueline Cruz é apresentadora do programa Você em dia, revista eletrônica diária na Tv Atalaia, afiliada local da Record TV.

Quando a gente fechou, a gente falou: ‘vamos morar na Barra’ aquela expectativa, na propaganda: ‘perto do mar’, mas efetivamente a gente não pensou nisso antes, e aí caiu a ficha: ‘vamos morar na praia’ (Relato B2 - Morador de empreendimento imobiliário do Bairro Espaço Tropical, 2023).

Nos relatos apresentados, os sentidos atribuídos aos elementos da paisagem tem caráter de realização individual e felicidade pelo consumo. Então, a paisagem é objeto também concebida por sentimentos de ansiedade e expectativa futura de viver e experienciá-la em atividades de descanso e lazer. Existe um sentimento de posse, uma vez que a praia e o mar se tornam a extensão de seus condomínios, e são carinhosamente apelidadas como “meu quintal”. A felicidade do consumo é também alimentada pela capacidade de aquisição de um bem valorizado e especulado pela sociedade em geral, ao mesmo tempo em que é restrito a capacidade de consumo de poucos indivíduos. Neste sentido, a felicidade do consumo ocorre pela capacidade individual do consumidor de se diferenciar da massa social financeiramente incompatível para estabelecer residência próximas à praia e ao mar. Logo, aos elementos da paisagem litorânea são atribuídos sentidos de diferenciação social.

Os significados atribuídos às paisagens resultam da influência da publicidade dedicada a reforçar esses valores de consumo e diferenciação social. Neste viés a paisagem é apropriada com o sentido único de valorização econômica dos empreendimentos e valorização social dos seus moradores e proprietários. Recordamos dos estudos de Cosgrove (1998) ao destacar que as pessoas que vivem em posições diferentes na sociedade estabelecem experiências, consciências e culturas diferenciadas. Deste modo, é inegável, as diferentes formas de apreensão da paisagem litorânea. Diferente das percepções da paisagem pelas comunidades extrativistas, os indivíduos residentes nos condomínios estabelecem percepções próprias por influência mercadológica de consumo. No desenvolvimento desta pesquisa, constatamos que, para além dos sentidos mercadológicos, a percepção da paisagem pelos novos moradores, “os outros”, ocorre por suas experiências e significados próprios com o ambiente da nova morada.

Cabe recordar que as paisagens de Barra dos Coqueiros compõem-se por características da zona costeira, suas terras são delimitadas pelos estuários dos rios Sergipe, Pomonga e Japaratuba, e Oceano Atlântico; cobertas por manguezais, apicuns, restingas, dunas e lagoas de cordão litorâneo. As comunidades extrativistas

são integradas à paisagem, enquanto os condomínios, devido ao seu formato de enclave, mantêm distanciamento social de alguns dos elementos, sobretudo, das restingas e manguezais. Não à toa, a relação com a restinga é genérica, inclusive, a recuperação natural em áreas degradadas no espaço interno dos empreendimentos os incomoda, resulta em podas constantes para evitar o desenvolvimento da flora arbórea - arbustiva.

Conforme informações levantadas pela Secretaria de Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros, ocorrem conflitos com relação a fauna característica da restinga, devido a circulação de répteis, anfíbios, serpentes e mamíferos endêmicos. O afastamento do novo morador com relação a restinga pode ser analisada por meio dos relatos B3, B4 e B5

“Eu moro no térreo, para quem mora lá em cima, você pode ter uma visão diferenciada da restinga, então como não a vejo, não faz diferença pra mim a existência dela” (Relato B3 - Morador de condomínio vertical nos Olhos D'água, 2022).

“Eu nem sei o que é” (Relato B4 - Morador de Condomínio horizontal situado na Capuã, 2023)

“O pessoal do condomínio acha feio, e quando ela começa a crescer, se eu não mandar podar, o pessoal reclama” (Relato B5 - Funcionário de condomínio situado na Capuã, 2024).

Os relatos demonstram a inexistência do senso de pertencimento dos moradores com relação aos ecossistemas locais. Claramente, a falta de afetividade e identidade com a restinga são decorrentes de experiência de vida vinculada ao modo de vida urbano e industrial, marcado pelo antagonismo com a natureza, e aos modos de vida tradicionais, e assim, a restinga torna-se um elemento natural de baixa relevância para os indivíduos. Além disso, o cotidiano das cidades e a artificialização da natureza provocada pelos projetos urbanísticos enfraquecem a apreensão da beleza e da importância ecológica do ecossistema. É discrepante a maneira como a restinga e a praia são percebidas, porque a praia tem um significado especial atrelado ao senso de pertencimento e posse dos moradores, por seu valor econômico e social. Porém, apesar do valor atribuído, a frequência de consumo da praia para lazer, geralmente é baixa, conforme descreve os relatos B6, B7 e B8.

“Normalmente eu sempre vou mais pra praia de Aracaju, e na Barra a que mais vou é a Praia da Costa. Aqui perto, eu já fui algumas vezes andando, mas eu não gosto de andar embaixo de sol. E se você for pra daqui você vai ficar debaixo do sol, a não ser que você leve algumas coisa, e se levar alguma coisa, vai pesar, não dar certo não” (Relato B6 - Morador de Condomínio horizontal situado nos Olhos D'água, 2022)

“Essa praia aí, é uma praia que ainda é bem frequentada, não é qualquer pessoa, também pra vim qualquer pessoa, tem que vim caminhando, eu vejo poucas pessoas caminhando” (Relato B7 - Moradora de Condomínio vertical situado no Bairro Espaço Tropical, 2023)

“Eu moro aqui no Maikai há um ano, e só vou à praia quando chega visita, aí eu levo pra conhecer. Eu fui lá na praia umas três vezes”. Relato B8 - Moradora de Condomínio horizontal situado na Capuã, 2023)

O argumento sobre a praia na Barra dos Coqueiros está inserido em um contexto paradoxal, tendo em vista que a praia se tornou o principal objeto de especulação e fomento da compra e venda das unidades habitacionais pelas construtoras. A condição de acesso exclusivo amplamente divulgada pela propaganda dos empreendimentos e a proximidade com a praia, é um dos elementos que mais determinaram a compra das unidades pelos clientes, e representava a concretude do desejo de “morar na praia”. Porém, os relatos demonstram, que apesar da cobiça e expectativa em habitar esse litoral com o mar a poucos passos de suas casas, o usufruto do bem natural é pouco realizado pelos moradores.

Estaríamos diante de um consumo ostentatório? Para Lipovetsky (2007) esse tipo atrela o ato de consumo a um forte potencial de prestígio, a signos tangíveis de sucesso, provas de ascensão social e de integração para criar uma imagem de superioridade social. O consumo se complementa quando o indivíduo fica orgulhoso em exibir os objetos conquistados. Portanto, a unidade habitacional com acesso exclusivo a praia, comprado para alimentar esse desejo que na prática tornou-se pouco relevante, por está incorporado em seu cotidiano, pode sim, ser configurado como consumo ostentatório, ao redirecionar o argumento de morar em condomínio fechado com acesso a praia como uma forma de se promover em seu ciclo social.

O pouco uso da praia é um reflexo da ausência de equipamentos na linha de praia que ofereçam serviços de alimentos e bebidas. Percebe-se que os residentes

dos condomínios costumam procurar esses serviços em suas experiências com a praia, demonstram dificuldade de se adaptar a praias cujo os itens básicos de consumo devem ser preparados e transportados por eles próprios.

Em relação aos manguezais, assim como as restingas, o ecossistema possui baixa representatividade, invisíveis no cotidiano condominial. Já o rio Sergipe, é apreciado e contemplado pelos moradores destes empreendimentos, sobretudo durante a passagem e travessia pela ponte do construtor João Alves. Existe ainda o deslocamento para os principais espaços contemplativos, como o Pôr-do-sol da Atalaia Nova, conforme relatos B9 e B10, e a Rua da Frente do Centro da Cidade.

“Aquele quebramar do rio lá na Atalaia Nova⁶², pra mim é o melhor pôr-do-sol da Região Metropolitana de Aracaju” (Relato B9 - Morador de Condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2023)

“Eu gosto muito da Atalaia Nova, eu estava de férias e fui algum dia ver o pôr-do-sol, comi em alguns barzinhos à beira mar, tomei banho ali nas pedras. Eu acho muito bonito o coqueiral, e a vista do rio é muito bonita” (Relato B10 - Morador de Condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2023)

Como contraponto, o rio Sergipe que representa a sobrevivência para as comunidades extrativistas locais, torna-se um elemento contemplativo para os novos moradores da cidade. Estes estabelecem as suas vivências em paisagens transformadas e artificializadas pelas construtoras e incorporadoras. Como representantes natos da sociedade de consumo, a paisagem quando contemplada torna-se mais um objeto de consumo.

A transformação da paisagem pela sociedade do hiperconsumo na Barra dos Coqueiros repercute também nas questões ambientais, uma vez que as construtoras apropriam-se da natureza para construção dos empreendimentos imobiliários. Deste modo, como nos lembra Silva, Santos e Araújo (2012) o consumo intensifica os impactos ambientais, e os danos causados ao meio muitas vezes são irreversíveis, se amplificam na mesma proporção e velocidade do consumo. O dano à natureza é causado pela produção de todo o tipo de objeto e bem material, incluindo-se os 80

⁶² Bairro da Barra dos Coqueiros marcado pelo encontro do Rio Sergipe e o Oceano. Apresenta potencial turístico contemplativo. O pôr-do-sol é famoso por ocorrer em uma paisagem panorâmica marcada pelo rio Sergipe e margem direita edificada verticalizada da zona sul de Aracaju.

condomínios instalados na cidade entre 2009 e 2024. Ainda sobre consumo e sustentabilidade, Portilho discute:

O consumo total da economia humana tem excedido a capacidade de reprodução natural e assimilação de rejeitos da ecosfera, enquanto fazemos uso das riquezas produzidas de uma forma socialmente desigual e injusta. Essas duas dimensões, exploração excessiva dos recursos naturais e iniquidade intergeracional na distribuição dos benefícios oriundos dessa exploração conduzem a reflexão sobre insustentabilidade. (Portilho, 2005, p.23).

O consumo pode então, ocasionar uma crise socioambiental concernente ao uso insustentável dos recursos naturais, delineando uma possível escassez para futuras gerações. O uso exploratório dos elementos da natureza podem causar conflitos socioambientais nos países de economia periférica e semiperiférica, por povos e comunidades tradicionais em posição de desvantagem e injustiça ambientais. Segundo Porto-Gonçalves (2013) pouco tem se falado sobre as consequências e impactos ocasionados pelo consumo nos territórios. Os rejeitos, os efluentes sólidos, líquidos e gasosos são deixados no local da exploração, enquanto os minerais e os elementos mais valorizados, são transferidos para os detentores de poder econômico nas suas diferentes escalas geográficas.

Esta lógica na Barra dos Coqueiros dá-se pelo contexto de apropriação da terra, transformação da natureza e transferências desses bens, como o acesso a praia, para grupo seleto de moradores e visitantes privilegiados da sociedade de consumo. As diferentes perspectivas de apropriação da paisagem mostram um delineamento das fronteiras culturais, por evidenciar formas e sentidos distintos de ser e pertencer ao espaço litorâneo. No entanto, a fronteira cultural é também territorial, não há fronteira sem embates, enfrentamentos, subalternidades e invisibilidades. Na próxima seção evidenciamos os encontros dos extrativistas com os “outros” na fronteira cultural.

SEÇÃO 4
FRONTEIRAS CULTURAIS: ENCONTROS E DESENCONTROS
DOS MODOS DE VIDA



SEÇÃO 4

FRONTEIRAS CULTURAIS: ENCONTROS E DESENCONTROS DOS MODOS DE VIDA

Fronteira é certamente um dos conceitos geográficos de maior difusão tanto na comunidade acadêmica quanto na sociedade civil. São diversas as razões pelas quais esse conceito se tornou tão amplamente discutido. Em primeiro lugar, a sua concepção clássica está associada ao conceito de estado-nação, no qual as fronteiras representam os limites políticos administrativos e de controle do Estado. Com o advento do sistema mundo moderno colonial, o estado e as fronteiras tornaram-se um modelo difundido e replicado pela Europa ao restante dos continentes. Em razão de seus projetos expansionistas intercontinentais a partir do século XVI, a conquista europeia resultou no controle territorial da América Latina, do Brasil e do litoral de Sergipe, como já discutido na Seção 1. Em segundo lugar, a fronteira firmou-se no centro da discussão no cenário geopolítico mundial mais intensamente com as I e II Guerras Mundiais, durante todo o período da Guerra Fria e na contemporaneidade devido aos intensos conflitos entre os povos do oriente médio. Outro importante ponto de difusão social ocorre na educação básica por meio da definição genérica voltada a explicação da feição que separa estados de uma federação ou países. Neste sentido, a fronteira tornou-se um termo comum e generalizado por compor o cotidiano escolar, geopolítico e histórico com conceituação bem definida.

Por essa razão, a fronteira cultural é um termo que causa estranhamento na sociedade e comunidade acadêmica, pois o nosso pensamento lógico/cartesiano nos permite a associação imediata da fronteiras enquanto elementos lineares, e por isso, nos leva a questionar, de como é possível pensar a fronteira na transversalidade da cultura. Obviamente, esse questionamento reflete a complexidade de interpretar a fronteira pela intangibilidade cultural, enraizada nas interações humanas, simbolismos e subjetividades, e na produção simbólica de diferenças entre culturas, sujeitos sociais e indivíduos. A fronteira cultural possibilita a análise de como diferentes culturas se encontram e se sobrepõem a partir da identificação das barreiras visíveis e invisíveis que a separam.

Na seção anterior demonstramos os delineamentos das fronteiras culturais do litoral de Barra dos Coqueiros pela caracterização de distintos modos de vida coexistentes, bem como as formas pelas quais se apropriam do espaço e nele exprime os seus sentidos, significados e perspectivas. O propósito da atual seção é demonstrarmos as repercussões do contato, dos encontros e desencontros dos modos de vida, o panorama simbólico e material da produção das diferenças, dos conflitos territoriais ocasionados pela interação e encobrimento das gentes tradicionais extrativistas pelas novas gentes atadas ao modo de vida exclusivamente urbano.

Estruturamos esta seção em duas subseções. A primeira, intitulada “Sobre o território e a territorialidade extrativista”, é dedicada à construção de reflexões teóricas e conceituais sobre o território, com ênfase nas territorialidades estabelecidas pelas gentes extrativistas que habitam a Barra dos Coqueiros. O conceito de território é basilar, pois permite compreender como o espaço é apropriado culturalmente e como os conflitos emergem a partir dessas apropriações. Por estarem situados numa zona fronteira de forças culturais distintas, os embates são inevitáveis e têm resultado na redução territorial em decorrência da apropriação e transformação das áreas de restinga em áreas urbanizadas.

Na subseção seguinte “vida na fronteira, dos (des)encontros, embates e subalternidades” sobrelevamos a concepção política clássica de fronteira em direção às fronteiras culturais e sociais, nas quais a alteridade socioespacial e o embate de forças culturais são algumas das suas características substanciais. A reflexão se estende para a dinâmica da fronteira cultural estabelecida entre ‘o um’ - os extrativistas e ‘o outro’ - os novos moradores; entre ‘os uns e os outros’, e as consequentes degradação, fragmentação e desterritorialização de uma cultura pela valorização de uma outra.

4.1 Sobre o território e a territorialidade extrativista

A relação conceitual entre a fronteira e o território é antiga, estando alinhada na história do pensamento geográfico com a discussão da Geografia Política desde Ratzel (Costa, 2016). Isso se deve a evolução do Estado e a discussão sobre os seus limites territoriais. A fronteira seria a zona limite entre dois ou mais Estados territoriais. O autor *op cit* destaca que a fronteira como zona e como limite consagrou-se como concepção mais aceita na atualidade, assim como o seu significado de isóbara política, por constituir-se uma zona de pressão e com grande potencial conflitante. A fronteira se estabelece por um carácter rígido, e seus limites devem ser bem definidos e monitorados para manter o território, o povo e as instituições protegidas e unificadas.

Tanto o conceito de fronteira como o de território tem acepções antecedentes ao século XIX, porém é neste momento histórico, que destacou-se pelo surgimento da ciência moderna com as concepções clássicas de ambos os conceitos. O geógrafo alemão Friedrich Ratzel destacou-se por impulsionar o conceito de território para além da área, alicerçando a gênese e o desenvolvimento epistêmico da categoria território. Para Haesbaert (2016), a obra do geógrafo alemão, Ratzel, estabelece uma articulação entre geografia política e a figura do Estado, por sua concepção de território associar-se ao poder, a soberania do estado-nação e as suas fronteiras político-administrativas.

Obviamente, a acepção de território e fronteira de Ratzel foi influenciada pelo contexto histórico por ele vivenciado. No século XIX a Europa já havia consolidado ao menos três séculos de colonialismo nas américas, tornando-se centro do poder econômico e político mundial, e a acepção territorial aí se constituiu como instrumento de dominação, expansão e conquista do território do outro. Assim permaneceu com o fundamentalismo, a prática do neocolonialismo africano e asiático, e o projeto de expansão das fronteiras e limites territoriais que culminaram nas I e II Guerras mundiais.

Apesar de parecer promissora e atual para sua época, as discussões teóricas sobre território tornaram-se secundárias, uma vez que a Região era o conceito geográfico mais envolvente. Durante o século XX, o território passou a ser “redescoberto”, e a concepção clássica posta por Ratzel voltou a ser discutida no âmbito geográfico. Sobre esse assunto, Haesbaert (2016) enfatiza a obra de Jean

Gottmann, geógrafo francês que dedicou parte de sua bibliografia ao território, respeitou as acepções políticas postuladas por Ratzel, e ampliou a discussão ao demonstrar que o território é também abrigo de um povo e recurso,

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política. (Gottmann, 2012, p. 523)

O território como apresentado por Gottman (2012) estaria na sobreposição do controle do espaço pelo sistema político, e assim, teria uma função essencial de abrigo para um povo. Nesta perspectiva a fronteira estaria no limite do controle político e definiria o tamanho do território. Ainda na perspectiva clássica, Claude Raffestin, autor francês, situa a sua abordagem territorial na transversalidade do poder, na geografia política clássica e na geografia do Estado, e destaca o poder como chave central para a formação do território. Este autor avançou na discussão sobre sistemas territoriais e territorialidades.

O território, e conseqüentemente, a fronteira, intensificaram as discussões de modo que os teóricos tornaram complexo e múltiplos os conceitos. As distintas correntes filosóficas influenciaram no processo de construção dos conceitos por incutir formas distintas de apreensão da realidade espacial. As diversas contribuições provocaram generalizações no uso do termo. O próprio Raffestin (1993) já demonstrava uma preocupação em diferenciar os conceitos de território e espaço. Destacou que o território se forma a partir do espaço, por meio de uma ação de apropriação marcada por relações de poder, conduzida por um ator sintagmático, e destaca, que o espaço seria a nossa prisão original, e o território a prisão construída por nós.

O esforço de Raffestin por estabelecer a concepção de poder como elemento central da análise territorial, possibilitou múltiplas interpretações posteriores. Se o território é fruto da apropriação do espaço mediada por relações de poder, e se o

poder não é uma ação restrita e exclusiva do Estado, então, o território seria fruto de múltiplas ações e contextos sociais e econômicos. Assim, o conceito desenvolveu-se de forma polissêmica, aplicado não só aos limites políticos de um Estado. Além de motivar embates teóricos no âmbito acadêmico, o termo se popularizou na sociedade civil, passou a ser utilizado com incoerência teórica devido aos múltiplos significados.

Ao reconhecer as significações do conceito, Almeida (2005) destacou que o território se transformou em um termo banalizado comumente utilizado por comodidade linguística destoante do seu sentido original. A autora evidencia que o caráter polissêmico torna o sentido de território impreciso e possibilita o seu uso em múltiplas acepções, tanto naquelas que o consideram como resultado da apropriação política do espaço, delimitado por fronteiras, até para aquelas que o instituem por relações efêmeras ou espaços dominados por povos, comunidades e grupos sociais. Contudo, o uso múltiplo do território não o banaliza desde que o seu sentido original seja respeitado.

As diferentes formas de compreensão do território levam ao que Gomes (2005) e Haesbaert (2009) apontam como um uso abusivo e/ou exagerado do conceito e terminologia a ele relacionado. É evidente que ao reconhecer a problemática do uso exagerado nas reflexões contemporâneas, os autores concordam sobre as delimitações teóricas que não devem ser extrapoladas, de forma a garantir que o rigor teórico não se torne genérico. Neste sentido, Gomes (2005) apresenta as características que devem ser consideradas ao se trabalhar com o conceito de território.

O que transforma uma área ou um espaço em território é a maneira pela qual essa ordem espacial serve de instrumento essencial a quem exerce o controle sobre as outras pessoas, assim levando ao extremo essa delimitação conceitual, podemos dizer que o território só existirá quando for construído a partir do controle desse espaço. A aceitação dessa delimitação restringiria muito o uso abusivo do conceito de território. (Gomes, 2005, p. 37)

As reflexões sobre o território e o uso do termo devem respeitar, acima de tudo, a concepção de poder e controle do espaço, seja pelo Estado, instituições, ou até mesmo pelas pessoas que nele habitam, transformam. Assim, não se pode eliminar a análise das relações de poder exercidas sobre a base material. Com base

nisso, o controle do espaço pode ser exercido de distintas formas na sociedade, organizações contemporâneas, por meio de relações políticas, econômicas, culturais, em diferentes contextos espaciais, posições e escalas geográficas. Em escala macro, o território pode ser o espaço de domínio de um estado, e as fronteiras serem a linha/zona limite, bem definidas, desse controle. Em escala micro, o território é o espaço controlado por povos e comunidades tradicionais, necessário a sua reprodução sociocultural. Neste caso, a fronteira tem sua delimitação socialmente instituída e por isso pode ser fluida, uma vez que constituída com base nas vivências socioculturais.

Saquet (2013) entende o território como resultado de uma produção espacial que envolve todas as relações inseridas no campo de poder, controle e apropriação. Essa abordagem demonstra o território como uma construção social permeada pela dinâmica das relações de poder. Neste sentido são múltiplos os agentes e atores sociais que promovem o controle do espaço.

O caráter múltiplo e complexo do território é inevitável mas não invalida o conceito. Outrossim, o uso abusivo decorre da extrapolação dos seus princípios e preceitos fundamentais. O mesmo ocorre com o conceito de fronteira, se seu preceito fundamental e a representação do limite entre duas ou mais formas de controle do espaço, ele pode ser usado para representar a delimitação entre países, assim como, os limites espaciais controlados pela cultura e cotidianidade de grupos étnicos e territórios tradicionais. Respeitosamente, a nossa aproximação com o território e com a fronteira dá-se sob os trilhos de uma geografia dedicada à cultura, identidade e aos *topos*. Para Almeida (2020, p.39) esse tipo de abordagem “[...] busca a valorização do ser humano e sua experiência espacial”. Assim, pensar o território significa privilegiar as formas como o espaço é apropriado por meio das experiências e vivências dos indivíduos, seus modos de vida, sentidos, identidades, cotidiano e convivialidades.

Trata-se de uma abordagem fenomenológica que nos oferece subsídio para valorizar a experiência vivida no território (De Paula, 2011), consolida uma análise preocupada com a apropriação do espaço pela experiência, vivência, cotidiano e práticas que demonstram os sentidos da identidade e da cultura. Concatenado a esta abordagem, Bonnemaïson (2002) tem como referentes em seus estudos territoriais a complexidade das relações humanas e a composição de territórios fluidos, dinâmicos e efêmeros, demonstrando que o território não é obrigatoriamente

fechado, não deve ser concebido de forma homogênea. Esta reflexão sobre o território como referente na experiência vivida, nos permite pensar em territórios abertos, cuja a fronteira não apresenta solidez, tornando-se fluida e heterogênea. Ela não é mensurada por uma delimitação física ou política, pode ser configurada de forma simbólica e subjetiva. Levando em consideração os aspectos que valorizamos na análise territorial, incrementamos a discussão com a contribuição de Haesbaert.

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p.95-96)

Na circunstância da valorização da experiência vivida, o autor *op cit*, reconhece a existência de um *continuum* territorial. Este se forma por relações de dominação marcadas pela subjetividade, simbolismos culturais no espaço, elementos engrandecedores da abordagem territorial e das fronteiras abertas, fluidas, dinâmicas e heterogêneas. No *continuum* territorial a dimensão concreta é relevante em sua relação com o abstrato, entre a tangibilidade e a intangibilidade. O território não se realiza puramente de elementos concretos, tampouco de subjetivos, mas na relação entre estas dimensões.

Sobre o assunto Almeida (2011) reconhece o território como um espaço social vivido, ou seja, ele é o resultado da apropriação do espaço de forma econômica, ideológica e sociológica, por grupos que nele exprimem a sua cultura e história. Se o território é resultado de relações culturais e históricas, ele possui uma identidade específica representada por aqueles que o construíram Neste caso, o território é uma das garantias da permanência da perspectiva cultural e da reprodução da vida dos grupos humanos que o produzem, afinal

Os grupos, as etnias e os povos existem por sua referência a um território, real ou sonhado, habitado ou perdido. Essa busca do território, que está presente ao longo da história, não se explica, ou não apenas, por motivações de competição econômica. (Bonnemaison, 2002, p.112)

Não podemos negligenciar a dimensão vivida do território, sobretudo ao pesquisar aqueles conformados por povos e comunidades tradicionais. A dimensão vivida não restringe-se a cultura, identidade e simbolismo, mas também as

motivações culturais que resultam no uso, controle e competição pelo espaço. Almeida (2018) debruça-se na compreensão de que o território é também, uma espécie de convivialidade que liga o homem a sua terra e estabelece, simultaneamente, identidades culturais. Esse entendimento sinaliza a convivialidade no território formada por motivações que se traduzem na manutenção da apropriação e permanência dos grupos humanos no espaço.

As relações de convivialidade compõem a dimensão vivida, pois representam as identidades culturais e territoriais. Os territórios são diferenciados porque eles são reflexo da pluralidade cultural humana, neste caso, ao valorizar a dimensão vivida na análise territorial, podemos entender as diferenças entre os territórios.

Lançando o olhar para as comunidades extrativistas que resistem no espaço litorâneo de Barra dos Coqueiros, elas instituem os seus territórios por meio dos seus modos de vida cotidiano, baseados numa racionalidade socioeconômica alternativa à sociedade urbana moderna. É evidente que a cultura e a identidade são elementos definidores do processo de apropriação e domínio do espaço, e assim, o ponto de vista cultural é estratégico no estabelecimento da compreensão do território.

Cabe ressaltar as relações e estratégias de apropriação do espaço que conformam a dimensão vivida do território e podem ser interpretadas como territorialidades. Sobre o assunto, De Paula (2011) reconhece que as territorialidades refletem as dinâmicas e qualidades do território; podendo em diferentes casos, a dimensão vivida como uma das faces para entender o território.

No sentido apresentado, as gentes extrativistas que habitam as comunidades de Capuã, Olhos D'água e Jatobá, conformam um território consistente, onde desenvolvem atividades de pesca no rio Pomonga e no mar, e também extrativismo dos frutos da restinga, com destaque para a mangaba, conforme já descrito nas seções 2 e 3 desta tese.

O território também é resultado das relações culturais estabelecidas pelos povos. Quando associamos essa informação ao estudo das catadoras de mangaba, percebemos que a cultura extrativista, a identidade social e a dependência da atividade para reprodução econômica são elementos definidores da manutenção dos seus territórios.

Sobre territorialidades, elas expressam o comportamento vivido, pois referem ao mesmo tempo as relações com o território e as relações com os espaços

externos, incluindo aquilo que as fixam e as impele para fora dos seus territórios. As territorialidades, conforme Bonnemaïson *op cit* são construções permeadas pela cultura e pelo cotidiano de um povo que compartilha o território.

Em Barra dos Coqueiros, especificamente nos povoados Capuã, Olhos D'água e Jatobá, existem grupos étnicos cuja principal atividade realizada para a manutenção da vida são as práticas produtivas de coleta, pesca e extrativismo de espécies da restinga. Eles se apropriam do ambiente costeiro para usufruir dos frutos da restinga e pesca nos manguezais e rios, elementos importantes para a alimentação diária, comercialização e geração de renda. Nesse ambiente, compartilham o cotidiano, suas histórias, vivências e acumulam experiências, saberes e fazeres repassados por gerações.

“Desde os oito anos eu já andava nas mangabeiras, catando mangaba, desde novinha com minha mãe. Eu aprendi com ela, eu olhava as mangaba e perguntava se tava boa de tirar e ela ia me ensinando. Aí fui crescendo, aprendendo e tirando” (Relato A14 - Catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023).

No território extrativista, a transmissão dos saberes ocorre desde a infância, conforme evidenciado no relato A14, pois a família tem um papel importante no repasse do conhecimento sobre a coleta da mangaba e outros frutos. Já o relato A15 mostra que a própria observação cotidiana da natureza e do território já é o suficiente para aprender o ofício. Outra observação que permeia os relatos é o objetivo final da pesca e coleta, voltados para o consumo alimentar e a comercialização em barracas situadas nas margens da rodovia e comércio de Aracaju.

“Comecei a pescar com seis anos e a catar mangaba com oito. a pescar eu aprendi com minhas tias e a catar mangaba a gente aprendeu com o tempo, a mangabeira foi ensinando a gente. eu pesco aqui no rio pomonga, quando a pescaria da boa mesmo, a gente faz uma moquequinha. A mangaba é mais fácil, o trabalho na pesca é mais duro. O peixe a gente pega pra comer e vender, venda aqui na barraca, e a mangaba a gente vende aqui e manda pro mercado em Aracaju” (Relato A15 - Marisqueira e catadora de mangaba da comunidade Capuã)

Os sujeitos que habitam esse território permeiam as suas territorialidades com práticas e conhecimentos que envolvem as múltiplas formas de trabalho. Ao apropriar-se do mar (figura 37b) e do rio para a atividade pesqueira, os sujeitos

comungam de hábitos e técnicas apropriadas a cada ambiente, assim como de conhecimento prévio sobre o movimento da maré, turno, estações e o comportamento das espécies de peixe e marisco. As várzeas, onde se formam os cordões litorâneos, são apropriadas para a produção do quiabo branco (figura 37C), e outras espécies que podem ser direcionadas para o consumo familiar, o consumo de animais, e a comercialização em barradas na rodovia. A restinga é apropriada para a construção dos espaços de morada, assim como para a coleta dos frutos, como a mangaba. A obtenção cotidiana deste fruto exige baixa tecnologia (relato A16), a exemplo da vara de madeira, que auxilia na remoção das mangabas na copa das árvores, e o balde, para armazenamento do fruto (figura 37A).



Figura 37- Território extrativista: Territorialidades e práticas produtivas

Legenda: A - Mulheres durante coleta da mangaba. B - Homens iniciavam a pesca no mar na comunidade Capuã. C - Produção de Quiabo em Olhos D'Água. Fonte: A - Portal Embrapa (2019); B - Pesquisa de Campo, 2023; C - Pesquisa de Campo, 2024.

“Pra catar mangaba só precisa do balde e da vara, quem tem, é bom usar luva, mas eu não gosto porque o leite da mangaba gruda, aí eu prefiro sem”. (Relato A16 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)

Apesar do uso de técnicas e instrumentos simples, as práticas produtivas desse território exigem esforço físico considerável. A começar pelas longas caminhadas, realizadas para a cata da mangaba em meio as restingas, entre cercas, sítios e propriedades rurais nas quais o acesso é permitido e facilitado. Soma-se a caminhada, o esforço repetitivo de agachamento para coleta do fruto no chão, e a força para transportar o peso do balde. Em épocas de fartura, as distâncias são menores, pois no geral, o objetivo é coletar apenas um balde cheio. Contudo, em safras de escassez, tendem a percorrer longas distâncias (até 5 km, conforme

relatos) para encontrar o fruto, e por vezes, não conseguem o quantitativo desejado (balde de 15 litros cheio). A coleta pode ocorrer de forma individual ou coletiva, e a sociabilidade durante a cata possibilita leveza ao trabalho que é árduo.

A pesca no rio Pomonga demanda que os pescadores realizem grandes deslocamentos por estradas de areia, restingas e manguezais, até alcançar o rio Pomonga, que é o principal fornecedor de produtos pesqueiros para as comunidades locais. No lado oposto, a leste, após atravessar áreas de restinga, várzeas e dunas, encontra-se o mar. Na prática da pesca, a territorialidade envolve não apenas o esforço físico necessário para manusear os apetrechos na água, mas também o trabalho árduo de transportar o peso do pescado até as unidades familiares.

Na geohistórica do litoral sergipano, foi demonstrado o extrativismo da mangaba e a atividade pesqueira como fundamentais na conformação de territórios e identidades socioespaciais. Ao longo das últimas décadas a mangaba e o ofício das catadoras de mangaba assumiram um protagonismo inquestionável, a ponto de tornarem-se público alvo de projetos de desenvolvimento socioeconômico e ter importância reconhecida em Projeto de Leis e Decretos. Inclusive, a Embrapa Tabuleiros Costeiros têm desempenhado um papel essencial no mapeamento da atividade e na produção de materiais, cujo escopo demonstra a necessidade de maior articulação social entre as catadoras e a luta pela demarcação legal dos territórios extrativistas.

No litoral de Barra dos Coqueiros, a Embrapa conseguiu mapear, em 2017, uma área de aproximadamente 1.961,53 hectares destinados ao extrativismo do fruto na cidade. Este estudo, acrescentamos, forneceu dados concretos em relação à territorialidade extrativista neste litoral, pois não apenas quantificou a extensão territorial, como dimensionou as práticas extrativistas das comunidades Capuã, Olhos d'Água e Jatobá. A legitimidade do território extrativista na Barra dos Coqueiros dá-se somente pelas vivências culturais e geohistóricas, uma vez que, as catadoras de mangaba e os pescadores não possuem a posse das terras as quais realizam as práticas de coleta.

Dos 1.961,53 hectares caracterizados como áreas extrativistas, apenas 88,74 hectares estão situados em áreas públicas, enquanto 95,47% dessas áreas são propriedades particulares, conhecidas como sítios, e estão sob posse de terceiros. Assim, a apropriação do território pelas comunidades extrativistas depende da

permissão dos proprietários dessas terras, o que fragiliza significativamente o território e subalterniza os extrativistas, pois essa dependência os coloca em risco iminente de perderem o acesso às terras e consequentemente redução de seus territórios, conforme salienta os relatos A 17, 18 e 19.

“Tinha um sítio aqui que a gente entrava e agora não pode entrar mais, mas tem um sítio de Felizola, que ainda vende o baldinho pra gente” (Relato A17 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024).

“A maior dificuldade de catar mangaba aqui é enfrentar as abelhas, cobras, e ainda pega carreira⁶³ dos caras, e tudo mais, mas agora os sítios tão tudo vendido, diminuiu bastante por aqui” (Relato A18 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024).

“O lugar onde as pessoas cantavam não está catando mais, por causa desses condomínios, aí o pessoal tem que catar em outro lugar, mas dá problema, porque se já tem eu, e outra pessoa chega pra catar no mesmo lugar, e fica chegando mais um e mais um companheiro, aí vai diminuindo a mangaba dali. Até tava falando com minha filha, que se ninguém fizer nada, daqui mais um ano, ela não vai tomar mais suco de mangaba, porque os donos dessas terras, quando acham oportunidade de vender, eles vendem, porque a mangaba é valorizada, mas não é esse valor todo, então, se oferecem uma fortuna pra eles, se a oferta for boa eles aceitam” (Relato A19 - catadora de mangaba da comunidade Olhos D'Água, 2023).

Os relatos apresentados são enfáticos ao demonstrarem a intensificação dos conflitos e consequente redução de seus territórios extrativistas, devido a conversão de sítios e propriedades rurais em condomínios fechados. Como já demonstrado na Seção 3, a Barra dos Coqueiros é o município que mais cresceu em todo o Brasil, e sua mancha urbana se expandiu em 464% devido ao processo de especulação imobiliária e valorização da terra litorânea. Nas imediações das comunidades da Capuã e Olhos D'água, as grandes construtoras adquiriram as propriedades rurais, e desde 2011, com maior intensificação em 2020, tem lançado empreendimentos na região. Conforme apresentamos na figura 38, a área extrativista mapeada em 2017 pelo Embrapa já reduziu 831,72 hectares, equivalente a 42,4%.

⁶³ Fugir de propriedade após ser avistado pelo proprietários

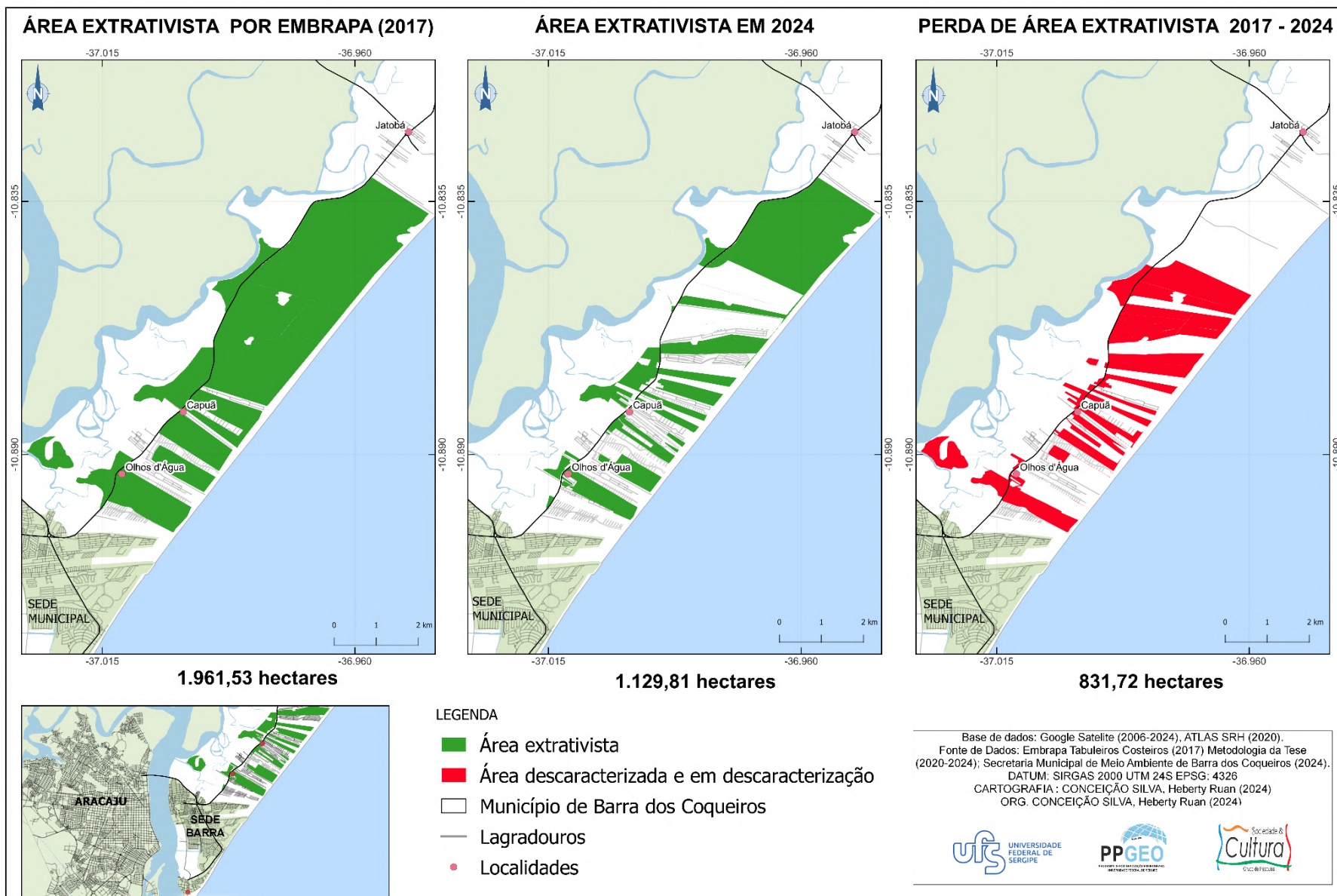


Figura 38 - Barra dos Coqueiros: redução da área extrativista 2017 - 05/2024
 Elaboração: Hebert Ruan da Conceição Silva, 2024.

Esse processo compromete o extrativismo, pois não há garantias da presença de mangabeiras, o que resulta na redução da disponibilidade de frutos nesses espaços fragmentados. Na comunidade Capuã, esse impacto é evidente, pois o seu entorno já encontra-se composto por condomínios, em detrimento dos sítios e restingas. Em Olhos D'água, a situação é similar, embora ainda haja maior coesão e consistência nas áreas de restinga. Entre Capuã e Jatobá, localiza-se a mata de restinga mais desenvolvida, onde se encontra a maior concentração de mangabeiras. No entanto, nessa área, encontram-se instalados projetos urbanísticos mais recentes, além do planejamento de novos empreendimentos futuros, o que evidencia a continuidade do processo de supressão da restinga e consequentemente a breve perda do território extrativista.

A Figura 39 é um testemunho do processo de descaracterização da base material do território extrativista. Nela, é possível observar, no período composto por três anos, o crescimento da área de supressão da restinga e a instalação de canteiros de obras, qualificáveis pelo solo exposto. Na imagem B, destacam-se o predomínio do solo exposto, bem como a fragmentação da restinga entre os canteiros de obra, evidenciando a deterioração do ambiente natural e o basculamento da paisagem e território extrativista.

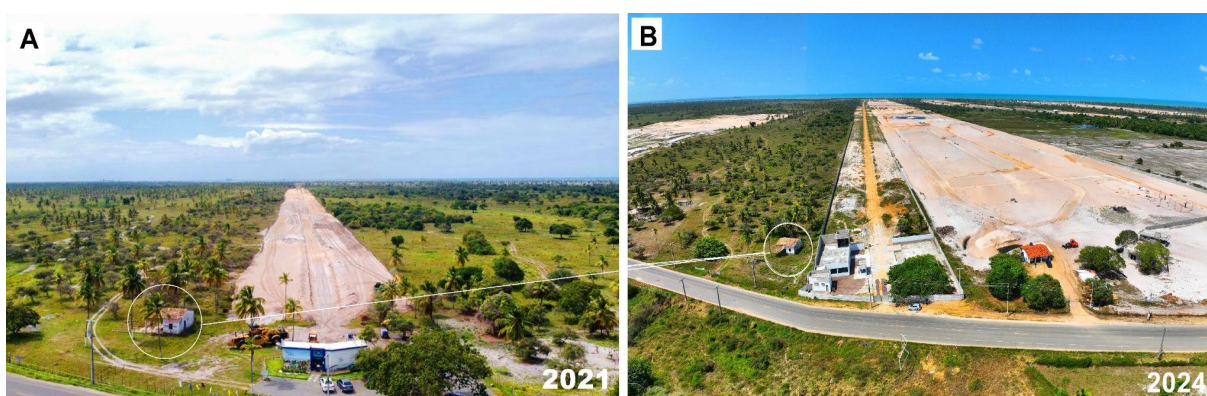


Figura 39 - Descaracterização da área extrativista

Legenda: A - Canteiro de Obras do Ocean Barra Residence em 2021 . B - Canteiro de Obras do Ocean Barra Residence no centro da figura, do Copacabana Beach Residence ao lado esquerdo, do Meliá Residence e Santoriny Park Residence. Fonte: Pesquisas de campo 2021 e 2024.

O basculamento da base material do território extrativista repercute em todo o seu sistema territorial, e afeta a produção das territorialidades com a intensificação de conflitos entre as comunidades extrativistas e os representantes das

construtoras. Esse contexto de desterritorialização expõe tanto os novos quanto os futuros moradores desses empreendimentos a embates que vão além das questões ambientais, alcançando também as dimensões cultural e econômica. A restinga é removida para atender a uma demanda de mercado voltada para a construção de moradias urbanas. O mercado imobiliário fomenta a atração de novos moradores para ocupar um espaço reconfigurado pela construção civil. O outro chega num espaço de ressentimento pelos grupos extrativistas devido a perda da área.

É nesse movimento de basculamento e reconfiguração ambiental, econômica e cultural, e na lógica de que um precisa perder para o outro ganhar que se delineia uma nova zona fronteira. Essa dinâmica revela a complexidade das relações de poder e resistência que moldam a coexistência entre os diferentes grupos e interesses, destacando a tensão que se conforma no *front* entre o "um e o outro," tradição e modernidade, o antigo e o novo, pertencimento e consumo, prática produtiva e lazer. A fronteira cultural se faz no entrelaçamento e embates no *front*, no qual evidenciaremos na subseção 4.2

4.2 Vida na Fronteira, dos (des)encontros, embates e subalternidades

Segundo Costa (2016), os estudos sobre a fronteira são reconhecidamente um dos mais importantes da geografia política, imprescindíveis nas discussões sobre Estado e Território, bem como nas relações interestatais, desde a fase áurea do Estado-nação, caracterizado por sua independência, soberania e territorialmente definido, até os dias atuais. As fronteiras permanecem um tema central, devido à dinâmica de forças que promovem a integração frente às forças de separação.

No berço da geografia política, o Estado tinha um papel fundamental na definição conceitual da fronteira, assim como do seu *modus operandi* e da sua delimitação e monitoramento. De acordo com Gottman (2012) cada estado-nação estabeleceu sua própria concepção, resultando em definições simples, uma linha no espaço a ser fortalecida e monitorada, ou mais complexas, como uma zona periférica marcante por modelar a nação, contribuir para o seu bem estar político. O nível de importância e atenção dada à fronteira também era estabelecido pela necessidade de defesa e proteção individual de cada estado-nação.

Para além do contexto estatal, as abordagens teóricas sobre as fronteiras tomaram consistência, e adquiriram novas definições e formas de interpretação, a exemplo da fronteira como órgão periférico do estado, fronteiras natural, fronteiras da natureza, fronteiras moventes, fronteira como zona, fronteira como limite, ou como isóbara política, conceitos difundidos, rejeitados e consagrados pelo dinamismo acadêmico impetrado por teóricos como Vallaux (1914), Ancel (1938), Guichonnet e Raffestin (1974). Para Costa (2016) as fronteiras natural e movente foram rapidamente rechaçadas ainda no início do século XX, por Vallaux e Ancel, enquanto a ideia de fronteira como zona e limite tornou-se aceita, assim como significado de isóbara política. Segundo Calazans (2019), a isóbara política representa as fronteiras conformadas pela pressão de forças políticas contrárias, marcadas por permanentes tensões.

Neste primeiro momento, a fronteira estaria ligada a questões voltadas à defesa e soberania nacional, coesão cultural e econômica interna, para que a perspectiva de invasão militar e dominação política estrangeira não ocorresse (Gottmann, 2012). A fronteira como zona periférica do centro do poder territorial tinha dificuldades para manter uma linearidade e, por essa razão, a mesma passou a ser melhor interpretada sob uma condição zonal e de limite. No livro publicado por

Guichonnet e Raffestin, (1974) eles abordaram o contexto da fronteira por meio dos conceitos de *boundary* e *frontier*⁶⁴. De acordo com Costa (2016) os autores estabeleceram um refinamento desses conceitos associando ao primeiro, além da noção de zona fronteira, a noção de unificante, integradora, movente e flutuante, enquanto ao segundo, a noção de separadora e disjuntora.

Para Raffestin (1993) a linearização da fronteira foi uma tendência do Estado moderno e culminou no século XX na delimitação de linhas rígidas e por vezes, impermeáveis, para defender os interesses culturais, econômicos e ideológicos internos e impedir a penetração de ideologias que pudessem minar a unidade integradora da nação. Um exemplo de fronteira rígida foi o muro de Berlim, na Europa. O autor *op cit*, demonstra que fatores ideológicos conduzem a demarcação por um gasto contínuo para instalação de sistema de construções na qual seria necessário assegurar manutenção e vigilância.

Chega-se assim ao fascínio da linha e reata-se, de certo modo, com os empreendimentos malucos do passado, ilustrados pelos muros romanos e pela Muralha da China. Sem dúvida, a linha materializada é uma "perversão" política que dissimula um estado latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar as relações de poder das quais a violência seja excluída; incapacidade de aliar relações negociadas de poder (Raffestin, 1993, p.19).

As estruturas rígidas nas fronteiras é ainda um instrumento utilizado para impedir a circulação e o contato entre pessoas na zona de fronteira, é o caso na fronteira dos Estados Unidos é o México, para impedir os movimentos migratórios latinoamericanos em território estadunidense. O muro concreto/rígido é pois símbolo da diferença, da força separadora entre territórios e nações, desalinhadas por contextos ideológicos da guerra fria, como o muro de Berlim, e pelo nível de desenvolvimento que relega outras nações como o caso estadunidense.

Do ponto de vista histórico, a concepção de fronteira já era praticada entre os impérios da antiguidade, formuladas mediante a elementos étnicos e todo espaço necessário para sua reprodução cultural. As fronteiras não eram rígidas, porém, simbolicamente delimitadas por razões sociais e feições naturais. Assim como na acepção moderna, essas fronteiras marcaram diferenças étnicas entre povos e impérios, podendo estes serem inimigos ou parceiros. As fronteiras étnicas dos

⁶⁴ Tradução: Limite e fronteira.

povos latinoamericanos, africanos e asiáticos foram desprezadas pelo colonialismo na América e o neocolonialismo na África. As fronteiras modernas foram utilizadas como instrumento de dominação desses países, que até os dias atuais enfrentam o desafio da coesão e coexistência de grupos étnicos inimigos disputando o poder e o controle do mesmo território e Estado.

As fronteiras atuais, de acordo com Costa (2016), demonstram instabilidades políticas e geopolíticas em territórios nacionais do “terceiro mundo”, pois as fronteiras com traçados artificiais romperam os processos históricos que poderiam tender a unificação e fragmentação, e tem gerado conflitos que dificultam a unidade nacional e a formação da nação. Fatores que culminam na fragmentação cultural por colocar grupos étnicos em posição de tensão e antagonismo. Desta maneira, a delimitação de fronteiras pode configurar-se como proteção e abrigo de uma nação, ou ser a razão principal do aprisionamento de povos distintos, culminando em conflitos civis, guerras internas e dificuldades de estabelecer uma unidade cultural e identidade nacional.⁶⁵

Nos moldes apresentados até aqui, a fronteira parece estar sempre em volta de conflitos territoriais. No mundo moderno a estaticidade da fronteira e a composição de muros não é uma regra geral, usa-se somente para separar-se do indesejado, e da força antagônica. Esse contexto nos lembra das reflexões de Martin (1998) sobre as fronteiras naturais, para quem elas podem avançar se as condições vitais favorecerem, ou se o movimento contrário enfraquecer, e inversamente, ela pode recuar se perder vitalidade ou se a força oposta for mais poderosa. Ora, as fronteiras modernas representam um encontro de mais de uma força política e social, e elas podem ser reformadas diante da instabilidade e enfraquecimento de uma das forças, mediante a conquista do território por incapacidade bélica de contenção. A fronteira estática representa o poder de contenção da outra força, mas dificilmente se expandirá, enquanto as zonas fronteiriças mais dinâmicas são suscetíveis a reconfiguração pelo jogo de empurra entre as forças, resultando em expansão territorial e das fronteiras de um dos lados.

Por esta razão, é comum que se assimile o termo fronteira a uma zona de controle bélico, monitoramento, conflitos territoriais e guerras. O próprio Martin (1998) demonstra que ao longo da história o termo tornou-se polêmico, pois a memória humana tende a associá-lo a contextos de inúmeros conflitos, sofrimento e

⁶⁵ Não somente no terceiro mundo, como é o caso do conflito dos estados de Israel e Palestino.

destruição. A ideia de fronteira é frequentemente ligada à guerra, cercamento, desejo de liberdade, vigilância e repressão, tornando-se um conceito carregado de conotações negativas e complexas. Foi pelo contexto e dinâmica das guerras e embates territoriais que o termo globalizou-se adquirindo conotações, por vezes, triviais. Assim como o território, o sentido de fronteira também repercute de forma banalizada. No entanto, nem toda fronteira é cerceada por conflitos e restrição de liberdade entre as forças, pois há fronteiras entre povos e nações amigas que permitem a livre circulação entre os entes. Na geopolítica contemporânea, as fronteiras rígidas são constituídas para restringir a circulação de pessoas, mas não conseguem barrar o dinamismo econômico entre os entes.

A fronteira é então um fenômeno complexo e marca um dinamismo que configurado por distintos contextos e concepções. Em Foucher (1988) as fronteiras são abordadas por contornos diversos, a saber, pelas construções geopolíticas, multiescalares, multifuncionais, pelos limites políticos fiscais, militares e linguísticos, além disso, a abordagem contribui para distinguir questões internas e externas, bem como as relações de aproximação entre Estados ou etnias. Esses moldes nos permitem relacionar a fronteira para além da zona ou linha que separa um ou mais Estado-nação, até porque, a própria concepção não “moderna” já previa a fronteira como um elemento de separação e contato entre grupos étnicos e culturais.

No mundo contemporâneo, o estudo sobre as fronteiras estabelece uma complexidade que perpassa pelas concepções historicamente firmadas pela geografia política. No âmbito da Geografia Cultural, a análise sobre as fronteiras não está limitada ao poder do estado-nação, nem à rigidez da delimitação física e do monitoramento bélico. Elas são zonas experienciadas e vivenciadas por indivíduos, sujeitos e grupos, e por essa razão, são dinâmicas e multifacetadas. As multideterminações espaciais da fronteira repercutem na composição das suas identidades e práticas socioespaciais.

Neste sentido, a zona fronteira se destaca por pulsar o encontro de forças culturais e identitárias na qual, a abordagem cultural encontra um campo fértil para a compreensão de um cotidiano socioespacial marcado pelo contato, embates, entrelaço entre as forças culturais, das novas práticas que, por ventura, venham a surgir por meio da interação de diferentes grupos sociais.

Então, a fronteira passa a ser configurada por seu caráter socioespacial e cultural. Sobre o assunto, Almeida (2005; 2012; 2018) alude que as fronteiras sociais

são delimitantes dos contornos de categorias sociais, e ao mesmo tempo, abre espaço para o estabelecimento de troca, comunicação e interação. A autora complementa ao afirmar que o processo de delimitação pode ocorrer por interferências morais e cognitivas, isto é, por razões étnicas, culturais e por práticas políticas. Por esse motivo, a fronteira pode retratar diferenças e distintos contextos sociais.

Enquanto contorno de categorias sociais, as fronteiras não necessitam de delimitação física, os limites são representados pelas relações de alteridade. Essa discussão nos remete ao sociólogo José de Sousa Martins. Em sua obra “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, trata o conceito de fronteira pela análise simbólica, cultural e abstrata, referindo as diferenças entre civilizações, visões de mundo, etnias e histórias. Assim, a fronteira se revela como um lugar contrastante nos diversos aspectos apresentados,

[...] Tomo a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra - se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem (Martins, 2021, p.10).

Neste aspecto, a fronteira é também um lugar privilegiado da observação geográfica, pois o contexto espacial da fronteira é marcado pelo dinamismo da atuação de distintos atores sociais, cada um com suas perspectivas de mundo sobre as formas que dão sentido as paisagens, na maneira como se apropriam e estabelecem os seus territórios, nas formas como se afirmam pertencentes a seus lugares, e nas formas como se defendem uns dos outros.

A fronteira cultural é, também, um lugar de conflitos territoriais e embates entre homens, gentes, culturas e etnias. Ora, é na fronteira que o outro se revela de forma mais aparente e, esse outro, funciona como um espelho ao qual passamos a nos enxergar, não como iguais, mas sim, como diferentes. Concordamos com Martins *op cit.*, ao afirmar a fronteira como o lugar onde ocorrem os encontros e os desencontros entre os diferentes, onde se descobre o outro e, onde surgem conflitos decorrentes de modos de vida e visões de mundo distintas. A fronteira então, como

afirma Almeida (2005) é o lugar de alteridade e por essa razão, a fronteira está nos homens.

Na Barra dos Coqueiros, a fronteira cultural é viva, e se manifesta pela complexificação de um ambiente de alteridade envolto ‘do *um*’ - gentes extrativistas, ‘do *meio*’- atuação o mercado imobiliário e, ‘do *outro*’ - os novos moradores ocupantes dos empreendimentos imobiliários de acesso exclusivo. Os primeiros possuem vínculos culturais, econômicos e historicidades que compõem uma identidade extrativista justificando o uso do seu território. O segundo é a representação do sistema econômico da sociedade dominante justificando a criação de estratégias voltadas para as necessidades de consumo da sociedade capitalista, com objetivo final de estabelecer ‘o outro’. O terceiro, representa os integrantes natos da sociedade do consumo, são moradores que buscam estabelecer novos modos de suas vidas na Barra dos Coqueiros, modificada e urbanizada pelo segundo. Deste modo, a zona fronteira está posta.

Os embates culturais são inevitáveis, pois a chegada do outro provoca o encobrimento do territórios extrativista e suas tradições pela qual a restinga, (composta por mangabeiras, cajazeiras, jenipapeiro, araçazeiro, cambuízeiro, ingazeiras, guajiruzeiros, oitizeiros, muricizeiro, maracujazeiro, coqueiros e jameloeiros, isto é, árvores frutíferas nativas e/ou naturalizadas), base material do território e impulsionadora das territorialidades extrativistas, vêm sendo permanentemente removida para a instalação de enclaves fortificados, direcionados aos novos moradores. Os relatos A20 e A21 apresentam a preocupação dos extrativistas com o movimento de chegada do outro.

“A gente fica muito triste, em ver que a Barra tá crescendo, que lindo que a Barra tá crescendo, mas a gente ver que isso vai acabar com os costumes e nossa tradição, e deixa a gente um pouco triste” (Relato A20 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)

*“A ponte foi boa e foi ruim ao mesmo tempo, porque ficou mais fácil pra vender né, mas em contrapartida, daqui a pouco não tem mais terra pra tirar, **os pés de mangaba tão indo embora, porque aqui vai virar Barra dos Condomínios** . Aqui tinha uns três sítios onde a gente podia tirar ou comprar pra revender, já vendeu todos os três, hoje praticamente só tem um”* (Relato A21 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023)(grifo nosso)

A chegada do outro é subentendida nos relatos das catadoras de mangaba, enquanto fenômeno de crescimento da cidade que repercute diretamente nos seus territórios, territorialidades e tradições, por promover o desmatamento das

mangabeiras, conversão de sítios em condomínios. Inclusive, observa-se uma substituição simbólica do nome da cidade, com a troca do "Coqueiros" por "Condomínios", pela perda de áreas naturais de restinga e redução dos territórios extrativistas tradicionais. Isso evidencia um conflito entre a preservação das tradições e o crescimento urbano por descaracterizar a forma e as identidades do território extrativista. Na figura 40 retratamos a perspectiva de desterritorialização da área extrativista com registro em diferentes anos.

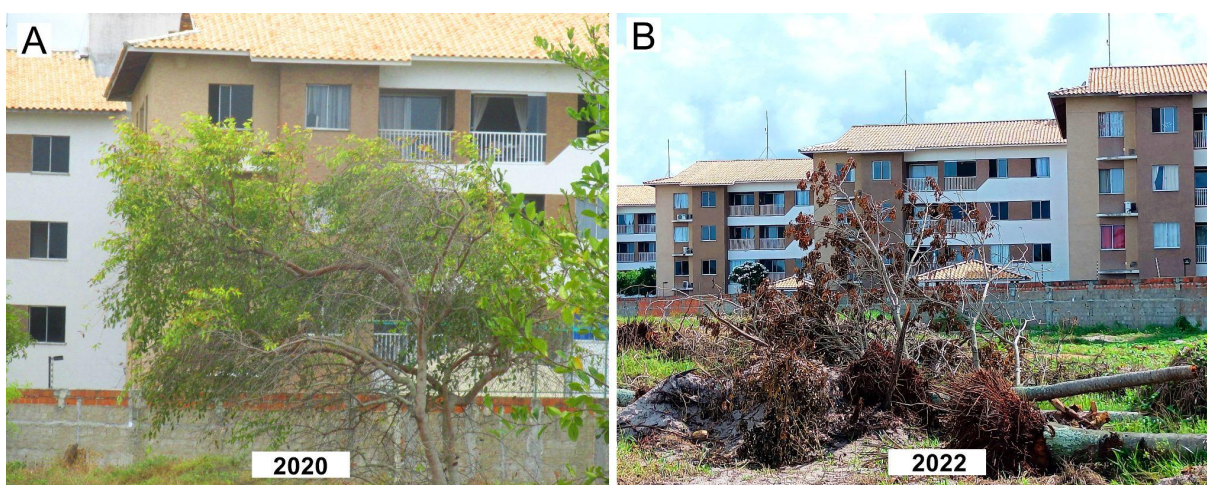


Figura 40 - Desterritorialização da área extrativista

Legenda: A - Mangabeira em contraste com o empreendimento Litorâneo Barra Residence.

B - Remoção da restinga em contraste com o Litorâneo Barra Residence

Fonte: Pesquisas de campo 2020 e 2022.

Haesbaert (2001) já havia alertado que o espaço da fronteira é um *locus* de desterritorialização e desenraizamento das identidades territoriais, neste sentido, em referência às fronteiras culturais do litoral barra coqueirense, o evidente (des)encontro entre os grupos extrativistas tradicionais e os novos moradores, intensifica a desenraizamento dos grupos extrativistas. A perda de territórios fundamentais para os primeiros afeta a reprodução das identidades.

No entanto, o desenraizamento na fronteira não representa o fim de uma cultura. Rigonato (2017) após estudar os territórios vividos de geraizeiros nos cerrados baianos, pressionados pelo aumento das territorialidades do agroenergia-negócios, atestou que este avanço impuseram destruição e redução dos bens naturais, provocando aos povos a redução de seus territórios e a necessidade e possibilidade de r-existência⁶⁶. Deste modo, o avanço dos

⁶⁶ Conceito discutido por Valney Dias Rigonato (2017) em sua tese de doutorado.

empreendimentos imobiliários de Barra dos Coqueiros, intensifica a vida no entre lugar, e apesar de promover o assoreamento do território extrativista, os grupos se organizam no entorno da sua r-existência.

A experiência territorial da desterritorialização forçada provocada pela transformação dos sítios rurais em espaço urbanizado dificultam a continuidade das práticas tradicionais e ameaçam os laços identitários extrativistas, bem como, do senso de pertencimento. Concordamos com Almeida (2012) ao destacar que o senso de pertencimento tende a fragmentar-se na fronteira, tornando-se multifocal, em decorrência da ausência ou inexistência dos lugares por processos desterritorializantes e reterritorializantes com outros grupos e outros territórios.

A instalação dos condomínios fechados, modifica profundamente as territorialidades associadas às práticas de coleta. O desenraizamento convulsiona o sentimento de perda, evidenciado nos relatos A22, A23 e A24.

“Aqui tudo era mangabeira, aqui olhe [mostra o muro do condomínio], e agora pronto, cortaram tudo! pra bandas daqui tá tudo arrancado, pras banda de acolá tá tudo arrancado, e era onde a gente fazia a vida” (Relato A22 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2022).

“Hoje as últimas mangabeiras que estão em pé, a gente ouve que a gente não pode catar mais, nem pagando, e antes da ponte a gente cantava livremente e ninguém se importava” (Relato A23 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023).

“O povo daqui só cata se for fora, porque por aqui mesmo, tá mais difícil. a gente sempre teve um dinheirinho, não muito, coisa pouca, mas era um dinheirinho, e agora acabou tudo” (Relato A24 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024).

A chegada do "outro", do estranho ao território, atende a uma demanda social por espaços urbanos seguros, reclusos, exclusivo/singular. No entanto, abre feridas profundas nas práticas e identidades territoriais das comunidades de Capuã, Olhos D'água e Jatobá, e fissuras em suas territorialidades, saberes tradicionais e práticas cotidianas extrativistas. Face a essas constatações, afirmamos que a fronteira cultural é impulsionada por embates entre culturas, e a sobreposição de uma sobre a outra. Esse processo fere, bem como, ameaça desarticular as bases que sustentam as identidades e os modos de vida dos grupos extrativistas, evidenciando uma tensão contínua entre a preservação de tradições e a pressão do desenvolvimento urbano.

A lógica do sistema colonialista desconsidera e marginaliza os conhecimentos e os sentidos de vida de comunidades tradicionais, enquanto valoriza a visão de mundo e todo o contexto de reprodução socioeconômica sob a égide do capitalismo. As fronteiras culturais estão, pois, inseridas nas camadas do sistema de hierarquia cultural globalizado. O próprio contexto geohistórico de ocupação humana no litoral sergipano ilustra claramente um processo estrutural de aniquilamento dos povos originários, suas identidades e costumes sociais, desde as primeiras incursões colonialistas.

Esta discussão nos leva até Martins (2011, p.11) quando afirma “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Os embates na fronteira perpassam para uma condição dos sentidos existenciais individuais e coletivos dos extrativistas. Por comporem a força cultural mais enfraquecida da fronteira, e pela inexistência da posse das terras onde realizam a coleta, os seus valores culturais são reduzidos e inferiorizados diante do processo de intensificação da compra e venda das terras das restingas. Esses referentes territoriais são solapados para viabilizar a existência do novo morador, que *a priori*, estabeleceu um papel de consumidor ao adquirir a sua unidade habitacional à beira-mar.

Há uma interferência na dimensão emocional da constituição humana e social dos extrativistas. No âmbito da facticidade ele se sente degradado ao perder a referência cultural, o sentido e a condução de sua vida, impondo-lhe dúvidas de como seguir adiante. Os relatos A25, A26 e A27 referem-se ao sentimento que veio à tona, ao presenciarem a derrubada das mangabeiras pelas construtoras.

*“Quando eu via as máquinas derrubando tudo eu sentia aquela dor, porque era cada mangaba linda, bonita, e as máquinas ‘thouuuuuuuu thouuuuuuu’ me machucava porque eu pensava como essas mulher ia sobreviver. **Aí levantaram os muros bem alto**, mas tudo aqui era mangabeira”* (Relato A25 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2023) (grifo nosso)

*“Eu senti vontade de morrer, é o fim, o fim! mas me deu uma dor, uma dor! ver as máquinas derrubando. A minha colega chorava de lá e eu de cá, é uma dor que só sabe quem vive. Chegou num ponto que a gente não aguentava nem tá vendo, era muito triste, muito dolorido. **Para os outros que são de fora pode até ser besteira**, mas pra gente, não.”* (Relato A26 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024) (grifo nosso)

*“As máquinas começaram a derrubar as **mangabeiras da gente**, e bateu o desespero, é uma dor tão grande! aquelas máquinas vão lá pegar a mangabeira pela raiz e arranca tudo, é muito doloroso. Falei pras meninas, não vamos olhar pra isso não, vamos olhar para as que a gente vai conseguir levar. É muito doloroso, a gente ter sido criado com esse trabalho e a gente ver tudo isso se perdendo, e a gente sabe que a partir do momento que não existir mais nenhuma mangabeira, as catadoras vão deixar de existir.” (Relato A27 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024) (grifo nosso)*

Diante da circunstância de perda, o sentimento de dor e desespero é profundo quando a derrubada é presenciada. O ato mecânico, facilidade e rapidez de supressão provocam sentimentos semelhantes ao luto, evidenciado nas reações emocionais, a exemplo do choro, negação, tristeza e ameaça, pela perda contínua dos meios de vida.

Ao perceberem a existência comprometida, as catadoras vão se situando, cada vez mais, em um processo de degradação social, ao tempo em que são impulsionadas à luta e organização política. Nesse contexto, parte das catadoras encontram-se na ACMBC, como observamos na comunidade Capuã, referendado pelo relato A28.

*“Hoje, as mangabas que tem aqui no freezer da **associação** vieram da comunidade de Baixa Grande em Pirambu, porque por aqui é difícil de achar. No início do ano, a gente comprou mangaba em Japaratuba, Pirambu, Estancia, porque aqui não cata mais como antes, nem mesmo pagando” (Relato A28 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024).*

Originalmente, a ocorrência das mangabeiras no litoral da Barra dos Coqueiros era generalizada nas restingas entremeadas de charcos, lagoas e mangues. Desta forma, heterogênea e irregular oferecia sustentáculo para o extrativismo pelo fato das cercas (leia-se propriedades) permitirem o livre acesso. Durante a pesquisa, chamou nossa atenção a movimentação das catadoras pela rodovia e, não mais pelos terrenos. Isto significa que não mais se observa a ocorrência de movimentos pendulares horizontais entre as áreas produtivas, devido os percursos estarem interrompidos pelos muros. Neste caso, podemos inferir que as áreas extrativistas fragmentadas são também enclaves da produção (figura 41).



Figura 41 - Capuã: os muros e a fragmentação das áreas extrativistas

Legenda: A árvore à esquerda é a mangabeira. A direita, muro de condomínio e casas

Fonte: Pesquisa de campo 2024.

A mobilidade dos extrativistas entre as áreas que restaram está comprometida, e a disponibilidade do fruto em um único fragmento de área não satisfaz a necessidade real da comunidade. A situação dificulta a disponibilidade do fruto coletado, e compromete o fornecimento da Associação de Catadoras de Mangaba, situada na comunidade.

A fronteira cultural se fundamenta em aspectos intangíveis através da dinâmica das sociabilidades e dos sentidos atribuídos pelos distintos atores por intermédio da visão de mundo comum ao mesmo lado da fronteira. Há também os aspectos tangíveis, as formas assumidas no espaço físico e as estruturas sociais construídas ao longo do tempo. Os muros são um dos aspectos materiais marcantes na paisagem da fronteira, se destacam por suas dimensões, com alturas equivalente a dois metros e comprimentos que podem chegar a até 2,5 quilômetros. O muro é o principal elemento de segurança dos empreendimentos imobiliários, e são eles os responsáveis por garantir no enclave o estilo de vida desejado.

O muro tornou-se símbolo emblemático da fronteira cultural, por representar de forma concreta os limites que separam os contrastes sociais e as diferenças econômicas, culturais e identitárias entre aqueles que estão dentro e os que estão fora. Ou seja, é uma barreira que atua como uma demarcação simbólica, reforça a divisão entre grupos sociais, criando uma linha clara entre os que pertencem à cultura dominante e a cultura subalternizada. Neste sentido, os muros configuram signo concreto de alteridade e distanciamento.

Essas barreiras possibilitam a conformação de espaços com homogeneidade social, por meio do “isolamento”, de grupos que possuem comportamentos e valores semelhantes. No entanto, os muros não são socialmente impenetráveis por sujeitos externos do enclave, pois aqueles que vivem no interior dependem constantemente de prestadores de serviços. A entrada de trabalhadores e visitantes é controlada com seus movimentos monitorados, pois estes não possuem os mesmos privilégios sociais dos internos.

Todavia, no universo cultural de ambos os lados da fronteira existem ‘micro’ alteridades entre pequenos agrupamentos em decorrência de diferenças internas emergidas por territorialidades, convivialidades, senso de pertencimento seja às áreas extrativistas ou aos condomínios. Essas variações internas marcam a complexidade das fronteiras culturais, numa demonstração de que nenhuma das forças culturais é completamente homogênea. A dinâmica das fronteiras não está, assim, resumida à alteridade estabelecida entre as gentes extrativistas e os novos moradores. Ao contrário, o discurso da homogeneidade cultural é falho, por inviabilizar as diferenças e especificidades entre grupos e indivíduos de uma unidade cultural comum. Além disso, a partilha de uma cultura e identidade comum não garante a ausência de embates e fronteiras culturais em um mesmo grupo. Pelo contrário, como Bhabha (2005) já havia demonstrado, os embates culturais podem surgir tanto por meio do antagonismo quanto pela afiliação.

No estudo sobre fronteiras étnicas desenvolvido por Marques (2015), ficou evidenciado a distinção entre indígenas Tabajara e negros Guriri e Ipiranga, mas a vida no “entre-lugar” possibilitou aproximações territoriais interétnicas que os aproximaram ao mesmo tempo que os diferenciaram. Neste sentido, as fronteiras têm um papel fundamental na complexificação cultural por promover a separação social ao mesmo tempo em que aproxima. No entanto, a delimitação e a fronteira mostrou-se essencial na luta por direitos, justiça social entre os grupos étnicos do litoral paraibano, uma vez que a vida no “entre lugar” possibilitaria um hibridismo cultural, fator dificultante ao reconhecimento étnico e acesso a políticas públicas.

Pelo exposto, identificamos nuances ou ‘micro’ alteridades nas fronteiras culturais do município de Barra dos Coqueiros.

I - Gentes extrativistas x novos moradores

A maior e mais intensa das fronteiras, representa um marco de distinção social e resulta na subalternidade socioterritorial das gentes extrativistas para viabilizar a reprodução socioespacial dos novos moradores. A ausência de posse dos territórios de vivência os fragiliza diante da especulação imobiliária, culminando em redução da área extrativista e aumento do número de empreendimentos imobiliários.

*“Antigamente a gente ia daqui, até longe por aí por dentro, pra catar mangaba, mas agora com os muros, ninguém passa, nós ia por aqui por dentro e era um pulo. Hoje só vai pela pista. Nesses condomínios, já tem gente morando, por sinal é muito bonito, **aí a gente fica no meio, os favelados**, eu me sinto pequena, já somos pequenas né, é um com tantos, e outros com pouco. Mas vai fazer o que, né? cada um no seu mundo né, somos iguais mas essa é a diferença né? (Relato A29 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024) (grifo nosso)*

O relato apresenta a dificuldade da coleta de mangaba com o processo de fragmentação das áreas e construção de enclaves no entorno da comunidade. Além disso, reconhece a diferença econômica e cultural entre ela e os novos moradores, se situando socialmente de maneira inferior.

II - Extrativistas associados x não associados

Aqui, a fronteira se apresenta no contexto da atuação da Associação de Catadoras de Mangaba e da prática do (neo)extrativismo, que representa uma nova forma de organização, voltada à produção de comidas, bebidas e guloseimas da mangaba e outros frutos. Os extrativistas associados participam de uma estrutura de organização formal, e estão aptas a participarem de Programas e Projetos de Desenvolvimento Social. O trabalho é marcado pela organização política, fomento à identidade das catadoras de mangaba, e a luta pela manutenção de seus territórios. No entanto, este trabalho não se estende a todas as catadoras do município, e nem todas tem interesse em participar, criando divisões internas dentro da própria comunidade extrativista.

*“Eu não participo da associação não, porque **lá tem muitas normas**, e eu não gosto de seguir muitas normas, eu gosto de pegar minhas mangaba e vender. lá as mulheres reunidas fazem um monte de*

doce para a prefeitura. lá na associação tem uma mulher que fornece a mangaba pra elas, e quando não tem, elas compram da gente. (Relato A30 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024). (grifo nosso)

O relato enfatiza o fato da catadora de mangaba afirmar-se livre para comercialização, e ainda, não gostar de beneficiar o produto como realizado na associação.

III - Extrativistas da Capuã x Olhos D'água x Jatobá

Esta fronteira reproduz as disputas territoriais entre os diferentes grupos e comunidades extrativistas. Com a redução geral das áreas extrativistas, ocorreu a saturação do número de catadores nas áreas restantes. Esse processo intensifica o conflito entre os grupos de catadoras, alterando a dinâmica de coleta. O relato enfatiza a dificuldade de integração entre as catadoras.

*“A gente cata duas vezes na semana. A gente não cata aqui porque a gente praticamente acabou de chegar por aqui e **a gente não sabe nada daqui**, não sabe quem toma conta das terras e nem teve a conversa com o pessoal daqui. O que eu sei é que tem um sítio lá na frente que ele vende a mangaba, por balde, mas a pessoa tem que catar. Lá no Jatobá é de graça, lá a gente sempre catou”* (Relato A31 - residente em Capuã, catadora de mangaba em Jatobá, 2024) (grifo nosso)

IV - Extrativistas x proprietários

Essa fronteira se estabelece pela posse da terra, na qual os proprietários limitam, proíbem ou estabelecem regras para o acesso dos grupos extrativistas às áreas de coleta, gerando um conflito direto. Existem proprietários que decidem realizar uma cooperação econômica, tabelando o preço do balde, existem aqueles que impedem o acesso.

*“Aqui já teve muita confusão por causa da mangaba, entre as pessoas que catam e os empregados dos sítios, porque não deixa entrar. **Ai se entra pra pegar é confusão.**”* (Relato A32 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024) (grifo nosso)

*“**A pressão que a gente sofre, inclusive as ameaças são inúmeras.** nós já fomos acusadas de invadir os sítios, cortar cercas para poder entrar e tocar fogo em mangabeira”* (Relato A33 - catadora de mangaba da comunidade Capuã, 2024) (grifo nosso)

Os conflitos intensificam-se com a troca de proprietários, comum no processo de conversão de sítios em canteiro de obras para instalação de empreendimentos.

V - Novo Morador x Novo Morador

As fronteiras surgidas pelas relações entre os novos moradores estão associadas ao *status* social do condomínio. As construtoras têm lançado empreendimentos para atender o público com diferentes perfis de consumo, ou seja, os condomínios se diferenciam pelo padrão, comodidades, equipamentos de lazer, recreação, acesso a praia e perfil econômico dos seus moradores. Deste modo, pelo *status* e prestígio social, os novos moradores se diferenciam.

*“Eu trabalhava nessa região, construindo casas em condomínio, e de todos, eu escolhi morar aqui **por ser pé na areia**, pela quantidade de lotes, são 174 lotes, é um condomínio compacto, de **alto padrão** com lotes maiores que 500m²”* (Relato B11 - Morador de Condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2023) (grifo nosso)

“O clube do nosso condomínio é mais distante da praia, e os condomínios vizinhos ficam pertinho, aí o pessoal daqui fica se comparando, achando ruim, se os outros podem construir mais próximo, porque a gente não?” (Relato B12 - Morador de Condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2024) (grifo nosso)

É comum na sociedade do consumo escolher os empreendimentos pelo *status*, condições e preços da unidade habitacional. Os relatos evidenciam as formas como se deu o processo de escolha quando se tem várias opções, e também a frustração de se comparar a um condomínio com vizinho com infraestrutura e equipamentos de melhor estima social. Além disso, o novo morador estabelece uma fronteira fragmentada e vive a dinâmica de seu próprio condomínio.

As diferenças sociais aqui apresentadas, principalmente a estabelecida entre o “uns” extrativista e o “outros” novo morador não se relacionam apenas pelo antagonismo e reclusão. Para Almeida (2018), a fronteira também abre espaço para encontro, trocas e comunicação entre os lados. Neste sentido, apesar das nuances identificadas, o contato social entre os lados da fronteira é ocorrente. Como colocado por Bhabha (1998), há uma articulação em hibridismos sociais, intercâmbio e interação cultural no “entre-lugar”, pois permitem a formação de novos signos de identidade, expressam pretensões de poder entre as comunidades nem sempre colaborativas,

muita das vezes antagônicas, conflituosas e imensuráveis.

Por outro lado, a vida no “entre lugar” vivenciada pelos grupos de Barra dos Coqueiros, possibilita pouca aproximação cultural, pois, o novo morador se protege da interação social com estilo de vida marcado por enclaves urbanos. No entanto, apesar dos enclaves dificultarem o hibridismo cultural, algumas aproximações entre os de fora e de dentro do muro são possíveis. Os novos moradores são consumidores da mangaba e seus produtos derivados, e realizam a compra em barracas montadas nas margens da rodovia SE-100. Da-se também pelo uso dos serviços públicos, especificamente os sujeitos que vivem em apartamentos, têm disputado as vagas em escolas e postos de saúde das comunidades. Capuã e Olhos D’água tem experimentado um processo de mutação arquitetônica das casas situadas nas vias públicas, influenciado pelo estilo das casas construídas nos condomínios.

A vida no “entre-lugar” torna-se, para Almeida (2005), um exemplo da experiência na fronteira cultural, tendo em vista que a fronteira está nos homens, na alteridade e no desenraizamento.

Da mesma forma que as extrativistas têm que resistir ao contexto das fronteiras, o novo morador também passa por um processo de adaptação e busca estabelecer estratégias de fortalecimento dos seus enclaves, uma vez que, boa parte dos novos moradores têm origem em outro contexto de moradia. Ora, a vida em Barra dos Coqueiros tem dinâmica diferente dos seus municípios de origem, e por vezes, a cidade não possui todos os requisitos e comodidades de comércio (Relato B13) e serviço esperados pelo novo morador. A ausência de serviços e comércios variados para o novo público enfraquece as fronteiras estabelecidas pelo novo morador, pois este é um aspecto limitante e pode interferir na taxa de ocupação dos empreendimentos.

*“A **desvantagem de morar** aqui é que eu era acostumada a morar ao lado do mercantil e atacado, dois supermercados pertos, e aí eu demorei a me acostumar com as coisas longe, por sorte já tem uma mercearia aqui no maikai que ajuda bastante.”* (Relato B13 - Moradora de condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2023) (grifo nosso)

*“A **desvantagem** é que naquela época (2013), **faltava ainda muita infraestrutura**, além do G Barbosa (supermercado de rede), a gente não tinha outras coisas que a gente necessitasse. Na região do condomínio, o transporte público era difícil. Para outros serviços também era complicado, pra construir a casa foi difícil. eu tive que alugar uma casa para ficar perto da obra, porque a locomoção era complicada”.* (Relato B14 - ex-moradora de Condomínio horizontal no

complexo Alphaville, em 2023) (grifo nosso)

Deste modo, a vida em condomínios fechados não garante o acesso imediato ao comércio e serviços demandados pelo novo morador, uma vez que a Barra dos Coqueiros possuía características de cidade dormitório e, diferente de Aracaju, tinha dificuldades de estabelecer um imediatismo comercial e de serviços, condição incompatível com o perfil de consumo dos novos moradores. Diante da limitação, os novos moradores buscam se reinventar com a criação de mecanismos de reforço de suas fronteiras e, por esse motivo, os sujeitos passam a demandar ao setor privado e ao poder público, uma série de melhorias para manter a especulação imobiliária, o aumento do valor de seus imóveis e o interesse social pela moradia em condomínios da Barra dos Coqueiros.

Nesse contexto, o setor privado e o poder público passaram a implementar mecanismos que reforçam e fortalecem a vida dentro dos muros, atendendo às crescentes demandas de consumo e buscando resolver problemas urbanos que vem afetando diretamente esses espaços. Desde 2021, a cidade tem atraído um amplo leque de investimentos, com a chegada de empresas de comércio e serviços consolidadas no mercado aracajuano, regional e nacional. Esses investimentos incluem a instalação de farmácias, supermercados, delicatessen, restaurantes, lojas de materiais de construção e acabamento, além de escolas, clínicas, bancos e *food parks*. Esses novos empreendimentos facilitam o acesso rápido a serviços e fomentam a valorização da Barra dos Coqueiros e de toda a rede de empreendimentos imobiliários.

O comércio da cidade se reinventa para atender a demanda de um novo público, e isso os fortalece dentro de suas fronteiras (relato B15), pois propicia a permanência dos sujeitos em sua moradias, ou seja, se ele chega, se estabelece e não tem a pretensão de mudar-se, a fronteira é reforçada. Inclusive a ampliação das opções de comércio e serviços é utilizada no marketing especulativo do empreendimento, para agregar valor às unidades habitacionais e atrair novos residentes.

*“A visão que eu tenho é **que a Barra vai crescer muito ainda**, construir novas pontes, o comércio já melhorou, tem o Massimo (supermercado), hiper carnes, casas das tintas, o Coesi tá chegando, e agora dois food parks, então a Barra tá crescendo”.* (Relato B15 - Morador de condomínio horizontal nos Olhos D’água, em 2023) (grifo nosso)

Os reforços para a permanência dentro desses espaços murados também são impulsionados pela especulação com anúncios de novos empreendimentos comerciais,

de serviços e de infraestrutura pública. A chegada de serviços de alta tecnologia fortalece ainda mais essa dinâmica, criando um ambiente em que a exclusividade e a conveniência são fortalecidas. O aplicativo de entrega mais famoso do Brasil, o *Ifood*, lançou na Barra dos Coqueiros a primeira experiência do país com a entrega de alimentos usando drones. Estabeleceu uma rota que aproxima os empreendimentos do complexo Alphaville com o *mix* de restaurantes situados no Shopping Riomar em Aracaju. De acordo com a Ifood (2022), esta modalidade de entrega marcou o pioneirismo da empresa em todo o continente americano, além disso, o tempo de entrega pelo trajeto terrestre estimado em até 55 minutos, foi reduzido com o drone para 5 minutos e 20 segundos. A figura 42 apresenta o anúncio e a estrutura implantada pelo *ifood* para viabilizar o *delivery*.

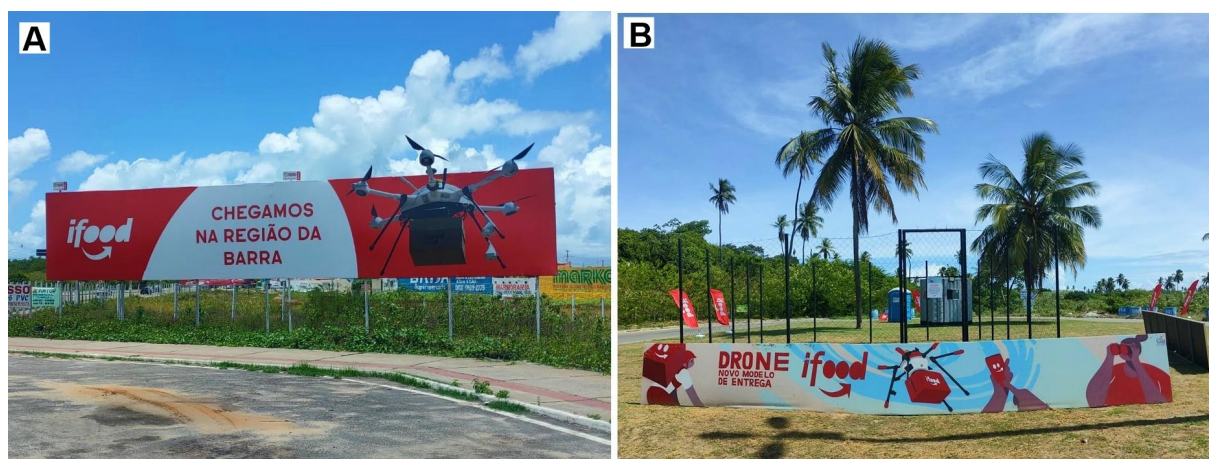


Figura 42 - Barra dos Coqueiros: Delivery do ifood com drone

Legenda: A- Anúncio da chegada da modalidade de entrega por drone na Barra dos Coqueiros. B - Heliponto do ifood no complexo Alphaville Sergipe.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Esse é um tipo de inovação tecnológica que reforça as fronteiras culturais e sociais, pois foi pensado para atender um nicho social específico, os moradores de dentro dos muros dos empreendimentos do complexo Alphaville. Esta modalidade de serviços, nas condições que foi estabelecida, reforça o isolamento e a independência dos enclaves fortificados, os abstendo da necessidade de interação social com a comunidade do outro lado da fronteira. Além disso, fomenta a segregação socioespacial, pois a solução tecnológica demandada pelos novos moradores só os beneficiou. Outro mecanismo tecnológico que reforça a distinção das fronteiras é a instalação de minimercados na área interna dos empreendimentos, com sistema de

autoatendimento e pagamento automatizado. Este sistema facilita pequenas compras e evita a saída dos moradores para a execução desta finalidade.

A inserção massiva de empreendimentos imobiliários resultou em um crescimento expressivo da população do município, que saltou 66,20% entre os censos demográficos do IBGE de 2010 e 2022. Como discutido anteriormente na seção 3, a mancha urbana se expandiu em aproximadamente 464%, impulsionada pela ação de agentes privados. Esse rápido crescimento urbano, aliado ao aumento populacional, desencadeou um processo de saturação nas vias públicas, rodovias estaduais e avenidas do município, além de causar congestionamentos significativos na Ponte Construtor João Alves, única forma de acesso entre a cidade e Aracaju. Os constantes acidentes e colisões na via que integra a ponte é o suficiente para causar longos congestionamentos e contenções. Questionada sobre a desvantagem de morar na Barra, veja relato B16.

“A ponte!, Hoje o acesso para Aracaju está sendo de muita dificuldade no trânsito. A Barra tá crescendo muito, cada vez mais, e a cidade não tá dando suporte necessário a população que tem hoje” (Relato B16 - Moradora de Condomínio vertical no Bairro costa Paradiso, 2023) (grifo nosso)

A saturação no trânsito na ponte e nas rodovias estaduais que possibilitam o acesso aos condomínios, tornou-se um problema urbano de impacto na qualidade de vida de toda a comunidade de moradores da cidade. Além de gerar transtornos para os que dependem da locomoção diária, o congestionamento prejudica a especulação imobiliária e a valorização do solo urbano, pois, o problema pode interferir na atratividade dos empreendimentos e faz os moradores questionarem a permanência no empreendimento e possibilidades de venda, podendo afetar os investidores. Esta é uma problemática que apesar de afetar a todos, põe em risco o prestígio social e econômico dos empreendimentos.

A demanda por uma nova ponte ligando a Atalaia Nova na Barra dos Coqueiros ao Bairro Coroa do Meio (Shopping Riomar), zona Sul de Aracaju, atende, sobretudo, aos interesses financeiros e sociais de toda a cadeia que envolve empresários, investidores, atuais e futuros moradores. Para manter a capacidade de investimento imobiliário, o governo do Estado de Sergipe, desde 2022, tem realçado o desejo da construção da segunda ponte como prioridade desta gestão. Em

fevereiro de 2024, foi homologado a concorrência 05/2023, na qual o governo contratou o Consórcio MPB Única e Beck para elaborar três produtos, o Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), o Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), e o Anteprojeto de Engenharia, no prazo de 420 dias.

Existe uma sabedoria popular que afirma: "*Escolha construir pontes ao invés de muros*". A mensagem por trás desse provérbio é profunda, aborda a necessidade de superar as barreiras que nos separam, seja por diferenças culturais, sociais ou individuais, fomenta a união, a inclusão e a integração das interações humanas. A construção de "pontes" simboliza a criação de conexões, contato e redes, enquanto a construção de "muros" representa o estabelecimento de fronteiras, distanciamento, diferenças e separação. No entanto, a frase é controversa e parece não se aplicar ao contexto cultural de Barra dos Coqueiros. Neste caso, a construção de "pontes" tem como foco o fortalecimento de "muros", os "muros" querem novas "pontes" para viabilizar a sua existência e ampliação.

Certamente, a construção da nova ponte criará um canal direto com a Zona Sul de Aracaju, com impacto significativo ao quebrar as barreiras de distanciamento entre os empreendimentos imobiliários da Barra dos Coqueiros com todo o mix comercial, de serviços, turismo e lazer proporcionado por essa região de Aracaju. Há 3 minutos do shopping Riomar, a 6 minutos da Orla de Atalaia, a valorização das unidades habitacionais será ampliada, atraindo novos moradores e, consequentemente, a taxa de ocupação dos empreendimentos será rapidamente elevada. Os empresários do ramo deverão continuar o lançamento de novos empreendimentos com a segurança da valorização pela superestrutura construída pelo Estado.

Do outro lado da fronteira, as subalternas gentes extrativistas perderão com maior velocidade as áreas extrativistas as quais não possuem posse, e suas territorialidades serão cada vez mais distanciadas das práticas tradicionais. Permanecerão invisíveis e subalternos.

CONCLUSÕES:

O QUE INSISTE, PERSISTE, SE TRANSFORMA E
ESTÁ POR VIR



CONCLUSÕES:

O QUE INSISTE, PERSISTE, SE TRANSFORMA E ESTÁ POR VIR

As conclusões deste trabalho estão estabelecidas pelos movimentos de ‘retomada’ e ‘arremate’ sobre os delineamentos e desafios de empreender o estudo sobre as fronteiras culturais pela dinâmica pulsante da geohistória e da contemporaneidade marcada pelo (des)encontro e pela alteridade entre os grupos culturais distintos.

Partimos do reconhecimento de que as comunidades tradicionais e os grupos extrativistas de Sergipe vivem um presente pós-colonial, caracterizado pela existência de culturas retraídas e subalternas em face de uma sociedade hegemônica, dominante e expansiva. O enfoque de(s)colonial foi central, presente nos eixos construtivos dos temas tratados nas seções - desde a formulação das problemáticas de pesquisa até a consecução dos posicionamentos teóricos e metodológicos adotados.

Realizamos uma desobediência epistêmica conforme preconizado por Mignolo (2010), ressaltando a influência de uma epistemologia latina no alinhamento teórico, metodológico e pragmático da tese, cuja abordagem delineou uma Geografia valorizada pelas atitudes, valores e conhecimentos de grupos historicamente subalternizados. A desobediência não significa o demérito ou antagonismo aos precursores da ciência clássica eurocentrada, afinal o pensamento de(s)colonial propaga a crítica e a necessidade de superação da colonialidade do poder, do ser e da natureza reproduzidas nas estruturas socioespaciais das sociedades latina. Ele não se impõe e muito menos reproduz as estruturas de poder colonialistas da ciência moderna, inclusive, reconhece-a como herança, para propor uma nova condição paradigmática.

Nossa abordagem foi pautada pela valorização das percepções e dos sentidos dos grupos subalternizados, estabelecendo um diálogo com reflexões postas pela fenomenologia de Ponty (1996), para quem o mundo vivido dos sujeitos foi descrito por suas experiências e perspectivas (Nogueira, 2005). Salientamos que o propósito deste estudo não foi o aprofundamento das discussões filosóficas entre o vivido e o experienciado, mas, tê-las como referentes de nossa abordagem

espacial. Dialogamos com a hermenêutica topológica de Heidegger (2013) para evidenciar o litoral sergipano como lugar de enraizamento, como horizonte fático, histórico e territorial dos grupos extrativistas.

Tais abordagens nos permitiram interpretar a condição de colonialidade centrada no território extrativista. Em suma, os uns, que geohistoricamente mantiveram as tradições extrativistas com a manutenção de seus ecossistemas, agora, estão expostos ao processo de atuação do mercado imobiliário com a espetacularização das terras e da natureza pertencentes aos seus territórios de vivência. Isto significou a transformação de seus territórios em áreas de interesse da expansão de empreendimentos imobiliários em distintos padrões de consumo.

Não à toa, essa dinâmica é característica da colonialidade do poder, que vimos compreendendo no desenrolar da pesquisa. Colonialidades em um *continuum* constituídas pelo poder sobre o ser, a natureza, a economia; manifestada pela imposição do modelo econômico dominante que privilegia a apropriação e exploração da natureza, subjuga as organizações sociais, os modos de vida tradicionais, perpetua a desigualdade e a subordinação das culturas tradicionais frente a sociedade globalizada.

A condição de subalternidade destes grupos é traduzida pela herança geohistórica de ocupação do litoral, bem como, pela fragilidade dos seus territórios de vivência. Ora, seus territórios são constituídos na transversalidade do extrativismo e neoextrativismo, mas se esgarçam na ausência da posse das terras de restingas. Assim, os grupos extrativistas se posicionaram (ou melhor, se encontraram em relação ao novo padrão de ocupação das terras), vulneráveis à escalada da expansão urbana em seus territórios, sem conseguirem conter as mudanças ocorrentes nas áreas de coleta.

Seus territórios foram invadidos e transformados de acordo com a perspectiva cultural e econômica do “outro” colonizador. A geohistória demonstra que os povos negros ex escravizados foram submetidos ao apagamento de seus referentes culturais e relegados a submissão e servidão. Na condição de “liberdade”, seus territórios foram alvos de opressão e marginalização, tornando-se excluídos da sociedade dominante. Os atuais grupos extrativistas resguardam a herança das práticas culturais estabelecidas por estes povos, sobretudo, no trato e nos sentidos atribuídos à natureza. Por esse motivo, as feridas da vida extrativista na fronteira contemporânea têm raízes profundas e estão vinculadas a historicidades coloniais.

Os extrativistas são sujeitos invisibilizados, ao inexistirem políticas públicas que efetivem a proteção de seus territórios. As tentativas da gestão municipal para alinhar o crescimento urbano com o extrativismo, doando terras para a Associação de Catadoras de Mangaba e articulando compensações ambientais com foco no adensamento do plantio de mangabeiras em determinadas áreas do município, constituem ações pontuais, insuficientes para a manutenção das práticas e lógica extrativista. O ritmo do espólio é bem superior ao ritmo de regeneração das áreas. Além disso, essas ações não atendem a toda a comunidade extrativista.

Nesse contexto, a legislação ambiental brasileira e sergipana mostraram-se vinculadas ao colonialismo da natureza e da economia, pela permanência de um problema central, qual seja, a incapacidade de proteger, efetivamente, os ecossistemas da restinga e os territórios tradicionais extrativistas. Embora as catadoras de mangaba e seu ofício tenham conquistado reconhecimento cultural, identitário e patrimonial; a mangabeira o reconhecimento como árvore símbolo de Sergipe; permanece insuficiente a proteção de seus territórios, assim como são ineficazes para a manutenção dos ecossistemas, mediante aos avanços da exploração e degradação ambiental. Os empreendimentos imobiliários são obrigados por lei, a manter 20% da área do terreno como área verde de proteção. No entanto, situadas no interior dos condomínios, não possibilitam o acesso às catadoras extrativistas, tornando, pela fragmentação, degradadas e mal quistas pelos moradores.

A invisibilidade geohistórica dos grupos extrativistas tem sido combatida, por eles, por meio de estratégias de mobilização e organização política empreendidas com o associativismo e com o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM). Estes, vêm desempenhando papel central para sobrelevar a invisibilidade e reivindicar direitos, fortalecer as práticas, reafirmar suas identidades, assim como, atrair investimentos de projetos e políticas públicas para desenvolver o neoextrativismo.

A evolução para a fase (neo)extrativista configurou-se, em nossa análise, um percurso de profissionalização das catadoras de mangaba, pelo incremento de técnicas eficientes de processamento dos frutos da restinga, bem como, de embalagem e armazenamento. Representou, ainda, a modernização das redes de comercialização. Mostrou-se como uma estratégia de persistência, diante da espoliação dos territórios extrativistas, porém, não é universalizante a todas as

catadoras do município, pois está restrito às associadas da ACMBC. Ou seja, entre os grupos extrativistas, existem aqueles que estão mais expostos ao processo de urbanização.

O processo de metropolização da Região Metropolitana de Aracaju, intensificou as fronteiras no litoral sergipano após as significativas intervenções dos governos federal e estadual, nas décadas de 1980 e 1990, ao implantarem nos municípios limítrofes grandes conjuntos habitacionais. As atividades pesqueira e extrativista foram desterritorializadas diante da instalação da apropriação de restingas, dunas e manguezais para a instalação dos espaços e equipamentos urbanos, sobretudo no município de Nossa Senhora do Socorro. Neste período, a Barra dos Coqueiros ‘oferecia’ a bucólica praia de Atalaia Nova com início e um processo de instalação de segunda residência.

A ponte Construtor João Alves (2006) foi um determinante importante para a ligação da Barra do Coqueiros e dos demais municípios do Norte por via litorânea. Porém, o interesse em se apropriar de suas terras, valorizadas pela oferta de sol e praia, deu-se imediatamente após a proibição de construções na Zona de Expansão do município de Aracaju, onde residia o estoque de terras de incorporadoras. Nesse ínterim, a prefeitura de Barra do Coqueiros pelo decreto 004/2016 copia o modelo de Aracaju e extingue as áreas rurais, estabelecendo a área urbana e a Zona de Expansão urbana. Ora, o executivo ofereceu ao município para a especulação imobiliária sua rápida inserção na Região Metropolitana de Aracaju, como área super valorizada.

Desde então, comunidades pesqueiras e extrativistas tornaram-se subalternizadas diante do poder econômico e de projetos desenvolvimentistas da sociedade urbana moderna. Esse contexto em Barra dos Coqueiros toma características singulares ao se constatar que a expansão urbana passa a ser comandada por atores e agentes que se apropriam dos elementos da paisagem costeira para garantir um modelo de vida sob a forma de condomínios fechados com acesso exclusivo às praias e à infraestrutura de lazer.

A análise da expansão urbana ganhou relevância nesta tese, especialmente ao demonstrar como ela culminou na transformação socioespacial do município impactando, inclusive, sua cultura. A Geografia Urbana discutida também se configura como uma Geografia Cultural, pois evidenciou como esse fenômeno permitiu a ocupação do território por diferentes intencionalidades econômicas e

culturais, distintas das práticas e identidades já existentes no município.

Constatamos que o crescimento urbano, entre 2009 e 2014, ocorreu sob a influência de 80 projetos imobiliários, dos quais, 70 possuem características de enclaves fortificados, constituídos sob lógica de abandono e desvalorização da esfera pública, e valorização do urbanismo privado, exclusivo e restrito a sua coletividade socioeconômica homogênea. Neste caso, o distanciamento da esfera pública é também social, pois os enclaves, com seus esquemas de segurança e muros elevados, são constituídos para limitar o contato e a interação com os de fora.

Neste estudo, os muros configuraram-se símbolo de alteridade socioespacial, reforço às fronteiras culturais no município de Barra dos Coqueiros, posicionando ‘os uns’, moradores antigos e extrativistas do lado de fora e, ‘os outros’, residentes dos empreendimentos, do lado de dentro.

Na fronteira cultural, ‘entre os uns e os outros’, as identidades e o reconhecimento de si também são intensificados, como constatado com a organização dos grupos extrativistas em movimentos sociais, com vistas a amplificar suas vozes na luta pela visibilidade de suas existências e para atrair políticas públicas de reconhecimento dos direitos do coletivo como sujeito social. Assim, a alteridade da fronteira reforça a identidade e a organização coletiva.

As incursões no chão da pesquisa mostraram as fronteiras culturais dinâmicas e complexas, perpassantes nas relações entre o antigo morador e os novos residentes de empreendimentos. Uma vez que nenhuma das forças culturais mostrou-se homogênea, estas diferenças estabelecem nuances culturais, menos rígidas, mas, determinantes nas convivialidades culturais, econômicas e territoriais.

No contexto do arremate, nos deparamos: o que insiste, persiste, se transforma e está por vir no contexto das fronteiras culturais de Barra dos Coqueiros? Tem-se que, mesmo diante da pressão urbana sobre os territórios do extrativismo, a tradição, a cultura e a manutenção da identidade nas práticas da coleta dos frutos da restinga e produção de alimentos, comidas e bebidas persistem. Com a compra das terras para construção de empreendimentos ocorreu remoção das árvores e descaracterização dos ecossistemas. Concomitante, as extrativistas adotaram estratégias para continuar a reproduzir, diversificando a coleta, produzindo alimentos e derivados, além de mudas de mangabeiras para venda. Elas buscaram visibilidade por meio de redes sociais e sites para exaltar as suas identidades, o extrativismo e os alimentos a eles associados.

A subalternidade é persistente, pois ‘o que está por vir’ é a continuidade do mercado imobiliário e consequente redução das áreas de coleta. Não é possível prever o fim das atividades tradicionais, porém, o aumento da pressão urbana sob a restinga vem desencadeando novas formas de persistir por parte dos extrativistas.

Diante da situação apresentada, observa-se iniciativas do setor público municipal em propor medidas para minimizar os impactos vivenciados pelos grupos extrativistas. Em 2023, por exemplo, a prefeitura municipal doou uma área de aproximadamente 13 hectares para a Associação de Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros, e estabeleceu um acordo com três construtoras para que se responsabilizem por instalar na área um sistema agroflorestal e promova a sua manutenção por três anos. Essa área fazia parte do espaço institucional de um empreendimento, transferido à prefeitura, e posteriormente doado a ACMBC. Sabe-se que 13 hectares não é suficiente, mas espera-se e sugere-se que esse modelo seja replicado.

Outra iniciativa, com potencial de mitigação, refere-se aos 20% de área verde dos empreendimentos. Sugere-se que a prefeitura, no ato da emissão do licenciamento ambiental proponha que estes 20% sejam posicionados na área externa dos condomínios. O que possibilitaria o acesso, pelos extrativistas, aos recursos extrativos, bem como, o reforço dessas áreas com o plantio racional da mangaba. Aliás, o licenciamento ambiental municipal pode firmar-se como um instrumento da gestão pública propondo ganhos e compensações ambientais para as catadoras de mangaba.

O decreto municipal 677/2021 criou a Unidade de Conservação ARIE dos Manguezais de Barra dos Coqueiros, composta predominantemente por manguezais, com fragmentos de restinga. Um ano antes, o decreto estadual 40.515/2020 autorizou a criação da Unidade de Conservação Parque Estadual Marituba em Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, este, com predominância de restinga. A soma da área das duas unidades de conservação é o equivalente a 40% de toda a área do município de Barra dos Coqueiros, isto significa, que quase a metade do município deve ser protegida. Ambas deveriam receber políticas públicas de compensação ambiental, recuperação da restinga e introdução racional da mangaba, para garantir a continuidade da cultura e das práticas extrativistas no município.

No outro lado da fronteira, apesar de ‘persistirem’ com o discurso de

autonomia e autossuficiência, os condomínios fechados mostraram-se dependentes do poder público. Nenhum enclave mostrou-se totalmente solidificado e impenetrável, sendo constantes as solicitações de apoio técnico e operacional para resolverem os seus problemas ambientais recorrentes, a exemplo da captura de fauna nativa, controle de pragas, e da população de animais domésticos. Além disso, os empreendimentos não conseguiram desenvolver as suas áreas comerciais, demonstram dependência do comércio e serviços ofertados na cidade. O que está por vir, seria os “outros” se transformando em nós? Esta pergunta suscita resposta que perpassa a delimitação desta tese, no entanto, a vida na zona fronteira tende ao hibridismo cultural, pois evidentemente, será estabelecida novas identidades que remetem a elementos de ambas as culturas.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ACMBC, Associação das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros. 2019. **Dia de produção bolinho de mangaba para merenda escolar**. Instagram, 3 de junho de 2019.

<https://www.instagram.com/p/ByQL1tFBG35/?igsh=MTZvbHZrbDlpZ2tucQ==>

ACOSTA, Alberto. **Extratativismo e neoextrativismo**: dois lados da mesma maldição. Ecoportal, 2012. Disponível em:

https://www.ecoportal.net/pt/temas-especiales/contaminacion/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/, acesso em setembro de 2023.

ACOSTA, Alberto. **Extratativismo e neoextrativismo**: Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016.

ALBERDI, R. **Aportes de la cartografía social al desarrollo sustentable**: un enfoque desde el territorio. 2012. Disponível em:

<http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponenci>

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473?show=ful>, acesso em Janeiro de 2024.

ALMEIDA, M. G. De. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p, 175-195.

ALMEIDA, M. G. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, Vol. XV. n.918. 2011.

ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, v.1, p.103-114, 2005.

ALMEIDA, M. G. O geógrafo fenomenólogo: sua oralidade e escrita no/do mundo. **Revista Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 38-47, 2020.

ALMEIDA, M. G. Porosidades de fronteiras na América Latina. In: ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural – um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 35-56.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 145-166

ALMEIDA, Maria Geralda de. Para além das crenças sobre alimentos, comidas e sabores da natureza. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, V. 16, n. 2, 2017.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888, **Tese** (doutorado) – Universidade Federal da Bahia,

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ARÁOZ, Horácio Machado. La 'Naturaleza' como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. **Boletín Onteakien** N.10, 2010.

ARÁOZ, Horácio Machado. **Potosí, el origen genealógico de la minería contemporánea**. Quito: Editorial Abya-Yala, 2018.

ARAÚJO, Acácia Santos de. O protagonismo das marisqueiras de Ilha Grande/SE como agentes de desenvolvimento local. 2022. 99 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

ASCAMAI, Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba. **Catadoras de mangaba**. Disponível em: https://ascamai.com.br/?page_id=140, acesso em Fevereiro de 2024a.

ASCAMAI, Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba. **Rede Solidária de Mulheres: o projeto**. Disponível em: https://redesolidariademulheres.com.br/?page_id=31, acesso em Fevereiro de 2024b.

AVELINO, Camila Barreto Santos. Os sentidos da liberdade: trajetórias, abolicionismo e relações de trabalho no Vale do Cotinguiba no pós-abolição (Sergipe, 1880 – 1930), **Tese** (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

AZEVEDO, A. F. Geografias Pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R. et. al.(Org.) **Geografias Pós- Coloniais**. Livraria Figueirinhas, 2007. p, 31-69.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, 2013, pp. 89-117.

BARRA DOS COQUEIROS. **Decreto 004/2016**. Dispõe de alterações na redação do Plano Diretor Sustentável e Participativo - PDSP, e alterações nos anexos II e V. disponível em: <https://barradoscoqueiros.se.gov.br/plano-diretor-sustent%C3%A1vel-e-participativo-pdsp>, acesso em fevereiro de 2024.

BARRA DOS COQUEIROS. **Decreto 02/2008**. Altera o Plano Diretor Sustentável e Participativo de Barra dos Coqueiros. disponível em: <https://barradoscoqueiros.se.gov.br/plano-diretor-sustent%C3%A1vel-e-participativo-pdsp>, acesso em fevereiro de 2024.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BAUDRILLARD, J. **Teorias do consumo**. In: A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995, p. 47-99

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em**

mercadoria Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR. 2008.p-37-69

BERQUE, A. Paisagem – Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, [1998] 1981.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de Classe e estilos de vida**: Sociologia. São Paulo: Ártica, p.82 a 121, 1983.

BONNEMAISON, J. CAMBREZY. La Lien entre frontierès et identités. **Géographie et Cultures**, n.20, 1996, pp. 6-15.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROZENTHAL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUerj, 2002. p. 83-131.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: João Batista de Almeida Costa; Cláudia Luz de Oliveira. (Org.). Cerrado, Gerais, Sertão - comunidades tradicionais nos sertões roseanos. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2012, v. 1, p. 367-380.

BRASIL. **Decreto n. 4.887** de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília/DF, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 5.051** de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Brasília/DF, 2004.

BRASIL. **Decreto n. 6040**, 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Brasília/DF, 2007.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Fronteiras, Territórios e dinâmicas políticas e Sociais. **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 25, n. 1 - Edição Especial, p. 04-12, 2019.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana. **Novos Estudos**, v. 47, n. 1, 1997, p. 155 - 176.

CAMPOS, Antônio Carlos. A construção da cidade segregada: O papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: Hélio Mário de Araújo; José Wellington Carvalho Vilar; Lílian de Lins Wanderley; Rosimeri Melo e Souza. (Org.). **O Ambiente Urbano. Visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: Editora da UFS/REASE/PMA, 2006, v. 1, p. 223-246.

CAMPOS, Antônio Carlos. El Desarrollo urbano de Aracaju, Brasil (1855 – 2005): un juego de múltiples agentes. **Tese**. Doutorado em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental. Universitat de Barcelona, UB, Espanha. 2017. 392f.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **GEOUSP** (Online), São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412–424. 2020.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de. Campesinato e biodiversidade no cerrado: Um estudo sobre o assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da agroecologia. **tese** (doutorado em Ambiente e sociedade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2013, 313f.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.pp 21-28. e 78-87.

CHIARADIA, C. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Editora Limiar, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural**. (Trad. Luís Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta) Florianópolis: Editora UFSC, 4. ed. 2014.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

CMS, Catadoras de Mangaba de Sergipe - Loja virtual. 2019. **Dia de fechamento dos pedidos no e-commerce das catadoras de mangaba de Sergipe**. Instagram, 7 de março de 2023.
<https://www.instagram.com/p/CpfOKFqOSL9/?igsh=MWVvYODNraWU4OHBpYw==>, acesso em abril de 2024.

COLLIGNON, B. De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana. In: LINDÓN, A; HIERNAUX, D.(Org. **Los Giros de la Geografía Humana: Desafíos y horizontes**. México: Anthropos, 2010. p, 201-240.

CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da. Entre manguezais, rios e restingas : soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE. 2020. 157 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo; ANJOS, Marcos Vinicius Melo dos. **História de Sergipe**. Aracaju: Sergipecultura, 2022.

CORRÊA. Roberto Lobato.(orgs.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, pp.115-144.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço algumas considerações. **GEOgraphia**. Ano IX - Nº17, 2007, p.7-18.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre a paisagem, tempo e cultura. IN: **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.7-11.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017 246 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação e práticas de consumo). Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017.

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36

CRUZ, V. C. **Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade**. In: BEZERRA, A. C. A. et. al. (Orgs.). Itinerários Geográficos. Niterói: EdUFF, 2007.p, 13-35.

DARDEL, Eric, **O Homem e a Terra: natureza da realidade Geográfica**. Tradução Werther Holzer. São Paulo. Perspectiva, 2011.

DE PAULA, Fernanda Cristina. **Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia**. GeoTextos, v. 7, n. 1, p. 105-126, jul. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 1998.

DIEGUES; Antônio Carlos e ARRUDA; Rinaldo S.V. (orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 1999.

DIEGUES; Antônio Carlos. **Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Diálogo de Saberes socioambientais: desafios para a epistemologias do sul. 2019. p.116-126.

EMBRAPA. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas**. Brasília/DF. Ed. Embrapa Amazônia Oriental. 2017.

FEATHERSTONE, MIKE; SIMÕES, Julio Assis (Trad.). **Cultura de consumo e pós modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995,

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. 2010.

FERREIRA, M. B. Frutos comestíveis do Distrito Federal III: Pequi, mangaba, marolo e mamãozinho. **Cerrado**, Brasília, v. 5, n. 20, p. 22-25, 1973.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Estado e Metropolização**. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira. 1999.

FRANÇA, Sarah L. A. **Os Condomínios Horizontais Fechados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju**: Uma Nova Modalidade de Segregação. In VI Encontro Nacional da ANPEGE, 2005

FRANÇA, Sarah L. A; REZENDE, Vera França. Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: Materialização de conflitos socioambientais. **Revista VITAS**, n.3, 2012, p.1-30.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A territorialização do capital financeiro e as multideterminações da expropriação capitalista no litoral norte sergipano. 2021. 292 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

GOMES, P. C. da C. Sobre Territórios, Escalas e Responsabilidade In: HEIDRICH, A. L. et.al. (Orgs.). **A Emergência da Multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.p, 37-44.

GONZAGA, Taiana Pereira de Almeida. From art to craft the production of a place: the Alagamar, Pirambu (SE). 2009. 156 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2,n.3, 2012. p. 523-545.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, Jurgen et al. **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular –CAAP, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. **Observatorio del Desarrollo**, n. 13, 2013.

GUICHONNET, Paul. e RAFFESTIN, Claude. **Géographie des Frontières**. Presses Universitaires de France: Paris, 1974.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica**: Notas e

reflexões. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012.

HAESBAERT, R. As armadilhas do território. In: SILVA, J. B. da; SILVA, C.; DANTAS, E. (Orgs.). **Território: modos de ser e de usar**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 19-41.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. 2003.

HAESBAERT, R. Dilema de Conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Orgs.). Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p, 95-120.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2008.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território, Cultura e Des-Territorialização**. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA R. L.(orgs.) Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, pp.115-144.

HALL. Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.p, 07-23.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia Hermenêutica da facticidade**. Trad. Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLZER, W. **Paisagem e Lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. São Paulo, 1998. **Tese** (Doutorado) - Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia**: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.

INGOLD, Tim. **Jornada ao longo de um caminho de vida** - mapas, decobridor-caminho e navegação - Religião e sociedade. Rio de Janeiro, ISER, vol, 25, n. 1, p. 76-110, 2005.

IFOOD. iFood é a 1ª empresa das Américas a poder usar drone no delivery. Disponível em:

<https://institucional.ifood.com.br/inovacao/ifood-e-1-empresa-das-americas-a-poder-usar-drone-no-delivery/>, acesso em agosto de 2024.

JESUS, Patrícia Santos de. Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros-SE. 2017. 180 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São

Cristóvão, SE, 2017.

JESUS, Patricia Santos; SANTOS, Hudson Jorge de Souza. **O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe: Entre finalidades e avanços**. Revista Geonordeste. São Cristóvão, ano XXIX, n. 1, 2018, p.91-109.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Trabalho feminino, cultura extrativista e tradição. In: LEITE, Mirsa Mara B. Xavier; JESUS, S. M. S. A (org). **Luta, trabalho cultura e tradição: extrativistas em movimento na restinga Sergipana**. São Cristóvão/SE, 2016. p.11-28.

JESUS. Sônia Meire Santos Azevedo de. **Luta, trabalho, cultura e tradição**. EdUFS, São Cristóvão/SE, 2016. P. 11-38.

KOZEL, Salete. **Mapas Mentais: dialogismo e representações**. Curitiba: Appris, 2018.

LACOSTE, Yves. (2006). A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, Nº. 84, p. 77-92.

LEFEBVRE, Henri. **La revolucion urbana. Madrid: alianza editorial**, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisseia, 1968.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

LUGONES, MARÍA. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa** [online]. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Solo Urbano Tópicos sobre o uso da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MACHADO, Ewerton Vieira. Aracaju: paisagens & fetiches: abordagens acerca de seu processo de crescimento urbano recente. **Dissertação**. Programa de pós-graduação em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 1989. 305f.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. Fronteira étnica : Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do litoral sul paraibano. 2015. 369 f. **Tese** (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, J.S. A fronteira. **A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, J.S. A fronteira. **A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2º ed. 4º reimpressão, 2021.

MATA, Inocência. Localizar o “pós-colonial”. In: GARCIA, Flavia; MATA, Inocência (Orgs.). **Pós-colonial e pós-colonialismo**: propriedades e apropriações de sentido. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2016. p. 32-50.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA. As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: Glaucio José Marafon; Julio Cesar de Lima Ramires; Miguel Angelo Ribeiro; Vera Lúcia Salazar Pessoa. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia**: reflexões teórico- conceituais e aplicadas. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, v. 0, p. 151-171.

MATTHEWS, Eric. **Compreender Merleau-Ponty**. Tradução de Marcus Penchel – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MASSEY, D. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org.). **Espaço da diferença**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

MELO, Rebeca Furtado de. Hermenêuticas topológicas, Filosofia latinoamericana e pensamento decolonial: a tarefa de descolonizar nosso pensamento. Ekstasis: **revista de hermenêutica e fenomenologia**. v. 10, n. 2, 2021, p.23-42.

MENEZES, Ana Virgínia Costa. Organização do espaço periférico de Aracaju. **Cadernos Sergipanos de Geografia**. São Cristóvão: UFS. 1983.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MIGNOLO, Walter D. A. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32 , n. 94, 2017. p. 1-18.

MIGNOLO, Walter D. A. **Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial**. Tradução de Isabella B. VEIGA. Revista X, v. 16, n. 1, 2021, p.24-53.

MIGNOLO, Walter D. A. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. IN: CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. “Cambiano las éticas y las políticas del conocimiento: lógicas de la colonialidad y poscolonialidad imperial”. **Tabula Rasa**, n.3, 2005, pp.47-72.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad. Buenos Aires: Del signo, 2010.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NOGUÉ, J.; ROMERO, J. Otras geografías, otros tiempos, nuevas y viejas preguntas, viejas y nuevas respuestas. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (direc). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant La Blanch, 2006, p.15-49.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005. p.10243- 10.262.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana**. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

OLIVEIRA-FILHO, A. T.; CARVALHO, D. A. Florística e fisionomia da vegetação no extremo norte do litoral da Paraíba. **Revista Brasileira de Botânica**: v. 16, p.115-130. 1993.

ORTIZ FERNÁNDEZ, Carolina. **Procesos de descolonización del imaginario y del conocimiento en América Latina**. Lima: UNMSM, 2004.

PAULA, Fernanda Cristina de. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011. 105-126.

PEREZ, Manuel R.; SAYER, Jeffrey A.; JEHORAM, Susanna C. (eds.). **El extractivismo en América Latina: conclusiones y recomendaciones del taller UICN-CCE (Amacayacu, Colombia, outubro/1992)**. Gland, Suíça: União Internacional para a Conservação da Natureza; Cambridge, Reino Unido: Comissão das Comunidades Europeias, 1992.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar, Tempos e espaços da pesquisa qualitativa: um diálogo. IN: VARGAS, Maria Augusta Mundim...[et al]. **Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa**. Aracaju/SE: Editora IFS: 2019, p.7-14.

Portal Embrapa. 2019. **Realidade das catadoras de mangaba é destaque em reportagem especial na Rádio UFS FM**. disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/42464191/realidade-das-catadoras-de-mangaba-e-destaque-em-reportagem-especial-na-radio-ufs-fm>, acesso em maio de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2011a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da Colonialidade do Saber: eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 1 ed, 2005, p. 9-15.

QUIJANO, Aníbal (Ed.). **Des/colonialidad y bien vivir: un nuevo debate en America Latina**. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **El giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, pp.93-126.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 1 ed, 2005, p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciências Sociais**. Vol. XLIV, n. 4, 1992. p.583 - 591.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v.14, n.27, pp. 171-196, jan/jun, 2012.

REGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999.

RIGONATO, V. D. Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA. 2017. 311 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

RUEDA, Rafael Pinzón. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. **Reservas Extrativistas**. Gland, Suíça: UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-71.

SANTOS, Eline Almeida. Mulheres pescadoras - mulheres mangabeiras : o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. 2018. 281 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Max Alberto Nascimento. Na dissimulação do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe. 2018. 236 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Priscila Pereira. Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano. 2015. 301 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. Entre águas e gentes : vivências e (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe. 2015. 334 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAUER, Carl. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.12-74.

SCHMITZ, Heribert. et al. Conflitos e Movimento Social: Ameaças e Reações das Catadoras de Mangaba. IN: MOTA, Dalva Maria da; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes (orgs). **A mangabeira as catadoras o extrativismo**. Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p.251-287.

SEMARH, Sergipe. **Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe**. 2020.

Disponível em:

<https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/datasets/atlas-digital-sobre-recursos-hidricos-de-sergipe/>, Acesso em: julho de 2023.

SERRA, Geraldo. **O Espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SERGIPE. **Decreto n. 12723**, 20 de Janeiro de 1992. Institui a Mangabeira, como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas. Aracaju/SE, 1992.

SERGIPE. **Lei n. 7082**, 16 de dezembro de 2010. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Aracaju/SE, 2010.

SERGIPE. **Lei n. 8918**, 11 de novembro de 2021. Declara o ofício das Catadoras de Mangaba" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe, e a "Mangaba" Patrimônio Cultural Material do Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 2021.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SILVA JUNIOR, J. F. da. Recursos genéticos de mangabeira nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. In: **Anais do Simpósio brasileiro sobre a cultura da mangaba**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003.

SILVA, Marina. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596/1802>>. Acesso em 28 de setembro de 2023.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução: Ligia Azevedo, Editora Elefante, 2019.

TAVOLARI, Bianca. Segregação Urbana em São Paulo: 25 anos depois de “enclaves fortificados” de Teresa Caldeira. **Novos Estudos**, V.2, n.3, 2023, p.407-423.

TORRES, Ronilse Pereira de Aquino. O sentido de ser pescador : signos e marcas no povoado Pedreiras - São Cristóvão/SE. 2014. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURRA NETO, N. **pesquisa qualitativa em geografia**. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, Belo Horizonte. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos: entre escalas, poderes, ações, geografias, 2012.

VALLAUX, Camille. **Geografía social**: el solo y el Estado. Madrid: Daniel Jorro Ed., 1914 (Ed. original: 1911).

VARGAS, M. A.M. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japarutuba/SE-Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros/MG, v.15, n.1, 2017, p. 3-29.

VELOSO, H. P., RANGEL-FILHO, A. L. R. & LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira**, adaptada a um sistema universal. IBGE - DERMA, Rio de Janeiro: 1991.

VIEIRA, Lício Valério Lima. Conflitos ambientais no litoral do norte de Sergipe. 2010. 261 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2010.

APÊNDICES:

A - Roteiro de observação

B - Roteiro de Entrevista Catadoras de Mangaba

C - Roteiro de Entrevista com Moradores antigos

D - Roteiro de Entrevista Moradores de Condomínios Horizontais e verticais

E - Roteiro de Entrevista com Corretores

F - Modelo de Termo de consentimento e Livre Esclarecido

A - Roteiro de Observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA



TESE DE DOUTORADO:

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Localidade: [] Sede Municipal [] Olhos D'Água [] Capuã [] Jatobá [] Outros

SOCIOECONOMIA

1. Dinâmica das atividades econômicas: Locais, formas, estruturas e desenvolvimento.
2. Atividades econômicas não tradicionais: indústria, comércio e serviços.
3. Prática do extrativismo: Local, horário e elementos extraídos.
4. Atividade Pesqueira: Local, horário e produtos.
5. Práticas agrícolas: onde ocorre e o que se planta.
6. Produção de artesanato.
7. Produção de alimentos e bebidas tradicionais.
8. Características das habitações, ruas e infraestrutura.
9. Serviços públicos (educação, saúde e transporte).
10. Placas de vende-se (imóveis, terrenos, sítios).

TERRITORIALIDADES, CULTURA E IDENTIDADES

11. Religiosidades e templos religiosos.
12. Aspectos do cotidiano.
13. Marcas da identidade: símbolos que podem expressar o extrativismo e a pesca.
14. Espaços utilizados para encontro comunitário (associações, cooperativas, escolas).
15. Vestimentas e adereços utilizados nas práticas tradicionais.
16. Instrumentos de trabalho nas práticas tradicionais.
17. Relações de vizinhança.
18. festividades .

TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM

19. Remoção da vegetação de restinga
20. Terraplanagem, aterramento de lagoas e remoção de dunas
21. Presença de Outdoor
22. Conteúdo do outdoor.
23. Sons predominantes
24. Canteiro de obras
25. Especulação imobiliária: placas de vende-se, anúncios.

B - Roteiro de Entrevista para extrativistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA



TESE DE DOUTORADO:

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Pesquisador: Doutorando Heberty Ruan da Conceição Silva

Orientadoras: Dra. Maria Geralda de Almeida (in memoria)
Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA-
SUJEITOS DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS**

Entrevistador: _____

Data: ____/____/2022 hora início ____:____ hora fim: ____:____

Localidade: Capuã [] Olhos D'água [] Jatobá [] Sede Municipal [] outras: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino [] Feminino [] outros []

Nível de Escolaridade: Fundamental [] Médio [] Superior [] Pós-graduado []

Estado Civil: Solteiro [] Casado [] Divorciado [] Viúvo []

Número de filhos: _____

Ocupação principal: _____

Naturalidade (povoado/município): _____

Extrativismo na linha do tempo: infância [] Jovem [] Adulto []

IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

1. Como você se considera? Catador(a), extrativista; pescador; caranguejeiro; marisqueira....
2. Você atua (ou) em quais dessas atividades?
3. Qual desses termos te define melhor? Como se sente enquanto Ser um(a) te identifica para as pessoas?
4. Numa escala de 0 a 10, quanto você sente orgulho de ser? porque?
5. Detalhe o extrativismo em sua vida no que diz respeito ao sustento e a geração de renda. Marcos em sua vida (mudança, idade, casamento...) e marcos na economia (venda in natura, processamento, associação)
6. Como aprendeu esse ofício/esses ofícios? (ex. catadora de mangaba e licoreira)
7. Já sentiu vergonha por realizar uma atividade extrativista? em qual(is) situação(ões)?

PRÁTICAS DE TRABALHO E VIVÊNCIAS

7. Como é feita a coleta de? (coletiva, individual, em família)
9. Como se coleta? Tem apetrechos/ferramentas especiais?
10. Como acontece a coleta? Horário de início, duração, deslocamento (a pé, motorizado)
11. Qual o melhor período de coleta e por quê?
12. Qual a destinação final da produção?
13. Quais outros frutos você coleta? Em quais períodos?
14. Qual é o principal destino de cada um dos produtos coletados? (consumo, repasse, beneficiamento)
15. Se realiza o beneficiamento, quais são os derivados produzidos? (pães, bolos, tortas, geleias, sorvetes, biscoitos...)
13. Quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade?
15. Com a pandemia mudaram as formas de coleta, beneficiamento e comercialização durante a pandemia? Explique cada mudança
16. Com a construção da ponte em 2006, você percebeu alguma mudança nas atividades extrativistas? Por favor, quais?
17. Atualmente a coleta depassa por dificuldades? quais? Quais são os causadores?
18. Você é associado (a)? Em qual e desde quando?
- *19. Você já acessou, individual ou pela representação de uma associação, alguma política pública de fomento à atividade extrativista? quais? (PEAC, PNAE e outros projetos)

(*) Exclusivo para a presidente da associação

TRABALHO E MEIO AMBIENTE: geograficidades

20. Como você considera a atual situação das áreas extrativistas? São suficientes; aumentaram, diminuíram
21. As áreas atuais são suficientes para o sustento das famílias dos extrativistas? Justifique
22. Como se dá sua relação com os proprietários das terras que praticam a coleta? Descreva para a atividade ou atividades que pratica. Mudou?
23. Você acha que existe algum tipo de disputa pelas terras? se sim, Explique.
23. Você tem percebido redução das áreas de coleta? se sim, quais as causas?
24. Você tem percebido redução ou aumento do número de extrativistas? De que?
25. Se você fosse um pintor o que na paisagem da Barra dos Coqueiros?
26. Do que mais gosta na paisagem da Barra dos Coqueiros?
27. O que é a restinga para você?
28. Como você se sente durante a atividade de extração, como você exerce a atividade: trabalho pesado, leve, canta, observa o entorno, gosta, etc
29. Você acredita que um dia a área extrativista da Barra dos Coqueiros pode acabar?
30. Se sim, o que será dos extrativistas? Vão para onde, fazendo o que?
31. O crescimento rápido da cidade afeta o extrativismo? Os condomínios de prédios e de casas atrapalham o extrativismo? O que mais te incomoda?
32. Você tem alguma sugestão de algo que pode ser feito para conter o avanço da cidade e melhorar a atividade extrativista? (explorar após resposta, ações das Associações e prefeitura)

VIDA NA FRONTEIRA

33. Você se sente diferente dos outros moradores da Barra dos Coqueiros?
34. Você é extrativista de Como qualifica os outros moradores?
das pessoas que vivem em condomínios?
35. O que é ser extrativista de num lugar/espço onde cresce com rapidez o concreto e aumentam as cercas e os muros?
36. Você acha que existe uma disputa pelas terras de restinga? Para que a restinga é melhor? Para o crescimento da cidade ou para os extrativistas? Opine
37. O que mudou em sua vida com essa nova realidade de aumento da população e crescimento da cidade?
38. Na vida e na vida de extrativista de Como reagiu? Em que se adaptou, ou não?
39. Já estabeleceu algum tipo de relação com novos moradores – venda de produtos (em comércio e residencial), prestação de serviços, quais? especifique
40. Você acredita que o crescimento da cidade afeta positiva ou negativamente a atividade extrativista? E os novos moradores? Como eles afetam positiva ou negativamente a atividade extrativista? Explique
41. Você se sente valorizado (a) ou desvalorizado (a) pelos novos moradores? E pela Associação? E pelo poder público?
42. E o seu futuro? Você se imagina em qual ocupação? (antes de se aposentar) (encadear colocações sobre permanência, resistência, resiliência)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA



TESE DE DOUTORADO:

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Pesquisador:

Doutorando Hebert Ruan da Conceição Silva

Orientadoras:

Dra. Maria Geralda de Almeida (*in memoria*)
Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
MORADORES ANTIGOS DA BARRA DOS COQUEIROS**

HISTÓRIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

1. Você é natural de Barra dos Coqueiros? porque optou em residir em Barra dos Coqueiros?
2. Qual a sua história com o município?
3. Você consegue diferenciar a Barra dos coqueiros antes e depois da Ponte?
4. Após a ponte, quais mudanças você considera positivas e negativas?
5. Atualmente, quais as vantagens e desvantagens de viver aqui?
6. Atualmente, alguma situação o incomoda?

GEOGRAFICIDADES

7. Em uma exposição fotográfica da Barra dos Coqueiros, quais paisagens não poderiam faltar?
8. Do que mais gosta na paisagem da Barra dos Coqueiros?
9. De zero a dez, quanto os elementos da natureza são importantes para o município? justifique.
10. Qual a importância dos rios Sergipe e Pomonga para os moradores da cidade?
11. Você considera que a expansão urbana prejudica os elementos da natureza local? de que forma? comente.

PERCEPÇÃO DAS FRONTEIRAS

12. Você se sente diferente dos novos moradores de Barra dos Coqueiros?
13. Você consegue distinguir o perfil do antigo e do novo morador de Barra dos Coqueiros?
comente.
14. Você acha que existe uma disputa pelas terras de restinga?
15. O que mudou em sua vida com essa nova realidade de aumento da população e crescimento da cidade?
16. Você acredita que o crescimento da cidade afeta positiva ou negativamente a atividade extrativista? cata da mangaba, pesca e coleta.
17. Soube ou já presenciou algum tipo de conflito ou resistência de moradores antigos em relação à instalação de novos empreendimentos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE E CULTURA



TESE DE DOUTORADO:

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Pesquisador: Doutorando Hebert Ruan da Conceição Silva

Orientadoras: Dra. Maria Geralda de Almeida (in memoria)

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA NOVOS MORADORES DA BARRA DOS COQUEIROS (pós 2012)

Entrevistador: _____

Data: ____/____/2022 hora início ____:____ hora fim: ____:____

Localidade: Capuã [] Olhos D'água [] Jatobá [] Sede Municipal [] outras: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino [] Feminino [] outros []

Nível de Escolaridade: Fundamental [] Médio [] Superior [] Pós-graduado []

Estado Civil: Solteiro [] Casado [] Divorciado [] Viúvo []

Número de filhos: _____

Ocupação principal: _____

Naturalidade: _____

Locais que já residiu e por quanto tempo: _____

ESCOLHA DA MORADIA

1. Por que optou por residir na Barra dos Coqueiros?
2. Como escolheu/surgiu o desejo de morar nessa localidade?
3. O que fez escolher esse empreendimento?
4. O que foi mais decisivo na escolha? propaganda/marketing, corretores, preço, localização, condições de financiamento, entre outros. Fale a respeito
5. Sua residência situa-se em condomínio ou loteamento aberto?
6. Quais são as vantagens e desvantagens de viver aqui?
Somente para residentes de condomínios fechados verticais ou horizontais:
7. Especifique se reside em condomínio horizontal ou vertical? Qual?
8. O que seu condomínio tem de especial?
9. Ao sair dos limites do condomínio, qual situação do entorno incomoda? Explique

10. Entre a compra e a entrega do seu lote ou imóvel, alguma situação te frustrou? qual?
11. Entre a compra e a morada, a realidade correspondeu com a expectativa? Especifique os prós e contra.

GEOGRAFICIDADES

12. Se você fosse um pintor, o que colocaria na paisagem da Barra dos Coqueiros?
13. Do que mais gosta na paisagem da Barra dos Coqueiros?
14. O que é a restinga para você?
15. O que a praia significa pra você?
16. O que este povoado/bairro/zona onde situa sua residência significa pra você?
Somente para residentes de condomínios fechados verticais ou horizontais:
17. Qual sua relação com as comunidades do entorno do condomínio?
18. A distinção do tipo de ocupação – comunidades tradicionais e condomínios é:
(qual sua opinião a respeito, comente)

(*) Exclusivo para a presidente da associação

VIDA NA FRONTEIRA

19. Você acha esse povoado/bairro/zona perigosa? Justifique
20. Você sabia da existência de pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba nesta região?
21. Você consome / compra algum produto fruto do trabalho extrativista? Quais? Com qual frequência? Por quê?
22. Onde adquire? (compra direta com o extrativista, em comercio, mercado, feira etc)
23. Você trabalha? Se positivo, distante do local de residência?
24. Como usufrui dos espaços/ambientes da Barra dos Coqueiros? O que mais gosta de fazer, frequentar?
25. Como se relaciona com a população 'nativa', sobretudo com os extrativistas? Quais são os vínculos – sociabilidade (em festas); afetivos/parentesco, funcionais (de trabalho) fale a respeito
26. Você se sente pertencente a esse lugar? Fale a respeito
27. Existe algum tipo de conflito envolvendo a comunidade tradicional do entorno? Já ocorreu? Especifique
28. Existe algum tipo de conflito na praia 'pertencente' ao condomínio/loteamento? Já houve?



TESE DE DOUTORADO:

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
EXTRATIVISTAS NO LITORAL SERGIPANO

Pesquisador: Doutorando Heberty Ruan da Conceição Silva

Orientadoras: Dra. Maria Geralda de Almeida (in memoria)
Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
CORRETORES DE IMÓVEIS**

Entrevistador: _____

Data: ____/____/2022 hora início ____:____ hora fim: ____:____

Localidade: Capuã [] Olhos D'água [] Jatobá [] Sede Municipal [] outras: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: Masculino [] Feminino [] outros []

Nível de Escolaridade: Fundamental [] Médio [] Superior [] Pós-graduado []

Estado Civil: Solteiro [] Casado [] Divorciado [] Viúvo []

Corretor desde (ano): _____ Outra ocupação: _____

Naturalidade: _____

EXPANSÃO URBANA NA BARRA DOS COQUEIROS

1. Desde quando você vende imóveis na Barra dos Coqueiros?
2. Você atua na venda de lotes ou imóveis; lotes residenciais ou comerciais; imóveis em condomínios verticais ou horizontais? Comente
3. Ao longo desse tempo, qual foi o melhor ano de vendas? por quê? explique
4. Na sua opinião qual/quais empreendimentos foram mais exitosos, tiveram mais sucesso nas vendas? Explique. Você atuou nessas vendas?
5. Como você avalia a procura dos empreendimentos nas regiões mais distantes da malha urbana central (região da Capuã, Olhos D'água e Jatobá)? Opine a respeito
6. Na sua opinião, por que a Barra dos Coqueiros se tornou uma das regiões de maior especulação imobiliária do estado de Sergipe?
7. Você pode traçar o perfil dos novos moradores da Barra dos Coqueiros – que optaram por residir aqui principalmente após 2012? Renda, profissão, procedência etc.?

ESTRATÉGIAS DE VENDA

8. Quais são suas estratégias de venda? (redes sociais, plantões) Fale a respeito
9. Como atrair o mercado consumidor?
10. Você muda a estratégia de venda de acordo com o perfil do consumidor? se sim, como?
11. Qual o papel do marketing no processo de compra e venda dos empreendimentos?
12. Qual a imagem da Barra dos Coqueiros é 'vendida' pelo marketing? Exemplifique
13. Como os elementos do meio natural são postos como atrativos para a venda?
14. Como os empreendimentos apresentam ou escondem as comunidades do entorno?
15. Numa situação hipotética, eu te procuro com o interesse de comprar um lote em um condomínio horizontal, entretanto, ainda estou relutante em relação a morar na Barra dos Coqueiros, próximo a essa ou aquela localidade (dúvida entre Capuã, Jatobá e Olhos D'Água). Como você me convenceria a fechar o negócio?

E - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto:

Subalternidades e fronteiras culturais: Embates nos territórios extrativistas no litoral sergipano

Pesquisador Responsável: **Heberty Ruan da Conceição Silva**

Local onde será realizada a pesquisa: **Municípios do litoral de Sergipe**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque é morador(a) e/ou estabelece vínculos socioeconômicos com as comunidades do município de Barra dos Coqueiros. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque a sua percepção sobre o crescimento urbano de Barra dos Coqueiros é importante para o desenvolvimento da tese do pesquisador responsável.

O objetivo dessa pesquisa é analisar como os conflitos decorrentes da expansão urbana sobre os territórios extrativistas tradicionais no município de Barra dos Coqueiros afetam as territorialidades e a reprodução sociocultural das populações extrativistas.

Os participantes da pesquisa são: (i) os moradores do município, em especial, os que residem, em empreendimentos imobiliários, condomínios horizontais e verticais; (ii) pessoas que praticam o extrativismo nos ecossistemas restingas e manguezais, e a pesca no rio Pomonga; (iii) Corretores de imóveis e investidores imobiliários; (iv) Secretários e agentes públicos da prefeitura municipal de Barra dos Coqueiros. Ao todo, serão realizadas 27 entrevistas, distribuídas: (i) 10; (ii) 10, (iii) 5, (iv) 2.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **Heberty Ruan da Conceição Silva**, nos telefones (79) 79 3194 - 6782, celular (79) 998606065, sala professora Maria GERALDA de Almeida, Didática II, 2º piso, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n - Bairro: Jardim Rosa Elze, CEP 49100-000, São Cristóvão/SE, e e-mail: heberty_ruan@academico.ufs.br.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. "O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos" (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista s/nº Bairro: Sanatório – Aracaju CEP: 49.060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br .Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato– Segunda a Sexta-feira das 07:00 as 12:00h.

Página 1/ 3

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA



Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

✓ **DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:**

Os dados informados durante a entrevista serão tabulados e irão compor um banco de dados da tese. Esses dados contribuirão para que a gente possa descrever a realidade socioeconômica do município de Barra dos Coqueiros/SE, tanto na tese, como em outros trabalhos acadêmicos associados, como artigos, resumos e apresentações.

✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:**

A pesquisa é realizada em área onde ocorre conflitos territoriais entre os participantes devido a modos de vida e reprodução socioeconômica diferenciados.

✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:**

A pesquisa vai proporcionar um avanço do conhecimento científico sobre as realidades culturais distintas que habitam o litoral de Sergipe, logo, ela pode ser utilizada como um instrumento para sensibilizar o poder público na criação de políticas que sejam capazes de melhorar as condições de vida e reprodução socioeconômica de grupos culturais invisibilizados e subalternizados.

✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:**

A pesquisa poderá ser gravada em voz e vídeo conforme acordo entre o responsável da pesquisa e o entrevistado. Os dados serão utilizados em publicações científicas de forma que sejam garantidas a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante.

✓ **ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:**

É reservado ao participante da pesquisa, o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados conclusivos da pesquisa.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** você não terá custos para participar desta pesquisa; se você tiver gastos transporte e alimentação, inclusive de seu acompanhante (se necessário), eles serão reembolsados pelo pesquisador. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

Página 2/3

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA



Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

local e data: _____, ____ de _____ de 20__

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: Heberty Ruan da Conceição Silva

Assinatura: _____ Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____

Local/data _____, ____ de _____ de 20__



Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)

ANEXOS

A - Panfletos de alguns empreendimentos

B - Anúncios da venda de casas em empreendimentos da Zona de adensamento 2

Anexo A



COPACABANA
• BEACH RESIDENCE •

A VIDA DE COPACABANA
NA BARRA DOS COQUEIROS

SEM PRÉ-APROVAÇÃO DE CRÉDITO

ENTRADA EM ATÉ **10X** SEM JUROS NO CARTÃO

60X SEM JUROS E SEM CORREÇÃO*

CONDOMÍNIO PENA AREIA



Essa barra QUEL PAGAR aluguel acabando

COSTA do MAR
MAIS VIVER

Minha Casa Minha Vida

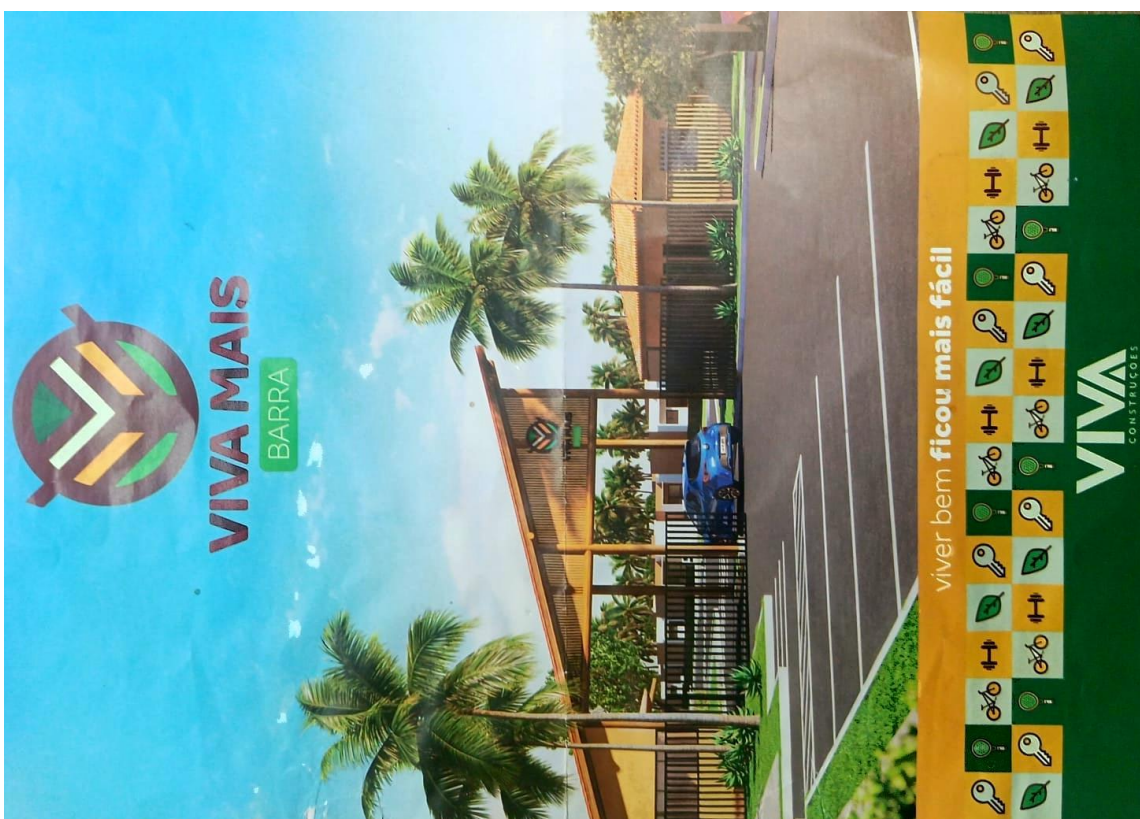
SUBSÍDIO DE ATÉ **46MIL**

2 ELEVADORES POR TORRE

ITBI E REGISTRO GRÁTIS

12 ANDARES ÚNICO DA REGIÃO

BARRA dos COQUEIROS NA FAZENDA BEBEM



More na Barra?

VILAS DAPRAIA
CONDOMÍNIO CLUBE

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

**** PERTO ****
INCLUSIVE DO TIPO SHOPPING DA CIDADE.

2 QUARTOS COM SUÍTE

VARANDA GOURMET
INTEGRADA À COZINHA AMERICANA

PARCELAS A PARTIR DE R\$250,00

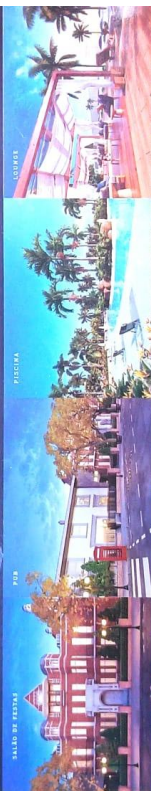
Do lado de cá, sua vida se completa!

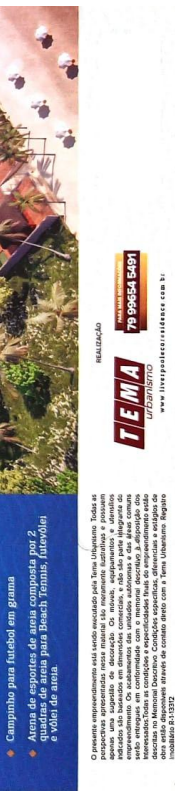
The advertisement features a large image of a modern building with a glass facade and palm trees. Below the building is a grid of 24 icons arranged in 4 rows and 6 columns. The icons represent various amenities: a key, a leaf, a lightbulb, a bicycle, a dumbbell, and a car. The text 'viver bem ficou mais fácil' is written in a stylized font above the grid. The logo 'VIVA CONSTRUCOES' is in the bottom right corner.



LIVERPOOL

ECO-RESIDENCE



- 270 Lofts
- Piscina descoberta
- Piscina aquecida e coberta
- Bar de apoio à piscina
- Sauna
- Fuque infantil
- Saio de festas adulto e infantil
- Pub com espaço gourmet e delicatessen
- Academia
- Saio de jogos
- Quilques de descanso
- Pet Place
- Confering
- Quadra de tnis
- Campinho para futebol em grama
- Acena de esporte de aia completa por 2 quadras de aia para Beach Tennis (tenis) e vlei de aia.

O presente empreendimento est sendo desenvolvido pela Temi Urbanizaes. Todas as perspectivas apresentadas neste material s meramente ilustrativas e possuem carter informativo, no sendo obrigatrias para a construo do empreendimento. Os indicadores de localizao s meramente orientativos e no devem ser utilizados para fins de localizao. O empreendimento s ser entregue em conformidade com o memorial descritivo e a planta aprovada pelo Conselho Municipal de Urbanizao de Curitiba. O empreendimento s ser entregue em conformidade com o memorial descritivo e a planta aprovada pelo Conselho Municipal de Urbanizao de Curitiba. O empreendimento s ser entregue em conformidade com o memorial descritivo e a planta aprovada pelo Conselho Municipal de Urbanizao de Curitiba.

www.temiurbanizaes.com.br

79 99654 5491

79 99654 5491

79 99654 5491

Anexo B

Anúncios da venda de casas em empreendimentos da Zona de adensamento 2



20

Casa de Alto Luxo em Cond. Damha Residencial Beach Resort - Barra dos Coqueiros

~~R\$ 2.800.000~~
R\$ 2.600.000

4 360m² 4 1

Profissional

Barra Dos Coqueiros | 29 de fev, 16:34

♥

IPTU R\$ 4.100
Condomínio R\$ 900



19

~ Casa com fundo Lago no Damha Residence

~~R\$ 2.250.262~~
R\$ 2.250.080

5+ 360m² 4 5+

Profissional

Barra Dos Coqueiros | Hoje, 03:13

♥

Condomínio R\$ 990

Figura 1 - Anuncios de Casas no residencial Damha Sergipe

Disponível em:

<https://www.olx.com.br/estado-se?q=casa%20barra%20dos%20coqueiros%20luxo%20damha>

Acesso em Junho de 2024.



20

Casa de luxo no Alphaville Sergipe com 431 m², 3 suítes, sendo 2 master com closet e uma c

~~R\$ 2.600.000~~
R\$ 2.150.000

4 431m² 2 4

Profissional

Barra Dos Coqueiros | 29 de ago, 01:51

♥

IPTU R\$ 17.316
Condomínio R\$ 650

Figura 2 - Anuncios de Casas no Alphaville Sergipe

Disponível em:

https://se.olx.com.br/sergipe/imoveis/casa-de-luxo-no-alphaville-sergipe-com-431-m-3-suítes-sendo-2-master-com-closet-e-uma-c-1077219175?lis=listing_no_category

Acesso em Junho de 2024.

